



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

LARA JOGAIB NUNES

RIO DE JANEIRO: CIDADE DAS LETRAS

**Uma leitura a partir das crônicas de
João do Rio**

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

LARA JOGAIB NUNES

RIO DE JANEIRO: CIDADE DAS LETRAS
UMA LEITURA A PARTIR DAS CRÔNICAS DE JOÃO DO RIO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro como parte dos requisitos necessários
à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Leila Bianchi

Rio de Janeiro

2013

LARA JOGAIB NUNES

RIO DE JANEIRO: CIDADE DAS LETRAS
UMA LEITURA A PARTIR DAS CRÔNICAS DE JOÃO DO RIO

BANCA EXAMINADORA

Prof.^ª Dra. Leila Bianchi – UNIRIO (Orientadora)

Prof. Dr. Marcelo Magalhães — UNIRIO

Prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues — PUC-RIO

AGRADECIMENTOS

Há momentos na vida em que sentimos tanto a falta de alguém que o que mais queremos é tirar essa pessoa de nossos sonhos e abraçá-la.

Clarice Lispector

Por mais que escrever seja uma tarefa individual, a preparação se torna muito mais fácil se contamos com o apoio de outras pessoas. E não foram poucas que estiveram na minha vida ao longo desses dois anos. No momento em que concluo esse trabalho, nada mais justo que agradecer quem ajudou a tornar esse caminho mais simples e leve.

Agradeço aos meus pais, Rita e Arildes, a quem devo tudo que sou hoje. Obrigada por terem me ensinado a ser responsável, a ter força de vontade e objetividade. Obrigada por terem me proporcionado uma vida repleta de amor e carinho, pela educação formal e informal que me deram. E, mais do que tudo, obrigada por nunca me deixarem sozinha, ainda que a distância física seja uma realidade.

Agradeço à minha irmã, Paula, pela amizade, pelas brigas, pelo amor, pela companhia nas noites de insônia, pelas discussões bobas. Por ser minha irmã mais velha, a melhor irmã do mundo. Por compartilhar comigo as informações do “Almanaque eu sei tudo” e por sempre me dizer que eu fazia faculdade do “Você sabia?”.

Agradeço aos meus primos-irmãos Tati – minha alma-gêmea –, Gustavo, Guilherme e Raul pelas brincadeiras da infância, pela cumplicidade da adolescência e pela amizade do resto da vida. Agradeço a eles, inclusive, aos sobrinhos emprestados – Marcos, Bia, Davi, Sofia – que deram outro colorido à minha vida.

Agradeço ao Alexandre pela relação que construímos ao longo desses anos. Obrigada por fazer o que estava ao seu alcance para tornar essa tarefa menos árdua. Obrigada por abdicar das suas horas de descanso e lazer nos últimos meses a fim de tornar o meu tempo mais produtivo. Agradeço cada gesto de carinho, cada demonstração de amor e de respeito.

Um agradecimento especial aos amigos que deixam minha vida muito mais divertida: Juju, Luiza, Vivian, Priscila, Louise, Marina, Ana, Gabi, Jaq, Joyce, Ítalo, Felipe, Vanessa, Ju, Carol, Joana. Agradeço aos amigos que fiz no PPGH por serem parte essencial desses dois anos. E a todos os outros que de alguma forma estão presentes, que me ajudam a dividir as tristezas e multiplicar as alegrias.

Agradeço à minha orientadora Leila Bianchi, que já na graduação participou da minha formação e foi uma das responsáveis por despertar em mim a vontade de seguir a

carreira acadêmica. Obrigada por cada crítica, cada ponderação, cada elogio que me fizeram refletir e aprimorar meu desenvolvimento como historiadora. Agradeço aos demais professores da faculdade que acreditaram em mim e foram peças fundamentais para que eu chegasse até aqui. Um muito obrigada àqueles que, mesmo depois da graduação, estiveram ao meu lado em cada conquista.

Agradeço aos professores da banca de qualificação, Giselle Venâncio e Marcelo Magalhães, pela atenção que dedicaram ao meu trabalho e por cada observação realizada no sentido de aperfeiçoar a pesquisa. Agradeço ao professor Antonio Edmilson Rodrigues, à professora Márcia Chuva e reafirmo meu agradecimento ao professor Marcelo Magalhães por aceitarem participar da minha banca de defesa.

Agradeço ao PPGH pelo processo de seleção idôneo e pelo apoio durante esses dois anos, e à Capes pelo financiamento da pesquisa. Agradeço aos funcionários da Biblioteca Nacional pela presteza durante os longos meses de pesquisa nos arquivos da instituição.

Enfim, agradeço, sobretudo, a Deus por permitir que eu chegasse até aqui, por iluminar sempre a minha vida, por me ajudar a conviver com o peso da distância daqueles que amamos e por me fazer aprender a viver com a saudade.

Tinha mergulhado de todo na literatura...
João do Rio – O Momento literário

RESUMO

NUNES, Lara Jogaib. *Rio de Janeiro: Cidade das Letras – Uma leitura a partir das crônicas de João do Rio*. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX viveu um momento de intensas transformações, que incluíram tanto mudanças físicas quanto culturais. A análise desta dissertação procura olhar a cidade em dois movimentos que são observados a partir da produção literária do cronista João do Rio, contemporâneo dos acontecimentos, veiculada nos jornais *Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias*. Por um lado, a capital federal se constituía como uma “cidade das letras”, polo de atração dos escritores de todo o país. É nesse momento que começa a se formar um campo literário brasileiro, que tem como particularidade se desenvolver ligado ao jornalismo. Para compreendê-lo recorre-se, fundamentalmente, às entrevistas realizadas por João do Rio com nomes da literatura nacional publicadas na coluna *O Momento literário*, do jornal *Gazeta de Notícias*. Por outro lado, a investigação foca-se na transfiguração da cidade velha em um lugar moderno, inspirado no modelo de civilização construído em Paris. O presidente Rodrigues Alves e o prefeito Pereira Passos concentram seus esforços para modernizar a capital federal do país. O estudo desse processo é realizado a partir das crônicas de João do Rio publicadas também na *Gazeta*, nas colunas *A Cidade*, *As Religiões no Rio* e *A Pobre gente*.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, campo literário, João do Rio, modernização.

ABSTRACT

The Rio de Janeiro in the early years of the twentieth century lived a moment of intense transformation, which included both physical and cultural changes. The analysis of this dissertation search to look at the city two movements that are observed from the literary production of the chronicler João do Rio, contemporary events, conveyed in newspapers *Cidade do Rio* and *Gazeta de Notícias*. On the one hand, the federal capital is constituted as a "city of letters", pole of attraction for writers around the country. In this moment when it starts to form a brazilian literary field, which has the particularity to develop connected to journalism. To understand it we resort basically to interviews conducted by João do Rio with names of national literature published in column *O Momento literário* of the newspaper *Gazeta de Notícias*. Besides, the research focuses on the transfiguration of the old city in a modern place, inspired by the model of civilization built in Paris. The president Rodrigues Alves and Mayor Pereira Passos concentrate their efforts to modernized the federal capital of the country. The study of this process is carried from chronic João do Rio also published in the *Gazeta* columns *A Cidade*, *As Religiões no Rio* and *A Pobre gente*.

Keywords: Rio de Janeiro, literary field, João do Rio, modernization.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – Conhecendo o personagem João do Rio	14
1.1 – Trajetórias de João do Rio	14
1.1.1 – A fusão entre vida e trabalho	14
1.1.2 – Cidade do Rio e Gazeta de Notícias	19
1.2 – A produção sobre João do Rio	30
1.3 – João do Rio pelas ruas da cidade	36
1.3.1 – O amor pelo Rio de Janeiro	36
1.3.2 – Vagando pela cidade – João do Rio como <i>flâneur</i>	38
1.3.3 – O “jornalista adandinado”	39
1.3.4 – João do Rio como parte da cidade das letras	41
Capítulo 2 – A cidade das letras brasileira nas entrevistas de João do Rio	43
2.1 – A constituição da capital federal como cidade das letras	45
2.2 – Definindo os intelectuais	49
2.3 – Os homens das letras no Rio de Janeiro e suas redes de sociabilidade	53
2.4 – O campo literário no Brasil	65
2.4.1 – O mercado editorial	65
2.4.2 – A literatura e o jornalismo	69
Capítulo 3 – O cronista e o processo de civilização em construção no Rio de Janeiro	75
3.1 – O Rio de Janeiro e a política nacional	79
3.2 – As reformas urbanas da capital federal	86
3.3 – Saneando a capital federal	95
3.3.1 – O Rio de Janeiro antes das reformas urbanas sob o olhar de João do Rio	96
3.3.2 – A outra parte da reforma – O saneamento da capital federal	100
3.3.3 – O “bota-abaixo”	108
3.4 – A convivência entre o velho Rio e a cidade moderna nos escritos do cronista	112
3.5 – A simbologia do atraso na região modernizada	119
Considerações finais	128
Referências	131
Anexo – Crônicas da coluna <i>A Cidade</i>	140

Introdução

A dissertação que se encontra nas próximas páginas é resultado do desenvolvimento de uma trajetória iniciada na graduação, com a defesa da monografia *Um olhar sobre a cidade – Um estudo da modernidade em João do Rio pela ótica de Benjamin*. Nesse momento, as fontes utilizadas foram as crônicas de João do Rio¹ compiladas no livro *A alma encantadora das ruas* (RIO, 2007). Esse estudo, que teve seu ponto de partida nos tempos da faculdade, nos permitiu entrar em contato com a vasta produção do autor e ver como muitos de seus textos poderiam ser utilizados para se conhecer um pouco mais sobre o Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX.

Consideramos relevante a análise do próprio cronista como portador das ideias de modernização e civilização da capital federal, já que elas são decorrentes das suas experiências sociais em meio à cidade. Por isso, nosso primeiro capítulo se ocupa em compreender sua trajetória de vida pessoal e profissional e sua complexa personalidade – ora como *flanêur*, ora como *dandy* –, fatores essenciais para o embasamento da nossa interpretação. Ao observarmos o cronista como o *flanêur*, o vemos como aquele que “anda solto, observa a vida da gente comum e traz as notícias da rua” (LEVIN, 1996, p.206). Já quando se traveste de *dandy*, João do Rio carrega uma dualidade interna – “um duplo fascínio pelo brilho dos salões e pela desgraça humana” (GOMES, 2005, p.31). Também nesse capítulo, percorremos sucintamente a extensa produção bibliográfica sobre o cronista, procurando entender as diferentes abordagens desenvolvidas anteriormente.

Através da leitura de parte dos estudos realizados sobre João do Rio (e aqui não tivemos a pretensão abranger a produção inteira, que é bastante vasta) notamos que os textos do início da sua carreira, de junho de 1899 a outubro de 1900, no jornal *Cidade do Rio*, e de maio de 1903 a maio de 1905, ainda não haviam sido muito explorados. Sendo assim, eles nos apresentaram uma possibilidade de estudo, ainda mais por terem sido escritos no momento em que foram implementados os maiores esforços para a modernização do Rio de Janeiro, nosso período de interesse.

Nos arquivos da Biblioteca Nacional conseguimos acesso a esse material, que totalizou em 260 textos, sendo 64 na *Cidade do Rio* e 196 na *Gazeta de Notícias*. No primeiro

¹ João do Rio era o pseudônimo mais famoso de Paulo Barreto. Por ser essa a forma que ele se tornou conhecido, optamos por utilizá-lo ao longo desse trabalho.

periódico, os textos de João do Rio, que ainda assinava com seu próprio nome, Paulo Barreto e com os pseudônimos Claude e P.B., eram em sua maioria críticas sobre a literatura e o teatro da época. A produção desse período foi revelando o estilo do autor, reconhecido por não ter “meias” palavras para exprimir suas opiniões e que, talvez por isso, tenha colecionado uma série de inimizades no meio intelectual. Vemos, portanto, como João do Rio entrou no mundo do jornalismo ligando-se estritamente ao universo da arte.

Na *Gazeta de Notícias*, o cronista iniciou sua trajetória escrevendo por cerca de um ano (final de maio de 1903 até março de 1904) a coluna *A Cidade*, em que se referia à construção do que ele considerava ser uma civilização moderna. João do Rio, nitidamente, apoiava o processo de modernização do Rio de Janeiro e suas críticas, bem contundentes, se direcionavam ao ritmo como o processo era implementado. Não encontramos as crônicas da mencionada coluna em qualquer livro do autor, nem nos estudos que tivemos acesso sobre ele.

Foi também na *Gazeta de Notícias* que ele publicou a coluna *As Religiões no Rio*, entre fevereiro e abril de 1904, com textos sobre os cultos afro-brasileiros que eram praticados na cidade. Em seguida, entre maio de 1904 e janeiro de 1905, João do Rio iniciou a veiculação de crônicas sobre os excluídos da modernização em pleno desenvolvimento no Rio de Janeiro. Os textos não vinham necessariamente em alguma coluna específica, sendo alguns publicados na série *A pobre gente*. Outra sequência de textos do autor foi inserida nas páginas da *Gazeta de Notícias* entre março e maio de 1905, esta sob a coluna *O Momento literário*. Ao invés de crônicas, João do Rio publicou entrevistas que realizou com importantes nomes das letras do país, procurando compreender o cenário da literatura brasileira daquele momento. Esses três conjuntos de textos tornaram-se mais conhecidos do público por terem sido, pouco tempo depois, compilados nos livros *As Religiões no Rio*, *A Alma encantadora das Ruas* e *O Momento literário*, respectivamente.

No segundo capítulo deste trabalho nos propomos a investigar o desenvolvimento da arte literária brasileira em princípios do século XX. Vemos o Rio de Janeiro se constituir como uma “cidade das letras”, termo que nos apropriamos do escritor e crítico literário Ángel Rama para classificar a capital federal daquele momento. Rama utiliza a expressão em outra conjuntura, bem mais ampla, do que abordamos nessa dissertação. Em seu ensaio, a preocupação abrange a tradição intelectual da América Latina como um todo. Ele analisa o papel da camada letrada, detentora de um poder na realidade latino-americana, desde o começo do desenvolvimento dos núcleos urbanos. O crítico discorre sobre as transformações nas funções que esse grupo vem sofrendo ao longo do tempo e destaca que ele se estrutura

como uma cidade imaterial, responsável por ordenar os signos abstratos e, assim, dominar e manipular a cidade real, física.

Correlacionando com a realidade do Rio de Janeiro em princípios do século XX, podemos encaixar a cidade naquilo que Rama configurou sendo uma “cidade das letras”, um espaço privilegiado para a atuação da camada letrada do país. Observamos, ainda, que algumas ideias do crítico literário sobre uma maior autonomia dos letrados em relação aos políticos também pode ser observada no momento estudo. No Brasil, o grupo letrado ocupou as redações de jornais e utilizou esse espaço para exprimir os acontecimentos políticos e externar seu posicionamento. Ángel Rama, referindo-se à realidade latino-americana, define o que, em nossa visão, adequa-se ao processo de formação do campo literário que estava em pleno desenvolvimento no Rio de Janeiro: “(...) foi sem dúvida um campo autônomo em relação à concentração de poder como o foi também a função educativa na medida em que cresceu suficientemente para não poder ser controlada rigidamente pelas esferas governamentais” (RAMA, 1985, p.79).

Utilizaremos para entender as particularidades desse campo literário em formação no Rio de Janeiro, primordialmente, as 27 entrevistas realizadas por João do Rio com os literatos brasileiros, publicadas na já citada coluna *O Momento literário*, da *Gazeta de Notícias*. O inquérito de cinco perguntas foi direcionado, pessoalmente ou por carta, para mais de cem homens das letras e constitui-se em um valioso conjunto de fontes sobre as relações entre literatura e jornalismo, uma vez que procura saber a opinião pessoal daqueles que eram os responsáveis pelo desenvolvimento das letras no país.

No terceiro capítulo nos concentramos nos primeiros esforços para modernização do Rio de Janeiro especificamente. O que veremos nessas páginas é resultado da forma de pensar e de entender o processo de modernização em plena construção naquele momento do jornalista, cronista, contista, romancista e teatrólogo João do Rio. Como vamos perceber ao longo da dissertação, sua defesa era incessante às transformações conduzidas pelo prefeito Pereira Passos entre, 1902 e 1906, na capital federal. O Rio de Janeiro, para ele, precisava ser moderno e civilizado.

Os elementos condutores desse capítulo são, portanto, os desejos, as expectativas, os elogios e as críticas do cronista em relação à modernização expressos na sua produção escrita. São eles os agentes históricos primários e que podemos enquadrar no que a historiografia costumou chamar de história das ideias (FALCON, 1997, p.143). Os relatos de João do Rio, que trazem à tona sua opinião e seus sentimentos sobre o processo, nos possibilitou olhar a transfiguração da cidade-capital sob uma das tantas formas possíveis.

Veremos os principais pontos que foram tratados pelo autor nas 110 crônicas da coluna *A Cidade*. João do Rio destacou o saneamento da capital federal como central para a construção de uma modernidade, considerando a situação de higiene da cidade um empecilho para o seu desenvolvimento. Apoiou claramente as demolições propostas pelo prefeito Pereira Passos, nos dando a impressão de que considerava necessário retirar da cidade aquilo que simbolizasse atraso ou barbárie. Mas, ainda assim, não deixou de ver a convivência entre os elementos do velho Rio com a cidade nova e destacou, inclusive, tudo aqui que evidenciava que o processo de modernização ainda não havia se completado.

João do Rio é visto como um sujeito histórico, inserido no seu tempo, motivado por seus próprios anseios e expectativas. A passionalidade que deixa transparecer em seus textos não foi, em momento algum, esquecida durante nossa análise. Ela talvez seja o principal fator de destaque do autor em meio à intensa produção textual do período. Como parte integrante da camada letrada que habitava a capital federal, João do Rio forneceu através do seu trabalho nos jornais um caminho singular, que nos permite entender não só como o Rio de Janeiro se tornou uma cidade das letras, mas também como o processo de modernização foi construído na cidade.

Capítulo 1 – Conhecendo o personagem João do Rio

O desenvolvimento dessa dissertação prescinde que se conheça bem seu personagem central, o cronista João do Rio. Pretendemos neste capítulo apresentar sua trajetória pessoal e profissional, almejando compreendê-lo em sua complexa personalidade.

João do Rio escreveu em importantes periódicos cariocas, nos quais foi se tornando conhecido não apenas por seu talento como jornalista, mas por seu estilo marcadamente irônico. Nas páginas da *Cidade do Rio*, onde escreveu, exacerbou seu lado crítico ao analisar obras literárias e peças teatrais. Nesse momento, reuniu animosidades que levou consigo durante a vida toda. Na *Gazeta de Notícias*, durante o período que recortamos, abordou a cidade em seu processo de modernização e em seus inúmeros problemas decorrentes dele.

Intencionando apresentar as inúmeras possibilidades que o estudo da produção do cronista nos proporciona, relacionamos algumas das pesquisas realizadas por estudiosos sobre nosso personagem. Percebemos por esse levantamento que, de fato, a vida do cronista e a produção deixada por ele renderam (e rendem até hoje) trabalhos que podem explorar diferentes abordagens. Entre eles incluímos essa dissertação, que pretendeu utilizar os primeiros textos publicados por João do Rio nos dois jornais acima citados e que nos pareceram ainda não muito utilizados por pesquisadores.

As várias possibilidades de análise do cronista decorrem justamente do fato dele ter-se travestido em outros personagens. João do Rio como cronista-*flâneur* e como *dandy* são recorrentemente utilizados e nós também os escolhemos para tentar entender como ele via o processo de modernização do Rio de Janeiro. O cronista, incorporado ou não por eles, fez parte da cidade também transfigurada que começamos a apresentar nesse capítulo: o Rio de Janeiro como cidade das letras.

1.1) Trajetórias de João do Rio

1.1.1) A fusão entre vida e trabalho

Personagem do início do século XX, João do Rio é o pseudônimo pelo qual se consagrou João Paulo Alberto Coelho Barreto², figura que viveu na capital federal entre 1881

² Interessante observar que Julia O'Donnel (2008, p.33) apresenta um outro nome de batismo para o cronista. Segundo a autora, ele foi registrado com o nome Paulo Emílio Cristóvão Barreto. Já Raymundo Magalhães Junior (1978, p.11) coloca que, originalmente, o nome dele era João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto.

e 1921 e fez do amor que sentia pela cidade, seus espaços e personagens, sua fonte de vida e de trabalho. Carioca nascido na rua do Hospício (atual rua Buenos Aires), era um homem de seu tempo, profundamente urbano. Como repórter-cronista, atividade que exerceu profissionalmente, ele se tornou conhecido, tendo colaborado em periódicos como *Cidade do Rio*, *Gazeta de Notícias*, *O País*, *Correio Mercantil*, entre outros. Ele também escreveu em revistas, como *Kosmos*, *O Coió*, *A Revista da Semana* e *A Ilustração Brasileira*. A obra deste cronista, que era também contista, teatrólogo, conferencista, crítico e tradutor, conta com cerca de 2500 textos (O'DONNEL, 2008, p.25).

A capacidade de escrever de João do Rio nos parecer ser mais um dom do que uma consequência de seus estudos regulares, uma vez que pouco sabemos sobre seus tempos de escola. Segundo João Carlos Rodrigues (2010, p.26), a única pista sobre o período escolar do cronista João do Rio nos foi deixada por ele mesmo, num texto do início de sua carreira, onde afirmou ter estudado no colégio do mosteiro de São Bento. A informação é confirmada pelos registros do livro de matrícula da escola dos anos de 1894 e 1895, mas apenas nas aulas de português. Luis Martins (2008, p.8) complementa nos contando que seus primeiros contatos com os estudos foram dentro de casa passados pelo próprio pai.

Filho de Dona Florência e do professor de matemática e astronomia do Colégio Pedro II, Alfredo Coelho Barreto, defensor da filosofia positivista de Augusto Comte, o cronista foi autodidata no aprendizado de francês, geografia, história e literatura. João Carlos Rodrigues (2010, p.28) relata que, em 1896, ele foi aprovado em letras no concurso do Ginásio Nacional. Contudo, foi escrevendo para o jornal do colégio do mosteiro de São Bento, aos doze anos, que desenvolveu o gosto pela literatura e pelo jornalismo.

Já em 1899, ele teve seu primeiro texto publicado nas páginas do jornal *A Tribuna*. Daí em diante não parou mais de escrever. Logo estava colaborando com *Cidade do Rio*, o jornal de José do Patrocínio e, poucos anos depois, foi para a *Gazeta de Notícias*, onde trabalhou por muitos anos. Entre esses dois periódicos, e muitas vezes no mesmo período, João do Rio teve textos publicados em veículos como a revista *Kosmos*, no *Correio Mercantil*, *O Dia*. Sua carreira, apesar de curta (ele morreu em 1921), foi bastante intensa. A passagem do cronista pelo *Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias* será aprofundada no próximo subtópico desse capítulo.

Mas que, após 1905, ele começou a assinar seus contratos apenas como João Paulo Alberto Coelho Barreto. Luis Martins (2008, p.7), na apresentação do livro *João do Rio: uma antologia*, explica que ele jamais utilizou o nome tal como Raymundo Junior citou, verificado através os contratos de edições dos livros que publicou.

Mas nem só de escrever para jornais viveu João do Rio. Em 1906, ano em que trabalhava regularmente na *Gazeta* e na revista *Kosmos*, decidiu por se dedicar também ao teatro. Sua obra é vasta e extensa, incluindo diferentes gêneros. A sua estreia aconteceu em 29 de dezembro de 1906, com a revista carnavalesca *Chic-Chic*, escrita em parceria com J. Brito. A obra colecionou duras críticas, sendo considerada pelos jornalistas sem graça e sem originalidade (MAGALHÃES JUNIOR, 1978, p.57). Foi autor também das peças *Clotilde*, rebatizada de *A última noite*, de 1907; *Dinheiro haja!*, de 1908, *A bela Madame Vargas*, de 1912, *Eva*, de 1915. Mantinha um forte envolvimento com esse gênero artístico, que acabou sendo um dos fundadores, e o primeiro diretor da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), em 1917.

Sobre a SBAT, Raymundo Junior nos conta que João do Rio foi presidente da entidade no seu período mais conturbado, o da consolidação. A luta pela defesa do direito dos autores teatrais despertou a ira dos empresários, uma vez que o movimento “pretendia por termo a velhos abusos e clamorosas explorações de que eram vítimas os que escreviam ou compunham partituras para peças teatrais” (1978, pp.301-302). Obviamente, como presidente da entidade, ele foi duramente atacado e criticado.

A produção de livros de João do Rio foi intensa. Escreveu obras de contos, como o infantil *Era uma vez...*, de 1909 em parceria com Viriato Correia, *A Mulher e os Espelhos*, de 1914, e o *Dentro da Noite*, de 1910, de literatura decadentista. Além disso, foi tradutor de textos de Oscar Wilde, como a peça *Salomé*, em 1904, e o livro *Intenções*, em 1912. João do Rio produziu livros também a partir da reunião de parte das crônicas publicadas nos jornais. O resultado foi a publicação das compilações como *Religiões no Rio* (1905), *O momento literário* (1908), *A Alma Encantadora das Ruas* (1908), *Cinematógrafo: crônicas cariocas* (1909), *Psicologia Urbana* (1911) e *Vida Vertiginosa* (1911).

Fora as crônicas, o autor também produziu dois romances, sendo o primeiro deles intitulado *A profissão de Jacques Pedreira* (1913), que o próprio destruiu parte da primeira edição pela quantidade de erros tipográficos (RIO, 1992, p.VII). Esse romance conta a história de um jovem de família com certo potencial financeiro que larga a vida de advogado, que também era a profissão de seu pai, para se envolver num universo de negociações, cercado por luxúria.

Em 1918, João do Rio escreveu seu segundo e último romance, *A correspondência de uma estação de cura*. Se no livro do gênero anterior o autor foi acusado de ter criado um texto sem muita inovação, aqui é surpreendente como ele fez desenrolar uma história baseada em cartas emitidas por veranistas que estavam em Poços de Caldas, que nunca obtiveram

resposta. Um verdadeiro romance epistolar de literatura brasileira, mas que não foi valorizado à época, ainda que logo tenha sido publicado também em Portugal. De fato, João do Rio se ateve neste livro, como fez em seu outro romance, à alta sociedade carioca, ou no dizer de Alexandre Eulalio, na apresentação de uma das edições, ele “retrata com bonomia irônica o cotidiano ocioso dos veranistas endinheirados e da gente que mais ou menos ansiosamente girava nessa órbita numa das mais célebres cidades termais brasileiras” (RIO, 1992, p. VII).

Antonio Cândido nos revela que, na época, o livro não teve grande destaque na crítica. Recebeu, apenas, uma resenha de Monteiro Lobato construída para distorcer totalmente o sentido do livro, e um artigo de Viriato Correia que, embora tenha escrito bem sobre o texto, o criticou por se afastar do realismo. Cândido ressalta que o tipo de narrativa construída por João do Rio, além de original, garantia o que, para ele, era a “eficiência” do texto. O que podia parecer superficialidade, na verdade, era o caráter inovador do autor – a pluralidade de focos. Claramente, ele fazia uso de tal recurso, ainda pouco utilizado no universo da literatura brasileira, para demonstrar outro lado da realidade daquelas pessoas que frequentavam a estação de cura de Poços de Caldas. Se, à primeira vista, esses personagens se mostravam de um jeito, um olhar mais atento permitia vê-los mais profundamente.

O jogador profissional se apresenta como um desinteressado amigo, quando na verdade articula golpes; o aventureiro que vive de expedientes age com ar de dedicação, mas o que quer é dinheiro. Neste livro, pode-se dizer que a felicidade do método é superior à relativa banalidade do tom e da visão de mundo (RIO, 1992, p.XVII).

João do Rio também foi fundador e proprietário de alguns veículos de comunicação. Em 15 de novembro de 1912 inaugurou a *Revista Atlântida – Mensário Artístico Literário e Social para Portugal e Brasil*, primeira publicação luso-brasileira, em parceria com o escritor português João de Barros. Editada mensalmente até 1920, ela contou com a colaboração de nomes como Olavo Bilac, Tristão de Ataíde, Julio Dantas e Graça Aranha. A publicação, impressa sempre em Portugal, visava provocar um intercâmbio cultural e literário entre os dois países. Nas palavras do próprio João do Rio, a *Atlântida* era como uma “terra abstrata do conhecimento, do saber, da adivinhação... o grande abraço mental entre a Europa e a América” (RIO, 1915, p.15 *apud* MIRANDA, 2011). Para o biógrafo do autor, a revista tinha um “(...) caráter oficial, a paginação é clássica e pouco imaginativa, com ilustrações acadêmicas e texto pesados e respeitosos” (RODRIGUES, 2010, p. 199).

Em sociedade com Azevedo Amaral e Georgino Avelino, o cronista fundou *O Rio-Jornal*, em 1918. Este, contudo, foi um ano de pouca produção para João do Rio, já que teve

problemas de saúde consequentes de uma tensão nervosa causada pelos ataques pessoais que sofria dos seus colegas de profissão. O jornal, inclusive, contribuía como fonte de aborrecimento para o cronista que, ao recuperar o investimento financeiro feito no periódico, desligou-se dele ao final do mesmo ano (RODRIGUES, 2010, p.232).

Em setembro de 1920, João do Rio concretizou sua terceira e última tentativa de ser proprietário de um jornal. Fundou *A Pátria*, de tendência oposicionista ao governo Epitácio Pessoa (1919-1922) e ao movimento nacionalista que vigorava no momento (ENGEL, 2008, p.88). Defendia a proximidade entre brasileiros e portugueses, sendo esta também uma forma de patriotismo brasileiro. Nele mantinha a coluna diária *Bilhete*, que tinha a política como principal tema, embora também falasse de outros assuntos como cotidiano carioca, celebridades e carnaval.

A primeira visita do cronista à Europa foi a partir de Portugal em 1908, onde voltou no ano seguinte. Dessas duas experiências produziu as reportagens que foram reunidas no livro *Portugal d'agora*, publicado em 1911. Além disso, escreveu conferências, artigos e ensaios como *Fados, canções e danças de Portugal* (1909), *Crônicas e frases de Godofredo de Alencar* (1916), *Sésamo* (1917), *No tempo de Wenceslau* (1917), *Adiante!* (1919).

Foi num período bastante turbulento, marcado por duras críticas, que João do Rio morreu. Em 23 de junho de 1921, enfartou dentro de um táxi no bairro do Catete da capital federal enquanto o motorista foi lhe buscar um copo de água. Ele estava voltando da redação da *A Pátria*, depois de um dia inteiro de trabalho. Edmilson Rodrigues (2000, p.45), baseando-se nas notícias publicadas na época sobre a morte do cronista, descreveu o momento da seguinte forma:

No trajeto, começa se sentir estranho, e os olhos passam em revista a sua cidade. [...] Pede para o motorista parar e lhe trazer um copo de água, um clarão branco toma conta da sua mente. Ao longe, ouve uma algazarra enorme. Tem a sensação de que está subindo, quem dera para o céu, pensa. Num instante a vida rola na sua frente. Já desconfiava que tinha a capacidade de antecipar situações, mas a própria morte, nunca!

A morte de João do Rio foi espalhada ainda naquela madrugada como uma epidemia, segundo no conta João Carlos Rodrigues (2010, p.268).

Dezenas de motoristas de táxi, pequenos jornaleiros e simples populares encarregam-se de espalhá-la. Na saída do Municipal, a alta sociedade estatelada, verteu lágrimas de crocodilo. Os portugueses saíam às ruas, chorando e gritando de fazer dó. Na Cidade Nova, capadócios e macumbeiros perceberam que perdiam um amigo, e não houve batucada. Mesmo os adversários não sabiam como agir.

Dona Florência, sua mãe, não permitiu que seu corpo fosse velado na Academia Brasileira de Letras, onde o cronista só conseguiu ser incorporado após a terceira tentativa. Além disso, ele estava naquela época com relações estremecidas com a entidade, que reunia vários escritores que o criticavam com veemência. O corpo foi para a redação de *A Pátria*, onde passaram nomes como os ex presidentes Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha, os literatos Gilberto Amado, Medeiros e Albuquerque, Júlia Lopes de Almeida, ex ministros de estado como Rui Barbosa e Lauro Miller (RODRIGUES, 2010, p.268).

“Um grande espírito perde o Brasil em Paulo Barreto; e as letras nacionais o mais original, o mais eficiente dos seus artistas. A mentalidade brasileira, de luto, pranteia essa grande, indizível perda”³. Foi assim que as páginas do *O País* exaltaram seu nome como a perda de um jornalista arrojado e de uma grande mentalidade para o país.

1.1.2) Cidade do Rio e Gazeta de Notícias

No início da sua carreira jornalística profissional, João do Rio escrevia críticas de arte e de literatura. A sua primeira publicação foi uma crítica sobre a peça *Casa de Bonecas*, de Ibsen, sob o título de *Lucília Simões*, publicada em junho de 1899, no jornal *A Tribuna*, de Alcino Guanabara. Segundo João Carlos Rodrigues, o estilo do texto era “bombástico e paradoxal” (2010, p.31). Estilo esse que marcou a produção escrita de João do Rio ao longo de sua carreira como jornalista e escritor.

Menos de um mês depois, ele começou a escrever para o periódico *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. A oportunidade se deu porque seu pai, quando Patrocínio chegou à capital vindo de Campos, o empregou no laboratório dirigido por ele. Parecia ser um reconhecimento e uma retribuição à ajuda que teve, ainda que o dono do veículo dissesse que o contratou por sua capacidade e o jeito agressivo de escrever (RODRIGUES, 2000, p.37).

Data de 16 de junho de 1899, na coluna *Gambiarras*, o primeiro texto dele que encontramos nas páginas desse jornal, ainda assinado com seu nome de batismo, Paulo Barreto. O texto era uma crítica da peça *Thereza Raquin*, de Émile Zola, um dos principais nomes da escola naturalista, em cartaz no teatro Sant’Anna.

³ O País, 24 de fevereiro de 1921, Paulo Barreto (João do Rio), p. 3.

Quando Theresa Raquin apareceu na cena parisiense, Zola fazia no “Bien Publique” a batalha pelo teatro naturalista, combatendo com a grande força de análise, com a impetuosidade viril do seu temperamento para que, no mundo de cartão do convencionalismo teatral, vibrasse a vida um dia verdadeiramente, cheia de alegria, ou cheia de dor, mas real, exata, na sublimidade de um estudo social⁴.

Ao longo dessa crítica de João do Rio confirmamos, tal como nos disse João Carlos Rodrigues sobre o primeiro texto do autor, seu estilo incisivo. Na defesa do naturalismo como corrente literária a qual pertencia, ele considerou aquela peça uma revolução para o teatro parisiense, por mais que tenha caído “como caem as grandes causas que se levantaram um dia”, tendo apenas poucas apresentações na capital francesa. Zola foi contra o “convencionalismo” do teatro e “plantou a ideia precursora da verdade, do estudo científico do homem”. Para João do Rio, o público não conseguia apreciar esse novo tipo de obra que ele considerava serem retratos da realidade vivida.

O jornal de José do Patrocínio⁵ era o periódico ideal para João do Rio expor suas posições com tamanha liberdade e objetividade. *Cidade do Rio* e o seu próprio dono eram conhecidos por serem “virulento(s), generoso(s) e desorganizado(s)” (RODRIGUES, 2010, p. 31). O memorialista Luis Edmundo (1957b, p.983) corrobora com essa descrição ao escrever que Patrocínio “cultua a técnica do desaforo, abusa da chalaça e do calão”. Entretanto, não se discutia seu talento e autenticidade. Sobre o jornal, Edmundo fez a ligação direta com o seu proprietário, falando que *Cidade do Rio* viveu tal como Patrocínio, “aos caprichos da sorte”, sem uma lucratividade regular, refletida, conseqüentemente, no salário dos seus colaboradores.

Se mantivermos a mesma percepção de Luis Edmundo, que ligou diretamente o jornal ao seu fundador, podemos dizer que as páginas da *Cidade do Rio* vinham com um certo ar descompromissado. Não queremos aqui criar uma imagem que não condiz com o jornalista e, menos ainda, desmerecê-lo. Patrocínio dedicava-se as causas que defendia integralmente – tal como foi no caso, principalmente, da abolição da escravatura e, posteriormente, do republicanismo. Sua atuação política foi importante dentro das duas lutas, mas, segundo Brito

⁴ Cidade do Rio, Gambiarras, Paulo Barreto, Thereza Raquin, 16 de junho de 1899, p.2. Ao longo desse trabalho, as fontes serão indicadas em nota de rodapé, obedecendo a seguinte ordem de informações, sempre que os dados forem disponíveis: Nome do periódico, coluna, pseudônimo ou nome do autor, data de publicação, título do texto, página do jornal.

⁵ José do Patrocínio nasceu em Campos, estado do Rio de Janeiro, em 1853, filho de um senhor com uma escrava. Cresceu vendo a escravidão de perto, o que fez com que se tornasse, com os passar dos anos e já morador da cidade do Rio de Janeiro, um dos principais defensores da abolição. Formou-se em farmácia, foi jornalista, poeta e romancista, e opositor ao governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Trabalhou na *Gazeta da Tarde* e na *Gazeta de Notícias*, fundou *Cidade do Rio*. Informação disponível no site: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=742&sid=226> Acesso: fev/2012.

Broca, o velho Zé do Pato se transformou num “desencantado herói” (BROCA, 1975, p.12) ou, no dizer de Luis Edmundo, um “D. Quixote de opereta” (1957b, p. 984), que parecia nem sempre se preocupar em honrar os compromissos financeiros que firmava. Não por falta de vontade ou reconhecimento, já que até aumentava os salários de seus redatores, porém nem sempre tinha recursos para pagar-lhes os salários.

O jornal parecia transmitir a personalidade de seu dono. Por mais que a *Cidade* viesse permeada pelo meio em que estava inserida, suas páginas traziam debates sobre a realidade do país, primordialmente os acontecimentos políticos e sociais. Contudo, o próprio horário de publicação da folha, que era vespertina, nos leva a observar esse perfil menos rígido. Ela não saía da redação antes das duas e meia da tarde, pois trazia o resultado das loterias nacionais (o jogo do bicho), que era divulgado às duas horas. Além dos números sorteados, o jornal trazia ainda uma espécie de “câmbio do bicho”, com uma tabela detalhada de probabilidades (COARACI, 1959, pp. 232-233 *apud* SODRÉ, 1966, p.292). Na edição de 23 de dezembro de 1901, vemos o nome de João do Rio – Paulo Barreto – ser utilizado na coluna *Cogitando*, onde saíam esses palpites em forma de verso: “Exclama o Paulo Barreto / Junto ao Raphael Pinheiro / Eu tenho um palpite preto / em BORBOLETA e CARNEIRO”⁶.

O jornal foi fundado em 28 de setembro de 1887 – data escolhida em homenagem à promulgação da lei do ventre livre –, sendo publicado diariamente com quatro páginas e utilizado notadamente como arma para a defesa da abolição da escravatura – como mencionamos acima, principal luta de seu proprietário. De fato, Patrocínio tinha força política e era bem relacionado, além de ser um importante nome dentro do quadro constitutivo da imprensa carioca. Tanto que podemos ler, em uma das primeiras edições do jornal, apesar do exemplar da Biblioteca Nacional estar bem deteriorado, chegando a faltar muitas partes, a reprodução do que a *Gazeta de Notícias* escreveu sobre o lançamento desse diário.

Com este título encetou ontem a sua publicação, n’esta corte, uma folha diária, da qual é proprietário e diretor o Sr. José do Patrocínio. Na *Cidade do Rio* o brilhante e valente jornalista continuará a sua campanha a favor das ideias de cuja realização julga depender o futuro e bem-estar dessa nação.

O nome de José do Patrocínio é só por si um programa e os seus pretendentes na imprensa respondem pela lealdade com que ele o manterá na sua nova folha, cujo aparecimento saudamos com a mais sincera cordialidade⁷.

⁶ *Cidade do Rio*, *Cogitando*, 23 de dezembro de 1901, p.3.

⁷ *Cidade do Rio*, *Nós*, 30 de setembro de 1887, p.1.

O nome de Patrocínio foi destacado como um “brilhante e valente jornalista”. Aguerrido e incisivo, sua marca foi reconhecidamente a luta que travou pela liberdade dos negros, como lemos no trecho acima. Isto era, na concepção do jornalista, essencial para o bom desenvolvimento da sociedade brasileira. Nelson Werneck Sodré (1966, p. 292) coloca que tamanho era envolvimento de Patrocínio com a causa que, após ser decretada a abolição, ele pôs-se a defender a princesa Isabel, como se ela tivesse sido a principal atora do processo, numa “gratidão política” por ter assinado o decreto. Nas próprias páginas daquele período no jornal podemos confirmar essa atitude de Patrocínio. Lemos na edição de 23 de agosto de 1888, num artigo intitulado *O Carro*, sem assinatura (que, contudo, podemos deduzir ser de autoria de José do Patrocínio), a princesa é exaltada inúmeras vezes. Ora como “a meiga heroína da libertação nacional”, ora como “Isabel a redentora”, ou mesmo dizendo que ela “escreveu seu nome na imortalidade”⁸. Essa postura afastou nomes de peso da imprensa carioca como Pardal Mallet⁹, que assinou as colunas *Um diário* e *Correio do Rio*, sob o pseudônimo Fulano de Tal, além da intitulada *Semanais* e do folhetim *Através*, das páginas da *Cidade do Rio*. (SILVA, 2006, p.151). Salientamos, contudo, que apesar dessa postura de defesa à princesa, não demorou muito para que o jornalista aderisse à luta republicana.

Para o desenvolvimento de parte desse trabalho, utilizamos exemplares do jornal *Cidade do Rio* entre 1899 e 1900, anos em que João do Rio escreveu lá. Observamos nesse período a existência de uma coluna fixa no jornal, sempre publicada na página 2, intitulada *Cidade Nova*, assinada pelo redator-chefe do jornal, Dr. Maxime. Havia também espaço regular dedicado aos folhetins, que eram veiculados por partes, em edições seguidas, fazendo com que o público acompanhasse o desenrolar da história diariamente. A *Cidade* também dedicava bastante espaço à arte e à literatura, divulgando os espetáculos teatrais em cartaz e as novidades em termos de livros nacionais e estrangeiros.

A participação de João do Rio na *Cidade do Rio* não obedecia a nenhuma regra pré-estabelecida. Os seus textos não vinham publicados em uma coluna específica, com título formal, tamanho definido e posição fixa no jornal. Alguns deles vinham sob o título de *Crítica Literária*, mas isso não significava que todas as críticas eram veiculadas nessa coluna. Normalmente, recebiam como chamada o nome da obra ou do ator analisado por ele. Por vezes também publicava nas páginas do jornal textos sobre as correntes literárias. Escreveu,

⁸ Cidade do Rio, 23 de agosto de 1888, O Carro, p.1.

⁹ Pardal Mallet foi jornalista e romancista, nascido no Rio Grande do Sul, mas que teve uma forte atuação na causa abolicionista e na republicana na capital federal. Escreveu em jornais como *Gazeta da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, além de ter sido fundador d’*A Rua*. Informação disponível no site <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=842&sid=285> Acesso: fev/2012.

em 1899, sobre o realismo, o simbolismo e o naturalismo em diferentes edições. Concluímos, ao observamos o jornal, que parecia não haver nenhum padrão estabelecido para a inserção da produção do cronista na *Cidade do Rio*.

Ali, como crítico literário e teatral, travestido de Claude, João do Rio sentiu-se à vontade para escrever e defender suas posições. Patrocínio dava liberdade aos seus colaboradores e apostava nos novos talentos, mas faltava um ambiente profissional, notório, por exemplo, pela já citada falta de dinheiro para pagamento dos salários (RODRIGUES, 2010, p.31). Nessa “gazeta de boêmios”, como bem definiu Luis Edmundo (1957b, p. 983), escrevia-se por entre “copos de cerveja e cálices de conhaque”, comemorava-se com festa os dias importantes para a população negra. Entre outros nomes, passaram por lá nomes consagrados com Olavo Bilac, Emílio de Menezes, Plácido Junior, entre outros.

Na *Cidade do Rio*, João do Rio também publicou seu primeiro texto ficcional, intitulado *Impotência*, assinado pelo nome real do autor, Paulo Barreto. Ao lermos essas linhas percebemos como ele, ainda em início de carreira, já provocava o choque em seu público. A história de Gustavo Nogueira, um virgem de setenta anos que relembra a sua vida, num tom de melancolia e desespero, publicada em um jornal foi vista com estranhamento pelos leitores. Isso porque nela João do Rio apresentou claramente o personagem com tendências homossexuais, assunto ainda não abordado tão diretamente na sociedade carioca do período. Ele escreveu: “Passeava pelas alamedas da chácara à tarde e apaixonara-se repentinamente pelo jardineiro forte e musculoso mas o pobre homem respondia às intimidades e às historietas livres com sorrisos e monossilábicos respeitosos”¹⁰.

O conto mostrou o tamanho da ousadia que João do Rio era capaz. Ele, que era homossexual, se expôs ali para a sociedade letrada carioca. Mexeu com um assunto tabu e, como não poderia ser diferente, foi alvo de críticas contundentes que percebemos pelo tom da carta escrita por ele e publicada no *Cidade do Rio*, cinco dias depois da veiculação do conto. O cronista solicitou a correção de uma frase no texto, que havia sido escrita errada, alegando que normalmente ele já recebia muitas críticas e elas só tendiam a aumentar se o erro não fosse esclarecido. Reproduzimos aqui a carta completa e a sua leitura evidencia como o cronista incomodava-se com a veemência das críticas que recebia. Mesmo as considerando menores – “poeira” –, elas traziam desconforto a ele.

Caro e ilustre secretário – Se não fosse o grande medo que tenho dos inimigos pequeninos, destes que atacam sem que a gente sinta, não faria certamente uma

¹⁰ Cidade do Rio, Paulo Barreto, 16 de agosto de 1899, *Impotência*, p.1e2.

emenda ao já tão comprido conto que assoberbou o seu conceituado jornal e não lido pelos seus 10 mil eleitores: mas nesse momento torna-se mais que necessária uma corrigenda a minha falta de cuidado e em parte à revisão. Hás de te admirar dessa minha ideia agora, quando quase todos os meus artigos têm coisas em que eu nunca pensei, mas reflete que os tais inimigos estão em campo e que como casta de inimigos não há pior.

São pequeninos, quase imponderáveis, trepando às tuas costas, discursando de lá, saltando, correndo, refestelando-se nas escolas, pairando nas ruas de todas as coisas, sem ter noção clara e bem definida, epiléticos impertinentes, irritantes, intoleráveis.

Eu os comparo a poeira, ao pó. Quando pensas que está limpo, lá está ele tranquilo na tua roupa, nas tuas votas; escova-se de novo, e a luta recomeçará, tácita, tornando-se importante para um inimigo que cai tão de leve, mas que macula. Muita gente há que não dá importância a poeira: eu pelo contrário tenho-lhe horror, desde que um sábio disse que ela intoxicava e sempre que me lembro dos deliciosos hexâmetros de Lucrecio, Que diabo! O pó é uma coisa importante. Faz pensar à gente na observação do grande filósofo do *Rerum Natura*, faz refletir nos átomos, em Demócrito, nas hipóteses de Dumas e também em muita coisa ruim. É pois impossível desprezar os inimigos que são como o pó, mesmo porque eu não perdoos inimigos.

A corrigenda além de outras de menos importância é essa: *Como qualquer coisa a toa tomando os hemisférios frontais do cérebro.*

Deve ser lido: *Como qualquer coisa atravancando a parte frontal dos hemisférios.*

Repito, meu caro secretário, desculpando-me de ter tomado tanto espaço. Não faria essa corrigenda agora, deixando-a para quando o conto saísse em coleção se não tivesse contra mim um batalhão de inimigos, isto é uma ventania de poeira, que não é só contra as ideias que eu prego de reação naturalista, mas é até mesmo contra a minha própria pessoa – Agradecendo a tua amabilidade: sou *nunc et semper* d'alma.

Paulo Barreto¹¹

Além do espaço que Patrocínio cedia para que João do Rio rebatesse os insultos que recebia, o próprio veículo se posicionava em defesa do seu jornalista. Notamos isso ao vermos a resposta do jornal ao saber que João do Rio recebeu insultos verbais e ameaças de alguns atores em frente ao restaurante Desiré. Ele havia publicado uma crítica sobre a peça *O Amigo das Mulheres*, de Dumas Filho, encenada pela Companhia de teatro Lucinda, onde ele comentou que o Sr. Campos não tinha físico nem preparo para fazer o papel de Montegne e que Sr. Chaby Pinheiro como De Chantrín “faz rir a perder, porque quando não o ajuda o autor, ajuda-o a gordura”¹². Três dias após esse texto ser publicado, o jornal relatou o acontecimento e grifou que “fique certa a companhia incorreta – o nosso crítico continuará a dizer sobre arte, de pleno acordo com a redação da *Cidade do Rio*”¹³.

¹¹ Cidade do Rio, Paulo Barreto, 21 de agosto de 1899, Impotência, p. 2.

¹² Cidade do Rio, Gambiarras, P.B., 21 de abril de 1900, O Amigo das Mulheres, p.3.

¹³ Cidade do Rio, 24 de abril de 1900, A Companhia Lucinda, pp.1-2.



JORNAL DA TARDE

REDACTOR E PROPRIETARIO - JOSÉ DO PATROCÍNIO

RIO DE JANEIRO, Sexta-feira, 16 de Junho de 1899

ASSIGNATURAS PARA CAPITAL E ESTADOS
Anno Semestral 280000
Anno Anual 560000

ASSIGNATURAS PARA CAPITAL E ESTADOS
Anno Semestral 280000
Anno Anual 560000

TELEGRAMMAS

Serie especial de "Cidade do Rio"

S. Peterburgo, 16. O ministro da Fazenda expediu um decreto pelo qual todos os estabelecimentos...

London, 16. O ministro da Fazenda expediu um decreto pelo qual todos os estabelecimentos...

Washington, 16. O presidente Cleveland...

Chicago, 16. A companhia da estrada de ferro Chicago, Burlington and Quincy...

Tokio, 16. As ações do Daiwa Jidosha foram dadas em Novembro.

PAPÉL QUEIMADO

Não nos queremos interpor no debate dos dois financeiros...

O nosso propósito é simplesmente fazer desde já um protesto...

O Sr. Ray Barbosa diz que temo de queimar 120 mil contos...

Reduzido, pois, ao Sr. Ray Barbosa, que junto ao seu cálculo...

Para conversão dessa somma de papel sujo, vamos lançar a taxa de 1/2...

Adm. do Jornal. 133 mil, 333 contos...

da, que o papel queimado, não causará a mais pequena prejuizo...

Confrontando esta somma com a que deviamos pagar...

Como se vê, portanto, a politica do papel queimado, ao continuar a ser applicada...

O direito do contra-tante existe, porque, completo, individual, e não coletivo...

Qual o fim do semelhante procedimento? abrir conflito com o Sr. Dr. Pedro Municipal...

Porém, há condições triza de facto, em primeiro, de que o direito quebra o contrato...

Relativamente à reclamação do comitê da Companhia Industrial...

O Sr. Queiroz Barros, com rates no hospital de Vianna, Bexina...

Administracão municipal. O Conselho Municipal approvou, ontem, em primeira discussão...

Parodia que esta opinão do administrador municipal basta para comprometer os Sr. Indenentes...

Adm. do Jornal. 133 mil, 333 contos...

CARNES VERDES

Não ha nenhuma razão para recusar que a fallencia da firma Mattos Guimarães, Harold & C...

Por outro lado, Carmo & Cia respondem perante a Municipalidade...

O Conselho podia dar aos illustres indennizados, que subverviam...

O Sr. Dr. Pedro Municipal, que ha de necessariamente votar o projecto...

Matthiasen e Hom Ceará, Vinhos e C. Os Srs. Mendes...

Matthiasen e Hom Ceará, Vinhos e C. Os Srs. Mendes...

Matthiasen e Hom Ceará, Vinhos e C. Os Srs. Mendes...

Matthiasen e Hom Ceará, Vinhos e C. Os Srs. Mendes...

Matthiasen e Hom Ceará, Vinhos e C. Os Srs. Mendes...

Matthiasen e Hom Ceará, Vinhos e C. Os Srs. Mendes...

Matthiasen e Hom Ceará, Vinhos e C. Os Srs. Mendes...

SONHO TRISTE

Se não foi um sonho a viagem que se fez a bordo do navio...

Byssopella - Rio de Janeiro. O Sr. Dr. Pedro Municipal...

Byssopella - Rio de Janeiro. O Sr. Dr. Pedro Municipal...

Byssopella - Rio de Janeiro. O Sr. Dr. Pedro Municipal...

Byssopella - Rio de Janeiro. O Sr. Dr. Pedro Municipal...

Byssopella - Rio de Janeiro. O Sr. Dr. Pedro Municipal...

Byssopella - Rio de Janeiro. O Sr. Dr. Pedro Municipal...

Byssopella - Rio de Janeiro. O Sr. Dr. Pedro Municipal...

Byssopella - Rio de Janeiro. O Sr. Dr. Pedro Municipal...

Byssopella - Rio de Janeiro. O Sr. Dr. Pedro Municipal...

Byssopella - Rio de Janeiro. O Sr. Dr. Pedro Municipal...

BOBOLAS, FRODOSS, ETC.

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

Se estiverem escritas as bobolas, podem publicá-las como bobolas...

JURISPRUDENCIA

PRINCÍPIO ANTI-ESTADO NA PROTECCAO LEGISLATIVA...

EXERCITO

Resposta de Sr. Ray Barbosa...

Imagem 1 - Capado jornal Cidade do Rio de 16 de junho de 1899

Até começar a escrever na *Gazeta de Notícias*, onde ele se consolidou como cronista, João do Rio colaborou com diversos periódicos matutinos entre janeiro de 1901 e março de 1902. Um deles foi o jornal *O Dia*, que funcionou poucos meses, mas que teve uma participação relevante na imprensa brasileira por ter divulgado documentos até aquele momento desconhecidos sobre as reuniões do Governo Provisório republicano ocorridas entre fevereiro de 1890 e janeiro de 1891. Em janeiro de 1902, João do Rio foi um dos nomes que constavam na tentativa de reestruturação do *Correio Mercantil*. Nesse periódico publicou o conto *Carta Íntima*, como João Coelho, e críticas teatrais, assinadas como Paulo Barreto ou apenas como P.B (MAGALHÃES JUNIOR, 1978, p.28).

De março de 1902, quando entraram em falência *O Correio Mercantil* e *Cidade do Rio*, até maio de 1903, momento em que ele começou a escrever na *Gazeta de Notícias*, João do Rio não encontrou espaço para sua produção na imprensa carioca. Foi nesse período que ele tentou seguir a carreira diplomática, sem sucesso. O seu tipo – “gorducho e amulatado” – não atendia ao perfil traçado pelo barão de Rio Branco, a frente do ministério das Relações Exteriores, para fazer parte do corpo diplomático brasileiro (RODRIGUES, 2010, pp.40-41). Vemos aqui uma divergência de datas desse episódio nos estudos de João Carlos Rodrigues e Raymundo Junior. Este último indica que a tentativa de ingresso no mundo diplomático por João do Rio foi em fins de 1903 (MAGALHÃES JUNIOR, 1978, pp.30-31).

Foi na *Gazeta de Notícias*, onde trabalhou de 1903 a 1915, que Paulo Barreto adotou o pseudônimo de João do Rio, marcante em sua carreira de tal forma que superou em fama o seu próprio nome. O cronista o escolheu para fazer uma homenagem ao jornalista francês Jean de Paris, do *Le Figaro*, embora por muito tempo os estudiosos tenham atribuído a escolha do nome à admiração do cronista pelo decadentista Jean Lorrain (RODRIGUES, 2010, p.49). Ele foi para o jornal por indicação do deputado Nilo Peçanha trabalhando, inicialmente, como revisor. Lá, em maio de 1903¹⁴, escreveu a coluna *A Vida do Rio*, publicada apenas durante três domingos (dias 3, 10 e 17), onde assinou com o pseudônimo João do Rio.

Ressaltamos que ao observarmos os estudos dos autores João Carlos Rodrigues (2010, p.49) e Renato Cordeiro Gomes (2005, p.17) notamos que ambos colocam o “nascimento” desse pseudônimo com o texto intitulado *O Brasil lê*, publicado na *Gazeta*, em 26 de

¹⁴ Raymundo Junior nos dá a entender que João do Rio começou a trabalhar na *Gazeta de Notícias* ainda em 1902, divergindo do que escreve João Carlos Rodrigues. Segundo ele, logo que entrou para o jornal, João do Rio, além das crônicas, escrevia críticas teatrais e trabalhava na revista *Os Anais* e na tradução de livros. (MAGALHÃES JUNIOR, 1978, p. 20).

novembro de 1903¹⁵. Porém, em nossa pesquisa nos exemplares da Biblioteca Nacional, constatamos o uso anterior na mencionada coluna, *A Vida do Rio* veiculada em maio de 1903, e em alguns outros textos publicados no mesmo ano, nas seguintes datas: 3 e 26 de junho e 11 de agosto de 1903. Acreditamos, contudo, que foi a partir da reportagem de novembro e do citado texto que o pseudônimo realmente se destacou, firmando-se no meio jornalístico.

A coluna *A Vida do Rio* trazia textos longos, que vinham sempre na primeira ou segunda página do jornal, ocupando cerca de duas ou três colunas e assinadas por João do Rio. Em seu primeiro número, publicado no dia 3, o cronista fala sobre Pereira Passos e suas obras de modernização na cidade, sendo o texto – quase em sua integralidade – elogioso ao prefeito. A crônica é um diálogo entre o jornalista e alguém que ele chama de amigo “íntimo de Passos”, onde foram exaltadas características como bom administrador, dedicado ao trabalho, justo, entre outras.

Contudo, o jornalista mostrou sua preocupação em saber se o prefeito poderia estabelecer uma ditadura na cidade e se manter no poder além do tempo do seu mandato. O íntimo prontamente terminou a conversa dizendo: “Isso são coisas que a política resolve. O *interview* pode ser a história contemporânea dialogada, não deve ser o indiscreto indagar de mistérios políticos. Entretanto, se assim for, não como amigo, mas como carioca, eu só lhes direi: - *all right!*”¹⁶. Tal desfecho nos levou a pensar que João do Rio pode ter feito relação com o que aconteceu em Paris, onde Eugène Haussmann, responsável pelas reformas da cidade, ficou a frente da prefeitura por 17 anos.

Em 31 de maio de 1903, ele iniciou a coluna *A Cidade*, assinando como X., com o objetivo de, nas próprias palavras do autor, “acompanhar de passo em passo, o trabalho do renascimento. Um aviso, um conselho, um reparo, uma censura, um elogio, - tudo haverá, de quando em quando, nesta curta e sóbria coluna”¹⁷. Ele comparou o Rio de Janeiro, em pleno processo de modernização, com um doente em convalescência. Ou seja, as reformas urbanas em andamento na cidade eram, para João do Rio, a cura para a doença do atraso e da barbárie que ele considerava assolar a capital federal. *A Cidade* era, portanto, um registro dos costumes e da mentalidade da sociedade carioca pelo olhar de João do Rio. A coluna não tinha periodicidade definida, podendo ser publicada diariamente durante uma semana, depois ser veiculada apenas duas ou três vezes quase sempre na página 2. Os textos eram mais curtos, não chegando a ocupar nem metade de uma coluna do jornal.

¹⁵ No livro de João Carlos Rodrigues, o ano está 1904. (RODRIGUES, 2010, p.49).

¹⁶ Gazeta de Notícias, A vida do Rio, João do Rio, 3 de maio de 1903, O Prefeito, p. 1 e 2.

¹⁷ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 31 de maio de 1903, p.1.

A *Gazeta de Notícias* surgiu em 1874, fundada por Ferreira de Araújo, sendo um jornal “barato, popular, liberal” (SODRÉ, 1966, p.257), mas em pouco tempo se tornou um dos grandes jornais do Brasil em popularidade, ao lado do *Jornal do Comércio*, o que acarretou num aumento do preço de venda. Para Sodré (1966, pp.289, 292), a magnitude do periódico era consequência da qualidade do seu fundador como jornalista e do número de homens das letras que colaboravam com o jornal, tornando-o um “centro de irradiações magnífico”.

Com a morte de Ferreira de Araújo, Henrique Chaves assumiu¹⁸, em 1901, a direção do jornal. A *Gazeta* passou por um momento de transição sem perder o status que havia conquistado no país. Luis Edmundo nos diz que “o grande brilho da *Gazeta*, jornal de elite, é dado, porém, pelos seus redatores literários” (1957b, p.922). E foram muitos que passaram pelo jornal: Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Coelho Neto, Emílio de Menezes.

Podemos perceber que o jornal era um dos maiores do país ao observarmos sua tiragem diária. Entre 1900 e 1908, os números giravam em torno de 35 e 40 mil exemplares, nos revela Marialva Barbosa (2010, pp.124-125). A pesquisadora acrescenta que era uma prática comum os jornais serem lidos em voz alta em ambientes familiares, tendo um maior poder de difusão, atingindo um maior público, do que imaginamos ao ver a tiragem. Esse periódico dedicava em suas cerca de oito páginas diárias um espaço satisfatório para a literatura, publicando crônicas, poesias, contos, folhetins, e, ainda, a programação dos teatros da cidade.

Nesse jornal João do Rio se firmou como cronista, escrevendo as já citadas colunas, e outras como a *Cinematógrafo*, de 1907, e *À margem do dia*, de 1915, em que assinava como Joe. Na coluna *O Instante*, em 1912, ele usou também esse último pseudônimo, mas anteriormente havia assinando como Paulo José, o alter-ego político do cronista. Ele também escreveu na *Gazeta de Notícias* como Simeão, José Antonio José (coluna *Pall-Mall Rio*). João do Rio teve ainda publicadas nesse jornal as séries de crônicas-reportagens *A pobre gente*, iniciada em maio de 1904, e *Religiões no Rio*, de 1905. As entrevistas intituladas *Momento Literário* realizadas com os homens das letras do país e veiculadas na *Gazeta* sobre o universo literário brasileiro será estudada no próximo capítulo desse trabalho.

¹⁸ Encontramos aqui mais uma divergência de informações. As memórias de Luis Edmundo (1957b) dizem ser Henrique Chaves o novo diretor do jornal. Marialva Barbosa (2010) corrobora com Edmundo, enquanto Raymundo Junior (1978) afirma que o jornal passou às mãos de Manuel Jorge de Oliveira Rocha, o Rochinha, fundador do jornal *A Notícia*.

1.2) A produção sobre João do Rio

O Rio de Janeiro do início do século XX tinha em João do Rio um dos seus principais admiradores. Ainda que fosse muito criticado por uma série de aspectos como mencionamos acima, o cronista nutria um encantamento pela capital federal, seus espaços e personagens, e o relatava nos textos que escrevia. Talvez por esse motivo, não apenas ele como figura singular do período, mas também a sua extensa produção literária foi, e é até hoje, bastante utilizada como fonte de estudo de tal momento histórico.

Contudo, ele e sua produção permaneceram sem a devida atenção durante muitos anos. Por mais que não saibamos as reais motivações para esse desprezo em relação ao autor, podemos supor que ele foi resultado das tantas críticas sofridas por ele ao longo da vida. Acusado de superficial e de plagiador, com uma vida marcada pela polêmica e pelo paradoxo, talvez seja isso o motivo do seu esquecimento por quase cinquenta anos. João Carlos Rodrigues (2010, p.277) acrescenta outra posição, de cunho mais abrangente que apenas razões pessoais. Para ele, a Revolução de 1930 ocorrida no Brasil sepultou a República Velha e tudo que pertenceu a ela. Porém, por mais controverso que João do Rio tenha sido, a importância que teve durante o período em que viveu começou a aparecer em meados dos anos de 1970. “Discutido, negado, caluniado, elogiado, João do Rio conseguiu transpor o seu tempo. Essa é que é a verdade” (FUSCO, 1940, p.220).

Antes desse período, foram escassas as publicações sobre a vida e a obra de João do Rio. Rosário Fusco foi um dos poucos que fez referência ao cronista. Em seu livro *Vida Literária*, de 1940, ele assinou o capítulo *Presença de João do Rio*, onde reconheceu que o autor estava esquecido por sua geração, mas que suas inovações podiam ser sentidas no jornalismo brasileiro daquele tempo. “Foi ele, inquestionavelmente, o mais original, o mais vivo, o mais ágil e o mais saboroso cronista do Brasil” (1940, p.216). Em 1959, Marques Rebelo, em *O trapicheiro* afirmou que o tempo se encarregaria de reconhecer a importância de João do Rio, nosso primeiro repórter e responsável por reformar a imprensa brasileira. E foi isso mesmo que aconteceu.

Brito Broca lançou, em 1956, *A vida literária no Brasil – 1900*, uma obra que até hoje é referência no país em relação à vida literária e à formação cultural dos literatos brasileiros, onde ele procura também olhar o Rio de Janeiro em seu momento histórico. Nela, o historiador ratifica ser João do Rio um dos precursores na inovação da imprensa que consistia, na sua concepção, na junção do jornalismo com a literatura, ou melhor, “fazendo da

reportagem um gênero literário” (1975, pp.217-218) . Broca fala, ainda, sobre as entrevistas do *Momento Literário* publicadas na *Gazeta de Notícias*, em 1905, onde o cronista através das entrevistas com escritores brasileiros investiga a ligação entre as duas áreas.

O escritor e jornalista Luís Martins, em 1971, deu o impulso inicial aos estudos mais frequentes sobre João do Rio. No livro *João do Rio, uma antologia*, ele selecionou alguns textos do escritos do autor entre contos, crônicas e reportagens. Ele define o nosso personagem, independentemente do estilo que estivesse escrevendo, como um “cronista de um momento, de uma atmosfera social”. E por esse motivo Martins acha que ele tenha sido praticamente ignorado pelas gerações daquele período, por suas obras não conservarem “esse caráter de perenidade e permanência que o transcende” (2008, p.19). É inegável que esse aspecto mencionado por Luís Martins exista na obra de João do Rio. Mas acreditamos não ser por isso que a obra do autor tenha permanecido sem interesse dos estudiosos, uma vez que seus textos são ricos de informação de quem viveu naquele tempo de intensas transformações na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda nesse período há outra publicação sobre a vida e a obra do autor. Raymundo Magalhães Junior escreveu *A Vida Vertiginosa de João do Rio*, uma biografia focada na carreira jornalística dele, com uma construção de capítulos bastante interessante. O primeiro, por exemplo, que fala sobre a vida pessoal de João do Rio chama-se *O afilhado de Teixeira Mendes*. Raimundo Teixeira Mendes, um dos nomes do positivismo no Brasil, com sua esposa Dona Ernestina de Carvalho Teixeira Mendes foram escolhidos como padrinhos do cronista pelo seu pai, defensor de tal corrente. “Foi nesse humilde Templo da Humanidade (*Igreja do Apostolado Positivista*) que, de acordo com o rito comtista, recebeu a 8 de setembro de 1883 o ‘sacramento da apresentação’, correspondente ao batismo dos católicos” (1978, p.11).

Mas o foco da publicação de Raymundo Junior era mesmo o trabalho de João do Rio como jornalista. Em vários capítulos o autor tratou dos locais onde ele escreveu e das suas produções literárias. Em *José Antônio José, Cronista Mundano* o assunto era a coluna *Pall-Mall Rio*, escrita no jornal *O País* a partir de setembro de 1915, assinada pelo pseudônimo que deu nome ao capítulo, José Antônio José. “Nessa seção misturava tudo: comentários sobre a vida artística e literária, crônica mundana e até registros de natureza política” (1978, p.260). Por essa coluna passaram muitos nomes da sociedade carioca como o advogado Ataulfo de Paiva, a Baronesa de Loreto, o diplomata Luís de Sousa Dantas.

A escritora Júlia Lopes de Almeida¹⁹ foi o tema da coluna *Pall-Mall Rio*, do jornal *O País*, da edição do dia 25 de setembro de 1915. João do Rio escreveu:

A festa é a homenagem dos homens de letras e das senhoras brasileira à criadora admirável da *Viúva Simões* e da *Falência*. Todos aqueles talentos, todos aqueles nomes estão ali na admiração e no respeito pela primeira das nossas escritoras. D. Julia deve estar contente²⁰.

É do final dos anos 70 o artigo *Radicais de ocasião*, escrito por Antonio Cândido. O literato define nosso personagem como um “jornalista adandinado”, alguém que usa a literatura para ter prestígio social. Cândido traz em seu texto as duas críticas feitas a João do Rio por Antônio Torres e Elói Pontes, acrescentando que a partir de Rosário Fusco, que não conheceu pessoalmente o cronista, começaram a surgir avaliações justas à sua contribuição literária.

A década de 1980 aprofundou ainda mais o interesse os estudiosos no cronista. O pesquisador João Carlos Rodrigues foi um dos principais nomes desse momento. Ele organizou mais uma seleção de textos nomeada *Histórias de gente alegre – Contos, crônicas e reportagens da “Belle-époque” carioca* e, em seguida, fez um amplo levantamento do trabalho do autor para a confecção de *João do Rio: catálogo bibliográfico*, publicado pela prefeitura do Rio de Janeiro, onde foram catalogados mais de 2400 textos dele. Esse material virou uma importante fonte de consulta para pesquisadores do cronista, contendo ainda indicações biográficas sobre João do Rio e um índice temático com os assuntos tratados pelo autor.

A partir desse catálogo, João Carlos Rodrigues elaborou dois outros livros, agora biográficos sobre o cronista: *João do Rio: uma biografia* e *João do Rio: vida, paixão e obra*. Neste último, João Carlos percorreu as obras do autor, sua vida pessoal desde a infância do sobrado número 284 da rua do Hospício até a sua morte, em 1921, passando por sua viagens internacionais, seu trabalho nos jornais, entre outros pontos. É dele também a organização da reedição de *Vida Vertiginosa*, de autoria do próprio João do Rio.

¹⁹ Júlia Lopes de Almeida nasceu em 24 de setembro de 1862, no Rio de Janeiro. Mudou-se para Campinas aos sete anos e lá permaneceu até os 23. Foi dentro de casa que surgiu a inspiração para escrever, já que a irmã Adelina Lopes e o pai Valentim Lopes eram escritores. Estreou nas páginas dos jornais em 7 de dezembro de 1881, na *Gazeta de Campinas*. Casou-se com o escritor português Filinto de Almeida, em 1888. Na época do surgimento da Academia Brasileira de Letras, chegou a se cogitada para participar dos quadros da fundação, porém, com a desculpa de fidelidade ao modelo da Academia francesa que vetava a participação de mulheres, ela tem seu nome retirado. (FANINI, 2009).

²⁰ O País, Pall-Mall Rio, José Antônio José, 25 de setembro de 1915, p. 2.

João do Rio, a cidade e o poeta foi a principal contribuição do historiador Antonio Edmilson Rodrigues (2000, p.15) sobre o cronista. Apesar de não ser uma biografia nos padrões que conhecemos do gênero, o livro nos oferece importantes indícios sobre a vida desse autor. Como o próprio Edmilson frisou no prefácio:

Muitos se surpreenderão com o que lerão neste pequeno livro. Ele não é uma biografia, no sentido de contar a história temporal de uma vida; não é uma produção de um perfil psicológico, nem o exame de um intelectual a partir da cultura do momento vivido. É um produto híbrido que procura realizar uma conexão entre história, literatura e vida na direção do que Linda Hutcheon anuncia, no seu olhar pós-moderno – a intermediação narrativa de fatos “reais” e “ficcionalis”, associados à explicitação textual, como elementos de um caráter discursivo do que se concebe como realidade.

Antônio Edmilson apresenta João do Rio em seu amor pela cidade do Rio de Janeiro, em seus traços marcantes de personalidade, em sua vivência no mundo vertiginoso em transformação da modernidade, em sua infância marcada pelo positivismo do pai. O historiador nos introduz também às relações profissionais de João do Rio – suas idas ao Café do Rio, ao Café Paris –, aos debates travados com literatos, ao seu estilo de escrever como jornalista e às tantas influências que teve.

A leitura do livro se torna ainda mais interessante quando percebemos que o historiador se utiliza do mesmo recurso do cronista para dar a tônica da sua narrativa. Tal como João do Rio, as páginas escritas por Rodrigues mesclam ficção e realidade que vemos, inclusive, na descrição da morte do autor por ele mesmo. E mesmo aí com seu falecimento a história não acaba. João do Rio passa a observar a cidade que tanto amava. “Agora sob nova perspectiva, brilhante, bonita, radiante. Então lembra-se de que estava pensando, quando morreu, em fazer um último elogio à cidade” (2000, p.50).

Nelson Schapochnik, em seu livro *João do Rio: um dândi na Cafelândia*, produzido para fazer parte da coleção *Paulicéia*, da série Letras, da Boitempo Editorial em 2004, reúne vinte e seis textos do cronista escritos entre 1908 e 1921 sobre São Paulo e os paulistas. O autor ressalta no prefácio da edição intitulado *Entre a celebração e a desfaçatez* que considera importante observar a identidade “positiva e distintiva” que João do Rio atribuiu para a sociedade paulistana, como um contraponto a própria realidade carioca a que ele fazia parte. Essa faceta do seu trabalho permanece ainda hoje pouco explorada pelos estudiosos do autor.

A historiada Virginia Camilotti (2008), autora da tese de doutorado *João do Rio: ideias sem lugar*, defendida em 2004, posteriormente publicada em livro, trabalha com a ideia de *closes*. Ainda que perpetue a cidade como elemento principal do foco do trabalho de João do Rio, ela analisa esse “feixe de caminhos” que são as ruas para João do Rio e se aproxima

dos seus personagens. As perambulações dele como *flâneur*, considerando suas produções como escritor ficcional e jornalista, permeado por sua influência decandentista resultam nas crônicas que Camilotti chamou de um “imenso laboratório de alma”.

O decandentismo, para Camilotti, é o que explica essa aparência – e realidade – paradoxal de João do Rio, que faz parecer que há duas pessoas ao invés de uma só. Aquele que é o ficcional, e o outro, o cronista. Investindo-se como anônimo, misturando-se a multidão, ele procurou vivenciar aquilo que essa condição o possibilitava. Como jornalista, registrou as impressões e sensações dos eventos que participou. Ou seja, a dualidade presente nele, longe de ser contraditória, era complementar e essencial para o seu trabalho.

João do Rio como etnógrafo é o aspecto do autor que Julia O’Donnel (2008) trata em *De Olho na Rua – a cidade de João do Rio*. Elaborada como tese de mestrado em Antropologia Social da autora, o material também foi publicado em livro. A “sensibilidade etnográfica” de João do Rio foi, para ela, o que permitiu que ele transitasse tão bem entre os diferentes espaços da cidade e, mais, que acompanhasse a sociedade carioca em intensa transformação daquele momento histórico. A rua, aqui, foi novamente o foco da pesquisa – “protagonista da observação de João do Rio”.

O’Donnel caminha pela prática da observação etnográfica, elementar para o jornalismo investigativo inaugurado por João do Rio. A aproximação que ele estabelecia com os objetos foi uma novidade no campo jornalístico. Isso permitiu ao cronista conhecer os diferentes mundos que compunham a modernidade em construção no Rio de Janeiro, um ambiente complexo marcado por uma nova realidade política – a República.

Fernando Cerisara Gil (1995)²¹ levanta em seu trabalho as críticas que foram direcionadas para João do Rio, referentes ao romance *A profissão de Jacques Pedreira*, e abordadas por José Paulo Paes no ensaio *O art-nouveau na literatura brasileira*. O cronista foi acusado de ser superficial e pouco criativo. Mas o autor defende que João do Rio talvez seja o “paradigma do escritor *art-nouveau*”, que transpunha para a literatura o “sorriso da sociedade”. Podemos pensar, assim, que essa superficialidade era própria daquele meio. Gil coloca que o mesmo ensaísta observa que, de uma maneira geral, essa literatura produzida na *belle époque* tem como traço marcante ser em si para uma ornamentação, que pode ser superficial ou consubstancial. João do Rio, nesta linha de pensamento, se adequaria ao primeiro caso, profundamente mergulhado de conotações negativas e pejorativas.

²¹ Cf: PAES, José Paulo. *O art-nouveau na literatura brasileira*. In: _____ **Gregos e baianos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Renato Cordeiro Gomes, autor de *João do Rio: vielas do vício, ruas da graça*, também foi o responsável pela edição com textos do cronista da coleção *Nossos Clássicos*, da editora Agir. No prefácio, Gomes fala das “múltiplas assinaturas que legitimam os ‘personagens-pseudônimos’” de João do Rio. Constitui-se como um sujeito plural, adaptando-se a diferentes máscaras, mas mantendo ao vestir cada uma delas o seu amor pela cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes.

O formato de escrita de João do Rio foi abordado por Magali Engel num dos capítulos de *Crônicas cariocas e o ensino de história*. A historiadora apresenta uma biografia resumida do autor, a classificação temática de alguns de seus textos e indica como eles podem ser trabalhados como registros históricos para estudo do Rio de Janeiro durante a *belle-époque*. Ela explica no jogo que a crônica estabelece com a realidade, “ela convida o cotidiano a se pronunciar segundo seus próprios termos, sem muita elaboração rebuscada” e ao mesmo tempo também fala sobre seu autor e a sua interpretação do que representa. Assim, Engel argumenta que João do Rio, ao utilizar o recurso da ironia, “preserva a dignidade da crônica, onde os argumentos são válidos na medida em que multiplicam se articulam” (2008, p.98).

Um trabalho recente sobre o cronista foi realizado por Amanda Danelli Costa. Em sua tese de doutorado, defendida em 2011, ela estuda o Rio de Janeiro procurando relacionar a modernidade carioca ao projeto para modernizar e civilizar a capital federal. A historiadora volta seu olhar para as especificidades do lugar retratadas nas crônicas de João do Rio e nas fotografias de Augusto Malta.

Ainda que cada estudo sobre o autor explore uma faceta de seu trabalho ou personalidade, parece-nos ponto comum entre eles essa dualidade de personagens que habitavam o corpo do cronista. E temos também a impressão de que é isso que faz de João do Rio, em si mesmo, um homem extremamente moderno. Tal como seu estilo de escrita - a crônica - só tem sentido na realidade em constante transformação da modernidade, foi assim a sua existência como habitante do mundo, ou melhor, da sociedade carioca. Ela só tem sentido no caos urbano que se estabeleceu na capital federal nos anos de 1900.

Vale ressaltar que ao relacionarmos os trabalhos realizados sobre João do Rio não tivemos a pretensão de citar todas as pesquisas desenvolvidas sobre o cronista, mas apenas dar um panorama geral da produção recente do tema e ressaltar os principais aspectos abordados neles. Após o vácuo de interesse existente em sua vida e seus textos entre a sua morte, em 1921, e os poucos trabalhos escritos até a década de 1970, João do Rio passou a ser objeto de estudo nas áreas de história, jornalismo e letras.

A leitura desse material nos fez perceber que os trabalhos se concentram, principalmente, em compreender o Rio de Janeiro em processo de modernização, justamente pelo cronista ser um apaixonado pela cidade e defensor das reformas urbanas de Pereira Passos. Também notamos que as pesquisas ressaltam a questão da transformação no jornalismo inaugurada por ele. A diferença na apuração da notícia, a aproximação física com os fatos descritos faz com que seu nome seja, ainda hoje, relacionado como responsável pelo novo tipo de imprensa que passou a se fazer no Brasil.

1.3) João do Rio pelas ruas da cidade

1.3.1) O amor pelo Rio de Janeiro

A cidade e a sociedade carioca sempre foram utilizadas por João do Rio como fonte de inspiração. Para a concretização da modernização, sonhada pelo governo e pela elite brasileira, eram esses os dois elementos, principalmente, que deveriam ser transformados no Rio de Janeiro. Desejava-se uma aparência moderna para a então capital do Brasil e uma sociedade adequada a ela, que serviria de modelo para todo o país.

Mas essa expectativa não teve como ser atendida uma vez que a singularidade da capital não pode ser desconsiderada. A configuração sociocultural e econômica que havia no Rio de Janeiro era diversa das demais cidades brasileiras. Tal situação inviabilizou sua consolidação como um espelho para o país. Isso não significa que sua capitalidade deve ser menosprezada. De fato, a cidade foi pensada, muitas vezes, como sendo o todo do Brasil (NEVES, 1991). Podemos entender que ela era vista como um microcosmo representativo de um espaço bem mais amplo, o país inteiro. Margarida Souza Neves (1991, p.57) explicitou que muitos contemporâneos desse momento histórico não perceberam com clareza que o país não era um “reflexo natural” do que acontecia no Rio de Janeiro.

Essa avaliação nos remete a outras reflexões. Marly Motta (2000) ponderou que, para a corrente defendida principalmente por estudiosos acadêmicos, a cidade, por ter sido capital durante um longo período construiu uma dependência excessiva da esfera federal, prejudicando sua autonomia administrativa e o seu desenvolvimento. “Dessa forma, a capitalidade do passado teria deixado no Rio de Janeiro a marca da irresponsabilidade, da dependência e da desordem, cujos efeitos se fariam sentir até hoje”.

Já o prisma dos políticos, jornalistas e empresários é outro. Eles viram a capitalidade como algo positivo. Defenderam que enquanto abrigava o centro político do país, o Rio de Janeiro viveu seu período de “anos dourados”. Contudo, as mudanças de seu estatuto político e administrativo foram decisivas para o processo de decadência da cidade, primeiro transformada em estado da Guanabara para, posteriormente, ser apenas um município de um estado homônimo (MOTTA, 2000).

Independente da real consequência do fato dela ter sido pioneira no processo de modernização brasileiro, sabemos que é indiscutível sua importância. No entanto, o que ressaltamos neste trabalho é a relação que João do Rio estabeleceu com o Rio de Janeiro. A leitura de sua produção textual, sobretudo do início de carreira – como é foco desse trabalho – nos faz acreditar que o cronista não levava em consideração o fato de a cidade ser a capital do país. As preocupações dele estavam sempre centradas na modernização do Rio de Janeiro e no comportamento da sociedade carioca, nas transformações que afetavam o cotidiano específico da cidade.

Volta, mais uma vez, o olhar para a cidade, a cidade dos seus sonhos, que ele ajuda a construir, como imagem feminina, o lugar mais bonito e atraente do mundo. Uma cidade na acepção de obra de arte, erigida pelos deuses, abençoada pelas ninfas e realizada pelos poetas. Uma cidade que possui alma, e uma alma encantadora. É a cidade que lhe interessa. Ela lhe aparece como único objeto de desejo (RODRIGUES, 2000, p. 32).

Constatamos isso nas crônicas que compõem o livro *Religiões no Rio*. Nesta obra, ele procurou relatar os cultos africanos que eram praticados em diferentes espaços da capital federal, considerando-os como uma realidade que compunha a sociedade carioca, mas que deveria ser mantida encoberta. Ele falou das senhoras da alta sociedade que iam, às escondidas, participar dos cultos²².

A Alma Encantadora das Ruas evidencia a ligação de João do Rio com a cidade. As crônicas reunidas nesse livro tratam dos tipos excluídos do processo de modernização carioca e traz sua grande declaração de amor à rua. Mas não qualquer rua, apenas àquelas que dão o contorno da capital federal. “Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria relevado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por vós” (2007, p. 5).

A rua para João do Rio era um espaço a ser frequentado e compartilhado por todos, os incluídos e os excluídos do processo de modernização. Era andando pelas ruas, em meio à multidão de pessoas, que cada um se mostrava como era de fato. Cada uma dessas ruas, com

²² Gazeta de Notícias, *Religiões no Rio*, João do Rio, 14 de março de 1904, O Feitiço, p. 2.

suas próprias características e, conseqüentemente, suas individualidades permitiam que elas se definissem como abrigo, como “morada do coletivo” na concepção do crítico da cultura alemão Walter Benjamin (1989, p.194). O coletivo benjaminiano é definido como massa dos transeuntes da cidade moderna, que busca se adequar e se entender no espaço em que vive. Justamente a singularidade de cada rua, de cada espaço, é o que proporciona essa possibilidade de entendimento.

A lógica de Benjamin encontra reforço no pensamento do cronista. Ele atribuía a existência de uma alma e de uma vida própria em cada rua, que era independente dos homens. A rua “comete crimes, desvaria à noite” (RIO, 2007, p.27), “faz as celebridades e as revoltas” (RIO, 2007, p.27), “algumas dão para malandras, outras para austeras; umas são pretensiosas, outras riem aos transeuntes” (RIO, 2007, p.30). Podemos, assim, estabelecer uma relação entre as características próprias de cada rua e os homens que estão em busca do entendimento do seu papel na sociedade moderna.

A aplicação do olhar fragmentado nas ruas, e em tudo que está nelas, a sua aproximação de cada personagem – dar o *close*, como definiu Virgínia Camilotti (2008, p.124) –, fez com que João do Rio conseguisse desvendar cada habitante em meio àquela multidão, olhar sua particularidade e descortinar uma realidade ignorada, que só se faz possível por ser a rua tão democrática e igualitária. E embora procurasse captar essas singularidades que compunham as ruas, o cronista tem como seu grande personagem a cidade. É buscando conhecê-la que ele perambulava pelos diferentes espaços.

1.3.2) Vagando pela cidade – João do Rio como *flâneur*

Para realmente conhecer a cidade, para entendê-la em sua alma, como ele mesmo definiu, João do Rio nos apresentou a figura do *flâneur* – aquele que pratica a “arte de flunar”, que tem um “espírito vagabundo”, curioso. Mas *flâneur* não é aquele que simplesmente vagueia por aí. Ele observa, reflete e comenta. “Flunar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado *flâneur* ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas” (RIO, 2007, p.28).

E assim era João do Rio. Travestido de *flâneur*, ele andava pelas ruas do Rio de Janeiro buscando conhecer a cidade nos seus mais diferentes espaços. A existência desse

personagem – e por que não do próprio João do Rio? – só tem sentido na modernidade. Em Benjamin (1989, p.35) o *flâneur* é o personagem central do tempo moderno. É aquele que faz da rua sua moradia, se encanta com as transformações físicas das cidades e as utiliza como inspiração para trabalhar. Tal classificação adéqua-se perfeitamente para o poeta Charles Baudelaire, da Paris do XIX, e para João do Rio, na capital federal brasileira nos primeiros anos do século XX.

Além de ter feito das ruas o seu lar, o *flâneur* João do Rio, as via como um laboratório onde tudo acontecia (RODRIGUES, 2000, p.109). Elas eram palco das transformações urbanas, abrigavam os tipos urbanos, experimentavam a nova lógica econômica. Assim, ele percebeu todas as transformações ocorridas no Rio de Janeiro, mas não desprezou as continuidades e o que ainda não havia sido modificado. Com isso, conseguiu analisar a cidade em sua totalidade.

Desta forma, a modernização da capital federal saltou aos seus olhos e ele, atento a tudo, não a deixou escapar do seu registro. João do Rio observou as práticas religiosas da cultura afrodescendente, visitou o Morro do Castelo – a primeira favela da cidade, percebeu que o progresso era alcançado parcialmente. Porém, notou também o nascimento do bulevar, viu a sociedade carioca desfilar seus novos hábitos, comentou as tentativas do governo de “civilizar” o país. Tudo isso foi resultado do seu perambular pela cidade.

Ao mesmo tempo em que vagava por todos os cantos da cidade, misturando-se aos acontecimentos, aproximando-se deles, João do Rio mantinha-se apenas como observador. Enfim, travestia-se na proporção exata para conservar o distanciamento necessário para relatar e avaliar as mudanças da então capital federal.

1.3.3) O “jornalista adandinado”

Paradoxal como era, João do Rio travestia-se também de *dandy*, o personagem aristocrático de Baudelaire. De acordo com Benjamin (2000), o *dandy* guardava o último resquício de brilho heroico da modernidade. Capturado em Londres, o *dandy* baudelariano abrigava as contradições da sociedade parisiense decadente. Era aquele que frequentava o bulevar, os ambientes modernos, mas preservava sua individualidade. Não deixava se levar pela multidão, tendo como sua forma de defesa o disfarce e a ilusão.

Por outra leitura, o crítico alemão o retratou como a fisionomia da metrópole moderna, onde havia a figura do herói, contudo era como se ele fosse um “Hércules sem emprego” (BOLLE, 1994). O heroísmo da modernidade estava, entre outras características, em reconhecer o desencanto dessa vida e a perda da experiência autêntica, mas ainda sim resistir. É a antítese da modernidade, incompatível e catalisadora de suas contradições. Um dos heróis de Baudelaire é o poeta, o artista, aquele que, em certa medida, não se rende ao impulso deste tempo e mantém sobre ele um olhar crítico.

Podemos de alguma forma ver em João do Rio, transfigurado como *dandy*, um desses heróis. Em meio a tantas transformações resultantes da modernização, que além de mudanças arquitetônicas, padronizaram desejos e tornaram os sentimentos artificiais, ele é quem ainda pode se salvar.

[...] o artista é, mais do que em qualquer outra época, o primeiro. Porque vê enquanto os outros agem, reflete enquanto os outros sentem, e dominador, guarda consigo a imensa e suave força transformadora, a força que mostra os ridículos, indica as falhas, reduz a vaidade, diminui os poderosos [...] (RODRIGUES, 2000, p. 54)

João do Rio pode ser visto, em alguma medida, como esse personagem. O artista, o herói, o *dandy* que ainda resiste a se deixar levar pelo tempo devastador da modernidade. Nascido em uma família da nova classe média urbana, setor que se desenvolvia junto com o capitalismo brasileiro no início do século XX, conseguiu por meio do seu conhecimento literário penetrar nas altas rodas da sociedade carioca. Contudo, ao mesmo tempo, ele adotava uma postura excêntrica em relação ao que via.

Se vem do dândi toda a pompa gestual, o cuidado com o figurino e a pose premeditada, vem dele também a atração pela miséria e pelo submundo, isto é, pela outra face do esteticismo decadente que vê no bizarro noturno a beleza esquecida pelo aformoseamento da cidade (LEVIN, 1996, pp. 141-142).

Como *dandy* João do Rio não deixava em segundo plano seu status dentro da sociedade e, menos ainda, seu gosto por tudo que significava progresso e civilização. Inserido nos costumes praticados pela alta sociedade carioca, via nela também o tom de esnobismo, percebido tanto na negativa que teve ao tentar seguir a carreira diplomática quanto na reticência que enfrentou para ser aceito na Academia Brasileira de Letras. Ainda assim, o cronista desejava ser parte daquela realidade.

Ele nutria uma atração também por aquilo que representava a desgraça de quem não foi incluído no projeto moderno. Fez isso em inúmeros textos e crônicas ao longo da sua vida, porém transformava aquilo numa miséria mais dramática, escrita para sensibilizar o

leitor em relação àquela realidade que, muitas vezes, passava despercebida. O *dandy* introjetado em João do Rio tentava, a sua maneira, resistir aos encantos da modernização, não deixando de participar dela, mas divulgando socialmente o que observava em suas andanças pelos recônditos do Rio de Janeiro.

1.3.4) João do Rio como parte da cidade das letras

Fosse como *flâneur* ou como *dandy*, João do Rio fez das ruas da capital federal seu campo de trabalho. A sua intensa produção textual resultou das perambulações pela cidade e, através delas, ele se constituiu como parte integrante do que podemos chamar de Rio de Janeiro como *Cidade das Letras*. Segundo o crítico literário uruguaio Ángel Rama (1985), os homens que faziam parte dessa cidade letrada – escritores, artistas, advogados, jornalistas, médicos e engenheiros – estavam produzindo ideias, fomentando debates, traduzindo para a população as resoluções políticas e registrando dos acontecimentos em voga na cidade.

Em seu “Cidade das Letras”, Rama nos apresenta o papel dos grupos sociais letrados nas cidades em desenvolvimento na América Latina. Ele procura visualizar as relações entre esses homens e o poder político constituído de cada lugar. O Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX, nosso espaço de estudo, se encaixa no período que o crítico intitulou como *A cidade modernizada*, no qual relata os processos de modernização inaugurados na região a partir 1870 e que não contemplou apenas o Brasil, mas países como Argentina e Uruguai.

Mas mesmo antes da modernidade se estabelecer nas cidades como movimento de transformação da realidade vigente, a “cidade letrada” se constituía enquanto uma força política indispensável para a condução da política local, que, no momento histórico definido por Rama, era a monarquia absoluta com suas colônias na América. Porém, o que nos interessa observar é o surgimento de uma “cidade imaterial”, composta pelos letrados que se abrigava no seio da cidade física, material e palpável (1985, p.42). Independente do período vivido, sabemos que o poder político e econômico se concentra nas mãos daqueles que tem habilidades como o dom da oratória, a persuasão e o domínio das palavras.

Ángel Rama explica que, a partir da modernização inaugurada em 1870, a função do círculo letrado mudou. Se antes ela era fundamentalmente ligada ao poder político dominante (1985, p.43), agora incorporava – inclusive – a dimensão crítica a tal poder (1985, p.81).

Podemos perceber isso como consequência do constante desenvolvimento da urbanidade, que colaborou bastante para a solidificação e o crescimento do papel dos letrados nas sociedades. Mais do que isso, a divisão do trabalho decorrente do amadurecimento da modernização capitalista não afastou a importância desses homens da política, mas criou novos campos de atuação para os mesmos, onde eram necessários técnicas e conhecimentos específicos.

Rama nos apresentou que muitos desses letrados passaram a enxergar que dedicar seus esforços à produção artística era mais rentável economicamente e, talvez, menos desgastante do que atuar no cenário político. O jornalismo como atividade profissional também foi uma das saídas utilizadas durante esse momento de modernização para que os letrados conseguirem exercer essa nova função. “E como a literatura não era na realidade uma profissão, mas uma vocação, os homens de letras se converteram em jornalistas ou professores, quando não em ambas as coisas” (*apud* RAMA, 1985, p.105). A ligação entre jornalismo e literatura era latente não só em João do Rio, mas na realidade do Rio de Janeiro dos primeiros anos do período republicano.

Capítulo 2 – A cidade das letras brasileira nas entrevistas de João do Rio

A constituição do Rio de Janeiro como cidade das letras e a atuação dos literatos nesse espaço são os principais objetivos desse capítulo. A capital federal atraía letrados de todo país, o que facilitava a construção de um campo literário nacional. Residir no Rio de Janeiro, centro das decisões governamentais, aproximava esses homens dos acontecimentos políticos, fonte de inspiração para muitos deles, e agilizava o acesso às informações utilizadas como matéria prima para fazer os seus textos.

Essa agilidade era de extrema importância na modernidade que estava sendo inaugurada no Brasil. O período era de intensas mudanças. Enquanto a cidade transfigurava-se urbanisticamente, transformava-se também a noção de tempo. O tempo moderno faz com que tudo ande em outra velocidade, sempre mais rápido. Deve-se romper com o passado e dilatar o presente. Sendo que este último traz em si a expectativa de ser sempre melhor em relação ao primeiro (GANEGBIN, 1997, p. 139). Nessa concepção o que importa é o presente, o atual, ao passado cabe um sentimento quase que romântico por ser visto como um período onde tudo ocorre numa outra velocidade, em que a contemplação tinha espaço.

Na modernidade não havia tempo para isso. “Depois de consolidada a República, (...) era preciso construir um palco ilusionista para representar os tempos modernos com todos os seus aparatos” (GOMES, 2008, p.113). Estar onde os fatos aconteciam aumentava as chances de se viver do ofício de escrever. Se no tempo que em Machado de Assis e Olavo Bilac começaram a se dedicar à literatura isso ainda não era possível²³, a geração que se inicia na escrita no período republicano, quando a modernidade estava em voga, parecia ter esse firme propósito. João do Rio foi um desses nomes. Sua carreira profissional desenvolveu-se ligada à literatura e ao jornalismo, diversificando os gêneros que escrevia. Fez crônicas, romances, críticas literárias, peças de teatro.

Apesar da infinidade de gêneros literários existentes, a contribuição do jornalismo para o desenvolvimento e afirmação da literatura brasileira é inegável. Os jornais do período republicano guardavam um espaço para publicação de crônicas, poemas, poesias, críticas literárias. As redações dos jornais eram frequentadas por esses literatos, que também escreviam as matérias noticiosas.

²³ Machado de Assis também era funcionário público. Já Olavo Bilac iniciou os estudos de Direito e Medicina, embora não tenha terminado nenhum deles.

Vemos, inclusive, João do Rio ser indicado como um dos principais literatos que contribuiu para o desenvolvimento do jornalismo do seu tempo. Nelson Werneck Sodré (1966, pp. 405-406) destaca que o cronista aprimorou os métodos de apuração de notícias, o modo de fazer entrevistas, os inquéritos e as reportagens, que passaram a ser praticados com inteligência.

Por outro lado, Sodré discorda quando o apontam como inovador, ainda mais no quesito da reportagem. A sua crítica recai sobre o fato do seu estilo de escrita permanecer superficial, enfeitado como antes, sendo um tradutor e representante do espírito das classes dominantes durante a regeneração da cidade.

Já Rosário Fusco salienta que o cronista deixou um verdadeiro legado para os profissionais do jornalismo, dando outra feição ao que era produzido até então pela imprensa brasileira. Para ele, João do Rio foi o pioneiro a falar sobre os trabalhadores, sobre as classes mais pobres, que não atraíam a atenção dos jornalistas. Fusco ressalta que as acusações direcionadas a ele, no tocante à exploração dos problemas sociais e ao sensacionalismo eram infundadas. O que movia o cronista era sua preocupação em escrever com sinceridade.

E quando lemos as reportagens modernas que os jornais de hoje publicam, entrevistando os padeiros, pescadores, o homem do realejo ou a mulher que vende bilhetes, o chofer de taxis ou o fotógrafo dos jardins sem flores da cidade, nem sempre o jornalista sabe que está repetindo João do Rio, que é uma “escola” de João do Rio que ele está perpetuando para aumentar a sua glória ou para compensar o descaso com que o tratamos. Descaso ou ignorância (FUSCO, 1940, p. 220).

Maria Alice Rezende de Carvalho sintetiza a relação de João do Rio com a temática social nas páginas dos jornais da seguinte forma: “o repórter dos ‘espectros da rua’, nutria-se, aristocraticamente, de tudo o que sugerisse a decadência trazida da modernidade, valorizando aquilo que precariamente definiu como ‘popular’, e que se exprimia nos atores concretos do drama urbano (...)” (1994, p.39). Segundo a historiadora, o cronista valorizava a esfera ligada ao popular, como ela mesma se refere, mas entendemos que ele fazia isso justamente por sua influência decadentista e não por ser sensacionalista.

Vemos, portanto, através de João do Rio importantes indícios sobre a ligação entre o jornalismo e a literatura no período, cabendo nesse momento a sua investigação. Ele foi um dos literatos que se interessou por se aprofundar um pouco mais nessa discussão. Por sugestão do poeta e, na época deputado federal por Pernambuco, Medeiros e Albuquerque (MAGALHÃES JUNIOR, 1978, p.42), João do Rio realizou uma série de entrevistas com os homens das letras que foi publicada na *Gazeta de Notícias*, entre os meses de março e maio de 1905 e, posteriormente, compilada no livro homônimo à coluna intitulada *O Momento*

literário. Elaborou cinco perguntas que foram inquiridas, pessoalmente ou por carta (ele enviou mais cem), para nomes que se destacavam na literatura nacional. Entre os questionamentos elaborados pelo cronista estava a relação entre as duas áreas.

Nossas pesquisas nos mostraram que as entrevistas que compuseram *O Momento literário* não parecem ter sido muito utilizadas por pesquisadores de João do Rio. Vemos que a maioria dos trabalhos concentram seus esforços na análise das crônicas produzidas por ele ao longo da carreira, como nós fizemos no terceiro capítulo dessa dissertação.

Mas o inquérito de João do Rio foi mais a fundo, não se detendo na relação entre o jornalismo e a literatura. Na coluna de apresentação das entrevistas, publicada em 13 de março de 1905, o cronista nos revelou a sua proposta: “o Brasil saberá enfim quais as tendências atuais da sua mentalidade e o público ouvirá a curiosa história das formações literárias, tão cheias sempre de nostalgia e de encantos”²⁴. Em torno disso foram elaboradas as outras quatro perguntas do questionário. Ele buscou entender em que momento a literatura brasileira se encontrava, o que os próprios os homens das letras pensavam sobre sua própria produção e o desenvolvimento da literatura regional.

Iniciaremos nossa investigação buscando compreender o Rio de Janeiro como uma cidade das letras. Procuramos visualizar quem eram os intelectuais que habitavam a cidade, o universo que frequentavam e suas formas de atuação na primeira década do século XX. Na sequência, estabelecemos a ligação entre a prática do jornalismo e o desenvolvimento da literatura. Utilizaremos como fontes as 27 entrevistas²⁵ realizadas por João do Rio que foram publicadas na *Gazeta de Notícias* na coluna *O Momento Literário*, e a reportagem *O Brasil lê*, publicada também na *Gazeta*, em 26 de novembro de 1903.

2.1) A constituição da capital federal como cidade das letras

No início do século XX, o Rio de Janeiro – a então capital federal – atraiu olhares bastante atentos não só dos outros estados, mas também de outros países. O governo

²⁴ *Gazeta de Notícias*, *O Momento Literário*, João do Rio, 13 de março de 1905, Antes, p. 1.

²⁵ No livro *O Momento Literário* constam mais nove entrevistas, totalizando 36, que não foram veiculadas na *Gazeta*. Foram elas: Olavo Bilac, Luis Edmundo, Nestor Vítor, Artur Orlando, Curvelo de Mendonça, Frota Pessoa, João Luso, Rocha Pombo, Raimundo Correia. João do Rio inseriu no livro também um texto onde enumera alguns dos nomes que não responderam ao inquérito como Machado de Assis, Graça Aranha, Aluísio Azevedo, Artur Azevedo, Alberto de Oliveira, Gonzaga Duque, Emílio de Menezes e José Veríssimo.

republicano e a elite brasileira estavam decididos a fazer com que a cidade entrasse no novo século em processo de modernização tal como acontecia nas suas vizinhas, Buenos Aires e Montevideu. Essas três cidades carregavam a importância de ser o berço da vida cultural, a base econômica, o modelo de sociedade e o núcleo de concentração da intelectualidade para as demais regiões do país.

Refletindo sobre o papel da cidade como polo de atração da intelectualidade, João do Rio endossou essa opinião ao inquirir os intelectuais do país em suas entrevistas veiculadas na colina *O Momento Literário*, do jornal *Gazeta de Notícias*, sobre o que eles achavam da literatura que se produzia fora do estado. O cronista pretendia compreender se esse grupo social acreditava que poderiam surgir novas literaturas no país a partir do desenvolvimento de centros literários fora da capital federal.

O escritor Lima Campos²⁶, respondendo ao cronista, definiu bem como classificava o papel do Rio de Janeiro: “O Rio no Brasil, como Paris na França, e como todas as capitais de todos os países, como exceção da Alemanha, cujo verdadeiro centro intelectual artístico é Munique – é e será sempre a grande atração das intelectualidades provincianas”²⁷.

O ensaísta, professor, advogado e diplomata Sousa Bandeira²⁸, nascido em Recife e que se mudou para a capital federal na última década do século XIX, foi taxativo em sua opinião. Ele reconheceu a qualidade dos literatos de outros estados, mas salientou que a produção literária deles só ganhava fôlego realmente quando eles vinham para o Rio de Janeiro. Ao que nos parece, Bandeira dizia, inclusive, que os próprios literatos ansiavam o momento de ir para a capital, onde poderiam atuar como tal.

O Rio de Janeiro é sempre o grande centro para onde converge a vida social, política e cultural do país. (...) Finalmente, a maioria dos escritores que florescem na Capital Federal são filhos das províncias, que, depois de haverem passado nelas a adolescência ou a mocidade (precisamente as épocas em que as impressões estéticas calam mais fundo), vêm para aqui despender o capital intelectual que lá entesouraram. (...) E pelos Estados existem atualmente numerosas aptidões literárias que aspiram pelo momento em que a seu turno possam se exercer no Rio de Janeiro com os materiais que hoje estão acumulando²⁹.

²⁶26 DEALTRY, 2011. Informação disponível no site:

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/ginga-em-papel-couche> Acesso: jan/2013.

²⁷27 *Gazeta de Notícias*, *O Momento literário*, João do Rio, 3 de maio de 1905, Lima Campos, p.3.

²⁸28 Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=146&sid=173> Acesso: jan/2013.

²⁹29 *Gazeta de Notícias*, *O Momento literário*, João do Rio, 29 de abril de 1905, Sousa Bandeira, p. 3.

O “exótico poeta”³⁰ Gustavo Santiago corroborou com essa opinião. Ele encarava a vida nos outros estados como uma mera “repercussão” do que se passava no Rio de Janeiro. Mesmo reconhecendo que eles possuíam traços particulares, para o poeta, eles não poderiam ter “modos de vida perfeitamente próprios”³¹.

O jornalista, historiador e crítico literário João Ribeiro³² foi mais cauteloso ao afirmar o papel da capital na formação do campo literário brasileiro. Escreveu em sua carta resposta a João do Rio que não havia talentos classificados como do Sul ou do Norte, mas sim “talentos brasileiros”. Acreditava que apenas num futuro que ainda estaria bem distante, talvez em 2500, pudéssemos ter uma variedade de literaturas no território brasileiro³³.

A análise das 27 entrevistas feitas por João do Rio e publicadas na *Gazeta de Notícias* nos mostrou que grande parte dos escritores, uns bem enfaticamente e outros de forma mais indireta, pensavam da mesma forma. Eles enxergavam o Rio de Janeiro como o principal centro difusor da literatura brasileira. Não desmereciam os demais estados, mas destacavam que a capital, além de produzir literatos, atraía aqueles que viviam distantes de lá. Isso pode ser comprovado na amostragem sobre os literatos brasileiros realizada por Machado Netto. Nesse estudo, ele demonstra que entre 1870 e 1930 13,3% dos escritores eram naturais do Rio de Janeiro e que 50% deles morreram na cidade. (MACHADO NETTO, 1973, p.64 *apud* OLIVEIRA, 2008, p.54). Entendemos, assim, que o centro literário brasileiro, para eles, era o Rio de Janeiro e não viam possibilidade de isso mudar.

Apenas em uma entrevista notamos um posicionamento diferenciado. Magnus Söndhal, poeta e jornalista – ou no dizer de João do Rio, “o escritor complicado, cheio de palavras exóticas”³⁴ – ressaltou que o surgimento de núcleos literários regionais resultaria em novas tendências na área, diversos uns dos outros, assim como da capital. “Embora o desenvolvimento da literatura, (...), dependa essencialmente de uma Educação superior, (...) ainda assim a fundação e a multiplicação de centro Literários nos Estados tendem a beneficiar progressivamente a evolução da Arte Literária no País”³⁵.

Torna-se visível ao acompanharmos as crônicas de João do Rio que houve um fortalecimento no interior do Rio de Janeiro de uma camada letrada responsável pela difusão de ideias, principalmente em relação aos acontecimentos políticos e culturais da sociedade.

³⁰ *Gazeta de Notícias*, O Momento literário, João do Rio, 25 de maio de 1905, Gustavo Santiago, p. 3.

³¹ *Gazeta de Notícias*, O Momento literário, João do Rio, 25 de maio de 1905, Gustavo Santiago, p. 3.

³² Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=695&sid=293> Acesso: jan/2013.

³³ *Gazeta de Notícias*, O Momento literário, João do Rio, 19 de março de 1905, João Ribeiro, pp. 1-2.

³⁴ *Gazeta de Notícias*, O Momento literário, João do Rio, 27 de março de 1905, Magnus Söndhal, p. 1.

³⁵ *Gazeta de Notícias*, O Momento literário, João do Rio, 27 de março de 1905, Magnus Söndhal, p. 1.

Essa camada constituía o que Ángel Rama (1985, pp.52-53) chamou de “cidade letrada”. Ela teve papel preponderante nos rumos das sociedades latino-americanas desde o período colonial por atuar, principalmente, no campo das significações. Sendo assim, voltamos nossa análise para a constituição desse grupo, buscando observar a trajetória percorrida por eles ao longo da história. Isso nos fornecerá as bases para entendermos seus papéis na realidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, percebendo sua atuação na dimensão política, tal como nos apresenta Rama.

A cidade letrada nos parece ser, de acordo com a visão de Renato Cordeiro Gomes nas suas reflexões sobre Marques Rebelo, apenas uma das cidades existentes dentro do Rio de Janeiro. Um lugar que possui uma infinidade de tipos humanos, uma geografia irregular que induz a formação de diferentes espaços. “(...) a superfície múltipla e fragmentada da cidade, para um todo heterogêneo que resista à homogeneização do processo moderno” (GOMES, 2008, p.126).

A atuação dessa cidade era voltada para a dimensão simbólica, na qual os homens das letras interpretavam, ordenavam e sistematizavam os signos. Isto é, seu papel concentrava-se no plano teórico, na manipulação desses signos e na construção de seus significados. Eles apresentavam um labirinto de possibilidades de interpretação e para desvendá-lo eram necessárias a racionalidade e a inteligência próprias daqueles que compunham a camada dos letrados. Assim, de acordo com a forma que eles interpretavam os signos, conseguiam conceber uma cidade ideal.

Seguindo a lógica de Rama, percebemos que a constituição da cidade letrada se deu a partir do século XVI, momento em que ocorreu a colonização europeia na América. Desde a sua origem até o século XIX, um de seus campos principais de atuação era ligado à esfera política. Esses homens, através da ordenação dos signos, criavam os sistemas que regiam a sua sociedade, aproximando-se do poder político ou até mesmo exercendo-o. Eles mantinham o poder nas mãos das classes dirigentes, grupo do qual faziam parte de alguma forma, e distantes do homem comum da sociedade.

A proximidade com as forças políticas não os impediu de tentar se constituírem como um poder autônomo dentro das instituições. A importância da função exercida por eles dentro da sociedade era indiscutível, uma vez que eles não somente serviam a um poder, como também eram donos de um poder, que consistia, justamente, em dominar a letra de forma a conseguirem, no momento de sua aplicação, enxertar seus próprios conceitos e experiências (RAMA, 1985, p.48).

Vemos, assim, que a função fundamental dos letrados dentro das sociedades latino-americanas pré-modernização ligava-se ao exercício e/ou manutenção do poder político. A partir de 1870 houve, como nos diz Rama (1985, p.76), uma ampliação da cidade letrada. Os processos de modernização resultaram no fortalecimento dos núcleos urbanos – espaços primordiais de desenvolvimento desse grupo. Temos novas formas de atuação para esses homens que não se restringiam mais ao círculo político ou poético e passaram a agir também nas áreas de educação, jornalismo e diplomacia.

Podemos pensar ainda que nesse momento como o início da formação de um campo literário no Brasil, utilizando o conceito de campo de Pierre Bourdieu.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. (BOURDIEU, 2004, pp.20-21)

Observamos, assim, que o sociólogo francês desenvolve o conceito de campo mostrando que cada um tem suas próprias regras, assim como formas específicas de consagração. Além disso, eles apresentam um certo grau autonomia em relação ao campo político. Um dos indícios do surgimento desse campo, que será discutido num próximo tópico desse capítulo, foi constatarmos que alguns letrados, como é o caso de João do Rio, passaram a viver do ofício de escrever, na maior parte das vezes, trabalhando nos jornais, mas também escrevendo livros.

2.2) Definindo os intelectuais

Ao analisarmos os homens das letras a partir da definição desenvolvida por Gramsci (1978, pp. 7-8), percebemos que ele considera que todos os homens são, em alguma medida, intelectuais. Porém, ele diferencia aqueles que desempenham essa função na sociedade. Em sua visão, o que caracteriza a profissão de intelectual é o esforço realizado por cada um na elaboração de novas concepções de mundo.

Na realidade do Rio de Janeiro da Primeira República, vemos que uma gama de intelectuais que não apenas empregava tais capacidades na construção de uma visão de

mundo, mas desejavam o status que a escrita podia lhes dar. Eram “políticos, militares, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas ou simples funcionários públicos, todos buscavam na criação poética ou ficcional o prestígio definitivo que só a literatura poderia lhes dar” (SEVCENKO, 2003, p.274). O crítico literário Augusto Franco³⁶ ao responder às perguntas propostas por João do Rio ratificou ao se referir aos literatos das províncias que vinham para a capital. “E é necessário ajuntar que o Rio está cheio de escritores provincianos, que lá não foram adquirir nem mais talento nem mais aptidão, mas apenas tornar-se mais conhecidos, lidos e apreciados”³⁷.

Ao pensarmos o processo de modernização brasileiro, visualizamos que ele foi marcado indiscutivelmente por uma mudança urbanística – as reformas urbanas que iremos tratar no próximo capítulo. Ainda que argumentemos que essa transformação não tenha se completado, já que houve a permanência de uma velha cidade que foi apenas realocada, vemos na política o mesmo sentido de mudança. Derrubou-se a Monarquia para a instauração da República. Porém constatamos que o novo regime, na verdade, não concretizou as expectativas daqueles defensores do republicanismo que o viam como a possibilidade de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais democrática. Acompanhamos a solidificação do poder nas mãos da elite anteriormente já constituída e o empobrecimento da maioria da população se manteve.

Em suas entrevistas com os literatos, João do Rio não abordou a questão das suas expectativas em relação à mudança política ocorrida no Brasil em 1889. Porém, percebemos nas entrelinhas algumas menções ao fato ou, indiretamente, eles referiam ao momento de transformação que estava se vivendo no país. O crítico literário, professor, ensaísta e teatrólogo Osório Duque Estrada³⁸ atribuiu ao novo regime a culpa pela estagnação do desenvolvimento da arte literária nesse princípio de República. “Atravessamos uma época de crise intelectual bastante aguda. Um fator político a justifica, pela asserção de Guyau: *la démocratie tue l'art*. É lógico e irrecusável. Nesse particular, a República foi uma calamidade para o Brasil”³⁹.

³⁶ Informações retiradas do artigo: PAGANINI, 2002. Disponível no site:

http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em%20Tese%2005/17-Luiz%20Antonio-Paganini.pdf
Acesso: jan/2013.

³⁷ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 25 de abril de 1905, Augusto Franco, p. 3.

³⁸ Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=361&sid=197> Acesso: jan/2013.

³⁹ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 10 de abril de 1905, Osório Duque Estrada, pp.1-2.

O crítico literário Pedro Couto⁴⁰ seguiu a mesma linha de pensamento de Duque Estrada, argumentando que a situação do país, nesse momento de “dissolução que atravessa o mundo moderno não pode determinar o aparecimento de obras de relevância”⁴¹. Ele estabelecia uma ligação entre o movimento estético e a situação social do país. Já o poeta simbolista Félix Pacheco⁴² defendeu justamente o contrário. Para ele, o país vivia um momento de agitação e isso proporcionaria o aparecimento de novas formas de expressão artísticas.

Não acredito que a prosa e a poesia contemporâneas no Brasil atravessem um período estacionário, pois tanto importa no absurdo de acreditar que no começo de século XX, em uma era de vida intensa e num país que não é propriamente a Botucolândia⁴³, o pensamento parasse!⁴⁴

No Brasil, como veremos, o campo literário surgiu vinculado diretamente ao jornalismo. Os literatos se referiam ao aparecimento de novas correntes de literatura, além daquelas que já haviam se consolidado, como o naturalismo, o realismo e o romantismo. Nossa análise procurou visualizar como eles viam essa questão dentro do novo cenário político que se estabelecia no país.

Quando focamos nossa análise no grupo letrado, que se expandia na mesma medida em que cresciam as cidades, percebemos que vai ocorrendo uma especialização entre eles. Seu espaço de atuação já havia se ampliado. O que passou a ocorrer foi a sua profissionalização. A divisão do trabalho característica do capitalismo, que também estava em fase de consolidação no país, atingiu o campo das letras e requeria suas próprias técnicas de desenvolvimento. Assim, apareceram em suas subdivisões: historiadores, economistas, sociólogos, artistas, etc. (RAMA, 1985, p.103).

Muitos deles encontravam nos jornais espaços de trabalho por mais que muitas vezes tivesse que conciliar esta com outras atividades remuneradas. No período de desenvolvimento da modernização, percebemos, tal como revela Ángel Rama, que vai ocorrendo uma transformação na atuação desses escritores. Ainda que parte deles tenha continuado a servir

⁴⁰ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 14 de maio de 1905, Pedro Couto, p. 3.

⁴¹ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 14 de maio de 1905, Pedro Couto, p. 3.

⁴² Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=528&sid=192> Acesso: jan/2013.

⁴³ Concluímos que Félix Pacheco utilizou o termo Botucolândia para referir-se à Botocúndia, nome que o escritor Monteiro Lobato criou para chamar o Brasil. Lobato utilizava esse termo de forma irônica, salientando os aspectos de atraso presentes no país.

⁴⁴ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 8 de abril de 1905, Félix Pacheco, p. 1.

ao poder constituído, uma outra parte da cidade letrada passou a criar ideologias contestadoras a esse mesmo poder (RAMA, 1985, p.113).

Era no Rio de Janeiro que os letrados encontravam o cenário ideal para o desenvolvimento da sua função. A capital federal atraía a intelectualidade de todo país, entre outros motivos, porque concentrava boa parte do mercado editorial brasileiro. Desde o século XIX, profissionais da área que vinham do exterior se instalavam na cidade, dinamizando o comércio e a cultura locais. Foram impressores, editores, livreiros que aportaram no Rio de Janeiro e ajudaram a cidade a se tornar responsável pela maior fatia da produção literária nacional (DUTRA, 2005, p.23).

A intelectualidade brasileira vinha para a cidade apenas por ser a capital do Império e, posteriormente, da República. Assim, ela era vendida como um mercado promissor, uma “terra de oportunidades”. Tivemos no Rio de Janeiro, literatos de diferentes estados, como Coelho Neto e Medeiros e Albuquerque. Neto foi crítico literário, ensaísta e romancista, nasceu em Caxias, Maranhão, e ainda criança foi para a cidade com seus pais. Foi a favor da abolição e trabalhou em jornais como *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*⁴⁵. Para o futuro, ele acreditava que a capital federal seria “celeiro” de literatos e tínhamos uma divisão da literatura entre norte e sul⁴⁶. Essa forma de dividir a literatura, inclusive, também era pensada por Garcia Redondo e Laudelino Freire.

Medeiros e Albuquerque nasceu em Recife e, entre outras funções como já dissemos anteriormente, foi poeta, professor, político e teatrólogo. Após um período na Europa com seus pais, veio para o Rio de Janeiro e se tornou professor. Nessa atividade teve a oportunidade de conhecer escritores e poetas como Paula Ney e Pardal Mallet. Defensor do republicanismo, chegou a ser secretário do Ministério do Interior. Foi dele a autoria do Hino da República⁴⁷. Para o poeta, o Brasil ainda nem se constituía como uma nação e, portanto, não apresentava uma literatura própria e, mas sim uma mistura de influências. Contudo, mesmo depois de se configurar como nação, Albuquerque não via a menor possibilidade de termos no país literaturas diferentes. Argumentava que isso não tinha acontecido nem nas civilizações europeias, quanto mais nos estados brasileiros⁴⁸.

⁴⁵ Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=417&sid=94> Acesso: jan/2013.

⁴⁶ *Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 17 de março de 1905, Coelho Neto, pp. 1-2.*

⁴⁷ Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=526&sid=235> Acesso: jan/2013

⁴⁸ *Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 1º de abril de 1905, Medeiros e Albuquerque, p. 3.*

Nomes como esses se juntaram aos cariocas como Olavo Bilac, Machado de Assis e fizeram, assim, o Rio de Janeiro ir se constituindo, para os literatos, como um centro de atração no país e o lugar onde as ideias em efervescência durante o início do período republicano brasileiro encontravam a força necessária para serem difundidas. Nesse contexto, as crônicas publicadas nos jornais assumiram um papel crucial, pois interpretavam e aproximavam as mudanças produzidas no período de seus leitores, apresentando, muitas vezes, as posições de seus autores sobre os processos históricos vividos.

2.3) Os homens das letras no Rio de Janeiro e suas redes de sociabilidade

Os letrados residentes no Rio de Janeiro no início do período republicano tinham nas ruas, nos cafés e nas confeitarias espalhados pelas ruas do centro da cidade alguns de seus principais espaços de encontro, trocas e interação. Era onde eles estabeleciam suas relações, debatiam seus pontos de vista, observavam as transformações decorrentes da modernização da cidade e criavam seus laços de sociabilidade.

Esses laços estabelecidos entre os homens das letras podem ser compreendidos a partir da interdependência que Norbert Elias (1994) constata que existe entre os indivíduos dentro de uma mesma sociedade. O ser humano deve ser entendido como parte integrante de uma sociedade, onde tem sua função e se relaciona com os demais em uma multiplicidade de redes sociais. Esse todo social é, em Elias, resultado das interações funcionais dos indivíduos.

Vemos assim um processo que se desenvolve mutuamente. Ao mesmo tempo em que o indivíduo é parte integrante e essencial para a configuração da sociedade, ele também é resultado das interações que acontecem em seu interior. Ou seja, ele se mantém imbricado por meio de conexões que não são palpáveis, mas que são indissolúveis. Cada participante desse sistema traz consigo suas experiências e expectativas pessoais, que doa e recebe fortalecendo a relação de dependência e colaboração com sociedade.

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos “sociedade” (ELIAS, 1994, p.23).

Norbert Elias (1994, p.28) afirma que a disposição do indivíduo à sociabilidade pode ser evidenciada a partir da comparação da relação da criança pequena com as outras pessoas. Aquela precisa se adaptar aos outros em todos os aspectos para poder se tornar adulta. Essa adaptação não se limita ao comportamento consciente ou as suas ideias, mas, inclusive, aos seus instintos e afetos, que até então lhes são próprios. A exteriorização desses sentimentos e contato deles com os outros vão lhes permitindo a construção de uma estrutura mais direcionada.

Assim, entendemos que a sociabilidade surge, para Elias, quando há contato entre os indivíduos presentes numa determinada sociedade com disposição a interagir entre eles, minimizando os desejos pessoais em nome do todo social. Nessa troca os instintos, os sentimentos, os impulsos individuais são colocados em evidência para que possam ser adaptados à realidade nas quais estão inseridos.

No cenário do Rio de Janeiro do início do período republicano podemos ver que os encontros dos literatos nos cafés e nas confeitarias e os debates que ali travavam permitiam que eles identificassem seus pares, isto é, aqueles que defendiam, em alguma medida, o mesmo ponto de vista e que se viam com laços comuns. Compartilhavam, de forma geral, aquilo que Elias define como sendo sentimentos, impulsos e instintos. Eles podem ser divididos em diferentes grupos. Ângela de Castro Gomes (1993, p.63) os agrupa da seguinte maneira: aqueles que pertenciam à Academia Brasileira de Letras (ABL) e o grupo boêmio da rua do Ouvidor. A historiadora aponta esses grupos como referências do mundo intelectual daquele momento histórico no Rio de Janeiro.

Já Mônica Pimenta Velloso (1996, p.50), que também utiliza os mesmos critérios de identificação social, separa os literatos cariocas – os componentes da “República das Letras” – deste mesmo período em três grupos. O primeiro seria o da livraria Garnier (que podemos identificar como o que Ângela Gomes chamou de ABL); o segundo, os nefelibatas⁴⁹ ou simbolistas, e o último, o grupo boêmio. A historiadora acrescenta que os integrantes desses grupos se apoiavam mutuamente, porém se chocavam, não apenas internamente, mas com os demais.

Podemos, ainda, trabalhar com a definição de sociabilidade de Georg Simmel (2006, p.65): uma *forma lúdica de sociação*. O sociólogo diferencia as formas e os conteúdos da sociação, que permitem o surgimento desses laços. Os conteúdos são tudo aquilo que existe

⁴⁹ Por definição, pessoas que andam nas nuvens, que vivem num mundo ideal. Na literatura, diz-se daquele escritor que não obedece às regras literárias.

nos indivíduos e na “realidade concreta” que possa mediatizar os efeitos sobre os outros ou então receber esses efeitos dos outros.

A fome, o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções ou resultados da inteligência não são, em seu sentido imediato, por si sós, sociais. São fatores da sociação apenas quando transformam a mera agregação isolada de indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação (SIMMEL, 2006, p.60).

As formas de interação são como esses conteúdos, de acordo com seus próprios interesses e motivações, se desenvolvem em direção a construção de uma unidade, isto é, de uma sociedade capaz de atender aos seus desejos e anseios. Esses interesses, sejam de natureza sensorial, ideal, consciente, casual ou qualquer outra, são a base da sociedade humana. A partir deles, os indivíduos estabelecem vínculos sociais, interagem entre si e assim constroem suas redes de reciprocidade (SIMMEL, 2006, p.64).

A sociabilidade é, portanto, consequência desse mundo de relações e interações estabelecidas pelos indivíduos que só acontece quando há impulsos ou finalidades comuns entre os que pertencem a uma mesma sociedade, grupo ou classe social. Ela é resultado das múltiplas possibilidades de combinações de interação. Além disso, é imprescindível para termos a sociabilidade que exista o sentimento ou a satisfação em estar socializado.

Na sociabilidade de Simmel, contudo, não cabem elementos pessoais decorrentes da personalidade e da vida daqueles que estão envolvidos nela. Eles não devem participar da sociabilidade porque ela prescinde de efeitos mútuos, que incidam um sobre o outro. Quando deixamos nosso mau humor ou alegria motivados unicamente por fatores pessoais influenciar na sociação, não estabelecemos uma relação de troca e, portanto, não estabelecemos a sociabilidade com o outro (SIMMEL, 2006, p.67).

Sendo assim, Simmel elabora como princípio da sociabilidade que todo indivíduo deve doar ao outro o maior número possível de valores sociáveis, como alegria, vivacidade, liberação, e que esta doação seja similar ao número máximo de valores que ele também recebe. É traçado, assim, um caráter extremamente democrático como estruturante da sociabilidade. Porém, ainda segundo o sociólogo, esse aspecto democratizante é um “jogo de cena”, é artificial, uma vez que ninguém deixa seus atributos pessoais totalmente excluídos para interagir com os outros. Se assim fosse, teríamos o mundo ideal, com igualdade social, onde a felicidade plena de um estaria ligada a dos outros (SIMMEL, 2006, p.69).

Neste sentido, podemos entender o que Simmel quer dizer quando define a sociabilidade como uma *forma lúdica de sociação*. Isto é, a sociação realmente acontece, porém ela não se dá em seu grau máximo, já que a interação entre os indivíduos é limitada por

seus valores pessoais. Apenas nas relações de sociabilidade que acontecem entre indivíduos de uma determinada classe ou grupo social, temos uma interação mais comprometida com seu aspecto democrático. “Cada qual só pode obter para si os valores de sociabilidade se os outros com quem interage também os obtenham. É o jogo do ‘faz de conta’, faz de conta que são todos iguais, e ao mesmo tempo, *faz de conta que cada um é especialmente honrado*” (SIMMEL, 2006, p.71) (grifos do autor).

Se pensarmos num sentido mais geral, ainda que existissem essas diferenciações entre os grupos de literatos do Rio de Janeiro, como apontam Ângela de Castro Gomes e Mônica Velloso, vemos que eles compunham uma cidade letrada única, sem diferenças pontuais. No entanto, isso não significa que, apesar deles formarem um mesmo grupo social, eles não se chocavam. Podemos ver entre os literatos brasileiros aquilo que Simmel chama de jogo de cena – as convicções pessoais não eram ignoradas completamente, porém, em nome de uma interação, eram totalmente evidenciadas.

Ângela de Castro Gomes (1993) explica que, independente das divisões adotadas pelos escritores, não havia conflito de interesses entre esses grupos. Ao contrário disso, a relação que mantinham era de complementaridade. Podemos perceber isso observando que muitos nomes que inicialmente pertenciam ao chamado grupo boêmio, por exemplo, entraram para a ABL posteriormente. João do Rio, Luis Edmundo, Rocha Pombo e Emílio de Menezes são alguns desses boêmios que, após um tempo, acabaram fazendo parte da Academia. Machado de Assis e Olavo Bilac foram membros fundadores da ABL e, mesmo após sua criação, continuavam a frequentar os outros espaços mais informais, como as livrarias, para debater com o restante dos homens das letras.

Percebemos, então, que literatos de ambos os grupos, nos primeiros anos do período republicano, frequentavam os espaços localizados em sua maioria na própria rua do Ouvidor. Esta rua tinha uma importância notável para a cidade. A descrição de João do Rio sobre ela publicada na conferência de abertura do seu livro *A Alma encantadora das ruas* nos confirma isso.

É a fanfarronada em pessoa, exagerando, mentindo, tomando parte em tudo, mas desertando, correndo os taipais das montras à mais leve sombra de perigo. Esse beco, inferno de pose, de vaidade, de inveja, tem a especialidade da bravata. E, fatalmente oposicionista, criou o boato, o “diz-se...” aterrador e o “fecha-fecha” prudente. (...) Um dia resolveu chamar-se do Ouvidor sem que o senado da câmara fosse ouvido. Chamou-se como calúnia, e elogia, como insulta e aplaude, porque era preciso denominar o lugar em que todos falam de lugar do que ouve; e parece que cada nome usado foi como a antecipação moral de um os aspectos atuais dessa irresponsável artéria da futilidade (RIO, 2007, pp. 30-31).

A visão de João do Rio nos mostra como essa rua tem importância na cidade naquele momento. Nela que tudo se falava e se ouvia, todos aplaudiam e caluniavam, era local de inveja e vaidade. Ou seja, tudo nela acontecia. Luis Edmundo, ainda que não atribuísse tanta importância a ela, também não negava que essa rua era um dos espaços mais frequentados da cidade. “É apenas um pobre corredor entre tantos corredores da cidade, embora menos rústico que os outros, embora mais festivo, e, sobretudo, muito mais frequentado” (EDMUNDO, 1957, p.66).

A rua do Ouvidor, como tantas outras ruas do centro da cidade, foi submetida às obras de modernização do Rio de Janeiro. Além dos cafés e confeitarias, ela também abrigou outros importantes símbolos do período republicano. A redação da *Revista Brasileira* situava-se lá quando foi criada. Inúmeros jornais também se localizavam na sua extensão: *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Diário de Notícias*, etc. “Jornal que se prezasse não podia deixar de ter sua redação na Ouvidor, onde tudo acontecia, se ouvia, se via, se comentava – a rua do fato e do boato” (GOMES, 1980, p.132).

As livrarias serviam de ponto de encontro dos literatos cariocas. A Garnier, “A Sublime Porta”, era a que mais se destacava, mas outras como a Laemmert e a Quaresma também recebiam muitos desses homens das letras. Na verdade, eram diversificados os espaços que eles se encontravam no Rio de Janeiro. Sevcenko (2003, p.118) salienta que “cafés, confeitarias e livrarias pululavam de múltiplos conventículos literários privados”. João Carlos Rodrigues detalha os encontros que aconteciam na livraria Garnier, localizada na rua do Ouvidor. Diz ele:

Ao fundo, próximo da mesa do funcionário Jacinto (Jacintíssimo, segundo Bilac), ficavam os medalhões da Academia gravitando em torno de Machado de Assis, seu presidente, saudade sempre como “mestre!”: os críticos José Veríssimo, Sílvio Romero e Medeiros e Albuquerque, os poetas Raimundo Correia, Alberto de Oliveira e Olavo Bilac; mais o escritor Coelho Neto. Perto da entrada (apelidada de Sublime Porta em alusão à sede do governo turco, diante da qual os súditos tinham de curvar-se), em grupos menos compactos, ficavam os novos e os rebeldes – o crítico João Ribeiro, os poetas Gustavo Rocha Pombo, Cardoso Júnior. Esses se autointitulavam gênios incompreendidos, chamando os outros de bestas coroadas. As celebridades passaram a atrair curiosos, e a Garnier tornou-se ponto obrigatório para os literatos de província de passagem pela capital (RODRIGUES, 2010, pp. 54).

Notamos que todos os nomes relacionados por José Carlos Rodrigues foram procurados por João do Rio para responder o inquérito sobre a literatura brasileira. Retomamos aqui a questão colocada por Ângela de Castro Gomes (1993) que nos diz que, apesar deles se dividirem espacialmente na livraria, esses grupos apresentavam uma relação

de complementaridade que é comprovada quando vemos muitos dos boêmios, posteriormente, entrarem para ABL.

A existência de dois grupos, na verdade, pode ser vista como um confronto interno dentro do campo literário. Pierre Bourdieu define campo como espaços sociais estruturados, onde a relação estabelecida reciprocamente entre os seus participantes é importante para a sua constituição. Ainda que existam leis gerais dos campos, cada qual tem suas próprias características (campo da política, da filosofia, da religião, da literatura, etc.) (BOURDIEU, 2003, p.86).

Os participantes de um mesmo campo estabelecem relações recíprocas entre eles, que obedecem a um sistema comandado pelos detentores do maior capital específico (como, por exemplo, o prestígio literário). É assim que são determinadas a estrutura e as posições dentro de cada campo.

O campo é uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementariedade ou de antagonismo, etc.) entre posições (...). Cada posição é objetivamente definida pela sua relação objetiva com as outras posições, ou, noutros termos, pelo sistema das propriedades pertinentes, quer dizer, eficientes, que permitem situá-la por referência a todas as outras na estrutura da distribuição global das propriedades. (BOURDIEU, 1996, p.264)

O campo é visto, portanto, como um espaço dinâmico de tensão e conflito entre os seus integrantes, que disputam o poder, isto é, a produção da realidade social. O seu funcionamento desenvolve uma rede de influências do qual sua própria existência é dependente. O mesmo se dá com os seus participantes. Estar inserido dentro de um campo, portanto, limita as possibilidades de agir livremente. Há uma estrutura social delimitadora, onde diferentes forças estão disputando espaço e poder decisório. A autonomia do indivíduo se restringe ao que as leis gerais estabelecem. Leis que foram criadas pelas relações dos próprios participantes desse campo mas que, não deixam de ser, uma forma de coerção.

Sendo assim, vemos no interior do campo literário, como acontece nos demais, um lugar de luta simbólica e disputa de forças entre os seus integrantes para ocuparem posições dominantes. (BOURDIEU, 1996, p.247). Na realidade brasileira daquele momento, a Academia era um espaço de consagração, isto é, fornecia status e autoridade ao literato que pertencia a ela. Aos boêmios faltava isso, tanto que vemos que eles se candidatavam sempre que podiam para a disputa de vagas na entidade. O desejo de muitos desses “gênios incompreendidos” era se tornar umas das “bestas coroadas” da Academia, como nos revela Rodrigues (2010). O próprio João do Rio tentou por três vezes (1906, 1907, 1910) ocupar uma das cadeiras da instituição.

Mas não foi apenas João do Rio que tentou, mais de uma vez, ocupar uma das cadeiras dos imortais da entidade. Entre outros casos, o poeta Emílio de Menezes foi mais uma que após várias tentativas, só conseguiu sua vaga em 1914. Ambos eram considerados pertencentes ao grupo dos boêmios e por isso pareciam enfrentar a resistência dos acadêmicos, liderados por Machado de Assis, presidente da entidade, que se preocupava com o estilo de vida dos imortais. (BROCA, 1975, p.9) Coincidentemente ou não, foi após a morte do escritor que os dois conseguiram ser eleitos.

Ainda que João do Rio e Emílio de Menezes tenham tido uma vida pregressa, considerada por Machado, não adequada a um acadêmico, podemos vê-los, mesmo antes da conquista da vaga, como membros do campo literário brasileiro. Pierre Bourdieu (1996, pp.258-259) explica que o campo literário consegue abrigar agentes diferentes entre si. Mas o sociólogo ressalta ainda que a existência dentro dele já pode ser provada quando o agente consegue produzir efeitos no seu interior, mesmo que sejam reações de resistência ou de exclusão. Nessa concepção, Machado, ao resistir à entrada do cronista e do poeta, os concedeu existência no campo literário.

Brito Broca faz uma observação interessante sobre o grupo boêmio, frequentador dos cafés e das confeitarias. Ele o vê se transformar gradualmente numa boemia dourada, que vai se aburguesando conforme a cidade se moderniza. O processo de mutação ocorre rapidamente na capital brasileira, em cerca de vinte anos. “Em lugar dos paletós surrados, das cabeleiras casposas, os trajes pelos mais recentes figurinos de Paris e Londres, os gestos languês e displicentes dos *blasés*, que chamavam a *jeunesse dorée*; em substituição às mesas de cafés, os clubes e os salões chiques” (BROCA, 1975, p.20). Orna Levin (1996, p.25) resume essa ideia dizendo que surgia no Rio de Janeiro o moda do *five o'clock tea*.

João do Rio introduziu a entrevista realizada por carta com João Ribeiro para o *Momento Literário*, justamente, falando dos encontros na Garnier. “A primeira vez que falei a João Ribeiro da possibilidade de um inquérito a respeito do momento literário foi à porta do Garnier, às três da tarde, hora em que aparecem os literatos e os diplomatas, para a conversação de praxe”⁵⁰. O cronista revelou que, inicialmente, a ideia não foi bem recebida, já que Ribeiro “estava num dos seus dias de irritação”. Porém, no dia seguinte, mais tranquilo, o crítico o chamou para conversar e confirmou que responderia as questões propostas.

O escritor João Luso escreveu um artigo na revista *Komos*, em 1908, sobre a importância da Garnier, inclusive, para a ABL. A livraria, segundo ele, ampliava e corrigia

⁵⁰ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 19 de março de 1905, João Ribeiro, p.1-2.

possíveis equívocos da entidade, que por seu número restrito de integrantes, deixava de fora muitos nomes importantes para a literatura brasileira. Por isso, a Garnier era respeitada pela Academia. “Se a porta desaparecesse, a Academia sucumbiria no dia seguinte, pela lei física de que nunca o conteúdo pode ser maior do que o continente. (...) Assim, a Porta, a Sublime Porta, tão generosamente acolhedora, se torna ao mesmo tempo irresistível”⁵¹.

A livraria Garnier foi um centro de difusão da produção de obras literárias brasileiras desde sua abertura em 1844 até 1920. Instalada primeiro na rua da Quitanda e, em seguida, na rua do Ouvidor. Lá se reuniam alguns dos principais nomes de intelectualidade brasileira. Segundo Eliana de Freitas Dutra (2005, pp.24, 30), além desses fatores, a Garnier monopolizava o que havia de melhor no comércio de livros do Rio de Janeiro. Ela editava e comprava os direitos para editar as obras dos principais nomes da literatura brasileira em todos os gêneros: poesia, romance, crítica e ensaio. Entre eles estavam José Ribeiro, Graça Aranha, Olavo Bilac. Além disso, Eliana Dutra completa, a Garnier também dominava o mercado de livros escolares e de traduções literárias com obras dos escritores franceses Jules Verne e Camille Flammarion.

Luis Edmundo (1957a, pp.711-712), em suas memórias, ratifica o que nos apresenta João Carlos Rodrigues. Ele afirma que Machado de Assis, autor que teve vários livros publicados pela Garnier, frequentava o espaço da livraria assiduamente, como ia à própria repartição onde trabalhava (não à toa era chamado de Mestre). Ele narra uma história curiosa ocorrida num encontro entre Machado e Dona Florência, mãe de João do Rio, nos corredores da livraria. Ela o interpelou sobre o que ele achava do talento do seu filho. Aveso às perguntas e ainda sem conhecer o trabalho do cronista, que estava em início de carreira, utilizando toda a sua gentileza, respondeu: “Oh! Minha senhora, mas, seu filho... é meu mestre...”.

Era Machado de Assis, inclusive, quem comandava os debates literários que aconteciam todas as tardes na livraria Garnier. Nas doze cadeiras colocadas em torno do balcão de madeira revezavam-se os escritores consagrados (MAUL, 1968, pp. 173-174 *apud* REIS, 2004). A participação nesses eventos era disputada entre aqueles que editavam seus livros na editora. O desejo era por sentar em um daquelas “cadeiras dos dozes apóstolos” e papear no fim de tarde. “Entrar ali, à tarde, na porta aos transeuntes, constituía motivo de orgulho para determinados moços de alma ingênua e povoada de esperanças que se sentiam

⁵¹ Kosmos, Typos e Symbolos, João Luso, novembro de 1908, A Sublime Porta, pp. 12-13.

felizes pelo respirar o mesmo ar sagrado que respiravam as figuras eminentes reunidas no fundo da loja” (MAUL, 1968, pp. 173-174 *apud* REIS, 2004).

Brito Broca (1975, p.43) revela que Machado de Assis, apesar de manter sua assiduidade na Garnier, sempre passava também na livraria Quaresma, na rua São José. Ele achava o lugar mais quieto, com menos frequentadores e, inclusive, com a presença mais rara de literatos. Por lá passavam mais regularmente apenas o crítico literário João Ribeiro, e os poetas Alberto de Oliveira e Catulo Cearense.

Sobre Machado de Assis, que não respondeu as perguntas do *Momento Literário*, João do Rio fez uma observação ao final do livro. Ele contou que descobriu por intermédio dos amigos do escritor que ele não responderia, por mais que tivesse dito que o faria quando encontrasse ânimo. Então, o cronista começou a acompanhar os encontros da Garnier para tentar descobrir a opinião da Machado sobre as questões que compunham sua pesquisa:

Resolvi então cultivar a relação preciosa em bocados de palestra, ouvidos nos balcões do Garnier, por onde todos os dias passa o glorioso escritor. (...) Mas, por fim, o mestre incontestável percebeu que eu o acompanhava para lhe arrancar frases e tornou seco um pedaço de intimidade nascente entre o meu louvor e a sua bonomia (RIO, 1908, p. 99).

Ao final aconteceu o que os amigos de Machado previram. Ele não respondeu ao inquérito de João do Rio, mas não pareceu ser uma questão pessoal. Magalhães Junior (1978, p.44) coloca que o escritor, em cinquenta anos de atividade literária, não respondeu a qualquer entrevista e não abriu uma exceção ao cronista.

Os cafés eram espaços de sociabilidade que vinham numa crescente durante todo o século XIX. Em 1875, o Rio de Janeiro contava com 139 (GOMES, 1989, p.22). Cerca de doze anos depois esse número já era o dobro, muitos deles localizados na rua do Ouvidor. Temos o Café do Rio, o Café Java, o Café Paris, o Café Papagaio e Café Globo. Com a República, a importância dos cafés e confeitarias foi consolidada como espaços de discussões e eventos de intelectuais. Nomes como Bastos Tigre, Emílio de Menezes, Lima Barreto frequentavam assiduamente o Café do Papagaio, na esquina da rua do Ouvidor com a Gonçalves Dias (VELLOSO, 1996, p.44).

Mônica Velloso (1996, pp.46-47) explica que os cafés, mais do que locais de discussões, eram “espaços de afetividade” onde os escritores firmavam laços de amizade, constituíam a família que queriam e exerciam sua criatividade. Ou seja, cabia aos cafés uma dupla função. A primeira como locais de lazer, de encontros e bate papos entre amigos. A segunda, ligada diretamente à primeira, referia-se à esfera do trabalho, onde em meio a

conversas informais surgiam poemas, textos e crônicas, que, posteriormente, foram publicadas em jornais ou como parte de livros, e até convites para trabalhos em parcerias.

As confeitarias funcionavam tal como os cafés. Luis Edmundo em sua crônica sobre a Confeitaria Colombo destaca que, a partir das quatro da tarde, os letrados começavam a chegar por lá e um verdadeiro burburinho se instalava. Passavam por lá advogados, médicos engenheiros, estudantes que vinham em busca das novidades literárias. (EDMUNDO, 1957a, p.715). A partir de 1894, o lugar sedimentou-se como ponto de encontro – quase uma extensão da residência – de muitos intelectuais boêmios.

Localizada a rua Gonçalves Dias, a Colombo era onde Emílio de Menezes, por exemplo, compunha muitos de seus sonetos (VELLOSO, 1996, p.52). Muitos deles tornaram-se posteriormente famosos. Nesses ambientes informais, a produção intelectual era mais livre, sem pressões de prazos para publicação ou posições ideológicas. Os debates ali travados eram intensos entre as diferentes vertentes, que podiam ser reconhecidas pelas mesas em que se agrupavam.

A Confeitaria Pascal, esta na rua do Ouvidor, também foi um local bastante frequentado pelas chamadas celebridades literárias. Foi lá que João do Rio, ainda adolescente, viu Olavo Bilac pela primeira vez. Em decorrência de um desentendimento de Bilac com o gerente da confeitaria, o lugar passou a ser gradativamente menos frequentado pelos literatos desse grupo, como Emílio de Menezes e Guimarães Passos, que se transferiram para a Colombo (BROCA, 1975, p.33).

A ABL também merece atenção como um espaço primordial de atuação e consagração de escritores. Ela foi criada em 1897⁵² e teve inspiração no modelo francês de Academia.

A Academia Francesa, que é a Academia Francesa, e se reúne em Paris, donde ninguém quer sair, precisa ter quarenta membros para trabalhar, e entre nós, onde ninguém se reúne, no Rio de Janeiro, donde se vive em Paris, julgamos poder ter só vinte ou trinta? Se fossemos mais, estais ouvindo o tom de desdém: “A França, que é a França, só tem quarenta acadêmicos, e nós, que não temos quase literatura, temos a pretensão de ter cinquenta” (NABUCO, 2008, p.434).

Esse trecho é parte do discurso feito por Joaquim Nabuco, um dos fundadores da ABL, durante a sessão inaugural ocorrida em 20 de julho de 1897. Percebemos que aqui, tal como

⁵² Até se fixar num local, a sede da ABL mudou várias vezes de endereço. As primeiras reuniões aconteceram na sede da *Revista Brasileira*, mudando-se para edifício do *Pedagogium* por três meses e, em seguida, para uma sala do Externato Ginásio Nacional, hoje colégio Pedro II, onde José Veríssimo era diretor. Lá permaneceu por quatro meses e, em 1898, a sede foi transferida para o ministério do Interior e da Justiça. O próximo local foi o escritório de Rodrigo Octávio, na rua da Quitanda, onde se estabeleceu por pouco mais de quatro anos. Finalmente, em 1905, a ABL se estabeleceu uma parte do prédio do Silogeu Brasileiro, perto do Passeio Público, por cessão do governo. (FANINI, 2009, p.55.)

veremos nas obras de modernização do Rio de Janeiro, a França aparece como inspiração. Mas, além disso, vemos Nabuco frisar que devemos seguir os mesmos padrões, como ter quarenta membros, para não sermos menosprezados ou acusados de qualquer tipo de arrogância. O país, para o escritor, ainda não possuía uma literatura marcadamente brasileira, que pudesse ser comparada à produção francesa.

A ABL nasceu da necessidade que alguns intelectuais tinham de estabelecer um ambiente de qualidade para os encontros de escritores. Dentre eles estavam, além de Joaquim Nabuco, Filinto de Almeida, Raimundo Corrêa, Machado de Assis, Coelho Neto, Artur Azevedo. Ainda que pudessem ter convicções políticas diferentes, esses homens preferiram deixá-las de lado para conseguirem fundar uma instituição que fosse dar prestígio aos “homens das letras” do país (EL FAR, 2000, p.17 *apud* FANINI, 2009, p.53). A ideia era ter uma elite letrada no país, formalmente constituída, sendo uma entidade que conferiria status e consagração para os intelectuais.

Esses dois pontos, a consagração e o status conferidos pela Academia, nos confirmam que estava aparecendo no país a necessidade de uma institucionalização do campo literário. O papel dos letrados no cenário de intensa mudança dos primeiros anos do período republicano estava claro. Era, então, preciso que algumas diretrizes fossem delineadas para determinar a forma de atuação desse grupo social. O campo literário precisava ter sua estrutura individual, se distanciar do poder político e ter sua própria esfera de atuação.

Dentro desse processo de institucionalização do campo, podemos analisar a criação da ABL como uma disputa pelo monopólio da legitimidade literária. Recorremos novamente a Bourdieu (1996, p.256), que nos explica que os seus integrantes estabelecem rivalidades visando definir quem é a autoridade literária para classificar aqueles que podem ser considerados ou não como escritores. A disputa envolve, portanto, o monopólio do poder de consagração.

Contudo, Bourdieu (1996, p.256) considera não haver o que chamou de “definição universal de escritor e de a análise nunca encontrar mais do que definições que correspondem sempre a um dado estado da luta pela imposição da definição legítima de escritor”. Entendemos, nesse sentido, que essa ideia vai mudando com o tempo, é dinâmica, obedecendo aos critérios impostos pelo grupo detentor do monopólio, que determina a oposição entre a autonomia e a heteronomia do campo. A Academia, no caso brasileiro, surgia naquele momento para estabelecer os critérios definidores e legitimadores do campo literário nascente no país.

O artigo publicado em 27 de junho de 1901, assinado por Medeiros e Albuquerque, intitulado *Uma reforma útil*, no jornal *Correio da Manhã*, nos mostra como isso é verdade. Ele defende a importância do papel dos escritores pertencentes à Academia no cenário literário nacional. O texto falava sobre a discussão principal dos acadêmicos, que era a ortografia brasileira. Não havia ainda um padrão estabelecido da língua nacional e o autor apontava claramente que cabia aos imortais da ABL criar tais regras. “A Academia Brasileira vai dentro de um tempo tomar uma iniciativa útil no que diz respeito a ortografia de nossa língua: tentar estabelecer um certo número de regras uniformes para alguns casos duvidosos”⁵³.

Eliana Dutra (2005, p.87) nos revela que Medeiros esperava da entidade uma postura mais decisória no debate sobre uma língua verdadeiramente nacional. Em 1907 iniciou-se dentro da ABL as conversações sobre a questão da reforma ortográfica do português, com base no projeto de simplificação da língua proposta por Medeiros e Albuquerque. Participaram ativamente da discussão João Ribeiro, José Veríssimo e Sílvio Romero.

No *Momento Literário* também vemos referência à entidade. Percebemos que, por mais que existam apenas menções à Academia nas entrevistas, elas seguem sempre o mesmo sentido. Isto é, mostrar a instituição como um núcleo de decisões nas questões concernentes à literatura brasileira. A ABL era vista com um sinal de desenvolvimento, por mais vagaroso que fosse, do mundo das letras.

O professor e poeta Silva Ramos⁵⁴, ao responder a pergunta formulada por João do Rio sobre a existência de atritos entre diferentes escolas literárias no país, recorreu à ABL para fundamentar sua opinião. “(...) no quartel-general das letras, mais conhecido pelo nome de Academia Brasileira, nada consta oficialmente sobre refregas ou simples escaramuças travadas entre escolas literárias (...)”⁵⁵. Ramos não quis dizer com isso que não havia conflitos entre os literatos, mas apenas entre escolas porque, na verdade, nem acreditava que elas existiam no Brasil.

Já Sousa Bandeira enumerou a criação de Academias regionais no país, que indicava haver uma ampliação do movimento literário, porém não acreditava que resultaria no aparecimento de literaturas regionalizadas. “No Pará, no Ceará, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, até em Goiás fundam-se Academias, havendo mesmo no último destes

⁵³ Correio da Manhã, Medeiros e Albuquerque, 27 de junho de 1901, *Uma reforma útil*, p. 1.

⁵⁴ Informações retiradas do site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=165&sid=333> Acesso: jan/2013.

⁵⁵ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 21 de março de 1905, Silva Ramos, pp.1-2.

Estados senhoras *imortais*”⁵⁶. Bandeira percebia que as instituições estaduais tinham suas particularidades, que o universo literário brasileiro estava em crescimento, porém tinha consciência de que ainda era um movimento incipiente.

Osório Duque Estrada, que estava em campanha para ocupar um das cadeiras da instituição, mostrou em sua carta resposta para João do Rio a preocupação em não dizer nada que atrapalhasse sua candidatura a imortal.

Meu caro. — Aí vai em quatro palavras⁵⁷ o que entendi responder ao questionário que me dirigiste. Quatro palavras apenas, para não me comprometer muito: é a melhor maneira de responder às *enquetes* literárias, principalmente quando se tem sobre os ombros a responsabilidade de uma candidatura à Academia de Letras⁵⁸.

O surgimento da Academia Brasileira de Letras, os encontros dos literatos nas livrarias, nos cafés e confeitarias são indícios da formação de um campo literário. Não podemos concluir que esse movimento andava em um ritmo acelerado e constante. Os próprios escritores do período não nos enganam. A realidade, contudo, era que na capital federal os primeiros passos tinham sido dados. O campo literário se desligava da esfera política e começava a construir uma certa autonomia.

2.4) O campo literário no Brasil

2.4.1) O mercado editorial

O hábito da leitura estava aumentando no Brasil com o desenrolar do período republicano. A ideologia da modernização também encontrava eco nessa esfera, já que o objetivo era ser civilizado aos moldes europeus, desenvolvido culturalmente, e ser culto ajudava a concretização desse desejo. Todavia, esse aumento se fez sentir mais em relação aos periódicos do que aos livros.

João do Rio, já naquela época, constatou esse fato. Ele realizou uma entrevista com livreiros e alfarrabistas, publicada nas páginas da *Gazeta de Notícias*, em 26 de setembro de 1903. Sob o título de *O Brasil lê*, o cronista confirmou que o interesse do brasileiro pela

⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, O Momento literário, João do Rio, 29 de abril de 1905, Sousa Bandeira, p.3.

⁵⁷ Observando o carta de Osório Duque Estrada entendemos que dizer que responderia com “quatro palavras” foi a forma que o teatrólogo utilizou para explicar que suas respostas seriam curtas e diretas.

⁵⁸ *Gazeta de Notícias*, O Momento literário, João do Rio, 10 de abril de 1905, Osório Duque Estrada, pp. 1-2.

leitura aumentou após a proclamação da República – “o Brasil lê vinte vezes mais do que há dez anos”⁵⁹ – e constata que o interesse no livro, principalmente nacional, não é tanto.

Medeiros e Albuquerque parecia não concordar com o crescimento no hábito da leitura apontado por João do Rio. No *Momento Literário* ele afirmou que no Brasil quase ninguém lia, baseando-se no fato do país ainda não ter se constituído como uma nação e não ter uma literatura propriamente nacional. Para o poeta, a causa maior do baixo interesse na leitura de livros era decorrente do nível de instrução da população, que ainda era muito baixo.

O que a prejudica é a falta de instrução. Sem público que leia, a vida literária é impossível. O jornal faz até a preparação desse público. Habitua alguns milhares de pessoas a uma leitura quotidiana de alguns minutos, dando-lhes amostras de todos os gêneros. Os que têm gosto e tempo começam por aí e passam para os livros. Mas o jornal é o indicador. Em nenhum país de grande literatura deixa de haver grande jornalismo. Sem este, aquela é impossível. Os que atacam a imprensa o que deviam fazer era atacar a falta de instrução⁶⁰.

Medeiros e Albuquerque via no jornalismo um dos caminhos para aumentar o costume da leitura entre os brasileiros. Ainda que fosse um tipo de leitura diferente, mais dinâmica e que necessitasse menos tempo de dedicação, era uma forma de criar o gosto pelas letras, até porque, como veremos em seguida, as páginas dos jornais guardavam um espaço regular para textos literários.

O poeta e padre Severiano de Rezende⁶¹ pensava da mesma maneira. “No estado atual da nossa cultura, é o jornal que se lê mais, e não o livro. (...) É ele que abrirá o caminho ao livro, ou melhor, é ele que tem aberto caminho ao livro”⁶². Júlio Afrânio, crítico literário, ensaísta e médico, conhecido na ABL por Afrânio Peixoto⁶³, argumentou que o jornalismo prejudica a arte literária porque vinha, crescentemente, substituindo o livro. Porém, ele via também a difusão da literatura proporcionada pelos jornais como um fator contribuinte⁶⁴.

Numa conversa travada com Jacinto, gerente da Garnier, e registrada nas páginas da *Gazeta*, o cronista considerou ter tido as informações completas. Jacinto revelou a ele que para terem chance de vender um livro, os escritores deviam procurar uma livraria para editá-lo e ter paciência para que sejam vendidos, pois demorava um certo tempo. Ele comparou a venda de livros nacionais e estrangeiros, constatando que os títulos internacionais eram mais

⁵⁹ *Gazeta de Notícias*, João do Rio, 26 de setembro de 1903, *O Brasil lê*, pp. 1-2.

⁶⁰ *Gazeta de Notícias*, *O Momento literário*, João do Rio, 1º de abril de 1905, Medeiros e Albuquerque, p.3.

⁶¹ Informação disponível no site:

http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_rezendejoseseveriano.html acesso: jan/2013.

⁶² *Gazeta de Notícias*, *O Momento literário*, João do Rio, 22 de abril de 1905, Padre Severiano de Rezende, p.1.

⁶³ Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=44&sid=127> Acesso: jan/2013.

⁶⁴ *Gazeta de Notícias*, *O Momento literário*, João do Rio, 25 de abril de 1905, Júlio Afrânio, p.3.

comprados do que a produção nacional, ainda mais a recente. “O público prefere a literatura estrangeira, desconfia dos novos, só quer aceitar traduções. Os velhos, como os novos dizem, Aluizio e outros estão nas reedições. Em resumo: o Rio civiliza-se, é internacional, poliglota”. Jacinto ressaltou, ainda, que o caso era mais complicado quando se tratava dos livros de poesia. “Só os poetas podem dizer hoje, com verdade, e mágoa no Brasil”⁶⁵.

A partir das palavras do gerente da Garnier, podemos analisar diferentes aspectos do mercado editorial nacional daquele momento. Inicialmente, vemos essa predisposição do brasileiro pelo que é produzido fora. As tendências da literatura do exterior eram amplamente difundidas no país. Nessa mesma matéria, João do Rio salientou a opinião dos proprietários da Casa Briguiet, que exaltavam a produção francesa e italiana. “Não há público que mais acompanhe o movimento intelectual francês, e que assimile com tanta facilidade. (...) Hoje, a *elite* está o par do movimento literário italiano, lê os seus romances, os seus poetas e as suas revistas e a conhece melhor que Paris”⁶⁶.

O trabalho como tradutor de obras estrangeiras possibilitava ao escritor nacional receber uma remuneração mais certa do que quando publicava obras próprias. Essa prática pode ser vista como uma tentativa de começo da profissionalização do escritor, que não era restrita aos livros, mas também aos folhetins publicados diariamente nos jornais brasileiros (LAJOLO, 2011). O próprio João do Rio foi tradutor de obras de Oscar Wilde, escritor que muito lhe influenciou. Em 1907, ao realizar a tradução para o português da obra *Salomé*, de Wilde, para a Garnier, o cronista recebeu 400\$000 réis como pagamento (LAJOLO, 2011)⁶⁷. Além do autor, temos entre os entrevistados do *Momento Literário* outros tradutores como Félix Pacheco, responsável pelas obras do poeta francês Baudelaire, e Clóvis Beviláqua, tradutor do francês Jules Soury.

Outra questão abordada na fala Jacinto referia-se à reticência do público em relação às obras dos novos escritores, optando pela leitura dos antigos. Na própria reportagem, João do Rio confirmou essa informação ao relatar a opinião de alfarrabistas da rua São José e seus arredores. “Na rua de S. José, o Brasil é mais francês de ano para ano nas classes cultas, ama muito mais os romancistas antigos, o Camillo, o Alencar, o Macedo, ainda perde a cabeça com Castro Alves e Fagundes Varela e é cada vez mais católico e mais comteano”⁶⁸.

⁶⁵ Gazeta de Notícias, João do Rio, 26 de setembro de 1903, O Brasil lê, pp. 1-2.

⁶⁶ Gazeta de Notícias, João do Rio, 26 de setembro de 1903, O Brasil lê, pp. 1-2

⁶⁷ A título de comparação, Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2011) colocam que nesse ano, um editor redator de jornal no Rio de Janeiro recebia entre 250\$000 e 400\$000 por mês de trabalho. Estabelece, ainda, a comparação com outras mercadorias, como caixões de primeira classe para adultos e donzelas, que custava 360\$000, ou uma diária no hotel dos Estrangeiros, em torno de 10\$000.

⁶⁸ Gazeta de Notícias, João do Rio, 26 de setembro de 1903, O Brasil lê, pp. 1-2.

Alguns entrevistados do cronista no *Momento Literário* tinham a mesma opinião. Esses autores, que influenciaram a sua formação, ainda hoje eram lidos pelo público. Júlio Afrânio comentou que nomes como José de Alencar e Castro Alves se consagraram através do talento e, mesmo aparecendo novos literatos de qualidade como estava acontecendo (citava Euclides da Cunha, Júlia Lopes de Almeida, Coelho Neto, entre outros), aqueles tinham se tornado “definitivos” na literatura brasileira.

Respeito a luta entre *novos* e *definitivos*, nada há a dizer de novo, porque isso é já definitivo: os que chegaram e venceram estão senhores da situação; os que chegam e os agridem desejam aquela vitória e esta situação. Isto se faz as vezes com talento, mas, entretanto, com pouco espírito e muito insulto. (...) Predominará, porém, certamente, quem tiver talento e souber usa-lo⁶⁹.

A opinião do jornalista e crítico literário Laudelino Freire⁷⁰ era distinta da de Júlio Afrânio. Ele considerava que a literatura brasileira estava estagnada nos gêneros poesia e romance, nos quais não se produzia nada de diferente. Por isso, ele mesmo continuava a preferir os antigos romancistas como Aloísio Azevedo e José de Alencar. Para Freire, apenas a prosa estava se desenvolvendo no Brasil, destacando nomes como Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque e Olavo Bilac⁷¹.

Para Laurence Hallewell ao mesmo tempo em que tivemos a proclamação da República inaugurou-se no país um período de diminuição da liberdade de publicação em relação aos livros e periódicos. Essa pode ter sido a causa da diminuição do desenvolvimento editorial brasileiro no início do período republicano. A tolerância imperial havia resultado na difusão das ideias republicanas, que ajudaram a derrubar o regime no Brasil. A ideia agora era não cometer o mesmo erro. Por isso, foi comum no início do novo período, a destruição e o incêndio de tipografias e os ataques pessoais aos jornalistas (VERÍSSIMO, 1900, p.79 *apud* HALLEWELL, 2005, p.255). Com a estabilização política alcançada no final da década de 1890, o mercado editorial voltou a crescer, tendo como polos principais a Garnier e a Lammert.

Esse crescimento, contudo, não atingia todos os gêneros de livro. O mercado editorial selecionava seus títulos para não ter prejuízo. Laurence (2005, p.262) relata que, numa conversa com João do Rio em 1904, Lansac, que estava à frente da Garnier, revelou que de todos os livros editados por ele, apenas um romance e um livro de poesias tinham esgotado os

⁶⁹ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 25 de abril de 1905, Júlio Afrânio, p. 3.

⁷⁰ Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=773&sid=147> Acesssp: jan/2013.

⁷¹ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 14 de maio de 1905, Laudelino Freire, p. 3.

dois mil exemplares referentes a uma edição em um ano. Esses livros foram o romance de Graça Aranha, *Canaã*, e *As Poesias*, de Olavo Bilac. Outras editoras, na maioria das vezes, rodavam apenas a metade desse número e, mesmo assim, levavam, cerca de três a cinco anos para serem esgotados.

2.4.2) A literatura e o jornalismo

A literatura brasileira, nos primeiros vinte anos do século XX, teve como símbolo um romance ameno, no dizer de Antonio Candido (1980, p.113). A crônica social literária aparecia no país, marcada por um ar de superficialidade e ironia. Inegavelmente, vemos crescer o gosto pelas letras no país e, mais do que isso, observamos a literatura se desenvolver utilizando o jornalismo a seu favor. As entrevistas, as críticas literárias e as crônicas foram ganhando espaço como inovações na imprensa nacional, propiciando oportunidade profissional para os literatos brasileiros (BROCA, 1975, p.218).

As redações dos jornais apresentavam-se como maior possibilidade de serem remunerados pelo ofício de escrever. Nesse período era muito comum que os colaboradores dos jornais tivessem alguma outra profissão que lhes permitissem ter uma vida melhor. Muitos eram diplomatas, funcionários públicos, políticos, profissionais liberais, professores (BARBOSA, 2010, p.158)⁷². Muitos escreviam não só notícias ou comentários dos acontecimentos do dia, mas conseguiam espaços para suas produções artísticas, folhetins.

Rodrigo Otávio era um desses casos. Além de poeta, cronista, contista, ele era advogado e professor⁷³. No *Momento Literário* ele ressaltou que muitos dos chamados homens das letras trabalhavam em periódicos e a escrita de romances e crônicas poderia ser desenvolvida nas horas vagas⁷⁴. O jornalismo se apresentava como área profissional onde o literato poderia ser remunerado pelo ofício de escrever, o que muitas vezes não era possível somente com a literatura.

⁷² Marialva Barbosa (2010, p. 158) apresenta uma pesquisa realizada levando em consideração 84 jornalistas do período de 1880 a 1908. Os números revelados por ela são os seguintes: 45 eram diplomatas ou funcionários públicos; 9, políticos; 5, profissionais liberais; 5, professores; e 12, jornalistas.

⁷³ Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=207&sid=321> Acesso: jan/2013.

⁷⁴ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 20 de abril de 1905, Rodrigo Otávio, p. 3.

O campo literário em formação no país tinha o Rio de Janeiro como espaço primordial dessa construção. Os escritores se relacionaram diretamente a instauração da República, uma vez que foram eles os difusores dessa ideologia no país, sendo, portanto, figuras centrais para o poder instituído – fosse para sua manutenção ou contestação. Como forma de exercer esse poder, eles utilizavam as páginas dos jornais.

O ensaísta, crítico literário e professor Sílvio Romero⁷⁵, ao que nos parece, foi o único a se referir no *Momento literário* ao poder que os escritores tinham em suas mãos no momento político vivenciado no país. As palavras do ensaísta foram bem claras: “É por onde (o jornalismo) os homens de letras chegam a influir nos destinos deste desgraçado país entregue, imbele, quase sempre à fúria de politíqueiros sem saber, sem talento, sem tino, sem critério, e, não raro, sem moralidade...”⁷⁶. Tal afirmação nos mostra como ele, parte integrante do campo literário brasileiro, já se mostrava desvinculado do poder político, tomando a liberdade de contestar a realidade política, sem moral e sem critério, vigente no país.

Nicolau Sevcenko (2003, pp.125-126) corrobora com essa visão ao afirmar que o jornalismo ao absorver a maior parte dos literatos brasileiros foi responsável por ditar as novidades em hábitos e costumes no país em processo de modernização. O historiador observa que essa relação se deu de tal forma no país que se fez sentir por todas as classes sociais – “quer sobre as classes conservadoras, quer sobre a massa de caixeiros, aventureiros e funcionários de toda espécie”. Contudo, ele não desconsidera que houve uma tendência ao sufocamento da produção literária em termos de originalidade.

Além de estabelecerem novas regras sociais no país, os literatos brasileiros, vão desenvolvendo suas regras particulares e se desvinculando progressivamente da lógica econômica e política dominante. A modernização inaugurou no país um novo momento, marcadamente capitalista, onde a divisão do trabalho e a profissionalização estavam em ebulição. Na literatura isso não era diferente. Os escritores brasileiros fortaleceram seu poder como ideólogos da sociedade e começaram a criar autonomia em relação ao poder que representavam ou contestavam.

Eles criaram, assim, aquilo que Pierre Bourdieu conceitua como o *habitus* daquele campo. Por esse termo, ele define como sendo o “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de

⁷⁵ Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=154&sid=196> Acesso: jan/2013.

⁷⁶ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 13 de abril de 1905, Sylvio Romero, p. 3.

agentes” (BOURDIEU, 2011, p. 191). O *habitus* pode ser representado como uma determinação social do comportamento de cada indivíduo, regida pelas regras do campo em que se insere. Ele faz o papel mediador das ações sociais para que aquele campo não se desestruture, intermedeia as condições objetivas e as subjetivas dos participantes daquela sociedade.

Retomando a relação entre a literatura e o jornalismo, observamos que eram duas áreas que se confundiam nesse momento. A relação entre elas era tão evidente no período que João do Rio a considerou fundamental no inquérito que fez com os literatos brasileiros. A pergunta formulada pelo cronista queria averiguar se o jornalismo era bom ou ruim para a arte literária. No geral, a análise das 27 entrevistas nos mostrou que eles reconheciam, em alguma medida, a contribuição da área para a literatura, fosse para sua difusão ou mesmo para o sustento do literato. No entanto, vemos que a maioria considerava prejudicial à literatura como arte, mesmo que alguns vissem fatores colaborativos. Apenas dois entrevistados – os poetas Alberto Ramos e Rodrigo Otávio – não externaram suas opiniões no quesito.

Na defesa do jornalismo, temos o poeta Filinto de Almeida que se via, e aos outros literatos, como um resultado do jornalismo. “O jornalismo criou a profissão, fez trabalhar, aclarou o espírito da língua, deu ao Brasil os seus melhores prosadores”⁷⁷. Sílvio Romero compartilhava a mesma opinião, considerando o jornalismo como “criador da literatura brasileira”, onde estreavam os talentos literários, aprendiam a “arte da palavra escrita” e tornavam-se conhecidos⁷⁸.

Coelho Neto⁷⁹ e Lima Campos⁸⁰ tinham esse mesmo posicionamento. Assim com Félix Pacheco, que frisava dever ao jornalismo tudo que aprendeu. A profissão não era bem remunerada, mas atribuía à falta do hábito de leitura a culpa por isso. “É bom não esquecer que estamos num país de analfabetos, onde a circulação das grandes folhas é verdadeiramente irrisória. Toda a melhor literatura brasileira dos últimos trinta e cinco anos fez escala pela imprensa”⁸¹.

Medeiros e Albuquerque ressaltou que o jornalismo, em decorrência da velocidade da vida moderna, não permitia que o literato meditasse antes de escrever. O jornalista, o repórter,

⁷⁷ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 25 de março de 1905, Um lar de artistas, p. 2.

⁷⁸ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 13 de abril de 1905, Sylvio Romero, p. 3.

⁷⁹ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 17 de março de 1905, Coelho Neto, pp.1-2.

⁸⁰ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 3 de maio de 1905, Lima Campos, p. 3.

⁸¹ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 8 de abril de 1905, Félix Pacheco, p. 1.

tinha que produzir seus textos em um curto período de tempo, consequência da necessidade de ganhar a vida⁸².

Aqueles que criticavam a ligação entre o jornalismo e a literatura fundamentavam, em sua maioria, que o primeiro estava encharcado de um caráter mercantil, comercial. E isso era extremamente ruim para a literatura e para o literato. Assim pensavam Guimarães Passos⁸³, Osório Duque Estrada,⁸⁴ Mário Pederneiras⁸⁵, entre outros. O jornalista, professor e historiador Clóvis Beviláqua⁸⁶ foi incisivo em sua opinião. “(...) em relação aos que nele trabalham, esgota as energias, dispersa os esforços e alimenta a superficialidade; e, em relação aos que nele bebem ideias, mais vezes perturba do que bem orienta, mais vezes agita paixões do que esclarece opiniões”⁸⁷.

Havia ainda os que viam os dois lados, como o crítico Pedro Couto, que dizia que o jornalismo aniquilava as vocações literárias, porém permitia que os escritores se tornassem conhecidos⁸⁸. Nesse mesmo sentido, pensava Silva Ramos, já que permitia que o literato se sustentasse financeiramente⁸⁹, e Júlio Afrânio, argumentado que o jornal possibilitava a difusão da literatura⁹⁰.

Muitos periódicos, inclusive, dedicavam à literatura espaços consideráveis. Ou mesmo voltavam-se inteiramente à publicação literária. Os folhetins eram presentes na maioria deles. O *Correio da Manhã* trazia a coluna *A Semana Literária*. O *Jornal do Comércio* vinha com a coluna *Ver, ouvir e contar*. A revista *A Semana*, publicada aos sábados, escrita por homens com “alma do folhetinista”, também abrigava em suas páginas os textos dos literatos.

Sousa Bandeira destacou para João do Rio a cessão de espaço dos jornais à literatura. “Ao lado dos telegramas, do noticiário, das taxas de câmbio, das publicações a pedidos, os jornais costumam permitir que assuntos literários ocupem algumas colunas, sobre as quais os burgueses não desdenham passar um olhar distraído, quando a viagem do bonde lhes dá tempo”⁹¹.

Se observarmos além das colunas e nos concentramos na análise da tipologia dos textos das notícias, vemos também que eles são embebidos da linguagem literária e de toda a

⁸² Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 1º de abril de 1905, Medeiros e Albuquerque, p. 3.

⁸³ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 10 de abril de 1905, Guimarães Passos, pp. 1-2.

⁸⁴ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 10 de abril de 1905, Osório Duque Estrada, pp. 1-2.

⁸⁵ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 15 de abril de 1905, Mário Pederneiras, pp. 1-2.

⁸⁶ Informação disponível no site:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=414&sid=179> Acesso: jan/2013.

⁸⁷ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 17 de abril de 1905, Clóvis Beviláqua, p. 1.

⁸⁸ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 14 de maio de 1905, Pedro Couto, p. 3.

⁸⁹ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 21 de março de 1905, Silva Ramos, pp.1-2.

⁹⁰ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 25 de abril de 1905, Júlio Afrânio, p. 3.

⁹¹ Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 29 de abril de 1905, Sousa Bandeira, p. 3.

carga emocional que advém dela. A *Semana* retratou a forma como o governo agiu ao iniciar-se a Revolta da Armada⁹², ocorrida em 1893, na coluna *História dos quinze dias*⁹³ da seguinte forma: “gracejar e rir quando a pátria chora e sangra é mais do que um descaso, é quase um crime. (...) Os últimos quinze dias foram de ferro e fogo, de sangue e lágrimas”⁹⁴.

O periódico era, declaradamente, literário. Mas, no trecho em questão, ele se referiu a um acontecimento marcadamente político. Para explicitar seu posicionamento, o jornalista/literato utilizou recursos próprios do texto literário como “a pátria chora e sangra” para caracterizar como estava sendo a repercussão dos fatos na população.

Para Nelson Sodré (1966, p.344), o que os literatos buscavam ao procurar os jornais era a notoriedade e, quando possível, o dinheiro que não encontravam apenas na venda de livros. O historiador relaciona os salários pagos aos literatos em diversos periódicos. No *Jornal do Comércio*, o pagamento ficava entre 30 e 60 mil réis. No *Correio da Manhã*, a cifra era em torno de 50 mil réis. Os valores eram baixos, porém ajudavam no sustento daqueles que se decidiam por viver da escrita.

De fato, como dissemos anteriormente, os jornais eram bem mais lidos que os livros nesse momento. E por mais que o número de analfabetos ainda fosse grande no país, como indicamos anteriormente, constatamos que o hábito da leitura era crescente. O próprio João do Rio nos revelou isso na entrevista, já citada, publicada nas páginas da *Gazeta de Notícias*, em 26 de setembro de 1903. Ele constatou que os brasileiros liam como nunca haviam feito antes. Isso, na opinião dele, era inacreditável para muitas pessoas.

O Brasil lê como nunca leu. O interesse é antes de tudo geral pelas coisas atuais, políticas e palpitantes. A venda dos jornais e revistas nunca foi feita como de há dois anos pra cá. É um paroxismo. As livrarias já não chegam. Há agências especiais. Se for a qualquer delas verá o lucro bárbaro⁹⁵.

A pesquisa de João do Rio nos indica os assuntos do dia a dia, principalmente os que se referem à política, eram os que despertavam maior interesse entre a população. A venda de jornais, segundo o cronista, aumentou consideravelmente. Contudo, uma prática comum nesse

⁹² A Revolta da Armada foi um movimento deflagrado contra Floriano Peixoto, que assumiu a presidência do país após a renúncia de Deodoro da Fonseca, com apenas nove meses de governo. Floriano ignora a Carta Constitucional recém-promulgada, onde diz que se o presidente em exercício renunciasse antes do seu mandato completar dois anos, deveriam ser convocadas novas eleições presidenciais. Deodoro da Fonseca deixou o governo sem ter completado o primeiro ano de governo. Floriano, não só havia violado a Constituição Federal, mas também imprimia um governo extremamente opressor.

⁹³ Essa coluna, normalmente, se chamava *História dos sete dias*, fazendo referência aos acontecimentos da semana. Contudo, nesse exemplar, ela se referiu aos últimos quinze dias, quando havia estourado a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro.

⁹⁴ A *Semana*, História dos quinze dias, José do Egypco, 23 de setembro de 1893, p. 3.

⁹⁵ *Gazeta de Notícias*, João do Rio, 26 de novembro de 1903, O Brasil lê, pp. 1-2.

momento era a leitura de jornais em voz alta, possibilitando o acesso às informações para um público maior do que apenas os alfabetizados. Marialva Barbosa (2010, p. 206) afirma que os jornais, com certeza, tinham um maior número de ouvintes do que de leitores.

Ao longo desse capítulo, pretendemos mostrar o papel da intelectualidade, mais especificamente, dos literatos brasileiros, no Rio de Janeiro que era visto como uma cidade das letras. A capital federal era o principal polo de atração dos letrados, que entendiam a importância de estarem presentes no centro político do país.

Essa camada letrada concentrada na cidade conseguia, através do domínio das palavras e da atuação fundamentalmente nos jornais, se estabelecer como formadores de opinião, difusora dos acontecimentos políticos. O campo literário estava se formando no Brasil, criando suas regras e se impondo como um outro tipo de poder. A sua particularidade era, justamente, a ligação com o jornalismo.

Capítulo 3: O cronista e o processo de civilização em construção no Rio de Janeiro

A modernização do Rio de Janeiro será nosso objeto de estudo nesse capítulo. Voltamos nossa análise para o olhar de João do Rio sobre os diferentes aspectos desse processo, observando-o através das suas crônicas. Esse material será analisado como fruto da criação de um sujeito histórico, com preocupações e próprias de seu tempo e influenciado por uma multiplicidade de elementos como sua origem, classe social, suas expectativas e desejos. As crônicas que utilizamos nessa dissertação são, portanto, resultado de uma dinâmica social específica (FACINA, 2004, p.10).

Apresentaremos nesse capítulo o cenário político do Brasil entre o final do século XIX e início do XX, para, na sequência, abordar os diferentes aspectos do processo de modernização mencionados pelo cronista. Trataremos das seguintes questões: as reformas urbanas de Pereira Passos, o saneamento das ruas da capital, o “bota-abaixo”, os sinais de permanência do velho centro na cidade nova e a simbologia da construção da modernidade construída no Rio de Janeiro.

A cidade-capital era o cenário de atuação de João do Rio. As ruas em transformação e seus personagens eram vasculhados por ele, que procurava conhecer os diferentes espaços que compunham a cidade. O que Julia O’Donnel (2008) configura como a etnografia urbana de João do Rio encontrou forma de materialização e difusão em sua produção escrita, não apenas sendo matéria-prima, mas também fonte de inspiração.

Simpatizante e incentivador do projeto de modernização do Rio de Janeiro, João do Rio retratou os dois lados que compunham esse processo. Por um lado ele tratou de algumas questões, tais como: as reformas urbanas de Pereira Passos, os hábitos e personagens da sociedade carioca, da saúde pública e o saneamento das ruas e a construção de civilização moderna. Igualmente, ele escreveu sobre os excluídos das reformas, os problemas urbanos surgidos, a reticência da população diante do cenário que se apresentava. São justamente esses dois lados da modernização que procuraremos analisar para entender um pouco mais do Rio de Janeiro do início do século XX sob a visão de João do Rio.

É adequado observarmos a divisão em dois níveis que Marshall Berman (2007, p.158) faz da visão da vida moderna. Define um deles como o material, que são as estruturas e os processos das esferas políticas, econômicas e sociais da modernização. Algo que não tem um envolvimento da alma humana, mas que acontece de forma natural, decorrente do próprio desenrolar do projeto. O outro nível é, justamente, o espiritual. Este sim é desenvolvido "em

função de imperativos artísticos e intelectuais autônomos”. Berman considera que a fusão entre essas duas forças resulta na interdependência entre ambiente moderno e indivíduo, sendo um dos traços mais marcantes da vida moderna.

O filósofo norte-americano indica que escritores interessados no tema da modernidade como Baudelaire, Dostoiévski, Goethe e Hegel percebiam a ligação entre as duas esferas e, por isso, seus trabalhos apresentavam profundidade. Transportando esse pensamento para nosso objeto, em certa medida, nos parece que João do Rio também via a interdependência entre esses dois elementos. Várias de suas crônicas tratavam sobre os habitantes da cidade moderna. Outras tantas falavam sobre a construção física dessa modernidade, notada nas ruas e no ambiente. Por mais que seus textos não trabalhem com profundidade nenhum dos assuntos, vemos nas preocupações de João do Rio a percepção da ligação entre ambiente e indivíduo, descortinando diferentes ângulos dessa realidade moderna. A junção desses elementos é notória em suas crônicas e nos faz concluir que, mais do que um interessado na modernidade, João do Rio era um homem permeado pelas questões desse período.

Ainda que a cidade tenha carregado nesse momento o status de capital federal, a leitura das crônicas de João do Rio produzidas entre 1903 e 1904, quando ele assinou a coluna *A Cidade*, na *Gazeta de Notícias*, nos permite concluir que este não era, para o autor, um tema frequente. O que percebemos é que seu interesse focava-se no Rio de Janeiro apenas como cidade finita, sem pensar nos aspectos nacionais. O presidente Rodrigues Alves parecia entender que a cidade merecia uma atenção especial do governo federal. Em seu discurso após ser eleito, ele destacou o papel do Rio de Janeiro, ressaltando a importância de saneá-lo por ser o “centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo”. E complementou dizendo: “os serviços do melhoramento do porto desta cidade devem ser considerados como elementos da maior ponderação para esse empreendimento grandioso”⁹⁶.

Não desconsideramos essa falta de interesse de João do Rio na dimensão nacional e acreditamos ser necessário apresentar uma breve contextualização do panorama político do país nesse momento, uma vez que o Rio de Janeiro era capital federal. Assim, iniciamos o capítulo relacionando os principais elementos que levaram ao fim do regime imperial e à chegada do novo sistema político configurado como a chamada República Velha ou Primeira República. Entendemos que essa configuração é fundamental para compreendermos o papel

⁹⁶ Manifesto inaugural de 1902 do presidente Rodrigues Alves. Disponível no site: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/rodrigues-alves/Discursos/Rodrigues%20Alves%20-%20Manifesto%20Inaugural%201902.pdf/download> Acesso: Jul/2012.

de centro político da cidade no país, mas também como exercia sua influência nas esferas econômica, cultural e social.

3.1) O Rio de Janeiro e a política nacional

O Rio de Janeiro assumiu a função de capital federal por quase duzentos anos e com a assunção da República em 15 de novembro de 1889 vieram à tona uma série de desejos e expectativas que já eram gestados por parte da sociedade brasileira antes mesmo do final do governo imperial. O republicanismo parecia corporificar os anseios por modernização e civilização da elite econômica em ascensão no país e dos literatos adeptos de tal regime político.

Foi na década de 1870, ainda no período imperial, que as ideias republicanas começaram a ganhar força na sociedade brasileira. Inclusive, neste mesmo ano se deu o lançamento do *Manifesto Republicano*⁹⁷ e, em 1872, a fundação do Partido Republicano. A partir da década de 1880 foram surgindo nos estados brasileiros clubes ou partidos republicanos regionais. Tivemos em Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará entre outros.

A historiadora Emilia Viotti da Costa ressalta que apesar desse aumento na quantidade de entidades ligadas à defesa do republicanismo, não podemos “superestimar o papel do partido republicano. Embora difundido por todo o país, ele não contava grande número de adeptos, com exceção dos núcleos de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul” (COSTA, 2010, p.459). Ela destaca que as ideias republicanas não foram novidades do período porque vinham sendo desenvolvidas no Brasil desde o período colonial. Se naquela época defendiam a emancipação do país, após a independência elas passaram a ser contra o regime vigente.

Devemos ainda entender que, nesse momento, os ideais republicanos vinham carregados de significado. Não era apenas uma mudança política que se desejava, mas uma modificação mais profunda na sociedade brasileira. Para uma parcela dos defensores do novo

⁹⁷ Esse documento foi publicado em 3 de dezembro de 1870 no jornal *A República*. O documento não tinha como intenção provocar uma revolução física na sociedade, mas esclarecer as motivações que levaram a tal ato e iniciar a discussão sobre a continuação da Monarquia, mantendo a ordem social e colhendo adesões. Foram signatários do *Manifesto* políticos que haviam participado do governo imperial, jornalistas, advogados, médicos, funcionários públicos, entre outros.

regime, os conceitos de democracia e liberdade eram inerentes ao que se acreditava ser o republicanismo. Maria Tereza Chaves de Mello (2011) coloca que havia uma “tradição americana de liberdade”, iniciada na independência e que seria concluída com a proclamação. Tal liberdade também seria reafirmada por um viés democrático, com maior participação popular na condução do governo.

Todos esses desejos vinham aumentando de intensidade desde 1870. Para Ângela Alonso (2002, p.23) o período se caracterizou como aquele em que se deu o “movimento de ideias novas”. Borbulhavam pela Europa teorias como a do evolucionismo, cientificismo, positivismo e parte dos homens das letras brasileiros – partidária do sistema republicano – se baseava nessas escolas de pensamento para defender o regime. Cultivavam uma nova cultura no Brasil, tendo a República como o caminho natural para se chegar ao progresso. É novamente Maria Tereza de Mello (2007, p.144) quem ratifica esse posicionamento afirmando que a República era vista como uma “inevitabilidade histórica”. O republicanismo adotado por alguns países europeus e pelos Estados Unidos era visto como um modelo mais adequado do que a Monarquia vigente no Brasil.

A inspiração dos liberais republicanos para produzir uma ideologia modernizadora veio do modelo norte-americano, incorporando os princípios federalistas, como a descentralização política e a mudança na forma de representação (ALONSO, 2002, pp.108-110). Segundo José Murilo de Carvalho esses “republicanos históricos” adeptos da instalação de um governo federalista tinham o seguinte lema: “Somos da América e queremos ser americanos” (CARVALHO, 2008, p.24). A Monarquia como era instituída, na visão deles, isolava o país por não alinhá-lo nem à América nem à Europa. A constituição do Brasil como federação, com respeito aos princípios democráticos, seria a melhor forma de conduzir o país ao progresso e à modernidade. Com estados independentes, os laços de união seriam mantidos através da nacionalidade e da solidariedade de interesses comuns.

E foi esse o modelo adotado no Brasil após a proclamação. A República brasileira moldou-se como o liberalismo americano, apoiado por proprietários rurais e pelos republicanos históricos. Os indivíduos e os estados eram autônomos e regulavam seus interesses entre si, com a menor intervenção possível do governo na economia (CARVALHO, 2008, pp. 24-28).

Mas este modelo, que era condizente com a realidade americana, no Brasil teve outro sentido. O Brasil era marcadamente desigual. Social e economicamente, eram muitas as diferenças entre as camadas da população, com uma já estabelecida concentração de poder. O modelo liberal, salienta Carvalho (2008, pp. 24-28), consolidou essa desigualdade, ainda que

existisse um presidente eleito para representar os interesses da população, contudo – paradoxalmente – limitado pelos princípios liberais de intervencionismo mínimo.

Devemos ressaltar que o modelo republicano não era a defesa de toda camada letrada brasileira. Estes não tinham um pensamento unificado e mesmo os que defendiam o sistema tinham diferentes correntes internamente. Contudo, a grande imprensa e os principais jornais em circulação no país utilizaram suas páginas para difundir as ideias republicanas entre os letrados da população. *O Paiz*, *Diário de Notícias*, *Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias* foram alguns daqueles que defendiam a mudança de regime político (SCHULZ, 1994, p.125).

Constatamos esse posicionamento observando algumas edições desses jornais de 1889, meses antes da proclamação. Nas páginas da *Gazeta* lemos o seguinte artigo: “Os órgãos da monarquia não quiseram ainda convencer-se de que nós republicanos obedecemos a um preceito definitivo – a seriedade dos nossos atos em qualquer emergência em que nos achemos”⁹⁸. O autor desse texto, que assinou como Jacintho Dutra, expôs claramente seu alinhamento à República estabelecendo uma relação de completa oposição ao regime monárquico. Observamos, ainda, um artigo de Quintino Bocaiúva publicado n’*O Paiz* sobre as eleições realizadas no Rio de Janeiro, onde ele claramente atacou a Monarquia.

Por primeira vez, e já no declínio do segundo reinado, o partido republicano vai entrar na sua batalha campal de uma eleição geral, tendo a legítima pretensão de demonstrar ao mundo civilizado, e particularmente à América Republicana, que o povo brasileiro nutre a aspiração de estabelecer a sua solidariedade moral e política com os povos emancipados da tutela monárquica, quer seja esta exercida pela forma opressiva e violenta da imposição pela força (...), quer seja pela forma hipócrita e insidiosa de regime corruptor de um constitucionalismo bastardo, que se define realmente pela exploração industrial do poder em benefício de uma casta ou de uma família privilegiada (...)⁹⁹.

A leitura do texto completo (ele ocupa seis das oito colunas da primeira página do jornal) nos mostra nitidamente o ataque de Bocaiúva ao regime monárquico e à família real. No entanto, já por esse trecho, vemos elementos que evidenciam essa mesma posição. Quando o autor se referiu ao “mundo civilizado”, nos remete àquelas sociedades democráticas, nas quais os representantes são eleitos pela população. Isto é, que vivem sob um governo republicano. Mais do que isso, Bocaiúva colocou no povo essa aspiração de se tornar livre desse tipo de poder corrupto e explorador exercido pela família real portuguesa e corporificado em D. Pedro II.

⁹⁸ *Gazeta de Notícias*, Jacintho Dutra, 18 de fevereiro de 1889, Valença, p.2.

⁹⁹ *O Paiz*, Quintino Bocaiúva, 22 de agosto de 1889, p.1.

Naturalmente, existiam outros motivos que não apenas a difusão e o fortalecimento das ideias republicanas para a queda do regime imperial. Havia o elemento econômico, ressaltado pela historiadora Emilia Viotti da Costa (1999), que culminou com o deslocamento da produção cafeeira das fazendas escravistas do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, onde se optava por utilizar mão de obra imigrante. A abolição da escravatura aqui também entrou como fator contribuinte para desgaste do império, principalmente porque fez com que o regime perdesse sua base de apoio (SCHWARCZ, 1998, p.658). A aliança entre governo e senhores de escravos ficou insustentável após as seguidas leis promulgadas¹⁰⁰ que acabaram por extinguir a escravidão no Brasil, sem render qualquer tipo de indenização aos fazendeiros. Outro fator foi o surgimento do exército como instituição constituída após a Guerra do Paraguai e o descontentamento dessa categoria com o papel destinado a eles na sociedade pelo governo imperial.

Margarida de Souza Neves (2006, p.29) resume os fatores da seguinte forma:

Do ponto de vista da política era explosiva a combinação entre a perda de apoio político da monarquia por parte de setores influentes, como os cafeicultores do Vale do Paraíba – grande parte deles com interesses escravistas – e do Oeste paulista – que consideravam insuficientes os esforços de modernização do Império; os descontentamentos militares; a instabilidade da política imperial para lidar com os interesses corporativos da Igreja Católica, a saúde periclitante do monarca que punha de manifesto a chama questão dinástica (...); e também da propaganda dos partidários da República (...).

Não entraremos no detalhamento de todas as questões que levaram ao fim do Império no Brasil porque, para fins desse trabalho, não são pertinentes serem discutidas. O que nos interessa entender é que as ideias de modernidade e progresso já habitavam a cabeça da intelectualidade brasileira desde antes da proclamação. E mais, que para boa parte desses homens a República era a forma para transformar o país em uma civilização. A proclamação se constitui indiscutivelmente como um marco na história do Brasil, mas a geração de 1870 já vislumbrava esse caminho.

Eram, portanto, diferentes setores da sociedade insatisfeitos com o governo imperial e que ansiavam pela chegada do progresso e de uma nova realidade. Com sua base de apoio corroída e sem força política, teve fim o período monárquico no Brasil. A instalação da República ocorreu pelas mãos do marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889. O sistema político adotado com a proclamação foi inspirado no federalismo norte-americano,

¹⁰⁰ Em 1850, a lei Eusébio de Queirós extinguiu o tráfico negreiro no Brasil. Já em 1871, foi promulgada a lei do ventre livre, que tornou livres os filhos dos escravos nascidos em cativeiro. Em 1885, uma lei também garantiu que os escravos maiores de 65 anos também fossem libertados.

mas o modelo de capital-moderna desejado era o de Paris transformada por Haussmann, a partir de 1859. Ele foi o responsável por fazer a capital francesa, em meados do século XIX, um exemplo de metrópole moderna. A cidade tornou-se “um conjunto monumental de largos e extensos bulevares em perspectiva, com fachadas uniformes de ambos os lados, reduzindo a pó os populosos quarteirões populares e o emaranhado de ruas estreitas e tortuosas (...)” (BENCHIMOL, 1992, p.192).

A capital francesa transformou-se para o mundo “um espetáculo particularmente sedutor, uma festa para os olhos e para os sentidos”, como bem escreveu o crítico norte-americano Marshall Berman (2007, p.181). A velha cidade foi posta a baixo e uma nova surgiu, tendo os bulevares como principal símbolo da construção de um espaço moderno. Berman salienta que, desde 1880, as modificações urbanas conduzidas por Hausmann passaram a ser consideradas como “verdadeiro modelo do urbanismo moderno”, sendo reproduzidas pelas diversas cidades em crescimento, “de Santiago a Saigon” (BERMAN, 2007, p.182).

Uma observação interessante é feita pelo crítico da cultura alemão Walter Benjamin. Ele fala sobre como o processo de modernização de Paris foi iniciado, paradoxalmente, de maneira rudimentar. A capital francesa entrou no século XIX “sob a forma que lhe foi dada por Haussmann. Ele realizou sua transformação da imagem da cidade com os meios mais modestos que se possa pensar: pás, enxadas, alavancas e coisas semelhantes” (BENJAMIN, 1989, p.84). Benjamin traça um paralelo entre a capacidade crescente de destruição que essas ferramentas tão limitadas foram capazes de causar, derrubando bairros inteiros, e o crescimento proporcional das cidades em processo de modernização, que as utilizaram para se tornarem como tal.

Era esse modelo francês o objetivo do governo brasileiro – e de tantos outros países. Porém, havia uma diferença essencial entre os dois processos no que diz respeito à esfera política. Naquele, as massas aderiram ao projeto de modernização pelo viés revolucionário, travando verdadeiros embates com a aristocracia francesa e seccionando a sociedade. No caso brasileiro, as massas ficaram à margem do processo que, politicamente, foi “objeto de arranjos clientelistas que acabaram por recortar a cidade em um sem-número de arenas impermeáveis à competição política e, no limite, à ordem institucional” (CARVALHO, 1994, pp. 26-27).

Vale ressaltar que a população também se manteve distante do processo que culminou com a inauguração da República brasileira – marco fundamental para que a modernização ganhasse impulso no país. O *Jornal do Commercio*, de 16 de novembro de 1889, destacou a

participação popular na proclamação, ressaltando seu apoio às ações do marechal Deodoro da Fonseca, “(...) às 3 horas da tarde grande massa de povo penetrou no edifício da Câmara Municipal, onde o sr. vereador José do Patrocínio fez um discurso. (...) foi declarado que as pessoas presentes haviam resolvido que se proclamasse a República”¹⁰¹.

A impressão que temos ao ler a matéria é que a República chegou ao país por meio de uma verdadeira revolução com ampla participação popular. Contudo, quem esteve à frente de todo o processo foi uma ala dos militares, sob a liderança de Deodoro da Fonseca, com apoio de civis como Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Rui Barbosa, Campos Sales e Demétrio Ribeiro na ambientação para que se efetivasse o golpe que colocou por terra o regime imperial (SCHULZ, 1994, p.139).

Embora não seja o foco principal deste trabalho, queremos evidenciar que a população brasileira, diferentemente da parisiense, não teve participação revolucionária no processo de proclamação, nem de modernização. Enquanto o primeiro foi conduzido pelos militares, o segundo foi implementado pelo governo federal (CARVALHO, 2008). Aristides Lobo, num dos testemunhos mais famosos e reproduzidos sobre a participação civil na proclamação, corroborou com esse pensamento. Disse ele que o povo assistiu a tudo bestializado, atônito e surpreso, e que parte dele acreditava apenas estar vendo uma parada militar.

No Brasil, o acesso à prática política era vetado à população em geral. E ainda que a Constituição de 1891 tenha ampliado o número de eleitores votantes no país, uma vez que tirou de cena o voto censitário, o direito ao voto continuou restrito a uma pequena parcela da população. Apenas homens, maiores de 21 anos, alfabetizados¹⁰², excluindo-se os padres, os mendigos e os soldados rasos, frequentavam as urnas. Em paralelo, iniciou-se um processo eleitoral fraudulento e corrupto, que colaborava para o fortalecimento do poder nas mãos da elite já constituída.

O coronelismo foi a política regional que deu a tônica dos primeiros anos da República¹⁰³ e o voto, popularmente chamado “de cabresto”, era utilizado como moeda de troca. O poder privado dos coronéis ultrapassava os limites das suas fazendas. Neles se concentrava o poder decisório – econômico, político e até da justiça – da região em que estavam inseridos. Assim, a população recorria a eles sempre que precisava de algo. A

¹⁰¹ Jornal do Commercio, 16 de novembro de 1889, p. 1.

¹⁰² A Lei Saraiva, promulgada ainda na vigência do Império, já tinha instituído o voto para alfabetizados, mas conjugava com a comprovação de renda igual ou superior a duzentos mil réis para ser eleitor.

¹⁰³ “O ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra”. Para mais informações sobre o processo político durante a Primeira República. (LEAL, 1975, p. 20).

contrapartida ao atendimento dos pedidos era a fidelidade política. E, durante as eleições, ficava a cargo dos jagunços dos coronéis verificar se os eleitores estavam realmente cumprindo o que havia sido determinado anteriormente (LEAL, 1975, pp.23-25).

Mas João do Rio não via dessa mesma maneira o funcionamento do processo político do período republicano. Em crônica publicada na *Gazeta de Notícias*, em 1903, ele abordou o assunto comparando com as eleições desse momento com as de antes da instalação da República no Brasil. Naquele tempo, na visão do cronista, a desconfiança e o medo prevaleciam entre os votantes. E o temor de agora era resquício do que se viveu antes.

Anteontem, era interessante ver a desconfiança com que certos eleitores chegavam às suas seções eleitorais. Ficavam durante algum tempo à esquina, sondando o arredor com os olhos inquietos; davam três passos medrosos, paravam de novo, recuavam, tornavam a avançar; por fim, chegando à sede da seção, enfiavam o olhar cauteloso pela porta e pela janela, espiando as caras dos que estavam lá dentro: - então, um suspiro de alívio lhes desoprimia o peito, e eles entravam, espantados e alegres a um tempo, mal disfarçando a surpresa de só acharem ali gente conhecida e séria. Ainda assim, se a ponta de uma bengala batia de repente sobre o assoalho, esses eleitores timoratos estremeciam, cuidando ouvir o rumor característico do engatilhar de um revólver; e, se um foguete estalava no ar, festejando S. Pedro, havia na sala um reboiço, e os olhares aterrados se dirigiam logo para a porta da rua, como se por ela já viesse entrando numa nuvem de fumo e balas, a sanguinária guarda avançada da Camôrra eleitoral¹⁰⁴.

Notamos que o cronista situava em um período anterior à proclamação, a coerção e a corrupção presentes no processo eleitoral brasileiro. Realmente, esses elementos já estavam presentes nas eleições passadas no país. Contudo, eles não deixaram de existir com a mudança de Império para República. As primeiras décadas do novo período nas cidades interioranas foram marcadas pela formação do “currel eleitoral” dos coronéis, pelo controle atento (e violento) dos capangas e pela infiltração de pessoas de confiança desses homens na condução burocrática da votação. Conforme a descrição de João do Rio, nesse momento era comum o pânico ao se ouvir o barulho “de uma bengala (que) batia de repente sobre o assoalho” ou de “um foguete (que) estalava no ar”. A punição pelo descumprimento do acordo entre eleitor-coronel era um fato concreto em grande parte dos municípios brasileiros.

A descrição de João do Rio, portanto, não condiz com o que os estudos históricos revelam sobre o funcionamento do sistema eleitoral durante a Primeira República em grande parte dos municípios brasileiros. Tal período foi marcado por um processo fraudulento, corrupto e violento. O posicionamento do cronista pode ser baseado em diferentes possibilidades. Talvez seja consequência da sua crença na República como caminho para modernização e para o progresso, fazendo não enxergar que o regime possa ter não apenas

¹⁰⁴ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 30 de junho de 1903, p. 2.

mantido, mas reforçado “a velha ordem excludente e hierarquizadora (que) manterá(ve), sob novas formas, a permanência de práticas sociais, estrutura econômica, lógicas políticas e visões de mundo” (NEVES, 2006, p.41).

Outra possibilidade gira em torno da falta de contato e, conseqüentemente, de conhecimento do cronista em relação ao que ainda acontecia fora do centro urbano da capital federal. Segundo o historiador Edmilson Rodrigues, João do Rio “era a síntese da nova vida urbana carioca” (2000, p. 24). Ele se entranhava no ambiente da cidade procurando entender seus habitantes e sua lógica, suas imagens e suas linguagens. Essa política do coronelismo, embora fosse uma prática eleitoral comum em todas as regiões do país, ficava mais evidente nas áreas rurais.

João do Rio vivia na cidade e, sendo um homem profundamente urbano, podia não saber o que se passava na realidade de locais distantes daquele ambiente. É o próprio quem afirma na sua crônica que se refere à população carioca: “Parece que, de hoje em diante, já o carioca poderá ir votar, sem deixar a mulher em lágrimas e os filhos sobressaltados, num medo pânico, de joelhos em diante do oratório, pedindo a Nossa Senhora que salve de cacetadas e facadas o chefe da família...”.

O autor, ao longo dessa crônica, exaltou as eleições na cidade, sem mortes, num clima festivo e de honestidade. Ao que nos parece, João do Rio quis traçar um padrão completamente oposto ao que acontecia no Império. Tanto que finaliza seu texto, num tom de extrema ironia, dizendo que apenas as drogarias se prejudicaram com a eleição, pois agora não venderiam mais “arnica (...) e desinfetantes – para curar os estropiados e para purificar a gente limpa que caía na tolice de se meter em tais vergonheiras”¹⁰⁵.

Como podemos notar, aos olhos do cronista, sempre voltados à capital, o Rio de Janeiro pós-proclamação da República deixaria para trás os problemas ligados ao período anterior, entre eles, a corrupção eleitoral. João do Rio carregava a certeza de que uma nova era se inauguraria, focada na construção de uma civilização moderna, sem espaço para esse tipo de irregularidade. Ele escreveu esse texto em 1903, um período em que se ansiava pela transformação da cidade. Porém, a prática da corrupção eleitoral não se deteve com a chegada da República, ela permaneceu e, em alguns casos, intensificou-se.

Durante os primeiros anos da República, estiveram à frente da presidência do Brasil, sequencialmente: Deodoro da Fonseca (1889 – 1891), Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-

¹⁰⁵ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 30 de junho de 1903, p. 2.

1906). Deodoro foi eleito indiretamente pela Assembleia Nacional Constituinte e, após sua renúncia, seu vice, Floriano Peixoto, assumiu a presidência do país, desrespeitando a Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891¹⁰⁶. A partir daí, presidentes civis passaram a comandar o país.

O governo de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil do Brasil, além de ter sofrido a terceira derrota contra o arraial de Canudos, na Bahia, fragilizou-se pela cisão do Congresso a partir da sua decisão pacifista em relação à Revolta Federalista no Rio Grande do Sul (RESENDE, 2006, p.111). O presidente ainda adoeceu e teve que se afastar do cargo, entrando em seu lugar o vice Manuel Vitorino, que ao invés de seguir a direção política de Prudente de Moraes desenvolveu um próprio plano político visando sua permanência no poder.

Maria Efigênia Lage de Resende (2006, p.112) resume o quadro de agitação política dos primeiros anos da República, anterior ao início do governo de Campos Sales, da seguinte forma:

Após os nove anos de vida republicana, Campos Sales tem clareza da ausência de uma base objetiva capaz de dar sustentação a um presidente para implementação das políticas governamentais. Para isso contribuem a fragilidade do Partido Republicano Federal, cindido em alas que se opõem de forma radical; um Congresso fracionado em bancadas estaduais; as bancadas estaduais divididas em correntes que oscilam segundo questões e estratégias de momento; um sistema partidário já basicamente estadualizado; o militarismo manifesto nas posições das Forças Armadas, que se pretendem depositárias do poder; as lutas de facções oligárquicas pelo poder nos estados; e a anarquia, tropelias e correrias de bandos armados no interior dos estados sob as ordens dos poderosos coronéis.

Foi durante o governo de Campos Salles que se iniciou a “política dos governadores”, o sistema de alianças que marcou a Primeira República. A troca de favores entre o governo federal e os estaduais deu a tônica da política deste momento histórico, reproduzindo em maior escala o clientelismo dos coronéis. Em linhas gerais, ele buscava com esse sistema a estabilização política e econômico-financeira do país, que passava por uma crise econômica, além de ter uma inflação altíssima e uma dívida externa que não parava de aumentar (RESENDE, 2006, p.112).

Enquanto isso acontecia na esfera federal, vemos passar pela cidade do Rio de Janeiro, entre 1889 e 1902, 19 prefeitos (ROCHA, 1995, p.45). Segundo o historiador Oswaldo Porto

¹⁰⁶ Floriano Peixoto assumiu o posto ignorando a Constituição Federal de 1891, onde dizia que se o presidente em exercício renunciasse antes do seu mandato completar dois anos, deveriam ser convocadas novas eleições presidenciais. Deodoro da Fonseca deixou o governo sem ter completado o primeiro ano de governo. Floriano, não só havia violado a Constituição Federal, mas também imprimia um governo extremamente opressor.

Rocha, no mesmo ano da proclamação, foi criado o Conselho de Intendência Municipal em substituição à Câmara Municipal e a administração do município passou a ser de responsabilidade do governo federal, que indicava quem seria o presidente do órgão.

Em 1892 foi sancionada uma lei que criou o Distrito Federal e o nome do prefeito, apesar de ser indicado pelo presidente da República, deveria ser aprovado pelo Senado. Ainda por essa lei, instituiu-se o poder Executivo e o Legislativo no Distrito, e o que dizia respeito à esfera judiciária seria resolvido pelo governo federal (ROCHA, 1995, p.46). A ligação entre as esferas federal e municipal fica bem evidente aqui. Mas isso não significa dizer que havia uma relação de submissão entre eles. Vemos, por exemplo, o Senado rejeitar o nome de Barata Ribeiro, último presidente do Conselho Municipal e indicado por Floriano Peixoto, para a prefeitura da cidade (MAGALHÃES, 2007).

A chegada de Rodrigues Alves, em 1902, à presidência evidencia a relação existente entre a prefeitura do Rio de Janeiro e o governo federal. A ascensão dele ao poder também foi uma consequência dos arranjos eleitorais comuns na Primeira República. O governo do cafeicultor paulista possui especial interesse para o desenvolvimento desse trabalho, já que Alves tinha como objetivo principal modernizar e higienizar a capital do país. Com ele, o Brasil deveria ganhar o status de país “civilizado”, como o próprio João do Rio gostava de afirmar. E para alcançar essa meta, coube ao Rio de Janeiro o “papel de metrópole-modelo” e cartão postal do Brasil (SEVCENKO, 1998, p.522).

3.2) As reformas urbanas da capital federal

A elite burguesa do Brasil desejava a construção de uma civilização moderna inspirada no modelo francês. Ao Rio de Janeiro daquele momento eles ligavam a ideia de barbárie, de atraso, de sujeira. Esperava-se uma nova capital federal. O sociólogo Norbert Elias (2006, p.22) nos alerta que no decorrer do processo de construção de uma civilização são comuns os embates com “contraprocessos descivilizadores”. A convivência entre dois mundos diferentes num mesmo universo é o que proporciona os choques. Na realidade do Rio de Janeiro não era diferente. Numa mesma cidade conviviam a burguesia carioca com seus anseios capitalistas e os habitantes do velho Rio, com sua luta pela sobrevivência. Estes últimos apenas foram deslocados espacialmente para não comprometerem a nova imagem que se criava para a capital federal.

Rodrigues Alves ao assumir a presidência da República teve como desafio concretizar o projeto de modernização ansiado pela sociedade brasileira mesmo antes da sua chegada ao poder. Atender a essa expectativa era uma forma do presidente contribuir para consolidação da legitimidade do regime republicano, que ainda estava em fase de estabilização. E não só isso. A modernização e o saneamento do Rio de Janeiro ajudariam a economia do país, ainda devastadas pelas crises do final do período imperial e dos primeiros anos da República.

O processo de modernização pode ser diferenciado em dois projetos, como revela André Nunes Azevedo. Embora a modernização fosse um planejamento federal para a sua capital, os objetivos do presidente Rodrigues Alves, do ministro Lauro Müller e do engenheiro Francisco Bicalho eram diferentes do que Pereira Passos, prefeito da cidade, pretendia implantar na cidade. Eles mantinham o diálogo e de forma alguma eram opostos, mas eram operacionalizados de maneiras diferentes, como veremos adiante (AZEVEDO, 2003, p. 43).

O porto do Rio de Janeiro foi o foco do trabalho do presidente, do ministro Lauro Müller e do engenheiro Francisco Bicalho, pois era ponto primordial para o fortalecimento e desenvolvimento econômico do Brasil. A partir dele, outros avanços seriam consequentes, funcionando na ideia de “sistema viário integrado”. As obras na zona portuária, também segundo André Azevedo (2003a, p.243), permitiriam um maior saneamento urbano, incremento das atividades comerciais, aumento na arrecadação tributária e atração de mão de obra de imigrante, além de melhorar a imagem do Brasil no exterior. A reforma do porto do Rio de Janeiro deveria transformá-lo no principal símbolo do Brasil moderno. Além disso, a sua reformulação foi primordial para o desenvolvimento urbano da cidade, que ocorreu em função dele (SEVCENKO, 2003, p.58).

Toda essa preocupação com o porto do Rio de Janeiro era visível nas crônicas de João do Rio. Os planos de Rodrigues Alves foram divulgados em novembro de 1902, e o cronista, em 1903, já mencionava essa questão em diversos dos seus textos, como podemos comprovar, por exemplo, na crônica de apresentação da coluna *A Cidade*, publicada em 31 de maio daquele ano, na *Gazeta de Notícias*:

A enferma está renascendo, numa convalescença franca: todo o seu organismo revive, luta, anima-se, trabalha. Obras do porto, medidas higiênicas, aberturas de ruas, - trabalho fácil e compensador distribuído aos homens de boa vontade, - os sintomas da crise salutar acentuam-se de dia em dia. A boa cidade está salva. Está salva... se não tiver uma “recaída”¹⁰⁷.

¹⁰⁷ *Gazeta de Notícias*, *A Cidade*, X., 31 de maio de 1903, p. 1.

As obras do porto foram o primeiro item relacionado pelo autor para falar sobre a cidade que estava vendo renascer. João do Rio contrapôs a cidade velha e colonial a essa nova que estava nascendo, limpa e moderna – a “boa cidade”. Ele comparou com uma doente que estava se recuperando, como se o progresso fosse o remédio para que o Rio de Janeiro se curasse do atraso e da barbárie, males que assolavam a cidade até então. Ele marcou sua posição claramente ao utilizar o adjetivo “enferma” para se referir a ela. A recaída seria, justamente, não dar continuidade nesse caminho.

Também é possível vermos a importância do porto na cidade do Rio de Janeiro na crônica da mesma coluna do dia 29 de junho de 1903: “A tarde era linda, e tudo fazia esperar que esses estrangeiros voltassem do nosso belíssimo porto, satisfeitos, dando por bem empregada a viagem, e abençoando o conselho do amável cicerone”¹⁰⁸. João do Rio se referiu aos turistas ingleses que haviam aportado no Brasil para passar algumas horas antes de seguir viagem e decidiram conhecer um pouco da capital. Percebermos que ele exaltou a beleza do porto que se relaciona diretamente à cidade – tão bela quanto.

Comparando os dois trechos destacados das crônicas de João do Rio que mencionavam o porto, podemos ver como o cronista se entusiasmava com o menor sinal de modernização da cidade. Num primeiro momento, ele evidenciou a necessidade das obras e, menos de um mês depois, já se referiu como “belíssimo porto”. Como não nos restam dúvidas de que o cronista era panfletário da modernização, entendemos que sua exclamação era decorrente da expectativa que nutria em relação ao resultado das obras, que, por ser ainda início do governo, talvez ainda estivessem em um estágio incipientes – se é que haviam começado.

Num segundo momento, vemos como João do Rio utilizava com maestria o recurso da linguagem literária que o permitia misturar ficção e realidade. Quando falou da visita dos ingleses, ele maximizou as belezas locais, valorizando o Rio de Janeiro. Interpretamos assim que, na sua visão, não havia como o porto, tal como a cidade, não serem belos após as obras de modernização.

Essa importância dada por João do Rio só ratifica a ideia de que o porto do Rio de Janeiro era, de fato, a porta de entrada para o Brasil. Por ele, passavam os turistas internacionais (que não deveriam ver nada que lembrasse atraso) e entravam os artigos industrializados vindos do exterior. Ou seja, fazia-se o contato não só com o comércio europeu e norte-americano, mas com habitantes da capital federal. Além disso, o porto carioca

¹⁰⁸ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 29 de junho de 1903, p. 2.

cumpria uma importante função no comércio de cabotagem (SEVCENKO, 2003, p.39). Era preciso então que todo o seu entorno fosse tão funcional quanto ele para facilitar a chegada e a saída da produção para as demais regiões da cidade. Enfim, ele precisava ser compatível com a realidade que se queria passar e talvez tenha sido essa a motivação principal da presidência do Brasil.

Em decorrência das obras do porto, André Azevedo mostra a construção de três importantes avenidas na cidade. Foram elas: avenida do Cais, avenida do Manguê, e avenida Central. Elas cumpriam a função de “constituir um sistema viário destinado a absorver as atividades de distribuição de mercadorias oriundas do porto” (AZEVEDO, 2003, p.45). A avenida Central, depois batizada de avenida Rio Branco, transformou-se no principal símbolo do processo de modernização da capital brasileira.

A importância do Rio de Janeiro é incontestável durante tal governo. Na prefeitura da cidade, um ano depois da entrada de Alves, assumiu Francisco Pereira Passos – um “homem enérgico”¹⁰⁹, no dizer de João do Rio – por indicação do presidente. Passos estudou engenharia na Escola Militar e sua formação técnica foi desenvolvida em Paris, onde foi funcionário da embaixada brasileira. Enquanto esteve por lá, ele viu acontecer as reformas conduzidas por Haussmann na cidade (BENCHIMOL, 1992, p.192).

As reformas urbanas começaram a ser realizadas de forma mais intensa no início do governo Passos. Mas, já em 1892, havia na cidade uma onda de demolição na sua região central, em especial na zona portuária (SEVCENKO, 2003, p.77). E mesmo antes disso, elas haviam sido pensadas há algum tempo. Desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, já havia a ideia de reorganizar o espaço urbano, uma vez que a cidade ficou abarrotada de pessoas e não havia estrutura para receber tamanho contingente. Em 1882, o engenheiro Paulo José Pereira retomou essa ideia e traçou um plano de reurbanização, com as mesmas premissas do posterior projeto republicano: higienizar e reedificar a cidade (NEVES, 1991, p.56).

João do Rio parecia reticente à ideia de que esse plano de transformar o Rio de Janeiro realmente era anterior àquele período. Isto fica claro em uma de suas crônicas, publicada na *Gazeta de Notícias*, onde escreveu que encontrou no bonde, em 1903, “um ancião que foi vereador da Câmara Municipal em 1860” e este dizia que as obras do porto, assim como outras previstas no projeto de modernização, haviam sido apresentadas por ele à casa legislativa em seus tempos de ofício.

¹⁰⁹ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 2 de junho de 1903, p. 2.

- [...] Ah! Nós naqueles tempos tínhamos idéias! Tudo quanto se tem feito, tudo quanto se está fazendo, tudo quanto se vai fazer é velho! Nós, em 1860 já pensávamos nisso!

Calei-me; não quis dar trela ao bom velho, porque temi que ele me afirmasse ter inventado em 1860 aquilo que se vai fazer daqui a quatro ou cinco séculos... Mas fui, por todo o resto da viagem, pensando na sofreguidão e no orgulho, com que, depois de saneado reabilitado o Rio de Janeiro, toda a gente há de chamar a si a glória de ter realizado esse prodígio...¹¹⁰

Por mais que não fique claro se o posicionamento do cronista era de descrença na existência de projetos de reformas do Rio de Janeiro anteriores, o uso da ironia – traço tão característico dos textos de João do Rio – nos leva a entender dessa forma. O que não nos suscita dúvidas, observando essa mesma crônica e tantas outras do autor, é que ele era um entusiasta da modernização e defensor de que este seria o rumo para que a população brasileira se constituísse numa sociedade civilizada.

Mas se em meados do XIX a remodelação da cidade não foi implementada, nos primeiros anos do século XX a ideia do “Rio civiliza-se” estava introjetada na cabeça dos governantes brasileiros. As novidades que iam chegando ao país despertavam os desejos das elites e acabaram por criar uma onda de consumo entre eles (SEVCENKO, 2003, p.40). Tudo que se relacionava aos costumes, hábitos e tradições dos grupos sociais mais pobres era identificado com atraso, barbárie, primitivo e deveria sumir. A cidade procurava se desligar de uma “memória incômoda” (OLIVEIRA, 2008, p.25). Ali, no centro político e econômico do país, não tinha espaço para nada que não representasse o progresso.

Para concretização de tal plano, o prefeito Pereira Passos traçou um projeto para a cidade bem mais abrangente do que o de Rodrigues Alves. Enquanto este último se preocupou com a melhoria no sentido do desenvolvimento econômico, o prefeito carioca tinha como foco principal o aspecto urbanístico. Passos e sua equipe focavam-se, principalmente, na reestruturação do sistema viário. Sob seu comando foi desenvolvido um projeto com cinco operações para reordenar a cidade, deixando claro que “operava com uma visão de cidade organicista, que idealizava a cidade como um *corpus* continente de diversos órgãos vitais, no qual é fundamental a ligação destes para o funcionamento harmônico do corpo urbano” (AZEVEDO, 2003, p.53).

A obra da avenida Central merece uma atenção especial. Como já dissemos, ela foi o maior símbolo desse período de reformas urbanas. De inspiração francesa, segundo Sevcenko (1998, p.545), ela criou a atmosfera cosmopolita que a sociedade carioca tão desejava. Na sua

¹¹⁰ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 11 de dezembro de 1903, p. 2.

construção, como nos disse Lima Barreto, havia muito de cenográfico. Um espaço suntuoso foi erguido na capital baseado nos bulevares parisienses, com ruas largas, vitrines de cristal e fachadas em mármore. Ali o consumismo encontrou o lugar perfeito para se proliferar por entre o desfile de alta classe.

Mas até a obra de fato ser iniciada, a população receava se o governo levaria adiante os planos de realizá-la. Oswaldo Porto Rocha (1995, p.62) lembra que as confeitarias da rua do Ouvidor serviam de pano de fundo para discussões do tema, tendo adeptos das duas correntes, aquela que acreditava que a obra sairia do papel e a outra que não tinha essa certeza. A concretização da avenida Central envolvia uma série de demolições e desapropriações, que transformariam a vida dos moradores e custaria muito aos cofres públicos.

João do Rio era um dos que se preocuparam com a concretização desse projeto, tanto que escreveu na sua coluna na *Gazeta de Notícias*: “Não quero dizer que a Avenida seja um projeto destinado a nunca passar de projeto. Mas as demolições há de consumir tanto tempo! E, depois de feitas as demolições, ainda tantas coisas reclamarão cuidado!”¹¹¹.

Um mês depois, o cronista revelou outra preocupação em relação à construção da avenida. Os proprietários de lojas e casas na região se reuniam para exigir uma contrapartida do governo para evitar os futuros prejuízos financeiros. João do Rio não deu muita importância ao episódio, diminuindo a dimensão dos acontecimentos. Para ele, o bom senso falaria mais alto e esses homens cederiam à vontade do governo, arcando com sua parte de sacrifício em nome de bem maior, que era o melhoramento da cidade¹¹².

Apesar de todo medo e desconfiança, a avenida Central começou a ser construída em março de 1904 e foi inaugurada por completo em novembro de 1905. A reforma urbanística foi real, mas mudou também a sociedade carioca que passava por ali. A remodelação em curso no Rio de Janeiro atingia seus habitantes, que envolvidos pela aura cosmopolita, pareciam encenar novos padrões de comportamento.

João do Rio, que vivia na capital federal em pleno movimento de transformação, se aproximava dos objetos que retratava através de seu método de apuração etnográfico. Seu objeto de trabalho era a cidade, com seus espaços e personagens. Andava por suas ruas, entre as mais de 700 mil pessoas que as habitavam, criando uma imagem daquela realidade e, ao mesmo tempo, sendo criado por ela. Júlia O'Donnell explica que o cronista em sua figura pública era “a mimese do processo histórico e estético ao seu redor” (2008, p.51).

¹¹¹ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 13 de junho de 1903, p. 2.

¹¹² *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 13 de julho de 1903, p. 2.

Nesse duplo movimento do qual participava intensamente, João do Rio se moldou. A relação intimista que estabeleceu com o espaço público e as diferentes experiências que ali vivenciou o ajudaram a compor sua personalidade tão híbrida quanto a cidade. Elas também se inseriram em sua produção escrita que, num movimento complementar (ou talvez inverso), criaram o que podemos chamar da versão daquele Rio de Janeiro moderna construída pelo cronista enquanto sujeito histórico. Como alguém que não apenas descreveu os fatos, mas que num movimento dialético foi moldado e moldou aquela realidade de alguma forma. O seu relato não era meramente descritivo e sim o resultado das expectativas e influências que recebeu ao longo da vida.

Assim, ele conseguia escrever sobre diferentes aspectos da cidade da qual era contemporâneo. Podemos observar isso, por exemplo, na sua minuciosa descrição sobre o Largo do Paço, atual Praça XV, e seus arredores antes das reformas, em crônica publicada no jornal *Gazeta de Notícias*¹¹³.

E evoquei a lembrança do repulsivo espetáculo, que ainda há um ano, se oferecia a quem se ia perder por aquelas paragens: - na orla do mar, os restos de uma velha grade em ruína, as carroças atravancando a praça; um chafariz muito sujo, com os degraus cobertos de cascas de frutas e de escamas de peixe; um barracão infecto, com as paredes ornadas de desenhos obscenos; o Mercado, medonho e enlameiado, desfazendo-se em nuvens de cheiros nauseabundos; e ao fundo, no meio de um grande espaço cimentado que parecia a pista de um Skating-rink, o desventurado Osório¹¹⁴, que no meio daquela espurcícia, só não levantava o braço para tapar o nariz com a mão por não ter o movimento nos seus músculos de bronze... mas o que havia ali de pior era a gente, era a vermina humana que se arrastava por aquela vasta pocilga. Havia, de certo, entre os frequentadores do largo do Paço, alguns desgraçados, inválidos, trôpegos, mendigos: mas não era a presença deles que dava ao largo um aspecto repelente, - porque a miséria, a velhice e invalidez, mesmo quando são imundas, têm sobre a sua imundície um sagrado resplendor de piedade e de respeitável tristeza. Não era também a presença da gente que mourejava no trabalho: carregadores, catraieiros, carroceiros, cruzando-se, interpellando-se, vociferando, injuriando-se, - porque a azafama do trabalho sempre tem um aspecto animador o alegre. O que fazia do largo do Paço um lugar de nojo e opróbrio era a presença dos vagabundos: madraços válidos, esticados ao sol; malandrões da pior espécie, bebericando copinhos de aguardente nos quiosques; artistas do “conto do vigário”, de olhar atravessado, a cata de embarcações ingênuos; jogadores da vermelhinha e do monte, acorados em círculo, entre rixas perpétuas e palavrões medonhos; - toda a bicharia humana, enfim, repelida dos outros pontos da cidade, achando ali um meio propício, e fazendo daquilo uma reprodução do que eram, nos últimos dias coloniais, os arredores do Vallongo e da Presiganja. E os estrangeiros, logo ao chegar no Rio, tinham de ver aquilo, e tinham de sentir aquele cheiro.

¹¹³ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 11 de junho de 1903, p.2.

¹¹⁴ O cronista faz referência à estátua de Manuel Luís Osório, um militar que se destacou durante a Guerra do Paraguai, localizada no Largo do Paço.

Neste trecho notamos como o cronista falava com propriedade de quem viu pessoalmente como aquele local era. Ele evidenciou os degraus com cascas de frutas e escamas de peixes do chafariz do Largo, e, até mesmo, descreveu o cheiro “nauseabundo” do Mercado que, com os demais elementos trazidos por ele, formavam um “repulsivo espetáculo” presenciado por ele. A riqueza de detalhes e as sensações passadas por suas palavras nos levam a crer que o próprio já teve a experiência de vivenciar aquela realidade.

Mas não só isso. A própria construção textual de João do Rio nos leva a essa mesma conclusão. O autor se preocupou em frisar que a “vermina humana” era o que havia de pior na região. Contudo, ele diferenciou os miseráveis – pobres sem emprego e trabalhadores com baixíssimos salários – dos vagabundos. Todo o tom do seu texto é de quem tem autoridade para falar do assunto, não apenas por conhecer a realidade, mas decorrente também do seu posicionamento profissional como jornalista. Sendo assim, ele utilizou veementemente adjetivos como “madracos”, “malandrões” e “artistas do ‘conto do vigário’”.

Seria ilusão acreditar que esse mundo malandro descrito por João do Rio que existia antes da modernização tenha acabado. O seu posicionamento entra em consonância com o discurso da época, que condena a malandragem, associando-a ao alcoolismo, e constrói uma ética de valorização do trabalho. O cronista parecia acreditar nisso, pois continua sua crônica dizendo que “agora, relanceando os olhos pela extensão da praça ajardinada, procurareis em vão um dos meliantes e vagabundos que ali tinhas as suas sete quintas regaladas”. O que realmente aconteceu foi uma transferência de lugar. Ele apenas saiu da cena principal e se alojou em regiões mais distantes dos olhos da elite burguesa carioca.

Em tempos de expansão da industrialização e do crescimento urbano de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, a valorização do trabalho estava em constante crescimento. Caio Prado Junior (1990, p.197) expõe que entre 1890 e 1895 foram fundadas 425 fábricas no país. O cenário que tínhamos na capital federal no início do século XX abrigava fábricas de calçados, chapéus, confecções, bebidas, alimentos, mobiliário, gráficas, metalúrgicas leves e fundições etc. (ABREU, 1987, p.54). O nível de mecanização era baixo e, por isso, tais indústrias utilizavam bastante mão de obra, aproveitando o contingente populacional disponível na cidade.

Vários outros espaços na capital federal também não eram adequados ao que se esperava de uma cidade moderna e higienizada. Em diferentes crônicas, João do Rio mostrou como acreditava que as obras realizadas por Pereira Passos no Rio de Janeiro estavam transformando a cidade em um lugar civilizado. Um dos exemplos é a crônica publicada na

coluna *A Cidade*, na *Gazeta de Notícias*, em 5 de junho de 1903, sobre a reforma do Passeio Público:

Antigamente, sim. Houve tampo em que as famílias cariocas prezavam aquele sereno refugio à sombra das grandes árvores folhudas. Eu ainda sou da época em que, nas longas mesas de pedra da rua que ladeia o terraço, se faziam convescotes alegres. (...) Deus me livre de ali ver, outra vez, os convescotes de antanho! essa história de *pic-nics* em jardins públicos já não é compatível com a nossa civilização¹¹⁵.

A civilização tão desejada por João do Rio era aquela que estava sendo construída por Pereira Passos e Rodrigues Alves, por mais que várias vezes criticasse o ritmo que o processo se dava. Após a reforma, o cronista passou a ver o Passeio Público como um “ponto de reunião amável”, com “aspecto de jardim europeu, frequentado por gente educada”. A Europa, Paris preferencialmente, era a referência de civilidade para João do Rio. Em diferentes textos ele fez uso de comparações diretas e/ou indiretas com a capital francesa e, inclusive neste, utilizou a luz, a iluminação como metáfora para indicar que havia uma nova perspectiva para Passeio Público. “A luz é a grande inimiga, não só da tristeza, como dos vícios que só amam a escuridão e o silêncio (...). Luz, muita luz! Luz elétrica, ou de gás, ou de álcool, pouco importa!”. A ligação com a Paris de Haussmann, chamada de a “cidade-luz”, era inevitável.

A energia elétrica era mais um dos símbolos da modernidade. Vista com desconfiança no início, logo foram sendo descobertas as infinitas possibilidades que a eletricidade proporcionava. Era quando as luzes se acendiam ao cair da noite que se revelava, de forma mais nítida, a transformação da cidade. O bonde elétrico foi um dos novos benefícios do desenvolvimento da nova forma de geração de energia, valorizando espaços e propiciando maior rapidez de locomoção. João do Rio exaltava a eletricidade. Para ele, lugares iluminados, eram inimigos da tristeza e dos vícios, que se proliferavam na escuridão.

Toda essa transformação em curso no Rio de Janeiro, como já dissemos, era vista com bons olhos pelo cronista. Podemos perceber isso através do diálogo entre dois personagens de uma de suas crônicas, também publicada na coluna *A Cidade*, no jornal *Gazeta de Notícias*, em 29 de fevereiro de 1904. “Bem! Pode ser que eu tenha falado mal da Avenida, das obras do porto, do Lauro, do Passos, de tudo e de todos. Mas o que passou, passou. Hoje, estou

¹¹⁵ *Gazeta de Notícias*, *A Cidade*, X., 5 de junho de 1903, p.1.

convencido... o Rio de Janeiro está salvo! E, se alguém me vier falar mal dessas coisas arrisca-se a brigar comigo!”¹¹⁶.

O decorrer da nossa análise nos mostrou que João do Rio, apesar de tecer muitas críticas ao processo de modernização carioca, e em alguns momentos ser reticente em relação a sua efetiva realização, sempre o desejou tal como foi efetuado por Haussmann na capital francesa. Temos 11 menções a essa cidade, sempre como exemplo a ser seguido pelo Rio de Janeiro, dentre as 110 crônicas encontradas na coluna *A Cidade*, do jornal *Gazeta de Notícias*. Numa delas, a comparação é direcionada à construção das calçadas cariocas. “Foi em maio de 1803 que se construiu o primeiro *troittor* na grande capital francesa (...). Adotamos a moda cem anos depois da sua invenção. Não foi cedo: mas, ainda assim, sempre é bom render graças ao céu”¹¹⁷.

Enfim, vemos que a crítica de João do Rio se direcionava para o ritmo lento em que se davam as transformações. Chegar a ser como Paris, desejo da cabeça do cronista, ainda não era uma realidade em curto prazo no Rio de Janeiro. Ao passo em que o projeto avançava e a civilidade era construída, muito ainda ficava a desejar. E enquanto os problemas reais não eram reparados, a civilização incipiente tentava esconder aquilo que não era condizente com ela.

3.3) Saneando a capital federal

As reformas urbanas no Rio de Janeiro não podiam abarcar apenas o plano urbanístico. Para a construção da cidade moderna, mais do que cuidar da aparência, era preciso que o governo também se preocupasse com a saúde da população e controlasse as doenças que proliferavam. As condições de higiene não eram boas na região central, onde brotavam as habitações populares, e acarretavam em epidemias comprometedoras, capazes de amedrontar os estrangeiros que visitavam o país.

¹¹⁶ *Gazeta de Notícias*, A cidade, X., 29 de fevereiro de 1904, p. 2.

¹¹⁷ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 24 de junho de 1903, p.2.

3.3.1) O Rio de Janeiro antes das reformas urbanas sob o olhar de João do Rio

No período de modernização da capital federal, a população residente na cidade cresceu consideravelmente e, conseqüentemente, aumentaram também os problemas referentes às questões de saneamento. A estrutura urbanística permanecia a mesma desde os tempos do Império e a quantidade de habitantes tendia a majorar, uma vez que a cidade destacava-se como polo de atração para quem buscava melhores condições de vida, como a massa de ex-escravos desempregada após a abolição da escravatura, e os imigrantes.

Para se ter uma ideia de como foi intenso esse aumento populacional, entre 1890 e 1920, chegaram ao Rio de Janeiro 158.888 imigrantes (SEVCENKO, 2003, p. 72). Esses novos moradores eram, em sua maioria, europeus que vinham em busca de trabalho no setor industrial em ascensão naquele momento na capital brasileira. José Murilo de Carvalho (1987, p.16) ressalta que em 1872 viviam 266 mil pessoas na cidade e que o número de moradores chegou a 522 mil no primeiro ano da República, aumentando em cerca de 200 mil nos próximos dez anos.

Tal aumento populacional não passou despercebido para João do Rio. Em crônica publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, ele escreveu: “Só num dia, como estes, é que se pode fazer ideia do quanto tem aumentado a população do Rio de Janeiro!”¹¹⁸. No texto, o escritor apresentou um diálogo travado entre “dois velhos cariocas” sobre diferentes espaços da cidade – Jockey Clube, os teatros Cassino, São Pedro, Apolo e Lírico, os jardins públicos, as praias, o Passeio Público – estarem lotados em um domingo de sol na cidade. O cronista fez questão de colocar distintos lugares de lazer e convivência, demonstrando que o crescimento populacional se deu de maneira geral. No entanto, fez evidenciar: “E, agora, imagine você que multidão não haverá por aí a fora, por esses arrabaldes, por esses subúrbios, por essa infinita extensão de nossa velha cidade!”. E ele não estava errado. Com as reformas, boa parte da população foi deslocada da região central para os subúrbios do Rio de Janeiro.

Naturalmente, esse aumento significativo no número de habitantes da cidade, acabou gerando graves conseqüências para a população carioca. Entre elas, havia a escassez de postos de empregos para absorver a mão de obra disponível. A zona urbana carioca estava em franco desenvolvimento, porém suas indústrias não eram suficientes para abrigar tantos trabalhadores assim como o desenvolvimento do setor de serviços da cidade.

¹¹⁸ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 15 de junho de 1903, p. 2.

Além da falta de empregos, outro sério problema era a estrutura da cidade que não foi adaptada para receber o contingente de imigrantes europeus que chegaram ao Rio de Janeiro. A topografia da cidade, cercada de morros, complicava o surgimento de opções de moradia. As ruas eram estreitas, cheias de vielas, com uma iluminação precária e condições de higiene ainda piores. Era nesse espaço – sujo e sombrio – que as pessoas tinham que procurar abrigo. As opções mais acessíveis para a população pobre eram os cortiços, as habitações coletivas e as casas de cômodos, localizadas na região central da cidade.

Aluísio Azevedo em *O Cortiço*, romance clássico da literatura brasileira escrito em 1890¹¹⁹, ilustrou bem como era a vida nesses locais. A preocupação de João Romão, dono do cortiço, era sempre aumentar o seu negócio, e seus lucros, em cima dos aluguéis dos espaços e dos serviços que oferecia. Assim ele expandiu sua instalação. Alojavam-se por ali trabalhadores urbanos, imigrantes ou não, que queriam permanecer próximos dos seus locais de trabalho, não importando das condições de saneamento do cortiço.

João do Rio também se referiu ao assunto. Percebemos que o cronista se preocupou em relatar a questão dos locais onde a população mais pobre da cidade morava quando escreveu uma série chamada *A pobre gente*, posteriormente compilada no livro *A alma encantadora das ruas*¹²⁰. Ele falou sobre uma batida policial ocorrida na rua da Misericórdia, onde se encontravam habitações coletivas. O cronista frisou como elas tinham mau cheiro, como estavam lotadas, como pareciam estar em total estado de ruína, parecendo que iam desabar a qualquer momento¹²¹.

Em outra crônica, ele fez referência ao vício de fumar ópio dos imigrantes chineses, que moravam em hospedarias também localizadas na rua da Misericórdia e no seu entorno. No Beco dos Ferreiros, escreveu, “uma ruela de cinco palmos de largura, com casas de dois andares velhas e a cair. (...) Há portas de hospedarias sempre fechadas, linhas de fechadas tombando, e a miséria besunta de sujo e de gordura as antigas pinturas”¹²². Nelas, além de consumirem o ópio, as pessoas moravam amontoadas, dormindo em esteiras colocadas no chão, sem qualquer preocupação com higiene ou saúde.

¹¹⁹ (AZEVEDO, 1997). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000015.pdf>
Acesso: Jul/2012

¹²⁰ Por mais que essas crônicas estejam reunidas em livro, optamos por utilizar nesse trabalho apenas aquelas que foram publicadas na Gazeta de Notícias, no período recortado por esse trabalho (junho de 1899 a maio de 1905). No livro, constam crônicas publicadas em outros periódicos, além de algumas que não chegaram a constar em jornais.

¹²¹ Gazeta de Notícias, A pobre gente, João do Rio, 10 de junho de 1904, O Sono da Miséria, p. 1

¹²² Gazeta de Notícias, João do Rio, 7 de janeiro de 1905, Visões de Ópio - Os chins do Rio, p.2.

Além dessas crônicas, em pelo menos mais quatro daquelas veiculadas na coluna *A Cidade*, nos levam a pensar que a intenção de João do Rio era justificar o posicionamento em relação ao apoio às ações de demolição e remoção implementadas pela prefeitura. O cronista procurava destacar os aspectos que considerava repulsivos e que precisavam ser modificados (demolidos) para que a cidade se modernizasse. Antes dessa série, que é escrita paralelamente ao período em que acontecem as demolições, não percebemos uma clara preocupação de cunho social nos textos de João do Rio. Isso não significa dizer que ele não via a realidade ao seu redor e que não tinha consciência da dramaticidade da situação.

Em sua série *A pobre gente*, João do Rio expôs em um grande jornal carioca graves problemas pelos quais passavam alguns dos “marginalizados” da cidade do Rio de Janeiro do período, o que já seria suficiente para avaliar a importância de suas crônicas. Entretanto, no material que analisamos não encontramos qualquer menção do autor sobre o que estava acontecendo com a população que habitava os espaços que estavam sendo demolidos.

As habitações coletivas continuaram a existir em um número grande nas ruas do centro da cidade que, como as descritas por Aluísio Azevedo e João do Rio, nos ajudam a visualizar a crise habitacional instalada no Rio de Janeiro nos primeiros anos da República. Ela foi, na verdade, resultado de um processo que já vinha se desenvolvendo ao longo de todo o século XIX em paralelo à evolução da vida urbana carioca. A área central da cidade concentrava os locais de trabalho de boa parte da população. Os baixos salários recebidos e o deficiente sistema de transporte público foram fatores decisivos para que essas pessoas se submetessem a morar em habitações insalubres, onde se amontoavam com outros tantos moradores de condições financeiras similares as suas.

Ainda que não venhamos nesse trabalho discutir questões referentes ao desenvolvimento do sistema de transporte da capital federal, interessa-nos ressaltar que morar na região central era uma necessidade primordial desde o período imperial por dois motivos apontados por Maurício Abreu (2003). O primeiro refere-se à falta de estabilidade salarial e empregatícia, que impedia o trabalhador de bancar das passagens de ida e volta para casa. O segundo segue a mesma linha, porém acentua o lado de que com tanta mão de obra disponível para o trabalho, morar perto da oferta de empregos era condição de sobrevivência para quem tinha que procurá-los diariamente.

A oferta do serviço de transporte foi tema de crônicas de João do Rio. Em uma delas referiu-se especificamente aos bondes e o sistema precário da cidade. Isso contribuía, e muito, para que os trabalhadores optassem por procurar moradia na região central. Fazendo uma comparação com São Paulo, ele mostrou como era lento o funcionamento dos bondes no

Rio de Janeiro, onde – diferentemente da cidade paulista que já usava apenas tração elétrica – ainda existiam comboios puxados por animais.

O que é verdade é que, com o sistema dos grandes comboios, nos nossos carros elétricos andam mais devagar do que as pesadas tartarugas do Amazonas. Certa vez numa viagem à tarde, entre o largo do Machado e a praia de Botafogo, tive tempo para contar toda a minha vida a um amigo: o amigo adormeceu, acordou, tornou a adormecer, tornou a acordar; e quando chegamos a praia, eu já estava na história da vida do meu décimo quinto avô: a viagem tinha durado três quartos de hora ou três séculos, não sei bem... Já ouvi mesmo contar que um sujeito, indo acompanhar um enterro que saía do Catete, tomou um bond no largo da Carioca, e conseguiu chegar ao largo do Machado a tempo... de ouvir a missa de sétimo dia por alma do morto na matriz da Glória...¹²³

O texto de João do Rio, embebido por toda sua ironia característica, ainda que exagerasse, corrobora com o que mostram historiadores como Jaime Benchimol e Maurício Abreu que reforçam a ideia de que os trabalhadores preferiam morar perto dos seus empregos. Obviamente, podemos elencar outros fatores que ratificam essa mesma tese e que não foram tratados pelo cronista. Entre eles, os citados acima como o preço da passagem e a necessidade de buscar empregos diariamente, e outros como a pesada carga horária de trabalho e a possibilidade de aparecerem trabalhos extras. Contudo, devemos mencionar que houve um forte incentivo ao desenvolvimento do sistema de bondes no Brasil, sendo concedidas mais de 40 autorizações para criação de companhias e exploração das linhas entre 1868, quando foram feitas as primeiras concessões para linhas de bondes no Brasil, e 1905 (BENCHIMOL, 1992, p.97).

Retomando ao cenário constituído no centro carioca antes das reformas, podemos recorrer ao que diz Jaime Benchimol (1992, pp. 112-113) para visualizar o quadro da capital federal nesse momento:

nos quarteirões centrais do Rio de Janeiro, recortados por um dédalo de ruas estreitas e congestionadas, erguiam-se, indiferenciadamente, pequenas oficinas e fábricas - uma ou outra mecanizada; casas de cômodos, cortiços, estalagens e hospedarias, onde se alojava a maioria da população trabalhadora da cidade e o contingente numeroso e flutuante dos estrangeiros que nela se detinham por tempo ilimitado (...)

As ruas do Rio de Janeiro permaneciam com sua estrutura colonial, incompatível com a realidade social em evolução na cidade. As condições de saneamento dessas ruas, das construções e habitações não eram as melhores. Ao contrário, e bem longe disso, nesses

¹²³ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 8 de junho de 1903, p. 2.

espaços as pessoas conviviam com os animais, a umidade era extremamente elevada, faltava água e uma rede de esgoto eficiente, sendo os dejetos depositados em qualquer lugar. As moradias populares concentravam tudo isso, somando-se a alta densidade populacional. Elas eram, assim, o principal foco, mas não o único, de insalubridade da capital federal, que propiciavam à proliferação de inúmeras enfermidades.

A saúde pública, portanto, via-se em risco constante e as doenças infestavam o Rio de Janeiro. No final do século XIX a cidade foi atingida por uma pandemia de peste bubônica. A quantidade de óbitos por doenças decorrentes de tais condições insalubres de vida era crescente. A febre amarela, em 1891, matou 4.454 pessoas na cidade, a varíola cerca de 3.944, a malária, 2.235, e a tuberculose vitimou 2.373 (BENCHIMOL, 2006, p.245).

A febre amarela acatava frequentemente os cariocas desde 1849¹²⁴, quando se deu a primeira epidemia da doença. Esta se deu a partir de uma hospedaria na rua da Misericórdia, onde ficaram os tripulantes da barca norte-americana Navarro, vinda de Salvador, cidade que estava com epidemia da doença. Já nesse período criaram-se as *Providências para Prevenir e Atalhar o Progresso da Febre Amarela*, em 14 de fevereiro de 1850, e o regulamento sanitário. Essas medidas podem ser consideradas com uma tentativa pioneira de se disciplinar o espaço urbano, estabelecendo controle sobre a cidade e seus habitantes (BENCHIMOL, 1992, pp.113-114).

3.3.2) A outra parte da reforma – O saneamento da capital federal

Oswaldo Cruz foi nomeado pelo presidente Rodrigues Alves como Diretor Geral de Saúde Pública do país. Era da responsabilidade do médico e de sua equipe erradicar as epidemias que assolavam a população carioca. Para isso, segundo José Murilo de Carvalho (1987, p.93), Alves concedeu para ele poderes quase ditatoriais. O objetivo do governo federal de modernizar e sanear o país, começando pela sua capital, não podia ser comprometido por questões de saúde pública.

O primeiro plano de ação de Cruz foi atacar a febre amarela. Ele conseguiu acabar com a doença no Rio de Janeiro, extinguindo-se o mosquito e isolando os doentes. Mas até

¹²⁴ “As estimativas indicam que mais de um terço dos 266 mil habitantes do Rio contraíram febre amarela no verão de 1849-1850. O número oficial de mortos nesta primeira epidemia chegou a 4160 pessoas, mas tudo indica que o total indicado foi consideravelmente subestimado. Houve quem falasse em 10 mil, 12 mil, 15 mil vítimas fatais”. (CHALHOUB, 1996, p.61).

conseguir erradicá-la, o médico enfrentou a reticência da população que ficava temerosa em acreditar que a transmissão se dava através da picada de um mosquito. João do Rio ressaltou justamente esse aspecto em uma de suas crônicas. Na cabeça dessas pessoas era difícil compreender que esses seres microscópios, quase invisíveis, causavam tamanha destruição¹²⁵. Percebemos que ele notava uma descrença da população não apenas nas informações divulgadas pelo serviço de saúde pública brasileiro, mas pelos médicos franceses do Instituto Pauster que vieram ao Brasil estudar a moléstia na época. E não só isso. O cronista falou também sobre a dificuldade de combater a doença sem obedecer às leis sanitárias instituídas pelo governo.

Ai! de nós! – se o culicídeo¹²⁶ é mesmo o transmissor único da febre amarela, e se nós continuarmos a prezar esta nossa velha mania de duvidar da competência de quem sabe e de resistir a todas as imposições das leis sanitárias, - desenganemo-nos: havemos de ter febre amarela até a consumação dos séculos dos séculos¹²⁷.

O sucesso da erradicação dessa e de outras doenças como a peste bubônica que também assolavam os cariocas obtido por Oswaldo Cruz, em certa medida, foi decorrente da intensificação desse agir do governo para criar regras de regulamentação da área urbana carioca. Essas normas visavam a questão do saneamento e a modernização do Rio de Janeiro como um todo. As ações de combate às epidemias incluíam a visitação das casas para eliminação de focos proliferadores dos transmissores, a vacinação obrigatória, a notificação dos casos de doentes. Foram também desenvolvidas medidas de combate aos hábitos populares como a proibição de venda de alguns produtos por ambulantes, o rigor com a fiscalização dos quiosques da cidade, a proibição da mendicância nas ruas.

O combate à peste bubônica foi tema de algumas crônicas de João do Rio. Totalmente favorável as medidas do governo federal, ele, utilizando toda sua ironia característica, exclamou que “para alguma coisa boa há de servir a peste bubônica”¹²⁸. Ele se referia à intensificação da limpeza da cidade decorrente de proliferação da doença e à recomendação de proibição das orgias pelos médicos. “Pintam-se as fachadas das casas, esfregam-se os assoalhos e as paredes, e sente-se por toda parte o cheiro acre dos desinfetantes. Ainda bem!”.

Por outro lado, enquanto o governo radicalizava suas medidas, as pessoas da classe mais pobres da cidade conseguiram criar uma forma extra de renda no combate à peste bubônica. João do Rio nos contou sobre ela na crônica *Profissões exóticas*, da série *A pobre*

¹²⁵ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 10 de julho de 1903, p.2.

¹²⁶ João do Rio utiliza a palavra *culicídeo* na crônica no sentido de mosquito transmissor da febre amarela.

¹²⁷ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 10 de julho de 1903, p.2.

¹²⁸ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 10 de outubro de 1903, p.2.

gente que escreveu para a *Gazeta de Notícias*. Como a doença entra transmitida por roedores, começaram a aparecer os caçadores de ratos, que ele definiu como “o entreposto entre as ratoeiras da estalagem e a Diretoria de Saúde”¹²⁹.

Essas pessoas iam atrás dos roedores nos cortiços, nas casas de cômodos, nas estalagens e em toda a parte não reformada da velha cidade onde, em decorrência da falta de condições de higiene, a proliferação era mais acentuada. Além disso, iam também procurá-los nos subúrbios. Os ratoeiros, como chamou João do Rio, nem sempre precisavam se esforçar na procura por locais onde pudessem capturar o transmissor da peste. Chegavam a determinados pontos da cidade e eram chamados por mulheres e crianças para caçar o roedor. Discutiam o preço com os moradores, pagavam um valor bem menor do que recebiam pela entrega deles na Diretoria de Saúde e os revendiam para o governo, numa verdadeira prática de negociação.

Oswaldo Cruz usou os poderes que o governo federal lhe concedeu e implementou as “Brigadas Sanitárias, compostas de um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários de limpeza pública” (CARVALHO, 1987, p.94). Essas equipes percorriam a cidade, muitas vezes com auxílio de força policial, para desinfetar as casas, remover os focos de irradiação das doenças, recolher os doentes para o isolamento, promover a interdição de locais sem condições higiênicas. A reação dos cariocas a essas ações imperativas do serviço de saúde pública não demorou a aparecer.

João do Rio fez uma observação interessante sobre a resistência da população ao cumprimento das leis criadas pelo governo. Em outra crônica sobre a peste bubônica e a exigência da notificação dos casos de doentes, ele afirmou que nós “estamos tão habituados a não ter leis, ou a não cumprir as que temos, já que a palavra ‘lei’, para todos nós um sinônimo de violência e brutalidade”¹³⁰.

Na visão do cronista, o carioca encarava a lei como uma arbitrariedade do governo e o seu descumprimento era natural. Por isso, apoiava a instauração de penas duras para quem não a obedecesse a serem aplicadas com rigor. No primeiro caso citado, o cronista até entendia que as famílias, tendo que notificar o governo em caso de peste bubônica, muitas vezes, evitavam tal ato porque os doentes eram isolados. Elas queriam proteger seus entes de serem “arrancado(s) ao seu carinho e aos seus cuidados”¹³¹. Só que por mais que compreendesse a situação, João do Rio novamente se colocou ao lado do que acreditava ser

¹²⁹ *Gazeta de Notícias*, A pobre gente, João do Rio, 6 de agosto de 1904, Profissões exóticas, pp.1-2.

¹³⁰ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 14 de outubro de 1903, p. 2.

¹³¹ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 14 de outubro de 1903, p. 2.

adequado à construção de uma civilização, que neste caso prescindiria do fim dessas doenças. Ele argumentou que o interesse geral no controle da epidemia prevalecia em cima do familiar, pois “não é com sentimentos (ou, mais justamente com sentimentalismos) que se governa o mundo...”.

Em outro texto, João do Rio foi ainda mais incisivo sobre o assunto:

Todos os dicionários estão errados, ou pelo menos, incompletos. Veja-se, por exemplo, o que diz o venerável! Fr. Domingos Vieira sobre a palavra lei: Lei ou Ley prescrição emanada da autoridade superior. Não é verdade que falta aí alguma coisa essencial e indispensável? Para que essa definição seja perfeita, é preciso aumentá-la deste modo para uso no Brasil: prescrição emanada da autoridade superior, e destinada a não ser cumprida¹³².

Essa temática do não cumprimento das leis esteve presente em seis crônicas, dentre as 110 das publicadas na coluna *A cidade*, da *Gazeta de Notícias*, que pesquisamos. João do Rio apoiava inteiramente o teor delas e era partidário do seu rigoroso cumprimento. Como vimos acima, ele insistiu na necessidade do cumprimento das leis ao referir-se à que foi criada para combater a peste bubônica, mas também sobre outras como a proibição da mendicância, a obrigatoriedade da vacinação infantil para evitar a disseminação da varíola, com a lei que impedia a plantação de hortas e capinzais e aquela que proibia o entrudo¹³³. Os argumentos do cronista sempre se fundamentam no ponto delas serem necessárias à chegada do progresso e da civilização no país. Segundo Diego de Castro Oliveira (2008, p.24), o governo Pereira Passos objetivava criar uma “nova ordem comportamental no espaço público”.

Uma das reações mais efetivas dos cariocas às imposições do governo no combate às doenças configurou o episódio conhecido como *Revolta da Vacina*. A população se revoltou contra o método de combate à varíola, que tornou obrigatória, por lei de 31 de outubro de 1904¹³⁴, a vacinação. Segundo Jaime Benchimol (2006, p.275), as pessoas, por falta de conhecimento sobre o seu funcionamento, ficaram em pânico com a ideia de inocular um vírus da doença no corpo. O autor apresenta esse elemento como explicação para insurgência desse motim popular contra a lei que parou a cidade entre 11 e 18 de novembro. Benchimol destaca ainda o descontentamento de outros grupos sociais com o governo para o acirramento da revolta como oficiais do exército, monarquistas e o operariado. O resultado foram os

¹³² *Gazeta de Notícias*, *A Cidade*, X., 26 de outubro de 1903, p.2.

¹³³ Na sequência em que foram citadas, todas na *Gazeta de Notícias*, coluna *A Cidade*: 17 de junho de 1903, 16 de agosto de 1903, 21 de novembro de 1903, 16 de fevereiro de 1904. O entrudo era um hábito antigo da população, comum na época do carnaval, que consistia em brincadeiras populares e, entre elas, jogar uma mistura de água com líquidos sujos nas outras pessoas.

¹³⁴ A vacinação já era obrigatória no Brasil desde o período imperial. Na República o que aconteceu foi que ela se tornou mais rigorosa, incluindo punições para quem a descumprisse.

violentos conflitos travados com a polícia, barricadas montadas em ruas do centro da cidade, bondes tombados e incendiados.

O medo da inoculação do vírus era uma realidade. Mas não é suficiente para explicar a revolta popular. A historiografia sobre o tema apresenta uma série de motivações de diferentes aspectos. José Murilo de Carvalho (1987, pp.135-136) aponta o viés moral como causador da rebelião. Ainda que o autor defenda que há uma ligação entre as justificativas morais e econômicas, também expostas por ele, sua tese sobre o assunto gira em torno da questão da moralidade da população carioca.

Nessa perspectiva, Carvalho diz que a mobilização se deu contra o governo, que na visão da população, decretando a obrigatoriedade da vacina coibia a liberdade individual e interferia nos direitos civis dos cidadãos. Ou seja, invadia-se a esfera privada dos habitantes da cidade. A República deveria resguardar esse espaço, uma vez que primava, na teoria, pela democracia e pelo atendimento aos desejos da população. João do Rio nos contou um caso ocorrido numa escola municipal, onde o pai de um aluno chegou revoltado por ser filho de ter sido vacinado sem seu consentimento. “E não houve razões bastantes para convencer o furioso cavalheiro, - que entrou berrando e berrando saiu, protestando contra a vacinação em nome dos sagrados princípios de Oitenta e Nove, em nome da liberdade dos cidadãos, (...)”¹³⁵. A República havia espalhado seus princípios pela cidade e, por isso, as pessoas argumentavam seus posicionamentos em nome deles, estando corretas ou não.

Ao violar esses princípios, a reação surgiu nas diferentes classes sociais – uma “revolta fragmentada de uma sociedade fragmentada”, “várias revoltas dentro da revolta” (CARVALHO, 1987, p. 138). Houve uma conspiração militar com o Centro das Classes Operárias que visou tomar o poder, as companhias de serviços públicos foram depredadas por consumidores revoltados, os produtores se acertaram com as fábricas devido aos baixos valores pagos, as classes populares foram às ruas e se chocaram com violência com a polícia.

Sidney Chalhoub (1996, p.98) apresenta uma revisão da historiografia sobre o assunto e mostra caminhos para o seu entendimento. Além do posicionamento de José Murilo de Carvalho, o autor reafirma a visão de Nicolau Sevcenko. Este viu a rebelião como uma tomada de posição popular contra um processo de aburguesamento da sociedade carioca, comandada pelo governo brasileiro. Como o foco dos agentes sanitários eram, em sua maioria, as habitações populares, Sevcenko evidencia esse contorno cosmopolita que a

¹³⁵ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 16 de agosto de 1903, p. 3.

vacinação estava imprimindo na sociedade. O alvo, então, não era a vacinação propriamente, mas o governo e os planos de modernização do Rio de Janeiro.

Chalhoub (1996, p.101) apresenta o que Teresa Meade (1984)¹³⁶ configurou com uma tradição popular de resistência aos atos do governo, que teriam como base um histórico de atitudes anteriores de repressão à população com apoio de aparato policial. Na crônica citada acima, publicada no dia 16 de agosto de 1903 na *Gazeta de Notícias*, João do Rio escreveu o seguinte:

A vacinação gratuita aí está, ao alcance de todos, pobres e ricos. Mas o que não está infelizmente, ao alcance da inteligência de todos, é a compreensão de que comete um verdadeiro crime o pai que, por desídia ou pirraça, deixa de submeter os filhos a esse processo de imunização¹³⁷.

O cronista não deixou claro ao que se referiu quando disse que nem todos eram inteligentes suficientes para entender que a vacinação seria uma forma de evitar a contaminação pela varíola. Contudo, podemos pensar que João do Rio se referia as camadas mais pobres da sociedade, que não tiveram acesso aos estudos e que já tinham um histórico de embate com as decisões instituídas pelo governo – “neste país, o desrespeitador de leis e o contrariador sistemático das medidas sanitárias são uma legião”. O fato se passou numa escola pública e o argumento do autor para defesa do ato foi que nesses locais a lei municipal tem que ser obedecida, mostrando-se, portanto, um defensor do seu estrito cumprimento.

Jeffrey Needell (1987)¹³⁸, corroborando com a tese sobre o aburguesamento da sociedade carioca, aponta, ainda segundo Chalhoub (1996, p. 101), o caráter racista da vacinação e a conseqüente repressão às manifestações da cultura africana. Devemos lembrar que a varíola atingia em maior grau os negros do que os brancos. O estudo dos historiadores de José Meihy e Cláudio Bertolli (1990)¹³⁹ também é abordado por Sidney Chalhoub (1996, p.101). Os dois iniciam uma investigação sobre a história do serviço de vacinação antivariólica no Brasil, que acontecia no país desde o início do século XIX. Esse caminho é aprofundado por Chalhoub (1996, p.102), procurando situar “na longa duração a tradição de desconfiança dos populares em relação à vacina e às práticas da medicina oficial em geral”.

¹³⁶ MEADE, Teresa. *Community protest in Rio de Janeiro, Brazil, during the First Republic, 1890-1917*. Tese de Ph.D., Rutgers University, 1984.

¹³⁷ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 16 de agosto de 1903, p. 3.

¹³⁸ NEEDELL, Jeffrey D. *The Revolta contra Vacina of 1904: the revolt against 'modernization' in Belle Époque Rio de Janeiro*. In: *Hispanic American Historical Review*, volume 67, número 2, maio de 1987, pp. 233-69.

¹³⁹ MEIHY, José Carlos Sebe, e BERTOLLI FILHO, Cláudio. *História social da saúde. Opinião pública versus poder, a campanha da vacina, 1904*. In: *Estudos CEDHAL*, número 5, São Paulo, 1990.

O historiador volta-se às influências dos africanos, ex-escravos que constituíam boa parte da população brasileira, e das suas práticas religiosas fortemente enraizadas na cultura brasileira. Os negros de uma maneira geral acreditavam que as doenças eram provocadas por causas sobrenaturais e, por isso, as curas seriam obtidas através de práticas ritualísticas. Isso explica o horror que tinham à vacinação (CHALOUB, 1996, p.137). Temos aqui mais um relato de João do Rio através das crônicas publicadas na *Gazeta*, na coluna *Religiões no Rio* entre fevereiro e março de 1904¹⁴⁰, onde ele procurou trazer um pouco desse ambiente religioso mais comum do que se imaginava na realidade carioca.

No texto *O feitiço*¹⁴¹, da série *O mundo dos feitiços*, João do Rio falou sobre a dependência que a sociedade carioca tem da feitiçaria. Ele, que frequentou esses espaços por três meses, ressaltou que são locais que “se finge desconhecer”, mas, na verdade, são procurados em momento de dor ou de ambição por pessoas de diferentes classes sociais. “Vivemos na dependência do feitiço, dessa caterva de negros e negras, (...). O feitiço é nosso vício, o nosso gozo, a degeneração”. No decorrer do texto, o cronista nos contou sobre o *Obaluaiê*, o santo da varíola, e narrou a rapidamente a experiência que teve num ritual de sacrifício de tal entidade.

Concorri para o sacrifício de Obaluaiê, o santo da varíola, um negro de bigode preto com a roupa de Polichinelo e uma touca branca orlada de urtigas. O santo agitava uma vassourinha, o seu *xaxará*¹⁴², e nós todos em derredor do *babaloxá*¹⁴³ víamos morrer sem auxílio de faca, apenas por estrangulamento, uma bicharada que fazia inveja ao Jardim Zoológico.

O trecho acima corrobora como a tese defendida por Chalhoub encontra respaldo nos rituais religiosos afro-brasileiros. Ainda que João do Rio fosse um cronista sem responsabilidade com o relato da verdade, as crônicas da coluna *Religiões no Rio* foram fruto da vivência do autor nesse meio, acompanhado por Antônio, um negro praticante da religião que o explicava o que estava acontecendo.

Como podemos perceber, embora haja diferentes posicionamentos entre os historiadores sobre a Revolta da Vacina, todos ressaltam o caráter popular do acontecimento.

¹⁴⁰ Em 1905, essas crônicas publicadas nas páginas da *Gazeta de Notícias*, na coluna intitulada *Religiões no Rio*, foram compiladas no livro homônimo à coluna. O livro obteve um número alto de vendas e, inicialmente, os leitores acreditavam que aquela obra era ficcional.

¹⁴¹ *Gazeta de Notícias*, As Religiões no Rio, João do Rio, 14 de março de 1904, O feitiço, p.2.

¹⁴² O *xaxará* na cultura afro-brasileira é uma vassoura simbólica, utilizada por *Obaluaiê* para enviar ou retirar pestes do mundo. Informação retirada do site do Núcleo de Antropologia Urbana da USP: <http://www.n-a-u.org/Amaral&Silva2.html> - Acesso: jul/2012.

¹⁴³ Pela leitura das crônicas de João do Rio, percebemos que os *babaloxás* são os pais-de-santo responsáveis pelas curas das doenças. O cronista ressaltava que eles só iniciavam o ritual mediante o pagamento adiantado.

Independentemente da motivação que levou a população a ir às ruas enfrentar a polícia, por trás dessa atitude está a defesa do que eles consideravam seus direitos civis e culturais. A interrupção da obrigatoriedade da vacina demonstra como – por um certo ângulo – eles tiveram êxito no que reivindicavam. Mesmo que posteriormente tenham pagado por isso o preço de uma nova epidemia com um alto índice de mortes. Em 1908, faleceram quase 6400 pessoas (BENCHIMOL, 2006, p.277) em decorrência da varíola.

Margareth Rago (1997) enfatiza outras características em relação à política de saneamento da capital federal por parte do governo. A análise da historiadora caminha pelo viés econômico e, assim, salienta o aspecto da disciplinarização dos trabalhadores urbanos, os operários das fábricas. Como já vimos, muitos deles moravam em habitações coletivas por conta dos baixos salários serem insuficientes para manterem-se em uma moradia em locais melhores, além do problema do transporte – de tempo e de preço – para se chegar ao emprego.

Rago explica que a justificativa das ações do governo tinha como base as condições de vida do operário que “mergulhado dia e noite nas fábricas, a falta de hábitos regulares de higiene corporal, a imundície de sua casa traduzem (traduziam) a incapacidade de o proletariado gerir sua própria vida” (1997, p.165). Em nome disso, a intervenção do governo na esfera privada da vida do trabalhador era quase que “redentora”. Só assim eles poderiam se adequar à civilização que estava sendo construída no Rio de Janeiro.

Com algumas semelhanças, Nicolau Sevcenko (1998, p.571) caracteriza a “política sanitária” como uma forma de o governo ter controle sobre o espaço social. Isto é, de tirar da área modernizada a população pobre. Ao que nos parece, Sevcenko defendia que as forças municipais ao realizar as ações de saneamento preocupavam-se mais com a aparência física da cidade do que com a saúde da população. O historiador não desconsidera esse último aspecto, mas nos dá a impressão de que essa não era a motivação central dos homens da saúde de Oswaldo Cruz.

Ainda que a Revolta da Vacina tenha ocorrido no período posterior ao que analisamos a coluna *A Cidade*, da *Gazeta de Notícias*, percebemos que o cronista tratou de elementos que podem ser vistos como fatores que levaram a eclosão do conflito. João do Rio nos mostrou como a população tinha dificuldades em aceitar as ações impositivas do governo para diminuir a proliferação das doenças, como também em acreditar nas suas formas de transmissão. Ambos os motivos causavam complicações sérias para a conclusão do saneamento do Rio de Janeiro, encarado como ponto elementar para o processo de modernização.

3.3.3) O “bota-abaixo”

João do Rio, como muitos outros cidadãos cariocas, alarmava-se com o quadro da saúde pública na cidade e fazia questão tratar isso nos seus textos. Referiu-se a febre amarela e a peste bubônica, transmitidas por mosquitos e pelas pulgas dos ratos respectivamente, como “filhos legítimos da imundície”¹⁴⁴. Imundície essa que ele via estar espalhada por toda a cidade. Uma situação que para ser revertida não dependia apenas de extinguir os transmissores ou descobrir a fórmula de qualquer tipo de vacina. Na opinião do cronista, defensor ferrenho e declarado da modernização, as demolições dos prédios velhos e das habitações populares, ou seja, a “extinção dos porões infectos das bibocas sujas, dos monturos imundos” seria a forma de se acabar com a proliferação das doenças.

Mas tenho para mim que, para sanear o Rio de Janeiro, as poucas demolições feitas pela Prefeitura Municipal têm concorrido mais, muito mais, incomparavelmente mais, inconcebivelmente mais do que todas as desinfecções feitas por todas as diretorias de saúde que têm florescido e brilhado até hoje.

A opinião de João do Rio encontrava eco nas ações do governo federal. As demolições foram uma prática comum durante as obras de modernização, objetivando tornar a cidade salubre e higiênica. Este era o caminho pelo qual o cronista acreditava que o Rio de Janeiro se tornaria “civilizado”, como frisava em muitos dos seus textos. Ele apontava como solução a destruição dos casebres populares, das habitações com alta densidade populacional. A justificativa do governo seguia a mesma linha, uma vez que indicava os cortiços como foco irradiador das epidemias, uma argumentação com força suficiente, simbólica e politicamente, para colocá-los a baixo.

Não entraremos aqui no mérito da discussão sobre as razões motivadoras para tal ação. Mas indicamos alguns caminhos que podem ser considerados. Esses locais, por servirem de moradia para muitos trabalhadores urbanos que ganhavam baixos salários, também eram vistos como concentração de agitações populares (ABREU, 2003). Havia ainda a questão racial, o desejo do governo em “embranquecer” a população brasileira. No caso específico da febre amarela, como os homens brancos sofriam mais com a doença do que os negros, a incidência recorrente das epidemias podia diminuir a vinda dos imigrantes europeus para o

¹⁴⁴ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 20 de setembro de 1903, p. 2.

Brasil, atrapalhar o processo de utilização da mão de obra livre, além de prejudicar as relações comerciais do Brasil com os demais países (CHALHOUB, 1996, p.89).

Outro fator consistia no próprio projeto de modernização e higienização da cidade, que contemplava o alargamento das ruas, a construção de um novo aspecto urbanístico, ampliação da rede de esgoto, entre outras mudanças. Para tal, era preciso reconstruir parte da cidade. Os cortiços, permanecendo como e onde eram, atrapalhavam a continuidade desse projeto. Maurício Abreu (1987, p.63) nos conta que para a construção dos quase dois quilômetros da avenida Central foram demolidas entre duas e três mil casas, algumas com grandes famílias. O saldo total, segundo Laura Nery (2005, p.449), foi a derrubada de 585 prédios.

Margarida de Souza Neves nos coloca outra visão das demolições. A historiadora, sem menosprezar o evento – classificado por ela de “brutal” – entende que a construção da avenida, mais do que modificar estruturalmente a cidade e a mentalidade da sociedade carioca, fez esconder os resquícios coloniais que ali permaneciam. As transformações físicas da cidade, ainda que significativas, não mudaram a sua lógica nem o lugar social dos seus agentes. Para Margarida, o que a avenida fazia era desviar o olhar dos “becos e mazelas coloniais da cidade, escondendo por trás das fantásticas fachadas de seus prédios a arquitetura dos mestres de obras responsáveis pelas casas coloniais” (1991, p.62).

O fato é que o governo conseguiu por meio de um dispositivo legal arcar com os custos para executar as demolições, que deveriam render indenizações aos proprietários que seriam desapropriados. O decreto número 1.201, de 26 de agosto de 1903¹⁴⁵ assinado por Rodrigues Alves, dizia em um dos seus artigos que as indenizações não seriam menos que 10, nem superiores a 15 vezes o valor locativo, deduzindo o imposto predial. O decreto regulamentava ainda que nos casos de prédios em ruínas, o valor do pagamento não estava sujeito ao que regulamentava essa lei.

Naturalmente, esse artigo abria um leque de oportunidades para o governo agir de acordo com seus próprios interesses. Os prédios eram vistoriados para saber em que caso se adequavam. A condenação da estrutura de várias edificações nos becos e vielas do Rio de Janeiro foi uma prática comum do governo, que conseguiu assim reduzir o gasto que teria com o pagamento para os proprietários que, caso contrário, seria bem mais dispendiosa.

Por um outro artigo do decreto, se a desapropriação visasse a abertura de novas ruas, a indenização seria calculada em função do preço mínimo dos terrenos naquela via. João do Rio

¹⁴⁵ O decreto nº 1.021, de 26 de agosto de 1903, alterou a lei anterior de desapropriações, regulamentada pelo decreto nº 816, que datava de 10 de julho de 1855. O texto original de 1903 pode ser conferido no site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1021-26-agosto-1903-584610-publicacaooriginal-107339-pl.html> Acesso: Jan/2013.

mostrava-se contrário à incipiente organização por parte dos proprietários que se sentiam lesados com o cálculo das indenizações e manifestou claramente sua posição em relação às reuniões por eles organizadas.

Não nos incomodemos com as reuniões em que os proprietários discutem as probabilidades de lucro ou prejuízo que possam ter. Esses mesmo proprietários acabarão por sentir que o saneamento do Rio de Janeiro é a salvação da nossa nacionalidade. E a sua oposição (se é oposição esse movimento de interesse) há de ceder diante da energia do governo, e diante da energia... do seu próprio bom senso¹⁴⁶.

O cronista, movido por sua euforia pelo processo de modernização, acreditava que os proprietários acabariam por não oferecer resistência às demolições, sendo mais um passo em direção ao saneamento do Rio de Janeiro. Tanto é que enfatiza que, em algum momento, o bom senso falaria mais alto e eles não ofereceriam oposição às ações do governo.

Porém, ainda que se reformassem várias partes da capital federal, a velha cidade continuou a existir. Não há dúvidas uma parte significativa da região central foi modificada. O alargamento das ruas, a construção dos bulevares e das praças arborizadas permitiu que a burguesia em ascensão tivesse um cenário de atuação, onde podia exhibir seus costumes, maneiras e gostos. Parte do velho Rio foi deslocada para os subúrbios, para as ruas periféricas ou para o alto dos morros que existiam por toda extensão da cidade.

O crescimento populacional dos subúrbios não passou despercebido para João do Rio. Em crônica de 23 de julho de 1903, na *Gazeta de Notícias*, ele apresentou um panorama do desenvolvimento da região que, naquele momento, além de moradores, já havia aumentado a atividade comercial e tinham sido fundados *clubs* familiares. Para o cronista, faltava agora para os habitantes de lá algum tipo de lazer. “O bairro de S. Cristóvão já podia sustentar um teatro seu; e, nos subúrbios servidos pela Estrada de Cerro Central, há população suficiente para manter pelo menos uma casa de divertimentos”¹⁴⁷.

O que João do Rio constatou em sua crônica foi a realidade do desenvolvimento dos subúrbios cariocas. Maurício Abreu (1987, p.67) nos apresenta dados de crescimento do aumento populacional das regiões suburbanas mais próximas do centro, como Engenho Novo e Inhaúma. Entre 1890 e 1906, elas cresceram respectivamente 126% e 293% em termos de população residente.

¹⁴⁶ *Gazeta de Notícias*, A cidade, X., 13 de julho de 1903, p.2.

¹⁴⁷ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 23 de julho de 1903, p. 2.

Apesar da criação de opções de lazer para os moradores dos subúrbios ter sido abordada pelo cronista em apenas uma das crônicas publicadas entre 1903 e 1904 na *Gazeta de Notícias*, isso nos levou a pensar que ele podia ter motivações diferentes para tal. Não temos dúvida que João do Rio queria ver a capital federal modernizada. Essa sua postura era clara em nos textos que escrevia. A presença dos moradores da região fora do horário de trabalho no centro modernizado podia “poluir” o cenário burguês em construção no Rio de Janeiro. Temos como o exemplo o trabalhador urbano, que era um dos tipos que habitava o subúrbio. A ele era ligado um estereótipo de sujeira, indolência, contrário ao que a sociedade burguesa desejava. Confiná-lo no espaço próximo a sua residência permitia que a cidade nova permanecesse limpa.

Outra motivação que podemos deduzir vai de encontro a essa. Como vamos ver em seguida, João do Rio não ignorava os grupos marginalizados da sociedade. Ele não apenas enxergava essas pessoas, mas escrevia sobre elas, reconhecendo que eram excluídas do processo de modernização. Dentre os habitantes dos subúrbios muitos eram pertencentes ao que ele classificou como “profissões exóticas”, aqueles que eram socialmente marginalizados. Esse reconhecimento por parte do cronista pode nos levar a pensar que o que ele queria era, de fato, que essa população não tivesse que se deslocar para se distrair, já que era inevitável que fizessem isso para trabalhar.

As demolições eram para João do Rio a solução mais acertada no sentido de conseguir transfigurar a cidade. Como manter aquele cenário tão confuso, tão cheio de labirintos e de onde brotavam doenças, maus cheiros e falta de higiene? Para ele, os subúrbios se apresentavam como uma solução, onde haveria espaço para que as pessoas vivessem com boas condições de saneamento. Ele considerava realmente essa opção, não achando, por exemplo, que o preço da passagem dos bondes seria um problema. A “barateza do bonde”¹⁴⁸, como escreveu, era um dos motivos para que as pessoas não alugassem carros – esses, sim, muito caros. O cronista se deteve no que era possível para a classe média/alta carioca. E para os mais pobres? Se a passagem do bonde já estava difícil de pagar, carro nem passaria por suas cabeças.

O cronista demonstrava, portanto, o apoio às ações do governo que se direcionavam ao desenvolvimento da modernização do Rio de Janeiro. Ele era sensível ao que se passava com a população mais pobre da cidade, porém sua motivação maior era ver o resultado final e, de preferência, o mais rápido possível. Talvez, em alguma medida, ao defender com tanta

¹⁴⁸ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 14 de novembro de 1903, p. 2.

veemência o projeto moderno, João do Rio acreditava que ele se estenderia para a sociedade como um todo.

3.4) A convivência entre o velho Rio e a cidade moderna nos escritos do cronista

Os esforços de Pereira Passos para modernizar o Rio de Janeiro não foram suficientes para a transformação completa da cidade. Durante seu governo, é inegável que muitas mudanças aconteceram. Mas resquícios daquela velha cidade permaneceram por ali. Para João do Rio a convivência do que se configurou como duas cidades dentro de uma só era latentes. O cronista, que tinha no espaço público uma extensão de seu lar, andava por entre esses dois mundos constituídos na capital federal.

De um lado, estava a cidade modernizada, com seus burgueses a desfilar pelas novas construções, a admirar as vitrines das lojas e a fazer girar a economia capitalista. Era o Rio de Janeiro da Regeneração, como fala Nicolau Sevcenko (1998, p.543). Nesta cidade habitavam aqueles que representavam o progresso e a civilização tão esperadas pela sociedade carioca. Do outro lado (e talvez até no meio daquele), formou-se o “labirinto das malocas, do desemprego compulsório e ‘livre de todas as leis’”. Aqueles que não eram contemplados com as transformações feitas pelo governo.

O foco das obras de Pereira Passos, tal como nos indica Maurício Abreu (1987), foi a região central da capital. Assim como nem tudo foi reformado, não tivemos também uma modificação completa dos habitantes da antiga cidade. Melhor dizendo, os tipos sociais “pré-regeneração” continuaram a existir e assistimos ao fortalecimento da burguesia, da classe média urbana e da sua mentalidade capitalista. A ideia de progresso ansiada pelo governo municipal e federal, que serviria para civilizar a cidade e seus habitantes, não se mostrou eficaz já que notamos a permanência de grupos sociais predecessores.

Entre esses personagens, João do Rio escreveu sobre os trovadores de esquina, “esses cantores tão genuinamente cariocas, que corriam antigamente as ruas, alta noite arranhando com as unhas longas as cordas gemedoras das violas e perturbando o sono dos casais burgueses com a melodia, nem sempre pura, de suas trovas...”¹⁴⁹. Agora, os que antes

¹⁴⁹ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 13 de outubro de 1903, p. 1.

incomodavam, agora foram para dentro dos cafés-concertos e das choperias servir de atração para a burguesia nacional que se constituía na cidade.

O deslocamento dos trovadores das ruas para o interior dos cafés nos leva a pensar sobre sua inserção nesses ambientes. Esses eram lugares próprios para os grupos sociais com maior poder econômico. Porém, o mesmo espaço era compartilhado por músicos que não detinham o mesmo status financeiro. Ou seja, o mesmo território – um espaço fisicamente delimitado (SANTOS, 2003, p.11) – era partilhado por eles, sendo apropriado por cada grupo da sua maneira.

É justamente o sentimento de pertencimento (SANTOS, 2003, p.12) àquele território que constituiu nesses cafés e choperias diferentes territorialidades, que não eram excludentes entre si. Esse conceito pressupõe um espaço dinâmico, onde se estabelecem relações sociais entre seus ocupantes. Há uma organização e uma significação do lugar, de acordo com a lógica própria do grupo social presente (HAESBAERT, 2007, p.22). Os trovadores, portanto, se apropriavam daqueles espaços como um ambiente de trabalho. Já para os burgueses o significado era diverso, uma vez que objetivavam se divertir ali, depois de um dia de trabalho. Além disso, podemos entender que eles também utilizavam os cafés como uma forma de reafirmação do seu pertencimento ao grupo social economicamente dominante.

Assim como a cidade transformada, esses artistas da música também se adaptaram à nova realidade que se configurava na cidade. João do Rio observou essa mudança e nos revelou que, ao invés de tocarem suas violas velhas com canções francesas, eles cantavam modinhas brasileiras acompanhados de piano¹⁵⁰. Por mais que esse ritmo tenha surgido ainda no período imperial, foi no início do século XX que ele de fato se consolidou na vida cultural brasileira. Podemos analisá-lo como mais uma marca do projeto de modernização. As modinhas eram resultado de uma cultura que juntava a música erudita da elite com o estilo mais popular (LIMA, 2010, p.93). Aparecia, assim, a música típica da classe média, da burguesia frequentadora dos cafés.

A temática da música não era constante nos textos de João do Rio escritos ao longo do período em questão nesse trabalho¹⁵¹, porém o cronista a utilizou como mais uma forma de marcar a transformação em andamento no Rio de Janeiro. A cidade moderna conseguiu mudar

¹⁵⁰ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 13 de outubro de 1903, p. 1.

¹⁵¹ O período de análise dessa dissertação, como dissemos anteriormente, é do mês de maio de 1903 até maio de 1905. De fato, ao longo desse tempo, encontramos apenas a mencionada crônica de João do Rio fazendo referência à temática da música. Porém, em período posterior, o cronista voltou ao tema, como em 3 de fevereiro de 1906, onde *Músicos ambulantes*, publicada também na *Gazeta de Notícias* e depois inserida no volume *A alma encantadora das ruas*. Tivemos também a publicação das crônicas *Cantores de chopps* (26 de março de 1906) e *A morte das serenatas* (25 de fevereiro de 1907).

até mesmo o estilo musical praticado pelo trovador carioca, antes considerado “vagabundo” e, agora, era visto como um “artista”. A modinha brasileira do início do século XX proporcionou formas de diversão para a burguesia carioca, além de ser mais “divertido(a) e original” do que o “estafado repertório das velhas canções francesas, já conhecido e gasto”¹⁵².

Mário de Andrade (1972), em seu *Ensaio sobre a música brasileira*, trabalha com a ideia de que a modinha tinha a feição nacional, conseqüente de uma mistura racial tipicamente brasileira e da qual resultou a formação do nosso povo. Era um ritmo que nasceu da fusão entre elementos europeus e africanos, duas descendências facilmente encontradas pelo país. Ela trazia elementos do maxixe das classes populares e da música refinada das camadas mais altas da sociedade. A melodia animada das composições de Chiquinha Gonzaga e Ernesto Nazareth alegravam os frequentadores dos cafés (LEVIN, 1996, p.22).

Outro personagem abordado por João do Rio foi o jogador do bicho. Este já existia “antes de haver cidade”. Importante observação feita pelo cronista é que o vício fala mais alto que as diferenças sociais. Os apostadores pertencem às diversas classes e se misturam para aguardar o resultado do jogo. Não importa o valor que apostaram nem em qual dos 25 bichos, a ansiedade é a mesma, assim como a vontade de ganhar. O Largo da Carioca, segundo o cronista, todas às tardes, “recebe esse rio humano – que é a multidão de jogadores do bicho”¹⁵³, sem fazer qualquer diferenciação, seja pela condição financeira, pelo sexo ou mesmo entre jogador “profissional” ou “amador”.

... ao lado de maltrapilhos e de garotos irreverentes, veem-se janotas luxuosamente paramentados e cavalheiros de sisudo porte; ao lado de elegantes senhoras encontram-se criadas de pés no chão; e, ao lado dos jogadores de profissão, cujo olhar se dilata em chispas de inquietação e febre, há os simples *mirones* que estão ali como estariam em qualquer outra parte, para matar o tempo... Ali se baralham as categorias, ali se misturam as castas, ali se anulam as hierarquias criadas pelo nascimento, pelo dinheiro e pela educação. O vício é um ótimo nivelador...

Por mais antigo que fosse o gosto pelo jogo, Nicolau Sevcenko (2003, p.47) nos coloca que foi durante a modernização que a prática desse jogo de caráter tão popular foi proibida, ainda que fosse do gosto de todas as classes sociais. Contudo, salienta o historiador, outros jogos mais elitistas como os cassinos e as apostas no Jockey Club, onde só participavam os mais abastados, continuaram a ser lícitos. José Murilo de Carvalho (1987, p.

¹⁵² Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 13 de outubro de 1903, p. 1.

¹⁵³ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 16 de junho de 1903, p. 2.

29) ratifica essa questão comentando que, desde o governo de Deodoro da Fonseca ocorreu a perseguição aos jogos e apostas populares, porém paralelamente surgiram os cassinos e as casas de corrida. Notamos que o vício era o mesmo, as apostas no jogo, porém parecia ser proibido por justamente ser acessível às classes mais pobres da população.

Tanto percebemos isso que, em uma crônica sobre a realização da primeira regata do ano, esporte praticado pela “melhor sociedade” no dizer de João do Rio, ele constatou uma mudança de conceito. Antigamente, esportes eram disfarces para as apostas nos jogos como corridas de cavalo, a pé ou de bicicleta, no boliche ou no futebol. “(...) o que a multidão via (...) era o palpite, o azar, era a tentação de ganhar muito dinheiro arriscando pouco, era a sedução do mais empolgante e diabólico de todos os vícios”¹⁵⁴.

Os jogos foram citados por João do Rio em pelo menos mais três crônicas entre junho e outubro de 1903, sempre com uma conotação negativa. Em uma delas, ao se referir à importância da criação de divertimentos para crianças na capital, ele falou sobre o Teatro de bonecos João Minhoca, que proporcionava entretenimento para o público infantil. Mesmo não sendo o foco da crônica, ele se referiu ao jogo como explicação para o fim das apresentações. “Mas, durou pouco – como tudo quanto é inocente e bom, neste empório do jogo e da pornografia desengaçada”¹⁵⁵. Contudo, percebemos que ele localizou o término do teatro em um período anterior, pois agora vibrava por ter passado por uma apresentação teatral no Passeio Público que reunia várias crianças. “Decididamente, esta boa cidade já não está longe da civilização!”.

O historiador e memorialista Luis Edmundo, contemporâneo de João do Rio e autor da coletânea *O Rio de Janeiro do meu tempo*, também faz referência aos chamados jogos de azar, salientando que até meados do século XIX as loterias ainda não se configuravam como um vício de fato entre a população carioca. “Nós jogamos, aqui, como se jogava muito naturalmente, em qualquer parte, sem obstinação e sem delírio” (1957a, p.863). Já as apostas em cavalos de corrida, os jogos de bola e as roletas eram praticados como pretexto de serem reuniões sociais. Foi com o aparecimento do jogo do bicho, segundo ele em 1893, tal como conhecemos hoje, que se intensificou a obsessão na jogatina.

O memorialista ressalta que o comércio como um todo estava cheio das bancas de jogos e que, muitas vezes, as apostas eram superiores às vendas de mantimentos. Conta ele que as cozinheiras que trabalhavam em casas de senhoras da sociedade, chegavam aos armazéns e faziam seu pedido: “Dois de alho, dois de cebola e quatro no avestruz”

¹⁵⁴ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 22 de junho de 1903, p.2.

¹⁵⁵ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 2 de julho de 1903, p. 2.

(EDMUNDO, 1957a, p.873). Após a divulgação do resultado, que ocorria entre duas e três horas da tarde, logo toda a cidade já estava sabendo qual bicho havia sido sorteado tamanha era a expectativa. A repressão policial era uma realidade que acontecia de tempos em tempos, porém Edmundo relata que os bicheiros pagavam uma quantia para as autoridades para diminuir a perseguição, fora aqueles policiais que também apostavam.

A perseguição da polícia ao jogo foi tratada de maneira interessante por João do Rio. Por meio de um diálogo travado num bonde, ele deixou claro seu ponto de vista, pelo qual acreditava que quanto mais perseguido fosse o jogo, mais praticantes ele atrairia. “O fruto proibido é o mais gostoso de todos. (...) A perseguição só serve para criar novos vícios e novos virtuosos”¹⁵⁶. Frisamos que ele não defendia a prática do jogo, vista como algo contrário à construção da civilização que desejava, e admitia que, mesmo esse pensamento sendo paradoxal, era o que acreditava que aconteceria. A metáfora utilizada por João do Rio não deixa dúvidas sobre sua posição.

A Jogatina era até agora uma mulher legítima, que o jogador amava aos olhos de Deus e dos homens: por isso mesmo, já ele começava a aborrecê-la. Mas, agora, a senhora Jogatina vai ser uma pecadora perigosa, que se esconde, que se encobre, que vive cercada de mistério e que adquire uma sedução inteiramente nova. Fique sabendo que, nesta civilização corrompida, as mulheres que mais estragos fazem e mais desorganizam a vida humana, são justamente aquelas a quem a gente não se atreve a dar o braço na rua. As outras salvam; estas matam.

O Rio de Janeiro modernizado abrigava também uma legião de mendigos. É inegável que tivemos o deslocamento das classes mais baixas, que ganhavam baixos salários, para os subúrbios e para o alto dos morros. Porém não podemos esquecer daqueles que não trabalhavam e viviam das esmolas que eram dadas nas ruas. Esse grupo social, que não surgiu com a modernização e que sempre existiu na sociedade, também foi tema de crônicas de João do Rio.

A nova realidade econômica que estava se estabelecendo no país, com a intensificação da lógica do capitalismo, era propícia para o desenvolvimento da mendicância. No centro regenerado da capital federal passava, diariamente, uma infinidade de pessoas que movimentava a economia local. A mendicância mexia com o lado emocional das pessoas, com a bondade e a caridade, majorando as chances de se conseguir esmolas.

De uma forma geral, ao analisarmos as crônicas de João do Rio, vemos que ele tratou diretamente a mendicância em várias delas. Na série que publicou na *Gazeta de Notícias*,

¹⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 5 de outubro de 1903, p. 2.

intitulada *A pobre gente*, ele retratou os seus diferentes tipos: as crianças exploradas pelos pais nas ruas em busca de dinheiro, a miséria nas hospedarias do centro da cidade, os mendigos profissionais, as associações que reúnem falsos mendigos, as mulheres mendigas¹⁵⁷. Ainda sobre a questão, vimos João do Rio escrever sobre a proibição da mendicidade nas ruas e se referir a esse mesmo ponto em mais um texto, onde tratou da passagem a pé dos presos que iam da detenção para o júri aos olhos de todos os passantes¹⁵⁸. Totalizam em oito os textos que ele cronista se referiu claramente sobre o assunto.

Antes de nos determos em um deles, conseguimos traçar alguns elementos comuns entre os textos do período analisado. João do Rio utilizava o domínio que tinha das palavras para apresentar o problema e inserir seu ponto de vista, claramente em defesa da modernização. Notamos, ainda, que o cronista se mostrava incomodado com o ritmo lento em que esse processo se desenrolava na capital federal e com a falta de “civilidade” latente na cidade. Ele desejava um Rio de Janeiro moderno, onde não havia espaço para pedintes e mendigos. Pessoas sujas e pobres não combinavam com os bulevares em construção.

Isso fica evidente na crônica em que trata sobre os presos que passam diariamente pela rua Frei Caneca para irem ao júri. Eles iam andando e atraíam os olhares de todos que estavam ao redor. João do Rio demonstrou até alguma preocupação com essas pessoas em si (se elas realmente eram culpadas, na vergonha que sentiam ao serem expostas dessa maneira), porém nos parece que essa questão era secundária para o cronista.

Se a polícia e a prefeitura timbram em suprimir das ruas o espetáculo da miséria física, impedindo que os chaguentos, os aleijados, os “tarados”, os dementes, os ulcerados exerçam a mendicidade, - como é que ambas toleram essa exibição das “taras” morais?¹⁵⁹

Outro ponto que podemos ver em comum nessas crônicas era a forma como ele ligava a miséria, muitas vezes, à acomodação das pessoas a essa situação. Era uma atividade rendosa e menos trabalhosa do que procurar por um emprego. Na crônica *A exploração de crianças*¹⁶⁰, ele atribuiu aos pais a responsabilidade de aproveitarem de seus filhos para conseguirem mais esmolas nas ruas, fazendo-os crescer achando normal esperar pela caridade das pessoas nas

¹⁵⁷ A data de publicação segue a ordem em que foram mencionadas, todas na *Gazeta de Notícias*, assinadas pelo pseudônimo João do Rio: *A exploração de crianças*, 6 de junho de 1904, pp.1-2; *A miséria cínica*, 27 de maio de 1904, pp.1-2; *O sono da miséria*, 10 de junho de 1904, p. 1; *As mulheres mendigas*, 30 de maio de 1904, pp. 1-2.

¹⁵⁸ Crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias*, na coluna *A Cidade*, assinadas por X.. A primeira em 17 de junho de 1903, p.2; e a segunda em 5 de agosto de 1903, p. 2.

¹⁵⁹ *Gazeta de Notícias*, *A Cidade*, X., 5 de agosto de 1903, p. 2. As “taras” morais a que João do Rio se refere são os presos.

¹⁶⁰ *Gazeta de Notícias*, João do Rio, 6 de junho de 1904, *A exploração de crianças* pp.1-2.

ruas. A mendicância era como um vício para aqueles que passaram a vida nesse meio. Na crônica *A Miséria Cínica* também notamos essa mesma acomodação. “Todos os mendigos malandros são organicamente destinados a desaparecer no abismo. Esses três elementos (*o cinismo do crime e a indolência alimentada, a indiferença pelo amanhã e a torpeza, o pão e o ódio*) fazem-nos, entretanto, proliferar, para que esta terra sentimental, que só à vista da miséria se comove, os sustente”¹⁶¹.

Entre os tipos de mendigos descritos por João do Rio, optamos por analisar as mulheres mendigas. Para ele, difícil era encontrar aquelas que pediam realmente por necessidade, sem fantasiar ou mentir. “Há mendigas burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigida por *caftens*, cartomantes ambulantes, vagabundas e uma série de mulheres perdidas cuja estrela escureceu na mais aflitiva desgraça”¹⁶². Segundo o cronista, para essas mulheres, tal como identificamos acima, esmolar era menos cansativo que trabalhar efetivamente. Elas seguiam quase que um cronograma de atuação. Saíam cedo de casa, ouviam a missa e depois se fixavam nas portas das igrejas. Após o almoço, elas circulavam pela cidade, peregrinavam por entre os bondes para conseguir mais dinheiro até o horário do jantar.

Ao longo dessa crônica, vemos que João do Rio não classificou todas como aproveitadoras ou vagabundas que preferiam pedir a trabalhar. O cronista reconhece que havia aquelas realmente miseráveis, “criaturas que rolaram por todas as infâmias e já não sentem, já não pensam, despidas da graça e do pudor. Para estas basta um pão enlameado e um níquel; basta um copo de álcool para as ver taramelar, recordando a existência passada”.

Essas mulheres, diferente das outras, não tinham onde morar nem o que comer, viviam sujas, sem qualquer tipo de higiene. Muitas vezes, essas mulheres apareciam grávidas sem nem saber quem eram os pais da criança. “Às vezes, para cúmulo de desgraça, aparecem grávidas, sem saber como, à mercê da horda de vagabundos que as viola, que as tortura, que as bate, sem lhes conceder ao menos piedade do nojo”. Tudo consequência dos percalços que passaram pela vida e que as fizeram não ter ambições, pediam apenas o suficiente para sobreviver e, o que conseguiam depois, utilizavam para comprar bebidas alcoólicas ou cigarros, vícios que as ajudavam a manter em meio aquela situação.

Não foram apenas sobre esses personagens que João do Rio escreveu. Ele se referiu a muitos outros como os tatuadores, os vendedores de orações, os trabalhadores da estiva, os

¹⁶¹ Gazeta de Notícias, João do Rio, 27 de maio de 1904, *A miséria cínica*, pp.1-2.

¹⁶² Gazeta de Notícias, *A pobre gente*, João do Rio, 30 de maio de 1904, *Entre os mendigos – Mulheres mendigas*, pp.1-2.

músicos ambulantes. Contudo, através da exposição dos três tipos acima citados conseguimos perceber que a modernização do Rio de Janeiro foi permeada por elementos de continuidade que podem ter sido, de alguma forma, modificados, mas que se mantiveram em sua essência tal como eram.

O que vemos são esses personagens tentando se adaptar à nova realidade em configuração no Rio de Janeiro, objetivando sua sobrevivência. O novo cenário era atraente, mas não era acessível. A lógica capitalista ia se impondo e o recurso primordial para se encaixar nela era ter renda. O critério era extremamente excludente, deixando à margem quem não o possuía. Por isso, talvez, a “fezinha” no jogo do bicho fosse tão comum entre todas as camadas da sociedade. Quem tinha recursos, queria aumentar seu potencial. Quem não tinha, tentava por meio da sorte conseguir entrar nesse mundo.

3.5) A simbologia do atraso na região modernizada

O processo de modernização do Rio de Janeiro foi mirado em alguns pontos da cidade. Vimos a transformação do centro da cidade e da zona portuária. Acompanhamos a construção da Avenida Central com seus bulevares, sua nova iluminação e suas lojas. Foram reformadas praças e parques. Mas essa nova realidade teve efeitos diferenciados para os habitantes da cidade. Lembramos, por exemplo, das pessoas que foram deslocadas para as regiões periféricas e dos tipos urbanos que continuaram a existir. Esses são apenas dois aspectos latentes do que ainda permaneceu na cidade. Entusiasta desse processo em efervescência no Rio de Janeiro e defensor das atitudes do governo em nome dele, não era por isso que o João do Rio não via os indícios do que faltava reformar para que pudéssemos ter uma capital modernizada tal como era a intenção dos projetos federal e municipal.

O cronista alertava em suas crônicas para a existência do lado que não foi atingido pelas obras de modernização, que permanecia afundado em miséria. No seu texto de 19 de novembro de 1903 publicado na *Gazeta de Notícias*, João do Rio classificou como ilusória a ideia de que vivemos em uma “terra de Promissão”, onde não há pobreza, “ilusão de quem nunca saiu da rua do Ouvidor”¹⁶³. Quem andava pela cidade e conhecia a realidade da

¹⁶³ *Gazeta de Notícias*, A Cidade, X., 19 de novembro de 1903, p.2.

população que vivia nos morros, como ele mesmo fazia, não conseguia acreditar nessa promessa de fartura.

Ele aproveitou também para criticar as ações do governo, que voltavam suas preocupações apenas para a reforma e o saneamento do centro da cidade. O mal maior, as piores condições de vida e de saúde, e por que não dizer, o principal impedimento do caminhar do Rio de Janeiro em direção a uma civilização não estava ali. Estava nos casebres, no alto dos morros, nas “bibocas”, nos cortiços, que ainda se faziam presentes na zona portuária. Na mesma crônica, João do Rio foi bastante contundente e utilizou de toda sua ironia para dizer: “Ah! Se a miséria dos fracos, contrastando com a fortuna dos fortes é uma prova de civilização, podemos dizer com orgulho louvável, que estamos civilizados...”.

As críticas que João do Rio tecia ao governo não vinham no sentido de discordância com o processo de modernização. Ao contrário, o cronista apoiava as ações do poder municipal em direção à execução desse projeto. O que ele reclamava era dos limites dessas ações, que não transformavam a cidade como um todo na civilização que ele tanto almejava. Ao que nos parece, o discurso de João do Rio trazia uma ansiedade por ver sua cidade modernizada. As reformas e o saneamento eram importantes, não há dúvidas, porém não resolviam o cerne do problema. Muitos cortiços continuaram a existir assim como antes do início da modernização, a população se deslocava para o alto dos morros e permanecia vivendo em péssimas condições de higiene. A preocupação do cronista se direcionava mais em relação à eficiência do projeto moderno do que a situação da população que não estava incluída nele.

O que podemos verificar no Rio de Janeiro desse momento é a cisão social da cidade em duas partes, como Nicolau Sevcenko (1998, p. 543) nos apresenta a partir do olhar do próprio cronista e do escritor Lima Barreto. Temos de um lado a cidade regenerada, reformada, com seus novos atributos urbanísticos. Do outro, temos a cidade que o historiador chamou de “labirinto das malocas, do desemprego compulsório”. A existência dessas duas cidades pode ser vista como uma consequência inevitável desse processo de modernização.

Renato Cordeiro Gomes (2008, p. 124) constata esse mesmo panorama. Ainda não se tinha no Rio de Janeiro a cidade regenerada e ordenada ansiada por parte dos republicanos, uma vez que a capital continuava caótica, suja e perigosa, uma cidade babélica. Para o Rio de Janeiro ser cosmopolita ainda faltava muito, como poderemos ver em seguida através de alguns pontos tratados por João do Rio.

Apesar de ver os muitos avanços implementados no Rio de Janeiro em direção à construção de uma civilização, uma dos pontos que o cronista encontrava para evidenciar que

a cidade ainda estava longe de concretizar esse projeto era no que diz respeito aos calçamentos das ruas. Notamos que em no mínimo oito crônicas a questão foi citada de alguma forma por ele, fosse, na maioria das vezes, para criticar, ou em algumas poucas, elogiar. Referia-se como “velho calçamento de calhaus pontiagudos” das ruas do Flamengo e do Russel, ou “hediondez do calçamento que toda essa gente pisa” ou “péssima qualidade do calçamento”¹⁶⁴.

Em quatro crônicas, João do Rio debateu diretamente sobre o tema do calçamento da cidade. Ele utilizou toda sua ironia habitual, ao defender uma festa de inauguração realizada para marcar a finalização de parte do calçamento de uma rua (não identificada por ele no texto) da cidade. Um jornal criticou essa comemoração, porém ele se colocou favorável, alegando que isso era motivo mais do que justo para se festejar na capital federal, já que era raro de acontecer.

Mas ver uma rua bem calçada, no Rio de Janeiro, é coisa que não deixa de parecer maravilha. O calçamento desta malfadada urbe tem sido até agora uma cópia fiel do calçamento do Inferno, se é verdade que, como diz o rifão, de boas intenções está o Inferno calçado... Basta cotejar o novo calçamento da rua do Ouvidor, da rua Direita e da rua da Quitanda com o de todas as outras ruas da cidade, para ver que, se não há no caso motivo para foguetório e música, há, pelo menos, motivo para algum espanto e alguma alegria.¹⁶⁵

Em sua opinião, as ruas se apresentavam num estado tão deplorável que chegou a comparar com o “calçamento do Inferno”. Por isso, via qualquer modificação no sentido de melhorá-lo com satisfação e alegria, ainda que deixasse no texto mais perceptível sua crítica sobre o ritmo lento da modernização carioca. Para o cronista, o estranhamento em relação à comemoração seria legítimo se acontecesse nas cidades modernizadas como Paris, Berlim, Nova York, Buenos Aires e – até mesmo – São Paulo. Mas na nossa capital federal ele tinha mesmo é que ser comemorado.

A análise das crônicas de João do Rio nos leva a entender que, embora ele criticasse a velocidade com que se davam as mudanças na cidade, valorizava o que já havia sido feito. Tanto é que numa das crônicas, suas críticas recaíram sobre as empresas que desmanchavam o calçamento para realizar algum conserto e não recolocavam as pedras no mesmo lugar. A prefeitura fazia o calçamento e as empresas de água, de gás, as operadoras dos bondes levantavam as pedras e, ao final do trabalho, colocavam de qualquer maneira, não se

¹⁶⁴ Na sequência, todas na *Gazeta de Notícias*, coluna *A Cidade*, sempre na página 2, assinada como X.: 4 de julho de 1903, 3 de agosto de 1903 e 14 de novembro de 1903.

¹⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, *A Cidade*, X., 21 de outubro de 1903, p. 2.

preocupando em fazer um trabalho cuidadoso. Nesses serviços, o cronista achou uma das explicações para a situação desastrosa das ruas da capital federal.

Agora mesmo, na rua Dois de Dezembro, do Flamengo, a Companhia Jardim Botânico teve necessidade de consertar um trilho, e mandou levantar uma pequena quantidade de pedras; pois bem: depois de acabado o trabalho, daquelas poucas pedras levantadas... sobraram oito! E nem ao menos os operários procuraram esconder as provas de sua imperícia: os oito paralelepípedos ficaram ali, empilhados, atestando a evidência do descaso daquela gente, que entende tanto de calçamentos quanto eu entendo... de óculos de alcance!¹⁶⁶

O calçamento das ruas era apenas uma das evidências que mostrava que o Rio de Janeiro não estava modernizado tal como João do Rio desejava. O que fez ao tratar do assunto foi uma metonimização de algo muito maior, do desenvolvimento do progresso. Vemos isso quando argumenta que o calçamento previsto para ser feito na rua Direita ajudaria, inclusive, a movimentar a economia da região, onde circulavam muitos homens de negócios. “Sobre essa gente, a influência do belo aspecto do novo calçamento ficar pronto, há de haver mais clareza nos negócios, mais prontidão nas decisões, mais arrojo nos cometimentos, mais sinceridade nas ofertas, mais liberdade nas aquisições...”¹⁶⁷.

O cronista reclamava também da permanência de algumas construções de outros períodos da história do Brasil como, por exemplo, o chafariz do Lagarto¹⁶⁸, na região do Catumbi, na encosta do morro Paula Mattos. A crítica dele nos parece que era em relação à falta de manutenção do chafariz, um “velho bebedouro, com as bicas sujas e quebradas” e ao entorno do monumento, que “ostenta(va) uma vegetação selvagem e feroz”. A solução dada por João do Rio? A demolição da chafariz que nada tinha a ver com o ambiente moderno que se desejava para o Rio de Janeiro.

Na verdade, o desejo de João do Rio era ver derrubada das ruínas de prédios e monumentos velhos que existiam na cidade e não apresentavam qualquer sinal de conservação ou significado histórico relevantes. Para ele, elas davam um ar de atraso real, de falta de cuidado e enfeavam o Rio de Janeiro. Em uma de suas crônicas ele falou das ruínas do Mercado da Glória, que ele achava um horror, um “templo da porcaria”. Sugeriu que ali fosse construída a nova Escola Nacional de Belas Artes, revitalizando o local e transformando-o num “templo da arte”.

¹⁶⁶ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 15 de janeiro de 1904, p. 2.

¹⁶⁷ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 23 de setembro de 1903, p. 2.

¹⁶⁸ O chafariz do Lagarto foi inaugurado em 1786 e foi de grande valia para os moradores da região do Catumbi, podendo ser considerado um incentivo para a ocupação do local.

Ainda nesta crônica, ele fez questão de comparar esse prédio em ruínas no Rio de Janeiro, “que só inspiram nojo e aborrecimento”, com as que podiam ser vistas na Grécia, como as do Parthenon. Essas, diferentemente do que se via na Glória, só de olhar já “dão a gente a vontade de se ajoelhar e de venerar o passado”. Seu posicionamento não deixa dúvidas ao fazer mais uma comparação, ainda mais irônica que a anterior, entre prédios e mulheres velhas. “Há mulheres velhas que são admiráveis, na sua velhice, conservando certa beleza, certa garridice e certa frescura de face, sob a auréola dos cabelos brancos; e há outras, desmazeladas e tristes, que já têm o ar de difundas desenterradas...”¹⁶⁹. O posicionamento de João do Rio era contundente e sem meias palavras, como podemos perceber.

As ruínas velhas, sem conservação no Rio de Janeiro, assim como o péssimo calçamento, contribuía para enfeiar a cidade. Esse ponto era uma das maiores preocupações de João do Rio, tanto que contabilizamos 22 crônicas em um total de 110 da coluna *A Cidade*, nas quais a busca pelo embelezamento da capital era o argumento central. Nelas, ele elogiou, prioritariamente, as reformas das praças e parques e o surgimento dos novos jardins. A cidade regenerada deveria ser visivelmente bela, além de ter uma arquitetura moderna. Porém, na sua visão, não era isso que estava sendo feito, que ainda guardava traços do período colonial. Para isso, era melhor continuar como estava.

Por mim, confesso que só acreditarei na influência que a abertura da Avenida há de ter no aformoseamento do Rio, quando vir a arquitetura e o estilo das primeiras casas novas. Se vamos ter uma Avenida cheia de casas de carcará, melhor será que nos deixemos de sonhos e que fiquemos contentes com o beco das Cancelas e a travessa do Ouvidor.

O receio não é infundado, nem exagerado: todos estão vendo que, no Rio de Janeiro, as casas novas são, com poucas exceções, mais feias do que as antigas¹⁷⁰.

Mestre na arte da crítica, não faltavam elementos para o cronista enumerar como sinais de atraso em pleno momento de transformação da capital federal. Somavam-se ao problema da arquitetura e das ruínas, às condições de higiene precárias, à falta do hábito da população de socializar em locais públicos, à ausência de beleza em vários cantos da cidade. A preocupação era tanta que encontramos em 56 crônicas do universo das 110 levantadas na coluna *A Cidade*, da *Gazeta de Notícias*, alguma forma de referência ao assunto. Ressaltamos que em muitas delas, João do Rio também elogiava as melhorias implementadas pela prefeitura municipal que se direcionavam para a modernização.

¹⁶⁹ *Gazeta de Notícias*, *A Cidade*, X., 2 de junho de 1903, p.2.

¹⁷⁰ *Gazeta de Notícias*, *A Cidade*, X., 13 de julho de 1903, p.2.

De certo, ainda há por aqui muita coisa triste: ainda há pelas ruas muito lixo e muita gente com os pés no chão; ainda há muita casa, entre cujas quatro paredes principais não se pratica positivamente o culto da limpeza; ainda as famílias vivem metidas consigo mesmas, preferindo o cochicho da maledicência na solidão ao convívio franco e amável da sociedade; ainda não há passeios frequentados, em que se travem e estreitem relações, em que se combinem festas, vem que se trate de alegria a vida; ainda há bastante fealdade em tudo... Mas comparai tudo isso àquele quadro de 1818, - àqueles brasileiros fumando à porta *em ceroula*, àquela preguiça de dias inteiros passados na rede, àqueles farranchos de mucamas de timão de baeta e chinelinhos na ponta do pé, e aquele peixe salgado comigo com a mão numa esteira: comparai, e reconheceréis que já andamos cinquenta ou sessenta léguas; as cinco ou seis léguas que ainda devemos andar não nos matarão de fadiga¹⁷¹.

O desenvolvimento alcançado até esse momento na esfera municipal era conduzido pelo governo Pereira Passos, que era elogiado por João do Rio em seus textos. O cronista não parecia culpar ou responsabilizar o prefeito pela lentidão que o incomodava no processo. Em alguns momentos, pareceu, inclusive, atribuir parte da culpa à presidência, como no caso da falta de abastecimento regular de água na cidade – “assinado o contrato para as obras do porto, diz-se que o governo vai cuidar do abastecimento de água”¹⁷² – que atrapalhava a prefeitura na limpeza da cidade.

Podemos considerar a introdução do bonde como um dos principais sinais da modernização vistos nas ruas do Rio de Janeiro. Mesmo antes de ser elétrico, o bonde a tração animal já indicava os rumos que a cidade estava tomando em direção a uma civilização. Jaime Benchimol (1992, p. 97) destaca que as primeiras concessões para linhas de bondes no Brasil foram feitas 1868, e 1905, em meio à reforma Pereira Passos, mais de 40 autorizações foram concedidas para criação de companhias e exploração das linhas. Ainda que muitas nunca tenham saído do papel, ajudaram a fomentar o mercado especulativo do início do período republicano.

Maurício Abreu coloca que antes mesmo de a República ser proclamada, os bondes já atendiam à freguesia da Glória, o Largo das Três Vendas, os bairros de Laranjeiras, São Cristóvão, Botafogo, Andaraí Pequeno, Saúde, entre outros. O número de passageiros transportados também só crescia. Uma das muitas companhias de bonde existentes, a Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, em 1876, transportava mais de 1.500.000 passageiros (1987, p. 44). Com a República e a chegada do bonde elétrico foi a confirmação que o tempo moderno realmente se aproximava. A cidade se tornava mais veloz assim como o tempo da modernidade.

¹⁷¹ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 17 de julho de 1903, p.2.

¹⁷² Gazeta de Notícias, A cidade, X., 3 de outubro de 1903, p. 2.

Merece destaque, porém, o entendimento do bonde como a alegoria do progresso, como nos diz Margarida Souza Neves (1988). A historiadora explica nos bondes os dois mundos se encontravam e os diferentes grupos sociais ficavam em contato. Os bondes promoveram uma “democratização compulsória” no dizer de Sevcenko (2003, p. 56). Eles, ao contrário do que o processo de modernização da cidade pretendia fazer, colocavam no mesmo espaço as elites e os pobres sem distinção, compartilhando os mesmos bancos e utilizando com a mesma necessidade de locomoção.

Os textos de João do Rio nos indicam que o cronista pensava da mesma forma. Neles foram ambientadas 11 de suas crônicas da coluna *A Cidade*, onde os personagens travavam diálogos, em sua maioria com posicionamentos bem opostos. Uma delas é bem ilustrativa de como diferentes mundos estavam em convivência dentro deles. O cronista se referia à mania dos jovens passageiros de se exibirem, pulando dos bondes em movimento. Ele narra uma cena em que um deles cai no chão e, por pouco, não foi atropelado pelo bonde. Porém, o cronista afirmou, que se algo de grave tivesse acontecido, a culpa ia recair sobre o cocheiro que dirigia o transporte. “Porque, enfim, o pobre cocheiro, - por ser o mais fraco, e o que mais facilmente pode ser acusado, - é sempre o que mais sofre, nestes acidentes tão comuns... e tão facilmente evitáveis”¹⁷³.

Os bondes percorriam as ruas da cidade e possibilitava que se observassem diferentes ambientes. Foi neles que o cronista, entre outros assuntos, debateu a perseguição aos jogadores do bicho pela polícia, a sujeira resultante da demolição de casas e cortiços nas ruas do centro, a falta de saneamento que causa mau cheiro em diferentes pontos cidade¹⁷⁴. O Rio de Janeiro em transformação, suas novas e velhas áreas, era acompanhado de dentro dos bondes por seus principais beneficiados, a burguesia emergente carioca e pelos trabalhadores urbanos.

Ao longo deste capítulo, intencionamos perceber a modernização carioca pelo olhar de João do Rio. Ele, um personagem do seu tempo, sujeito histórico, literato por carreira e talento, deixava sobressaltar seus anseios pessoais nos textos que escrevia. Como parte da *Cidade das Letras* em pleno funcionamento na capital federal, ele utilizou suas crônicas para fazer seu papel como ideólogo da sociedade carioca. Nas páginas do jornal exprimia sua opinião, suas impressões e suas expectativas.

¹⁷³ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 20 de julho de 1903, p. 2.

¹⁷⁴ Todas as crônicas foram publicadas na *Gazeta de Notícias*, na coluna *A Cidade*, na página 2, assinadas como X. : 5 de outubro de 1903, 7 de outubro de 1903, 16 de outubro de 1903.

Contemporâneo e incentivador do processo modernizador implantado por Pereira Passos, João do Rio preocupava-se com a construção de uma civilidade na capital federal e com o que fosse preciso para isso. Em crônica publicada em 3 de janeiro de 1904, ele fez um breve balanço em relação ao que foi realizado no ano de 1903 e viu que os habitantes encontravam-se com mais saúde, a cidade estava mais animada, com mais brilho, porém o problema do saneamento ainda era uma realidade. O cronista, contudo, apresentava-se satisfeito com as transformações ocorridas.

Lança um olhar para trás, pesa o que lucrastes em um só ano, faz o balanço do que conquistastes nesses doze meses, e reconhecerás que destes um passo largo e nobre para o progresso. Vê lá agora, boa cidade, se queres voltar à ignomínia antiga, voltando à porcaria e à preguiça... Todos os médicos dizem que, nas moléstias graves, o maior perigo é o das recaídas: tem cuidado, e cerca de todas as cautelas a tua convalescença!¹⁷⁵

Além de congratular os responsáveis pelas obras na cidade pelo que já havia mudado, o cronista deixou bem clara a sua reticência em relação à estagnação do processo. Essa significaria a volta “à porcaria e à preguiça” que, no entender dele, eram características do Rio antigo, não modernizado.

Constatamos que o olhar do cronista sobre a transfiguração da capital era marcado por seus desejos e expectativas. A sua produção foi resultado da vivência em meio a tantas mudanças e seu comprometimento não era com a tradução da realidade de maneira imparcial ou neutra. Literato, travestido de *flanêur* ou *dandy*, João do Rio escrevia tal com sentia as transformações.

Fez do Rio de Janeiro, seus espaços e personagens, sua única preocupação, não parecendo se importar se o resto do país estava ou não modernizado. Apoiou o governo municipal em suas ações rumo à construção do projeto moderno, mas não sem criticar o ritmo em que ele era desenvolvido, questionando também a sua eficiência. Colocou a questão do saneamento como central para a obtenção de um resultado satisfatório e via que, apesar das muitas continuidades, muito já havia sido feito.

Assim como nos diz Norbert Elias, vemos que a construção da civilização convive com outros processos que parecem andar no caminho contrário, contudo, na verdade eles podem ser visto como complementares. Elias (2011, p. 70) nos esclarece que os termos “civilizado” e “incivil” não funcionam como antítese polarizada, mas são fases de um processo que continua em desenvolvimento.

¹⁷⁵ Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 3 de janeiro de 1904, p. 1.

No Rio de Janeiro que nos apresentou João do Rio conseguimos ver na prática essa ideia desenvolvida Elias. O cronista relatou aquilo que considerava ser incivil, bárbaro, como a existência de velhas ruínas nas ruas da cidade, de sérios problemas de saúde e saneamento. Porém, exaltou aquilo que já havia se transformado e que começava a dar uma nova feição à capital federal. Elogiou o prefeito Pereira Passos e incentivou a continuidade do processo, almejando ver concluída a modernização que ele tanto almejava para o Rio de Janeiro.

Considerações finais

Ao longo dessa dissertação procuramos evidenciar dois pontos principais. O primeiro deles foi ver o Rio de Janeiro, então capital federal, se constituir como uma “cidade das letras”, um espaço privilegiado para a atuação dos literatos nos primeiros anos do período republicano. Esses homens, anteriormente somente ligados ao poder político instituído, como nos revela Ángel Rama, a partir dos processos de modernização começaram a se desvincular dele e a ampliar sua esfera de atuação.

É nesse sentido que vemos se formar no Rio de Janeiro um campo literário, que pressupõe regras e leis próprias estabelecidas a partir das relações travadas no seu interior, além daquelas que são universais para todos os diferentes tipos de campos (BOURDIEU, 2012, p.69). Como em todo campo, nos define Pierre Bourdieu, há no interior do campo literário uma disputa de poder entre os seus membros. Por isso, evidencia o sociólogo que, por mais que o letrado tenha ganhado autonomia do poder político, ela é relativa, uma vez que participa de um campo com regras próprias de consagração e de desqualificação.

Podemos interpretar que as personalidades entrevistadas por João do Rio no *O Momento literário* como sendo aquelas que ele considerava fazerem parte desse campo literário em formação no país, mesmo faltando autores cruciais que, segundo o próprio cronista, se recusaram a responder às perguntas propostas. A análise das 27 entrevistas publicadas nas páginas da *Gazeta de Notícias* nos levou ao entendimento de questões como a importância da capital federal para o desenvolvimento de uma literatura marcadamente brasileira e a relação entre o jornalismo e a literatura.

Foi quase unânime a opinião, excetuando-se a do escritor Maguns Söndhal, do papel preponderante do Rio de Janeiro para a literatura brasileira daquele momento. Isso não significou desmerecimento às produções regionais, porém para os escritores que responderam ao inquérito de João do Rio, tanto os literatos quanto seus textos só ganhariam destaque se fossem ligados ao centro carioca.

Além disso, n’*O Momento literário* percebemos que o desenvolvimento da literatura do Brasil se ligava diretamente ao jornalismo. Essa área permitiu que muitos escritores fossem relevados para o Brasil e que alguns deles conseguissem viver do ofício de escrever. As duas áreas, apesar de guardarem suas diferenças e particularidades, podem ser vistas naquele momento pelo que Walter Benjamin (2000) chamou de superposição de imagens,

técnica própria do tempo moderno. Elas acabavam por se confundir, em alguma medida, no imaginário coletivo, no inconsciente social da população carioca.

E se as áreas se mesclam, podemos entender que os perfis também se confundem. João do Rio se encaixava nesse perfil que Brito Broca nos coloca da seguinte forma. “Mas até onde um severo julgamento crítico possa rejeitar o mérito literário de João do Rio, ainda deixará margem para a valorização do jornalista, ou antes do repórter, do cronista que se tornou verdadeiro historiador de uma época” (BROCA, 1975, p.249).

Ele se tornou conhecido, inicialmente, como crítico literário no jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio. Sua escrita arrojada com tom indiscutivelmente irônico, o fez atrair olhares atentos de seus pares. Os ataques que proferiu nos textos publicados nesse jornal não foram poucos. Um dos exemplos que temos foi a crítica sobre o livro *A Quimera Divina*, de Garcia d’Aguiar, que dizia estar “repetindo ideias muito velhas e mais que assentadas, com uma preocupação pueril de erudição”¹⁷⁶. Talvez por isso tenha, também, sido alvo de muitas críticas ao longo de sua carreira.

O outro objetivo que procuramos perceber nessa dissertação foi o olhar do cronista sobre a transfiguração do Rio de Janeiro ocorrida entre 1902 e 1906, comandada na esfera municipal por Pereira Passos e no âmbito federal por Rodrigues Alves. João do Rio através de suas andanças pela cidade, de sua *flânerie*, conseguiu acompanhar o desenrolar das transformações. Ele viu serem construídos os novos bulevares, as praças e os jardins da cidade serem revitalizados, apoiou as demolições dos cortiços. Ele observou a mudança dos hábitos da sociedade carioca, notou as tantas formas de adaptação dos tipos urbanos à nova lógica que surgia. E registrou todas essas impressões em suas crônicas veiculadas nas páginas da *Gazeta de Notícias*, na coluna *A Cidade*.

João do Rio era parte integrante da cidade das letras carioca, especificamente da camada letrada que compunha essa cidade. O cronista, consciente do seu papel de ideólogo de um espaço em pleno momento de transformação, se colocou como ferrenho defensor da construção de uma modernização de inspiração francesa, utilizando os jornais em que escrevia para difundir seu posicionamento ou, em outras palavras, para exercer o seu poder.

O cronista não deixou de criticar esse processo moderno. Reclamou das condições de saneamento e higiene, assim como a presença das ruínas. Divulgou elementos que a civilização que surgia não queria ver, como os mendigos, os habitantes dos cortiços. Mas ainda que não percebamos no seu trabalho uma preocupação de cunho social, entendemos

¹⁷⁶ Cidade do Rio, Crítica Literária, João do Rio, 14 de outubro de 1899, p. 2.

como singular e fundamental sua produção textual para o estudo do Rio de Janeiro moderno que nascia no século XX. Ela nos fornece o prisma de um personagem que viveu aquele momento histórico e que o relatou permeado por seus desejos e expectativas.

Nosso trabalho não teve como pretensão o esgotamento de um tema que, embora frequente em produções mais recentes, ainda apresenta diferentes nuances com possibilidade de serem trabalhadas. A modernização brasileira, implementada prioritariamente na sua capital, oferece outras fontes históricas para seu entendimento. Contudo, nossa escolha contemplou a produção textual de João do Rio, um personagem que entendemos ser tão complexo como o tempo moderno. E foi através dele, cronista e literato, *flanêur* e *dandy*, que tentamos compreender esse momento histórico ocorrido no Rio de Janeiro.

Referências

1) Fontes (apresentadas por capítulo)

Capítulo 1

- Cidade do Rio, Nós, 30 de setembro de 1887, p.1.
Cidade do Rio, 23 de agosto de 1888, O Carro, p.1.
Cidade do Rio, Gambiarras, Paulo Barreto, Thereza Raquin, 16 de junho de 1899, p.2.
Cidade do Rio, Paulo Barreto, 16 de agosto de 1899, Impotência, p.1e2.
Cidade do Rio, Paulo Barreto, 21 de agosto de 1899, Impotência, p. 2.
Cidade do Rio, Gambiarras, P.B., 21 de abril de 1900, O Amigo das Mulheres, p.3.
Cidade do Rio, 24 de abril de 1900, A Companhia Lucinda, pp.1-2.
Cidade do Rio, Cogitando, 23 de dezembro de 1901, p.3.
Gazeta de Notícias, A vida do Rio, João do Rio, 3 de maio de 1903, O Prefeito, p. 1 e 2.
Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 31 de maio de 1903, p.1.
Gazeta de Notícias, As Religiões no Rio, João do Rio, 14 de março de 1904, O Feitiço, p. 2.
O País, Pall-Mall Rio, José Antônio José, 25 de setembro de 1915, p. 2.
O País, 24 de fevereiro de 1921, Paulo Barreto (João do Rio), p. 3.

Capítulo 2

- Correio da Manhã, Medeiros e Albuquerque, 27 de junho de 1901, Uma reforma útil, p. 1.
Gazeta de Notícias, João do Rio, 26 de novembro de 1903, O Brasil lê, pp. 1-2.
Gazeta de Notícias, O Momento Literário, João do Rio, 13 de março de 1905, Antes, p. 1.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 17 de março de 1905, Coelho Neto, pp. 1-2.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 19 de março de 1905, João Ribeiro, pp. 1-2.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 21 de março de 1905, Silva Ramos, pp.1-2.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 25 de março de 1905, Um lar de artistas, p. 2.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 27 de março de 1905, Magnus Söndhal, p.1.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 1º de abril de 1905, Medeiros e Albuquerque, p. 3.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 8 de abril de 1905, Félix Pacheco, p. 1.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 10 de abril de 1905, Osório Duque Estrada, pp.1-2.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 10 de abril de 1905, Guimarães Passos, pp. 1-2.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 13 de abril de 1905, Sylvio Romero, p.3.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 15 de abril de 1905, Mário Pederneiras, pp. 1-2.
Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 17 de abril de 1905, Clóvis Bevilacqua, p. 1.

- Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 20 de abril de 1905, Rodrigo Otávio, p. 3.
- Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 22 de abril de 1905, Padre Severiano de Rezende, p.1.
- Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 25 de abril de 1905, Augusto Franco, p. 3.
- Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 25 de abril de 1905, Júlio Afrânio, p.1.
- Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 29 de abril de 1905, Sousa Bandeira, p.3.
- Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 3 de maio de 1905, Lima Campos, p.3.
- Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 14 de maio de 1905, Laudelino Freire, p.3.
- Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 14 de maio de 1905, Pedro Couto, p. 3.
- Gazeta de Notícias, O Momento literário, João do Rio, 25 de maio de 1905, Gustavo Santiago, p. 3.
- Kosmos, Typos e Symbolos, João Luso, novembro de 1908, A Sublime Porta, pp. 12-13.

Capítulo 3

- Gazeta de Notícias, Jacintho Dutra, 18 de fevereiro de 1889, Valença, p.2.
- O País, Quintino Bocaiúva, 22 de agosto de 1889, p.1.
- Jornal do Commercio, 16 de novembro de 1889, p. 1.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 31 de maio de 1903, p. 1.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 2 de junho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 5 de junho de 1903, p.1.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 8 de junho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 11 de junho de 1903, p.2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 13 de junho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 15 de junho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 16 de junho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 17 de junho de 1903, p.2,
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 22 de junho de 1903, p.2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 24 de junho de 1903, p.2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 29 de junho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 30 de junho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 2 de julho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 4 de julho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 10 de julho de 1903, p.2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 13 de julho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 17 de julho de 1903, p.2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 20 de julho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 23 de julho de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 3 de agosto de 1903, p.2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 5 de agosto de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 16 de agosto de 1903, p. 3.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 20 de setembro de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 23 de setembro de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A cidade, X., 3 de outubro de 1903, p. 2.
- Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 5 de outubro de 1903, p. 2.

Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 7 de outubro de 1903, p.2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 10 de outubro de 1903, p.2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 13 de outubro de 1903, p. 1.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 14 de outubro de 1903, p. 2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 16 de outubro de 1903, p.2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 21 de outubro de 1903, p. 2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 26 de outubro de 1903, p.2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 14 de novembro de 1903, p. 2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 19 de novembro de 1903, p.2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 21 de novembro de 1903, p.2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 11 de dezembro de 1903, p. 2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 3 de janeiro de 1904, p. 1.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 15 de janeiro de 1904, p. 2.
 Gazeta de Notícias, A Cidade, X., 16 de fevereiro de 1904, p.2.
 Gazeta de Notícias, A cidade, X., 29 de fevereiro de 1904, p. 2.
 Gazeta de Notícias, As Religiões no Rio, João do Rio, 14 de março de 1904, O feitiço, p.2.
 Gazeta de Notícias, João do Rio, 27 de maio de 1904, A miséria cínica, pp.1-2.
 Gazeta de Notícias, A pobre gente, João do Rio, 30 de maio de 1904, Entre os mendigos – Mulheres mendigas, pp.1-2.
 Gazeta de Notícias, João do Rio, 6 de junho de 1904, A exploração de crianças, pp.1-2.
 Gazeta de Notícias, João do Rio, A pobre gente, 10 de junho de 1904, O sono da miséria, p.1.
 Gazeta de Notícias, A pobre gente, João do Rio, 6 de agosto de 1904, Profissões exóticas, pp.1-2.
 Gazeta de Notícias, João do Rio, 7 de janeiro de 1905, Visões de Ópio - Os chins do Rio, p.2.

Considerações finais

Cidade do Rio, Crítica Literária, João do Rio, 14 de outubro de 1899, p. 2.

2) Bibliográficas

ABREU, Maurício. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

_____, Maurício. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, número 10, pp.210-234, maio-agosto 2003.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento – a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Vila Rica; Brasília: INL, 1972.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Ática, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000015.pdf> Acesso: Jul/2012.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*. Número 10, pp. 39-79, maio-agosto de 2003. Disponível em:

http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf . Acesso: fev / 2012.

_____. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. 2003a. 327f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil – 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BENCHIMOL, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

_____, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs). *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. *As regras da arte – Gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

_____. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: Fapesp / Edusp, 1994.

CAMILOTTI, Virgínia Célia. *João do Rio – Ideias sem lugar*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade – Estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – Momentos Decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.

DEALTRY, Giovanna. Ginga em papel couché. **Revistadehistoria.com.br**, 24 de janeiro de 2011. Informação disponível no site: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/ginga-em-papel-couche> Acesso: jan/2013.

DUTRA, Eliana Ribeiro. *Rebeldes Literários da República*. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Humanitas, 2005. .

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Volume I. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Volume IV. Rio de Janeiro: Conquista, 1957a.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Volume V. Rio de Janeiro: Conquista, 1957b.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. Conceitos sociológicos fundamentais. In: _____. *Escritos & Ensaios I: estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. *O processo civilizador - Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ENGEL, Magali Gouveia, et al. *Crônicas cariocas e ensino de história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História – Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FANINI, Michele Asmar. *Fardos e Fardões - Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897 – 2003)*. 2009. 387f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19022010-173143/pt-br.php> - Acesso em Jul/2012.

FUSCO, Rosário. *Vida Literária*. São Paulo: S.E Panorama, 1940.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Baudelarie, Benjamin e o Moderno. In: _____. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, volume 11, pp 62-77, 1993 (jan-jul).

GOMES, Daniel. *Uma rua chamada Ouvidor*. Rio de Janeiro: Fundação Rio, 1980.

GOMES, Danilo. *Antigos Cafés do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1989.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

_____. *João do Rio*. Nossos Clássicos. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um debate. *GEOgraphia*, ano IX - número 17. Disponível no site: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>. Acesso: fev/2013.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 2011.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

LEVIN, Orna Messer. *As figurações do dândi*. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

LIMA, Edilson Vicente de. *A modinha e o lundu: dois clássicos nos trópicos*. 2010. 248f. Tese (Doutorado em Música) – Departamento de Musicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Crônicas da vida na cidade: o cotidiano da política nas charges da Revista Ilustrada (1892-1898). *Dossiê: Cidade, Imagem, História e Interdisciplinaridade*. São Paulo, ano 2, nº 2, Ciec/Unicamp, 2007. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/\[08\]URBANA2_MAGALHAES.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/[08]URBANA2_MAGALHAES.pdf). Acesso: jan/2012.

MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro continua sendo?* Rio de Janeiro, CPDOC, 2000. 14f. Disponível no site: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1160.pdf Acesso: fevereiro de 2012.

MARTINS, Luís. *João do Rio – Uma antologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de *A república consentida*. Rio de Janeiro: FGV, Edur, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A república e o sonho. *Varia História*. Belo Horizonte, volume 27, número 45, Jan/Jun de 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000100006&script=sci_arttext#9a Acesso: jul/2012

MIRANDA, Luciana Lilian de. Portugal e Brasil em diferentes vozes: A Revista Atlântida e a “causa” luso-brasileira nos anos de 1915-1920. 2011. *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidade e (Des)Igualdades – Universidade Federal da Bahia*. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308337375_ARQUIVO_textoc_onlabversaofinal2011.pdf Acesso em out/2012.

NABUCO, Joaquim. Academia Brasileira de Letras. In: CALDEIRA, Jorge (org.). *Brasil - a história contada por quem viu*. São Paulo: Mameluco, 2008.

NERY, Laura. Cenas da vida carioca – O Rio no traço de Raul de Pederneiras. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo A. de M. (orgs). *História em cousas miúdas*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

_____. *Brasil, acertais vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST, 1991.

_____. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – o tempo liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso – o Brasil de 1870 – 1910*. São Paulo: Atual, 1991.

O'DONNELL, Júlia. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

OLIVEIRA, Diogo de Castro. *Onosarquistas e Patafísicos – A boemia literária no Rio de Janeiro fin-de-siècle*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

PAGANINI, Luiz Antônio. Augusto Franco: crítica e polêmica. **Em tese**. Belo Horizonte, volume 5, pp. 1-305, dez/2002. Disponível no site: http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Em%20Tese%2005/17-Luiz%20Antonio-Paganini.pdf Acesso: jan/2013.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, Rutzkaya Queiroz dos. Machado de Assis e Garnier: o escritor e o editor no processo de consolidação do mercado editorial. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial – Casa Rui Barbosa – UFF/PPGCOM – UFF/LIHED*. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/lihed/primeiroseminario/pdf/rutzkayaqueiroz.pdf> acesso: Set/2012.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIO, João do. *A Alma encantadora das ruas*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. *A correspondência de uma estação de cura*. São Paulo: Scipione, 1992.

_____. *Vida Vertiginosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Histórias de gente alegre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. *A profissão de Jacques Pedreira*. São Paulo: Scipione, 1992.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições – Cidade do Rio de Janeiro (1870 – 1920)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultural, 1995.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M. *João do Rio, a cidade e o poeta*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio - Vida, paixão e obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHAPOCHNICK, Nelson. *João do Rio – Um dândi na Cafelândia*. Paulicéia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. Companhia das letras: Rio de Janeiro, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando (coordenador-geral). *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. .

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Campinas, Unicamp, 2006, p. 151. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000376953&fd=y> Acesso: nov/2012.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia – Indivíduo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Anexo

Nesse anexo optamos por inserir as crônicas que utilizamos na dissertação e não podem ser encontradas em livros de João do Rio. Todas elas foram publicadas no jornal *Gazeta de Notícias*. Além das crônicas da coluna *A Cidade*, inserimos o texto *O Prefeito*, da coluna *A vida do Rio* (capítulo 1) e a crônica intitulada *O Brasil lê* (capítulo 2). O material está em ordem cronológica.

3 de maio de 1903

A vida do Rio - O Prefeito

A obra do Dr. Passos, as condições excepcionais de que o revestiram, o boato que por aí propala a justa ideia do prolongamento da sua ditadura, fizeram –nos ir ontem visitar um dos seus mais íntimos amigos e interrogá-los sobre a vida, o caráter, os planos futuros da proeminente individualidade. Ninguém como esse amigo tão fartamente viveria, num simples *interview*, a figura do Dr. Passos.

Logo que sabe a nossa ideia, o íntimo define o prefeito:

- Um professor de energia! diz-nos. Conheço o Passos há vinte anos. Sempre o mesmo! Admira-se? O mesmo! Há vinte anos já tinha a mania britânica, já considerava a higiene elemento inerente à beleza, já amava os jardins e já discutia gritando, gritando a ponto de se ultrapassar...

- Mas um professor de energia?

O íntimo refestelou-se na sua *rocking-chair*, trincando o charuto.

- Pois não acha que o seja? Francamente, meu caro, o Passos tem dois empregos, o de prefeito e o de mostrar aos nossos homens o que é a energia. O Passos é um homem que naquela idade quase não se senta.

Na Estrada, quando diretor, escrevia como joelho na cadeira, de pé, modificava plantas aos gritos e a lápis, e conseguia ser amado, ter no pessoal o empenho da sua obra. Os funcionários que trabalham com tal homem acabam julgando-se cada um uma utilidade imprescindível à pátria, sob a direção fatal de uma grande força.

- De modo que na Prefeitura...?

- É o mesmo que na Estrada. Há regime de sobra, e toda a gente trabalha contente.

- Falo a um jornalista, naturalmente conhecedor dos princípios anglo-saxônios, e o tipo moderno de *Merry-England*?

- Pois bem, para mim, sem *blague*, o Passos é entre nós um anglicismo político.

- Por que?

- Porque é muito pouco político, em primeiro lugar; porque é administrador intelectual, em segundo – coisas raras aqui. O Passos acorda às 6 da manhã.

- Para que?

- Ora essa! Para trabalhar. Mete-se no carro, e às 7 já está longe das Laranjeiras, vistoriando os jardins, os mercados, os trabalhos de demolição. Às 9 e pouco entra na Prefeitura e trabalha até o meio-dia sem parar. Sabe a essa hora, aparece de improviso em todos os lugares dando ordens diretas, e sessenta minutos depois ei-lo de novo no palácio da Prefeitura, onde só ao escurecer descansa.

- É muito brusco, pois não?

- É diretor, caso muito diverso. Recebe todos os que lhe vão fazer pedidos. Quando a coisa é justa, diz – Parece justa, venha amanhã. Quando é má, diz: - não! e as vezes tem um: ora não seja criança! E frases tais.

- E como os funcionários?

- Secura e honra ao mérito.

- Parece uma divisa.

- Às vezes estão todos trabalhando. O prefeito dirige uma frase solta, a qualquer. É o sinal de curto descanso, em que procura, com a curiosidade sempre ávida, saber as coisas mínimas da administração. De repente, porém, já alguns mais entusiasmados erguendo-se, o Passos diz: - Bom, trabalhemos. Faz-se o gelo. Recomeça o esforço total.

- É o modelo administrativo.

- Não há um papel em atraso na Prefeitura.

- As más línguas propalam-a-o (?) o homem mais lacônico do mundo.

O íntimo amigo de S. Ex. riu.

- É. Ainda outro dia assisti eu a um fato demonstrativo. O Passos mandara um funcionário a negócios de demolições. O funcionário chegou e, antes que falasse, o prefeito disse-lhe procure o menor número de palavras para o que tem a dizer. Não há tempo a perder...

- E na intimidade?

- É o mesmo homem. Faz-se no seu *at-home* música à noite, a sua linda neta recita versos dos poetas ingleses, Passos conversa. De repente grita, alteia a discussão com um amigo, o amigo grita também, porque é pior não gritar, e a discussão acaba sempre bem, com uma advertência de Mmm. Passos, a figura tutelar daquele lar...

- Disse que S. Ex. tinha a mania inglesa?

- É uma biblioteca de 1ª ordem, em que se recebem as novidades ultra-brilhante (?) da literatura da Inglaterra. Da res(? – não consigo entender) ele veste é inglesa, fei-la o inglês, educa a família à inglesa. Não vê o amigo os jardins? Ainda *angiophilia*. Se o Passos pudesse, faria canteiros nos *trottoirs*. Tem a encantadora paixão da jardinagem.

- E as reformas?

- O Rio transforma-se sob a sua mão. As casas velhas desapareceram. A avenida começa a demolir casa nas ruas Senhor do Passos e Camerino.

- Luta com dificuldades, hein?

- Incríveis. A luta é com o s proprietários, os locatários, os mandados de manutenção. O Passos é sutil, vence a tudo.

Sabe como conseguiu demolir aqueles tapumes velhos do cais Pharoux, que tanto o afeiavam? À meia hora depois da meia noite do dia em que terminara o mandado de manutenção.

- E os seus planos?

-Dão para um artigo inteiro. Com ele depois dos melhoramentos do porto o Rio será ideal.

- E o Teatro Municipal?

- O decantado! Só espera a decisão do ministério da Fazenda.

- Acha o S. Ex. a felicidade com tanto trabalho?

- O Wells no único livro sério que até hoje publicou, nas *Antecipations*, diz: *The world has a purpose greater than self happiness, the life os humanity.*

O Passos, saneando e embelezando o Rio, achou esse filo (?);

- Mas com tantos inimigos, tantas peias fará mesmo S. Ex. o Rio belo?

- Faz, por uma simples razão: quem não ana, tem-lhe medo.

- E o boato do prolongamento da ditadura?

O íntimo levantou-se:

- Isso são coisas que a política resolve. O *interview* pode ser a história contemporânea dialogada, não deve ser o indiscreto indagar de mistérios políticos. Entretanto, se assim for, não como amigo, mas como carioca, eu só lhes direi: - *all right!* - João do Rio

31 de maio de 1903

A convalescença é um segundo nascimento. O dente reabre os olhos à luz, começa a interessar-se pela casa e pela rua, quer saber o que há de novo lá fora, ensaia os primeiros passos pelo quarto, chega á janela, sorri ao sol, faz projetos alimenta sonhos, - renasce, enfim, para o mundo e para a alegria de viver. Mas, enquanto o convalescente sacode jubilosamente o corpo e a alma, n'esse alvorecer de novas esperanças, - o médico e a família, num susto contínuo, vão multiplicando em torno d'ele os cuidados e aumentando a solitudes porque sabem quanto são frequentes e terríveis as "recaídas".

Esta boa cidade do Rio de Janeiro é uma convalescente... A moléstia foi grave e longa: moléstia perigosa, sem grandes crises de febre, e caracterizada por um marasmo podre, por um desses comas profundos que são o vestibulo da morte. Nessa inconsciência, nesse torpor, nessa cachexia moral, andou a pobre arrastando a vida por um século triste. Em torno dela, as suas irmãs, as outras cidades brasileiras, cresciam, ganhavam forças, prosperavam: e o Brasil via, com mágoa, o desmoralizado entorpecimento da sua filha predileta... Mas apareceram, afinal, médicos, que compreenderam a moléstia e acharam o remédio.

A enferma está renascendo, numa convalescença franca: todo o seu organismo revive, luta, anima-se, trabalha. Obras do porto, medidas higiênicas, aberturas de ruas, - trabalho fácil e compensador distribuído aos homens de boa vontade, - os sintomas da crise salutar acentuam-se de dia em dia. A boa cidade está salva. Está salva... se não tiver uma "recaída".

Evitemos a "recaída"! Cerquemos de cuidados solícitos a nossa amada convalescente, e procuremos perpetuar no seu organismo, a saúde.

Esta seção da *Gazeta* vai acompanhar de passo em passo, o trabalho do renascimento. Um aviso, um conselho, um reparo, uma censura, um elogio, - tudo haverá, de quando em quando, nesta curta e sóbria coluna. Os médicos têm bastante competência: mas nunca é demais a solicitude de um filho caridoso. - X.

2 de junho de 1903

Diálogo, no bond, à tarde, entre a Glória e o Catete:

- Lá está o famoso mercado! Sempre que chove, parece-me que aquelas paredes poderes se vão desmanchar, diluir, desfazer em lama.

- É verdade! Há ruínas que têm um aspecto imponente, uma aparência majestosa. Você já foi a Grécia? As ruínas do Parthenon fazem parte da paisagem: se tirassem dali, a paisagem ficaria vulgar. Essas são as ruínas que infundem respeito, que inspiram comoção artística, que dão à gente a vontade de se ajoelhar e de venerar o passado... Mas há ruínas que só inspiram nojo e aborrecimento. Os prédios em ruína são como as mulheres velhas: há mulheres velhas que são admiráveis, na sua velhice, conservando certa beleza, certa garridice e certa frescura de face, sob a auréola dos cabelos brancos; e há outras, desmazeladas e tristes, que já têm o ar de difundas desenterradas....

- Homem! Você hoje está lírico...

- É por causa deste tempo nublado: quando há névoas no céu, eu fico com estrelas na alma.... Íamos, porém, dizendo que as ruínas deste mercado da Glória são um horror! Não seria bom que o governo se deixasse de hesitações, e tomasse sob a sua responsabilidade a construção da nova Escola Nacional de Belas Artes, substituindo este Tempo da Porcaria por um Templo da Arte?

- Perdão, meu caro amigo! Bem sei que há por aí um projeto, creio que da *Associação do 4º Centenário*... Mas tenho ouvido tanta coisa a respeito disso! Diga-me cá: pode-se conservar

uma pinacoteca exposta ao ar salitrado do mar? A proximidade do mar estraga a pintura, apodrece as telas, corrói o ouro das molduras...

- Onde leu você isso, homem? Em que livro, em que compendio, em que biblioteca, em que enciclopédia?

- Ouvi dizer...

- Ah! Ouvi dizer... Pois ouça também isto. Em Veneza...

- Ah! Eu nunca fui a Veneza...

- Pois, tenha pena! Em Veneza, a Academia de Belas Artes está situada, à beira 'água logo à entrada do Grande Canal. Pensa você que a água do Grande Canal é doce? Não senhor! É água salgada! E nem por isso a admirável *Assumpção* do Ticiano (?), a formosíssima *Ceia* do Veronese, o estupendo *São Marcos* do Tintoreto sofreram com essa vizinhança da água salgada! E os museus de Roterdã, de Antuérpia, de Copenhague estão também situados à beira mar...

- Ah! Não sabia!....

- Pois fique sabendo. E fique sabendo ainda que a Escolha Nacional de Belas Artes só ainda não está ali por um único motivo...

-?

- Por um único motivo: porque a coisa não depende um homem enérgico como o Passos!

- Engrossador!...

X.

5 de junho de 1903

Os gansos e os marrecos do Passeio Público andam espantados... Há conciliabulos animados à beira d'água, expressivos arrepios de azas, significativas bicadas, confidenciais grasnidos... A tribo dos palmípedes vive assombrada, depois que ha iluminação farta e musica alegre no terraço, fonte luminosa no jardim, grande massa de povo pelas alamedas perfumadas.

Até agora, o povo não passava do botequim, onde ia ouvir alguns garganteios bregeiros e beber alguns *chopps*. O resto do jardim, à noite, ficava entregue ao sono dos desocupados, à meditação dos tristes, às confidências dos namorados, - e à vida calma e regalada dos gansos e dos marrecos nos lagos tranquilos.

Antigamente, sim. Houve tampo em que as famílias cariocas prezavam aquele sereno refugio à sombra das grandes árvores folhudas. Eu ainda sou da época em que, nas longas mesas de pedra da rua que ladeia o terraço, se faziam convescotes alegres. O chefe da família ia à vontade, no seu rodaque branco; a mulher e as filhas trajavam cassas e chitas baratas; a pirralhada corria e gritava em liberdade; e as negrinhas e molecotes, crias da casa, carregavam os samburás cheios de empadas e mãis-bentas. Deus me livre de ali ver, outra vez, os convescotes de antanho! essa história de *pic-nics* em jardins públicos já não é compatível com a nossa civilização. Mas não findaram apenas as merendas, nas mesas de pedras: findou também a concorrências das famílias...

Agora, com os melhoramentos que lheu a Prefeitura, o Passeio Público torna a ser um ponto de reunião amável. Ateontem, enquanto a magnífica banda do Instituto Profissional executava o programa do seu 5º concerto, já o nosso mais antigo e lindo jardim tinha um aspecto de jardim europeu, frequentado por gente bem educada.

O parque da Republica também precisa de um pouco de carinho. O que lhe falta, principalmente, é luz. A luz é a grande inimiga, não só da tristeza, como dos vícios que só amam a escuridão e o silêncio. Naquelas escuríssimas alamedas do velho campo de Sant'Anna, as árvores, as boas e castas arvores já devem estar escandalizadas com o que distintamente ouvem e com o que vagamente avistam à noite. Elas, as castas arvores, a s não menos castas estrelas (foi Shakespeare quem criou a lenda da castidade das estrelas) devem

assistir a coisas escabrosas naquela escuridão.. Luz, muita luz! luz elétrica, ou de gás, ou de álcool, pouco importa. Se é verdade que Goethe ao morrer pedia luz, não é muito que a peça quem está vivo, e quem foi educado segundo o preceito positivista de viver as claras. No Passeio Público, os palmípedes já se vão habituando ao movimento, à música e à luz. Mas, no parque da República, as alamedas ainda são o paraíso dos marrecos... e de outros animais de mais tino e de menos inocência. – X.

8 de junho de 1903

Leiamos de novo, irmão cariocas, com a devida atenção, este telegrama de S. Paulo, publicado ontem por esta mesma *Gazeta*: “Inaugurou-se a linha elétrica dos bonds do Oriente, cessando assim a última linha de tração animada. A *Light and Power* ofereceu ao Asilo dos Expostos a parêntese de animais que fez a última viagem”.

“Abençoada parêntese”! – devem dizer os paulistas, que ficaram livres dela e das outras. Mas, por aqui, ainda temos mueres da puxar nossos bonds – e provavelmente ainda os teremos por muitos e bons anos, porque, em matéria de viação urbana, chegamos à convicção de que a tração animada desenvolve mais velocidade do que a tração elétrica. Bendita a terra, em que os paradoxos se demonstram como verdades eternas!

O que é verdade é que, com o sistema dos grandes comboios, nos nossos carros elétricos andam mais devagar do que as pesadas tartarugas do Amazonas. Certa vez numa viagem à tarde, entre o largo do Machado e a praia de Botafogo, tive tempo para contar toda a minha vida a um amigo: o amigo adormeceu, acordou, tornou a adormecer, tornou a acordar; e quando chegamos a praia, eu já estava na história da vida do meu décimo quinto avô: a viagem tinha durado três quartos de hora ou três séculos, não sei bem... Já ouvi mesmo contar que um sujeito, indo acompanhar um enterro que saía do Catete, tomou um bond no largo da Carioca, e conseguiu chegar ao largo do Machado a tempo... de ouvir a missa de sétimo dia por alma do morto na matriz da Glória...

Velocidade? Tração elétrica? Bonds isolados? Abolição dos comboios? – isso é bom para S. Paulo, onde os homens têm negócios e gostam de viver depressa. Mas, aqui, não temos pressa. Vamos vivendo devagarzinho, como Deus é servido: e deixem lá, que neste passinho miúdo e tardo, sempre devemos de chegar à morte, com a mesma certeza dos outros.

É provável que, em breve, para meter ferro a S. Paulo, possamos enviar à gente paulista este telegrama: “Cessou ontem a tração elétrica em toda a cidade; foi restabelecida a tração animada em todas as linhas. As mulas, as bestas e os burros voltaram ao serviço ativo. Reina grande regosjizo. Foi oferecido ao Museu Nacional o carro elétrico que fez sua última viagem. Viva o progresso!”. – X.

11 de junho de 1903

É coisa correta que em casa bem varrida não há pulgas. Também os morcegos só vivem nas furnas, úmidas e escuras, virgens da luz do sol. A imundice atrai os imundos, como a limpeza atrai os limpos...

Ontem, no velho largo do Paço, agora remoçado e garrido, parei um pouco, a ver a gente que passeava entre os canteiros e os relvados, e a gente que repousada à sombra das árvores e à beira do novo cais. E evoquei a lembrança do repulsivo espetáculo, que ainda há um ano, se oferecia a quem se ia perder por aquelas paragens: - na orla do mar, os restos de uma velha grade em ruína, as carroças atravancando a praça; um chafariz muito sujo, com os degraus cobertos de cascas de frutas e de escamas de peixe; um barracão infecto, com as paredes ornadas de desenhos obscenos; o Mercado, medonho e enlameiado, desfazendo-se em nuvens de cheiros nauseabundos; e ao fundo, no meio de um grande espaço cimentado que parecia a

pista de um *Skating-rink*, o desventurado Osório, que no meio daquela espurcícia, só não levantava o braço para tapar o nariz com a mão por não ter o movimento nos seus músculos de bronze... mas o que havia ali de pior era a gente, era a vermina humana que se arrastava por aquela vasta possilga. Havia, de certo, entre os frequentadores do largo do Paço, alguns desgraçados, inválidos, trôpegos, mendigos: mas não era a presença deles que dava ao largo um aspecto repelente, - porque a miséria, a velhice e invalidez, mesmo quando são imundas, têm sobre a sua imundície um sagrado resplendor de piedade e de respeitável tristeza. Não era também a presença da gente que mourejava no trabalho: carregadores, catraieros, carroceiros, cruzando-se, interpelando-se, vociferando, injuriando-se, - porque a azafama do trabalho sempre tem um aspecto animador o alegre. O que fazia do largo do Paço um lugar de nojo e opróbrio era a presença dos vagabundos: madracos (?) válidos, esticados ao sol; malandrões da pior espécie, bebericando copinhos de aguardente nos kiosques; artistas do “conto do vigário”, de olhar atravessado, a cata de embarcações ingênuos; jogadores da vermelhinha e do monte, acorados em círculo, entre rixas perpétuas e palavrões medonhos; - toda a bicharia humana, enfim, repelida dos outros pontos da cidade, achando ali um *meio* propício, e fazendo daquilo uma reprodução do que eram, nos últimos dias coloniais, os arredores do Vallongo e da Presiganja. E os estrangeiros, logo ao chegar no Rio, tinham de ver aquilo, e tinham de sentir aquele cheiro”.

Ora, pois!, agora, relanceando os olhos pela extensão da praça jardinada, procurareis em vão um dos meliantes e vagabundos que ali tinham as suas sete quintas regaladas. Os morcegos fugiram da furna invadida pela luz; as pulgas desertaram a casa bem varrida, a limpeza física repeliu a sujidade moral.

Isso vale por um argumento irrespondível, contra os que vivem a falar da má criação do povo. Ninguém se lembra de ser bem educado num meio torpe. Para entrar numa choupana, de chão de terra batida, ninguém limpa as solas das botas à porta. Mas não há quem se atreva a entrar com as botas enlameiadas numa sala alcatifada de ricos tapetes. O asseio, além das suas inumeráveis utilidades, tem estas: intimida os relaxados, envergonha os desalinhadados, e repele os indignos... - X.

13 de junho de 1903

Afinal, já nos familiarizamos tanto com a ideia de Avenida, falamos dela como de uma coisa já existente, já feita, já velha. Dizemos: a nossa Avenida -, como dizemos: - a nossa rua do Ouvidor, o nosso Corpo de Bombeiros, o nosso Corcovado... Nós somos uma população de D. Quixotes e de Tartarins: a nossa imaginação é um vulcão em perpetua atividade. Há cariocas que, quando passam pela rua os Ourives ou pela rua da Ajuda, vão com o passo orgulhoso e a cabeça levantada, pisando forte e olhando as nuvens, como se já estivessem palmilhando o asfalto de um lindo *boulevard* e contemplando formosos palácios de arquitetura luxuosa...

Ai de nós, amigos! Entre o sonho e a realidade cavam-se abismos imensos. A miragem é um erro frequente da visão: as coisas, às vezes, parecem estar perto da gente, ao alcance das mãos, e, de fato, só existem na ilusão dos sentidos, na mórbida perfuração do nervo ótico!

Não quero dizer que a Avenida seja um projeto destinado a nunca passar de projeto. Mas as demolições não de consumir tanto tempo! E, depois de feitas as demolições, ainda tantas coisas reclamarão cuidado!

Por mim, confesso que só acreditarei na influência que a abertura da Avenida há de ter no aformoseamento do Rio, quando vir a arquitetura e o estilo das primeiras casas novas. Se vamos ter uma Avenida cheia de casas de carcará, melhor será que nos deixemos de sonhos e que fiquemos contentes com o beco das Cancelas e a travessa do Ouvidor.

O receio não é infundado, nem exagerado: todos estão vendo que, no Rio de Janeiro, as casas novas são, com poucas exceções, mais feias do que as antigas. Eu ainda prefiro aquele

edifício da Fábrica de Flores da rua do Passeio ou o palacete do Asilo S. Cornélio, na Glória, a todas as casinhas pretensiosas e arrebicadas que se levantam por aí, com as suas inevitáveis *compoteiras* na cimalha.

Oh! As *compoteiras*! Quem seria o mestre-de-obras, perverso e fatal, que teve em primeira mão a abominável ideia de plantar esses medonhos vasos de cimento no tope das casas do Rio de Janeiro?! Não há mais uma só casa nova, que não tenha *compoteiras*; - nesta pobre cidade, é como cabeça sem cabelos: não está completa...

Uma boa Avenida não é somente uma rua muito larga, muito comprida e muito reta: a Avenida do Mangue tem todos esses predicados e, entretanto, é um horror! Casas feias, em ruas largas, são como vilões na corte: todos os defeitos se lhes exageram.

Não seria mão que se fosse desde já tratando de regular este caso. Se os mestres-de-obras se vão encarregar de multiplicar na Avenida das casas com *compoteiras* e com janelas de peitoril, mais vale não pensa em grandezas. – X.

15 de junho de 1903

A cidade teve ontem a dádiva divina de uma tarde de suprema e inenarrável beleza. Nem um só pintor, dos que já viveram, dos que ainda vivem e dos que hão de viver, seria capaz de fixar numa tela o suave esplendor do céu que ontem se arqueou sobre o Rio de Janeiro, e a doçura daquela esbatida e meiga luz que achamalotou as águas da nossa baía, dourou a cúpula dos nossos arvoredos, acendeu pedrarias vivas nos feios telhados das nossas feias casas e deu a nossa vida um reflexo de felicidade, e uma irresistível tentação de amar e de abençoar a Vida, Que domingo, o de ontem!

Também o nosso bom povo não desprezou o que a Natureza complacente lhe oferecia – e saiu por essas ruas, a divertir-se e a gozar. Não houve jardim que ficasse vazio, não houve teatro que se não enchesse, não houve casa de divertimentos que não fizesse uma fêria invejável.

Ao entardecer, num *bond* de Botafogo, dois velhos cariocas conversavam. E o repórter d' *A Cidade* conseguiu apanhar alguns trechos dessa palestra:

- Venho do *Jockey-Club*... Que multidão! Nem se podia nadar na *pelouse*...
- E eu venho do *Cassino*, depois de ter estado no *S. Pedro*. Ambos os teatros estavam cheios...
- Veja você... de onde é que sai tanto povo? Um amigo, que esteve no *Lyrico*, disse-me que também havia lá muita gente...
- E meu filho custou a achar uma cadeira para o *Apollo*...
- E meu sobrinho quase não pode entrar no *S. José*...
- E um compadre meu disse-me que havia bastante gente no *Recreio*...
- Isso quer dizer que todas as *matinees* foram concorridas?
- e os jardins cheios? E a Copacabana que regorgitava? E o largo do Machado que acabamos de ver abarrotado de gente? E o Passeio Público? E o campo de Sant'Anna? E esta praia de Botafogo, que estamos vendo animada por este formigueiro de moças, de rapazes, de *rowers*?
- E, agora, imagine você que multidão não haverá por aí a fora, por esses arrabaldes, por esses subúrbios, por essa infinita extensão da nossa velha cidade!...
- é verdade! Só num dia, como estes, é que se pode fazer ideia do quanto tem aumentado a população do Rio de Janeiro!
- Ah! Meu amigo! No dia em que toda esta população souber ler!...

 Não consegui ouvir o resto da conversa, porque os dois velhos cariocas desceram do *bond* na esquina da rua de S. Clemente, e que foi pena! Naquele momento é que a conversa começava a ganhar interesse.

Ah! Decididamente, não é *multidão* que nos falta. O que nos falta é *povo*. E a diferença é somente esta: *multidão* é a nossa massa anônima e analfabeta, e *povo* é a multidão educada.

Venham escolas, Dr. Passos, venham mais escolas. – X.

16 de junho de 1903

Quem passa pelo largo da Carioca, às 2 horas tarde, vê sair da estreita rua de S. José uma agitada torrente de povo, que lentamente se espraia, em vagas compactas para a direita e para a esquerda. Quem não está habituado ao singular espetáculo, fica espantando... Um incêndio? – Nada isso! Todas as tardes, a essa mesma hora, o estuário (?) do largo da Carioca recebe esse rio humano – que é a multidão dos jogadores do *bicho*.

Todo o jogador é impaciente. Quem arriscou as suas economias todas em qualquer dos vinte e cinco animais privilegiados que formam a tabela do jogo popular, não se resigna a ficar em casa, esperando o resultado do sorteio. É por isso que os arredores da casa em que se decidem dos caprichos do Azar, ficam cheios, todas as tarde, de uma vasta turba multa em que, todas as classes sociais se confundem, ao lado de sujeitos maltrapilhos e de garotos irreverentes, veem-se janotas luxuosamente paramentados e cavalheiros de sisudo porte; ao lado de elegantes senhoras encontram-se criadas de pés no chão; e, ao lado dos jogadores de profissão, cujo olhar de dilata em chispas de inquietação e febre, há os simples *mirones* que estão ali, como estariam em qualquer outra parte, para matar o tempo... Ali se baralham as categorias, ali se misturam as castas, ali se anilam as hierarquias criadas pelo nascimento, pelo dinheiro e pela educação. O vício é um ótimo nivelador...

Pensais que a paixão de jogo é uma novidade no Rio de Janeiro? Estais enganado. Ainda a cidade do Rio de Janeiro não estava definitivamente fundada, e já estava cheia de batotas e de batoteiros.

Quem o diz é o velho Warnhagen, historiador austero e extremado amigo da fidelidade histórica. Diz ele que Estácio de Sá, ao tomar conta da *colônia* (ainda não havia cidade!) antes mesmo de guerrear os franceses, cuidou “de proibir co... grandes penas os jogos de cartas, dados e bola.” Mas nada conseguiu. “Tão metidos estavam os colonos no vício do jogo (acrescenta Warnhagen) que, dentro em pouco, se viu Estácio obrigado a conceder uma anistia aos encausados por tais delitos, - com a condição de que daí em diante os que incorressem em desobediência pagariam cem mil reis de condenação para a confraria de S. Sebastião”.

Cem mil reis, naquele tempo! – já era vontade de dar cabo do vício... Mas, de certo, a confraria de S. Sebastião não ganhou muito dinheiro: naquele tempo, como nos dias de agora, o Vício soberano sabia iludir as leis e passar as multas à capa!

Há ainda quem se julgue capaz de exterminar o jogo no Rio de Janeiro? Antes de haver cidade, já havia jogo, nestas paragens viciosas. E se um terremoto destruísse todo o Rio, deixando apenas dois cariocas vivos, - esses dois remanescentes da cidade, assim que pusessem as cabeças fora dos destroços, fariam logo, entre si, um joguinho na cobra ou na cabra... – X.

17 de junho de 1903

Há pouco mais de dois meses, assim que a Prefeitura, de mãos dadas com a polícia, acertadamente proibiu o exercício da mendicidade nas ruas, - um colaborador d’A *Notícia* lembrou que, para não ficar desaproveitada a grande soma de dinheiro empregada habitualmente no caridoso mister de socorrer os verdadeiros pobres, o comércio e em geral toda a população poderiam canalizar essas quantias, para os cofres dos asilos em que se dá assistência aos miseráveis. A lembrança não foi rejeitada. Já, em uma certa zona comercial da cidade, se trata de fundar uma caixa comum, de onde sairão auxílios pecuniários para os que não tem pão. Não se como se vão distribuir esses socorros, - mas já é um consolo saber que não será distraído para outro fim o dinheiro que essa boa gente empregada em esmolas.

Convém insistir no assunto, para que o costume não se generalize. Não havia, no Rio de Janeiro, casa de comércio que aos sábados, não destinasse uma certa soma para atender às solicitações dos mendigos. Algumas casas gastavam nisso cinco mil réis por semana, outras gastavam dois, outras gastavam menos, - mas todas obedeciam a essa velha usança generosa, que honrava a nossa índole. Com a nova lei, cessaram as visitas hebdomadárias dos mendigos às lojas. Os que exploravam criminosamente a caridade pública, os falsos pobres, os especuladores procuraram outro meio de vida, e evitaram o encontro com a polícia... Mas e os outros? Haverá lugar para todos eles, no Asilo da Mendicidade, e nas outras casas, tão pouco e tão acanhadas, em que se dá abrigo à enfermidade e à miséria?

De certo era vergonhoso ver cada um das praças da cidade convertida numa “*cour de miracles*”, cheia de aleijados, de estropiados, de cegos, de manetas, de chaguentos. Mas não é justo indagar se todos esses infelizes estão amparados e socorridos, - e se nas casas de caridade pública, em que os meteram, têm eles um conforto e um alívio tais que dispensem a assistência da caridade privada?

Creio que foi o comércio da Candelária o que primeiro adotou a lembrança sugerida pelo colaborador d’*A Notícia*: mas é bom que toda a cidade se associe a essa ideia. Seria uma grande dor, ver o dinheiro, que era tão bem empregado em praticar o Bem, desviados agora desse piedoso e louvável emprego... - X.

22 de junho de 1903

Toda a animação da cidade concentrou-se ontem na praia de botafogo, onde se realizava a primeira regata de 1903. As arquibancadas estavam cheias, as carruagens custavam a mover-se, e o povo aplaudia, com entusiasmo e alegria, a robustez e a máscula beleza dos bravos rapazes que conduziam, sobre a água azul e tranqüila da baía, as suas esbeltas baleeiras.

Sempre que há uma regata, e sempre que vejo o prazer com que a melhor sociedade do Rio de Janeiro anima e vitoria os moços remadores, tenho uma satisfação grande e vida.

Houve tempo em que o *sport*, no Rio de Janeiro, era apenas a capa em cujas dobras se mascarava o jogo. Não compreendia um *Sport*, uma escola prática de força, de agilidade, de destreza, de saúde, sem o condimento da *poule*. Depois dos prados de corridas a cavalo, a pé, ou em *bicyclette*, apareceram os frontões e dos boliches: e nas pernas dos *jockeys*, nas plantas dos pés dos corredores, nas rodas das *bicyclettes*, nas palmas das mãos dos *pelotaris* e dos jogadores de bola, o que a multidão via não era a regeneração e o aperfeiçoamento da raça humana: era o palpite, era o azar, era a tentação de ganhar muito dinheiro arriscando pouco, era a sedução do mais empolgante e diabólico de todos os vícios. Nesse tempo, o *sport* náutico era apenas a mania modesta de alguns raros rapazes, quase todos ingleses ou alemães, que preferiam enrijar os músculos e fortalecer os pulmões com o exercício do remo e com a pureza sadia do ar marítimo, a estragar o corpo e a alma nas casas de jogatina. Mas, há quatro ou cinco anos, o que era a mania de poucos mudou-se na religião de muitos. Hoje, os clubs de regatas são oito ou dez; e os *rowers* não são apenas estrangeiros: são brasileiros também, são quase todos os rapazes do comercio e das escolas e contam-se por milhares e milhares...

Essa geração, que se está educando no mar, face a face com o perigo, criando energia muscular e energia moral, já é mais bela, mais forte, mais nobre do que a minha. Os adolescentes de hoje já não são como os de ontem, magros e tristes, macambúzios e histéricos, criados entre o rigor do carrancismo paterno e a brutalidade dos mestres bocais, entre sustos e palmatoadas, sem e liberdade de espírito. Nós, antigamente, quando chegávamos à puberdade, ainda tínhamos medo de almas de outro mundo: os meninos de hoje já são bravos como homens.

Assim, rapazes! Cuidai da inteligência, mas não esqueçais o corpo. Uma inteligência servida por músculos mirrados - é um fantasma impotente... - X.

24 de junho de 1903

A propósito da reforma das calçadas da rua Primeiro de Março e do largo S. Francisco, vem de molde lembrar que não é muito antigo o uso de construir, de cada lado da rua, ao longo das casas, esses passeios planos, de lajedo, cimento ou mosaico, levantados alguns centímetros acima do calçamento geral. O que caracteriza o que nós chamamos *calçada*, e que os franceses chamam *trottoir*, é justamente essa elevação sobre o nível da rua: e isso, a Europa, tem apenas 100 anos de uso!

Em um dos dias do mês passado celebrou-se, com efeito, em Paris, o centenário do *trottoir*. Foi em maio de 1803 que se construiu o primeiro *trottoir* na grande capital francesa; e foi a rua Laffitte a que teve a honra de ser beneficiada em primeiro lugar por esse melhoramento. Até então, os “passeios” das ruas de Paris ficavam no mesmo nível do calçamento geral; - e quem quiser ter uma ideia da coisa feia, incomoda e perigosa que isso era, tem o recurso de contemplar o que é a nossa rua Gonçalves Dias, entre Ouvidor e Carioca, no ano da graça de 1903, um século depois da invenção dos *passeios* altos.

No Rio de Janeiro, até hoje, a rua tem sido propriedade e monopólio do carroceiro. É ele, o carroceiro, o senhor absoluto da via pública: as carroças andam aos zig-zags, ocupam toda a rua, chegam a roçar com as rodas os umbrais das portas e arrebentar com o seu choque as vidraças dos mostradores. Quando chove, o carroceiro, sorri, de júbilo e orgulho sempre que enlameia a gente asseada que passa. E não há refúgio possível, porque as rodas dos caminhões não conhecem distinção entre a rua e a calçada! Era tal a importância social do carroceiro nesta deliciosa cidade, que há alguns anos, um certo Prefeito e um certo Conselho Municipal (Deus lhes fale na alma!) mandaram reduzir os passeios de quase todas as ruas centrais à largura de pouco mais de cinquenta centímetros, - para que o carroceiro e a carroça alastrassem o seu domínio! Há trechos da rua da Uruguaiana, da rua do Rosário, da rua da Alfândega e de outras, em que um homem, para poder andar sobre o passeio, é obrigado a andar *de banda*... E, mesmo assim, as rodas sujas das carroças ainda o mimoseiam com atritos bem pouco amáveis!

Somente agora é que começamos a compreender que a via pública não pode continuar a ser o feudo do feliz carroceiro, - e que os pobres transeuntes, que precisam correr as ruas, também devem gozar de certa comodidade.

A rua Direita, o largo do Paço, o largo de S. Francisco e da rua do Ouvidor já têm passeios, mas verdadeiros passeios, largos e altos. Adotamos a moda cem anos depois da sua invenção. Não foi cedo: mas, ainda assim, sempre é bom render graças ao céu. - X.

29 de junho de 1903

Há dias, muitos passageiros de um navio inglês quiseram aproveitar as horas que esse paquete tinha de passar no porto, e desceram à terra afim de examinar e admirar alguma coisa da cidade. Alguém lhes indicou, como um belo passatempo, um passeio ao Jardim Botânico.

A tarde era linda, e tudo fazia esperar que esses estrangeiros voltassem do nosso belíssimo porto, satisfeitos, dando por vem empregada a viagem, e abençoando o conselho do amável cicerone.

E meteram-se todos num bond, e foram pelo caminho admirando algumas das notáveis coisas que devemos à autonomia do município: as estacas da “Melhoramentos” na praia da Lapa, o mercado da Glória, o aterro de Botafogo, o atascal de Rodrigo de Freitas, etc. Quando o bond chegou ao fim, e começou a ladear naquela obra prima, filha do consorcio da natureza da Arte, os forasteiros começaram a entusiasmar-se: os homens tinham exclamações admirativas,

as senhoras tinham sorrisos de beatitude, as crianças tinham pulos de alegria; e todos ansiavam pelo prazer que iam ter...

O bond parou... E, ò decepção! O portão estava fechado, a chaves, a ferrolhos, a cadeados, como o portão de um presídio! E um homem sereno e indiferente, que lá estava, explicou fleugmaticamente aos visitantes e ao seu cicerone “que aquilo era assim mesmo! Que o Jardim Botânico tinha de ficar fechado em dois dias da semana! Que aquilo era indispensável! Que, se não fosse assim, não se poderia fazer a limpeza do Jardim!”. Os forasteiros não entenderam patavina desse discurso; o cicerone, que era brasileiro, calou-se envergonhado; e... acabou-se a história!

O que o homenzinho sereno e indiferente não disse aos estrangeiros e ao cavalheiro que os acompanhava, foi: 1º, que sendo o Jardim Botânico uma das raras coisas boa que possuímos, é justo que a escondamos, para que os estrangeiros não a furem; 2º, que há privilegiados, amigos ou conhecidos do diretor do Jardim Botânico, que, nesses dias de limpeza, tem entrada, - não pelo portão principal, mas por um outro portão, mais discreto e complacente; e 3º, que tudo isso está muito direito, porque o Brasil é a terra das maravilhas, e o Jardim Botânico foi criado, não para uso e gozo do público, mas para uso e gozo do Sr. diretor, e dos seus amigos e conhecidos. Foi que ele não disse: e é o que deveria ter dito.

E sendo assim, não há motivo para protesto! Se é verdade que em parte nenhuma do mundo se fecham os jardins públicos, duas vezes por semana, sob o pretexto de limpá-los – não é menos verdade que o Jardim Botânico é propriedade do Sr. diretor, e que, portanto, está muito bem feito tudo o quanto ele faz. – X.

30 de junho de 1903

Graças a Deus! Parece que, de hoje em diante, já o carioca poderá ir votar, sem deixar a mulher em lágrimas e os filhos sobressaltados, num medo pânico, de joelhos em diante do oratório, pedindo a Nossa Senhora que salve de cacetadas e facadas o chefe da família...

Anteontem, era interessante ver a desconfiança com que certos eleitores chegavam às suas seções eleitorais. Ficavam durante algum tempo à esquina, sondando o arredor com os olhos inquietos; davam três passos medrosos, paravam de novo, recuavam, tornavam a avançar; por fim, chegando à sede da seção, enfiavam o olhar cauteloso pela porta e pela janela, espiando as caras dos que estavam lá dentro: - então, um suspiro de alívio lhes desoprimia o peito, e eles entravam, espantados e alegres a um tempo, mal disfarçando a surpresa de só acharem ali gente conhecida e séria. Ainda assim, se a ponta de uma bengala batia de repente sobre o assoalho, esses eleitores timoratos estremeciam, cuidando ouvir o rumor característico do engatilhar de um revólver; e, se um foguete estalava no ar, festejando S. Pedro, havia na sala um reboiço, e os olhares aterrados se dirigiam logo para a porta da rua, como se por ela já viesse entrando numa nuvem de fumo e balas, a sanguinária guarda avançada da Camôrra eleitoral.

Mas, nada houve! Os eleitores conheciam-se todos, estavam todos em boa companhia, saudavam-se, davam o seu voto, saíam com a consciência tranquila e a pele intacta; e, em casa, à mesa do almoço, diante da fumegante terrina da canja, diziam, com um brilho de jubilo na face: “Pois, senhora! Pois, meninos! Parece mentira, mas é verdade; não houve um só homem morto na minha seção!”.

Desta vez, das furnas de Saudade e da Gamboa, já não veio o contingente temeroso dos eleitores despercebidos de diplomas e apercebidos de garruchas. As urnas estavam limpas, estavam limpas as mãos dos votantes, estavam limpas as cédulas: - e a gente que foi eleita não teve de se submeter a uma desinfecção rigorosa... Oh! Surpresa! Oh! Maravilha!

Só quem perdeu com a calma da eleição de anteontem, foi a classe dos droguistas; porque até agora, por ocasião de eleições, havia um consumo extraordinário, não de patriotismo, mas de

arnica, de pontos falsos e... de desinfetantes – para curar os estropiados e para purificar a gente limpa que caía na tolice de se meter em tais vergonheiras. – X.

2 de julho de 1903

No domingo, à tarde, passando pelo Passeio Público, ouvi uma grande vozeria de crianças, alta e alegre como uma grazinada de pássaros. E vi que, cercado um teatrinho de bonecos, a pirralhada delirava, batia palmas, ria, aplaudia com entusiasmo. Não sei dizer toda a satisfação que me encheu a alma... Decididamente, esta boa cidade já não está longe da civilização!

Em Paris, assim que a primavera começa a cobrir de gomos verdes os castanheiros desfolhados pelo inverno, a avenida dos Campos Elíseos fica cheia desses encantadores teatrinhos de bonecos, que fazem a delícia das crianças... e da gente grande também. Charles Nodier, Monselet e François de Neufchatel eram loucos pelos teatros – Guignol. O próprio Sarcey, às vezes, cansado de admirar atores e atrizes de carne e osso, ia rir um pouco com as facécias dos artistas de pão e paleão.

No Rio de Janeiro, já tivemos o nosso Teatro João Minhoca. Mas, durou pouco – como tudo quanto é inocente e bom, neste empório do jogo e da pornografia desengraçada.

O que mais me encanta no teatrinho instalado agora no Passeio Público é o seu caráter verdadeiramente popular. A entrada é gratuita. E, enquanto a gente grande toma *chopps*, ao ar livre, à sombra das velas arvores do nosso mais lindo parque, ou ouve no terraços os concertos das bandas do Instituto Profissional e do Corpo de Bombeiros – pequenada passa ali alguns horas de verdadeira alegria, ouvindo e vendo coisas agradáveis, que só podem fazer-lhe bem.

Era triste que, tendo nós o grande Antonie, admirável Suzanne Despres, o desopilante Morins, e tantos outros atores e tantas outras atrizes – as crianças não tivessem também o seu teatrinho Falando de um *Teatro Guignol* dos Campos Elíseos, dizia Nordier: “*CE qu’il y a de mieux c’est que le prix des places n’est pas fixe: chacun paye ce qu’il veut payer*”. Aqui, o nosso *Guignol* do Passeio Público, a coisa ainda é melhor: as crianças divertem-se de graça. Isso me põe à vontade, para fazer o elogio dessa tentativa, e para recomendar à proteção do povo o teatrinho.

Cuida-se tão pouco do divertimento das crianças, no Rio de Janeiro, que nunca haverá louvores demais para quem descobre um meio de lhes ser agradável. – X.

4 de julho de 1903

Tenho um amigo que há fez anos procura uma casa no Flamengo ou no Russel, e não a encontra. Nessas duas praias, de suave e poética beleza, as casas andam por empenho. Ver ali um prédio por alugar, “com escrito” – é mais difícil do que ver uma moça bonita sem apaixonados, ou um ministro sem engrossadores.

Em outra qulaquer cidade, um local assim amado e disputado para morada de gente elegante ! mereceria algum carinho ou cuidados dos calceteiros e dos varredores: mas o que se vê é que a praia do Flamengo e a do Russel (especialmente esta ultima) são como gatas borralheiras, que só merecem maus tratos e desdém.

Há algum tempo, quiseram melhorar a praia do Russel, e encetaram aquele famoso aterro... triste ideia ! o aterro foi feito com uma hedionda e pavorosa mistura de coisas diversas na essência, mas igualmente repugnantes: lixo, estrume, cachorros mortos, lama. E passaramse dias, semanas, meses, anos e lá ficou, e ainda lá está, aquela horrenda planície, mais baixa do que o nível da rua, cheia de charcos, e coberta de uma vegetação daninha alimentada pela decomposição da inqualificável argamassa com que se fez a obra... Os moradores do Russel

bem quereriam agradecer a boa intenção de quem se lembrou de fazer aquilo... Mas não pode coitados ! e são obrigados a reconhecer que eram mais felizes no tempo em que só viam diante de si a água do mar. Ao menos, a água do mar pode ter cheio de maresia, mas não tem outros cheiros que são característicos da decomposição...

Outra coisa que não se compreende é que se conserve, no Russel e no Flamengo, aquele velho calçamento de calhãos pontiagudos. Se ali houvesse um calçamento regular, seria uma delícia passear, em carro, diante do maravilhoso espetáculo daquela baía sem igual. Mas, com aqueles calhãos... Uma vez, por um verdadeiro ato de loucura, atrevi-me a viajar, num *tilbury*, pelo Flamengo: o cocheiro perdeu as rédeas, e eu, se não tivesse a cabeça forte, teria perdido o juízo!

Já se sabe que Roma não se fez em um só dia, e que a Prefeitura não pode reformas toda a cidade em um só ano. Mas é bom ir lembrando o que se deve fazer. A gente que mora no Russell e no Flamengo também é gente: e, por sinal, é boa gente! – X.

10 de julho de 1903

Também na opinião dos médicos franceses do Instituto Pasteur, que aqui vieram estudar a febre amarela, é o *stegomya fasciata* o transmissor único dessa hedionda moléstia, inimiga velha e rancorosa da nossa pobre cidade.

Se isso é exato, (e não tarda muito que a Diretoria de Saúde publica o possa tirar a limpo) que tremenda lição haverá nessa descoberta! Os maiores sábios do Brasil e do mundo inventando teorias e remédios; o governo gastando rios de dinheiro; as academias de medicina e os congressos médicos esfalfando-se em estudos e discursos; - e a causa do mal, a causa invisível e intangível, rindo-se, durante quase um século, de todos esses esforços inúteis, de todo esse tempo perdido, de todo esse dinheiro esbanjado...

O homem, com a sua imensa vaidade, não acredita de bom grado que um bichinho microscópico, átomo vivo, parcela quase imponderável de vida, possa causar-lhe tanto mal e tão seguramente leva-lo à cova. Entretanto, os sábios aí estão agora a afirma-lo: o mosquito, que é nada para a nossa visão, é tudo para a nossa ruína; nós estamos a mercê daquilo que não vemos; nós somos escravos daquilo que quase não existe.

Quem sabe se o zunir dos mosquitos, - esse azoante e cruciante zim-zim com que os culicídeos orquestram a sua música infernal, para povoar de raivas impotentes e de fúrias exasperadoras as nossas noites de insônia, - quem sabe se esse alucinante sibilo não é o riso perverso com que eles zombam da nossa vaidade, da nossa miséria moral, da nossa crassa ignorância?

Ah! Pobre cidade! Quem te poderá livras do ódio desses *culex* malvados, cujas fêmeas microscópicas, mais fecundas do que as grandes ratazanas, desdobram-se em sete gerações por anos, pondo de cada vez trezentos ovos? Dar combate aos tigres, aos elefantes, aos leões, aos ursos, é fácil! O homem não teme o que vê. Mas dar combate ao que o olhar humano não alcança, lutar com um inimigo que é quase um fantasma, pela sua insignificância de corpo, e quase um sonho doentio, pela sua imponderabilidade, - que loucura!

Ai ! de nós! – se o culicídeo é mesmo o transmissor único da febre amarela, e se nós continuarmos a prezar esta nossa velha mania de duvidar da competência de quem sabe e de resistir a todas as imposições das leis sanitárias, - enganemo-nos: havemos de ter febre amarela até a consumação dos séculos dos séculos – X.

13 de julho de 1903

Não têm razão os que já começaram a duvidar da abertura da Avenida, receando a oposição dos proprietários. Em primeiro lugar, ainda não já propriamente uma oposição: há somente o

desejo natural de acautelar interesses. Depois, a oposição, por mais violenta que seja, tem a vantagem de estimular a energia dos homens de boa vontade. As conquistas que se obtêm com facilidade, sem luta, são sempre pouco valiosas: só tem verdadeiro valor o que se consegue à custa de trabalho e sacrifício.

Ainda há poucos dias, a *Gazeta* publicava a tradução de um belo artigo de Maxime Du Camp sobre as transformações de Paris: lá vem contada a história das longas dificuldades, dos embaraços sérios, das oposições veementes que teve de experimentar, logo no seu início, a obra colossal de Haussmann. Também, não há muito tempo, a revista *Brasil-Portugal* narrava o que houve em Lisboa, quando se projetou rasgar a bela avenida, que é hoje o maior encanto da capital portuguesa: não faltou quem criasse embaraços à realização desta formosa ideia. Na República Argentina, o grande Alvear sustentou uma luta desesperada para reformar a capital: e não valerão oposições nem rebeldia, - porque Buenos Aires é hoje um a cidade que não teme o confronto com qualquer cidade europeia...

Se, em toda a parte, as boas ideias acabam sempre por triunfar, por que é que somente no Brasil o carrancismo há de vencê-las? Seremos feitos de uma massa diferente da do comum dos homens? – Os receios são infundados. O que é preciso é que a oposição seja aproveitada como estimulante.

De certo, nem todos podem ficar contentes, quando se trata de realizar um melhoramento que requer sacrifícios. Mas pouco importa que sofram alguns, para alegria de muitos. O povo diz, na sua linguagem pitoresca, que “ainda ninguém inventou um meio de fazer uma omelete sem quebrar pelo menos um ovo”. E Victor Hugo escreveu: “as brutalidades do progresso chamam-se revoluções: quando elas passam, reconhece-se que os homens foram maltratados; mas a humanidade deu um passo para a frente”.

Não nos incomodemos com as reuniões em que os proprietários discutem as probabilidades de lucro ou prejuízo que possam ter. Esses mesmo proprietários acabarão por sentir que o saneamento do Rio de Janeiro é a salvação da nossa nacionalidade. E a sua oposição (se é oposição esse movimento de interesse) há de ceder diante da energia do governo, e diante da energia... do seu próprio bom senso. – X.

17 de julho de 1903

"O brasileiro levanta da cama ao nascer do sol, não gasta tempo em vestir-se, porque não se havia despido; em ceroulas, demora-se fumando a porta, que só abandona para ir repousar na rede; e se alguém lhe pergunta onde mora um seu vizinho, é coisa que ele ignora: falar, fatiga-o tanto como pensar. O luxo é sólido e grosseiro. Uma senhora vai à missa acompanhada por numerosos escravos adornados com riqueza, e muitas vezes, em voltando para casa, assenta-se numa esteira, onde come, com a mão, peixe salgado e mandioca".

Isso era escrito, em 1818, por um certo Mr. de Tollenare, que andou passeando por todo Brasil. Ferdinand Denis apreciava muito as narrativas desse viajante, admirando sobretudo a “verdade com que elas eram escritas”. Mas como, em geral, todos os viajantes sofrem de *hipertrofia da imaginação*, não sei se aquele parágrafo terá a fidelidade de uma placa fotográfica.

Em todo caso, dado o mesmo desconto do que o trecho deve à imaginação de Mr. de Tollenare, ainda nos fica ali motivo para grande consolo. De 1818 até hoje! Correu menos de um século. E se em menos de um século progredimos tanto, que já nos causa espanto ou nos provoca o riso aquele quadro, - é justo esperar que com mais meio século de vida nos subamos ao pináculo do monte da civilização.

Numa viagem, o que faz sempre parecer menos doloroso o cálculo do caminho que ainda há por andar, é a recordação do caminho que já foi andado. Que são cinco ou seis léguas para quem já andou cinquenta ou sessenta?

De certo, ainda há por aqui muita coisa triste: ainda há pelas ruas muito lixo e muita gente com os pés no chão; ainda há muita casa, entre cujas quatro paredes principais não se pratica positivamente o culto da limpeza; ainda as famílias vivem metidas consigo mesmas, preferindo o cochicho da maledicência na solidão ao convívio franco e amável da sociedade; ainda não há passeios frequentados, em que se travem e estreitem relações, em que se combinem festas, vem que se trate de alegria a vida; ainda há bastante fealdade em tudo... Mas comparai tudo isso àquele quadro de 1818, - àqueles brasileiros fumando à porta *em ceroula*, àquela preguiça de dias inteiros passados na rede, àqueles farranços de mucamas de timão de baeta e chinelinhos na ponta do pé, e aquele peixe salgado comigo com a mão numa esteira: comparai, e reconheceréis que já andamos cinquenta ou sessenta léguas; as cinco ou seis léguas que ainda devemos andar não nos matarão de fadiga. Coragem, amigos e irmãos! Daqui a bocadinho estaremos civilizados... – X.

20 de julho de 1903

O Sr. Ministro do interior e a Comissão de Orçamento da Câmara visitaram anteontem a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público e o quartel da Brigada Policial. Dizem os jornais que “foi muito agradável a impressão que tiveram com a visita ao quartel, e muito desagradável a que receberam nas outras duas repartições”.

Esse assunto não podia achar aqui alguns comentários em dia mais apropriado. A data de hoje é com efeito tristemente célebre nos anis do Arquivo Público. Há cento e treze anos, em 20 de julho de 1790, um incêndio terrível destruiu o Arquivo da Câmara do Rio de Janeiro. Salvaram-se apenas alguns livros que estavam nas residências particulares do escrivão e do juiz de paz. Mas todos os documentos, todos os registros, todos os papeis em que estava guardada a história da cidade ficaram reduzidos a cinzas. Felizmente, um dos vereadores do tempo era dado ao estudo da História, - e tinha copiado grande parte dos documentos, fazendo numerosos extratos de todas as crônicas: se não fosse isso, monsenhor Pizarro não teria podido escrever as suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*.

Atualmente, já não é somente o Arquivo público, instalado num medonho pardieiro secular, que está exposto a um novo desastre dessa natureza. É também a Biblioteca Nacional, essa opulentíssima glória do Brasil, que é um das bibliotecas mais ricas do mundo, e que está ocupando um prédio entalado entre casas de pensão e clubs...

O Rio de Janeiro é a cidade dos incêndios. Tantos elogios teremos feito ao Corpo de Bombeiros, que o fogo, parece, timbra em dar cada dia a essa heroica instituição uma nova ocasião de brilhar. Infelizmente, se os bombeiros são bravos, a água é pouca; e os incêndios são sempre totais, completos, implacáveis: só ficam de pé as paredes dos prédios. Se amanhã o fogo se lembrasse de devorar o Arquivo Público ou a Biblioteca Nacional, o desastre seria imenso e irreparável: não perderíamos apenas a preciosa documentação da nossa história; perderíamos coleções de livros e de gravuras, que representam uma fortuna incalculável.

Já que, unindo a sua dedicação e a sua boa vontade, o ministro e a comissão de orçamento querem acautelar essas riquezas, que são das mais valiosas do patrimônio nacional, vem de molde lembre-lhes que obra remendada nunca é obra perfeita. Seria bom que se construísse um edifício apropriado, isolado, vasto, impecável, em que a Biblioteca e o Arquivo tivessem a sua instalação definitiva. Não será possível encontrar prédios que se possam adaptar e reformas, de modo a satisfazer essas necessidades. O melhor é meter ombros à empresa, com coragem, - e fazer um trabalho definitivo, completo. As economias, num caso como este, dão sempre em droga. – X.

23 de julho de 1903

Um dos cronistas teatrais da *Gazeta*, noticiando há dias a estreia da companhia Scognamiglio no teatro do *Parque Fluminense*, registrava a foto da deslocação da vida noturna no Rio de Janeiro.

Essa deslocação é um fenômeno a que não se tem prestado a devida atenção, e que talvez baste para explicar o abandono em que ficam, durante grande parte do ano, os teatrinhos na rua Espírito Santo.

Antigamente, a rua do Ouvidor tinha animação até depois das 10 horas da noite. E, sem remontar ao tempo em que entre as famílias cariocas era moda ir às sextas-feiras beijar os pés do Senhor Morto na Catedral e sorvetes no Carceller, - todos nós lembramos ainda de que, há cerca de quinze anos, as lojas, os botequins, as confeitarias da rua do Ouvidor tinham grande número de frequentadores noturnos.

À noite, quem não estava na rua do Ouvidor estava nos teatros do centro da cidade, instalados todos nas cercanias do largo do Rocio.

Mas nestes quinze anos últimos, os subúrbios cresceram prodigiosamente. Aumentou neles o número de casas, aumento o comércio, fundaram-se *clubs* familiares: e já os bairros de Botafogo e Laranjeiras, além e outros pontos de passeio e reunião que possuem, sustentam o luxo de um teatro seu, elegante e confortável, no lardo do Machado.

Às 9 ou 10 horas da noite, não se encontra muita gente no centro da cidade, como nos bons tempos patriarcais de antanho.

Quer isso dizer que a cidade perdeu a sua animação? – não: a gente está toda na praia de Botafogo, na praça Duque de Caxias, no lardo do Estácio de Sá, em um sem número de pontos. O comércio central já fecha as portas às 7 horas; e todas as tentativas feitas para restituir à rua do Ouvidor a sua antiga vida noturna tem sido infrutíferas.

Naturalmente os teatros sofrem tanto como o comércio. Mas o comércio que sobre é do centro da cidade: o dos arrabaldes, lucra. E a prova de que os teatros podem conjurar a crise em que vivem, acompanhando o capricho do público e deslocando-se também, - está na concorrência do *Parque Fluminense*, onde, este ano, já trabalharam três companhias teatrais... O bairro de S. Cristovao já podia sustentar um teatro seu; e, nos subúrbios servidos pela Estrada de Cerro Central, há população suficiente para manter pelo menos uma casa de divertimentos.

O progresso é implacável... A gente carioca não podia ficar eternamente amarrada aos velhos hábitos coloniais. Basta ver que antigamente as mais ricas famílias tinham residência no centro da cidade, que está hoje quase exclusivamente entregue ao comércio. Não já mais o amor das novenas, dos terços, da visitação do Senhor Morto: mas, graças a Deus, divertimentos não faltam pela *urbs* vastíssima.

Os tempos mudam: - e desgraçado de quem não tem habilidade de também ir mudando com eles! – X.

3 de agosto de 1903

Domingo, e domingo de chuva, ontem. Dois horrores, para a cidade... Porque, nos domingos, ainda que haja sol a rodo relampejando ofuscante sobre as casas, já a cidade fica tão triste, - que bem podia dispensar a chuva como novo elemento de tristeza!

Triste, e feia! Nos dias úteis, o movimento do povo nas ruas prende a atenção: dentro das ondas vivas e inquietas da gente que vem e vai, não há quem não se lembre de levantar os olhos para a fachada das casas ou de reparar na hediondez do calçamento que toda essa gente pisa. Toda a atenção é pouca para acompanhar as lindas mulheres que passam para saudar os

amigos que se distinguem, para aprender todas as infinitas e inumeráveis *nuances* da móbil agitação da vaga humana. Mas, nos domingos, quando a cidade central, fechada e tumular, parece uma zona fulminada d peste e abandonada dos habitantes, - quem, pode dever ou mórbida distração, percorre as ruas comerciais desertas, tem revelações abomináveis novas da fealdade da nossa arquitetura. Dir-se-ia que os construtores do Rio de Janeiro apostaram a ver qual daria à luz construção mais horrenda. As casas são chatas e largas, pintadas de cores horripilantes, acoradas sob o peso dos telhados pontudos, com as cimalthas esbeiçadas cuspindo tédio para a rua, e com as fachadas deprimidas em covos ou inchadas em barrigas.... e no silêncio e na solidão do domingo, esses prédios velhos, e pesados, com as baixas portas e as janelas sujas fechadas, dão a ideia de juma vasta coleção de monstros adormecidos, de olhos cerrados e bocas tapadas.. É o museu teratológico da arquitetura!

Imaginem agora tudo isso ensopado numa chuvinha miúda, debaixo de um céu cinzento, adormentado numa humidade enervadora, - e digam se não há aí um milhão de motivos para ideias sinistras...

Como tudo és feia nos domingos, cidade do meu amor e do meu desespero! Só ontem pude ver bem o que és: parecia-me estar percorrendo uma cidade nunca vista. Uma daquelas tediosas e esmolambadas cidades da China, em cujas ruas, como dizia Gautier, até os cachorros têm o ar de quem está pensando no suicídio...

Tomado de horror despachei em dois tempos o que tinha de fazer, e abalei para casa, com os olhos na lama do chão e chegando bem para a cabeça a copa do guarda-chuva, para não ver tanta deformidade.

Quem te salvará, pobre coitada? – Quem te salvará, se já as *mofinas* e as calúnias grosseiras começam a chover sobre quem te quer dar limpeza e decência? ...- X.

5 de agosto de 1903

A malsinada rua Frei Caneca, - essa longa e torta lombriga urbana que vai do Campo de Sant'Anna ao Estácio de Sá – é, todas as tardes, do meio-dia às duas horas, a via sacra por onde passa uma procissão sinistra. É esse o caminho forçado dos presos que vêm da Detenção para o júri ou para a polícia central, ou que voltam da polícia central ou do júri para a Detenção.

A procissão, que é horrenda, ainda tem o seu horror acrescido pelo fato de ser fracionada. Os presos passam, a pé, em bandos... Aqui vem agora um pobre diabo, esfarrapado e pé no chão; depois, uma pobre mulher, mal amanhada nas suas ehitas rotas; depois um velho arrastando os pés. – e cada um desses presos passa lugubrememente, com os olhos baixos, entre soldados, - enquanto dos bonds, das janelas, das esquinas, os curiosos analisam a fisionomia dessa vermina humana que passa...

O espetáculo é repugnante: - mas é principalmente triste. Em primeiro lugar, um preso nem sempre é um criminoso: pode ser, e é muitas vezes, somente um suspeito, um denunciado, uma vítima da falibilidade do critério da politica. Porque é, pois, que se sujeita a essa vexame público e doloroso um ente humano, a quem já deve bastar a desgraça de estar posto fora da comunhão social? Em segundo lugar, ainda que o preso, farrapão e vexado, que passa, seja um criminoso ignóbil, 0 que necessidade há de ofender os olhos e a alma de quem transita pelas ruas com o espetáculo dessa miséria moral?

Se a polícia e a prefeitura timbram em suprimir das ruas o espetáculo da miséria física, impedindo que os chaguentos, os aleijados, os “tarados”, os dementes, os ulcerados exerçam a mendicidade, - como é que ambas toleram essa exibição das “taras” morais?

Seria tão fácil conduzir os presos numa carruagem fechada, numa dessas tipoias celulares, que poupam ao preso vexame e poupam ao público a náusea!... Porque, enfim, não há sair deste dilema: - oi o preso, que assim passa a pé, à luz do sol, entre soldados, é um simples suspeito – e nesse caso a justiça pública o expõe a um vexame injusto: ou o preso é realmente um facínora repugnante, - e nesse caso o povo, que o encontra nessa exibição desumana e indecorosa, tem o direito de protestar contra quem assim lhe perturba o bom humor e a tranquilidade de espírito. Este último ponto é essencial: nem só os estômagos são suscetíveis de sentir náuseas; - as almas também sentem, às vezes, esses movimento irreprimíveis de nojo e desgosto... – X.

16 de agosto de 1903

Estamos com a varíola a fazer ronda assassina pela cidade. Essa malvada, que se reveza com a febre amarela na triste missão de nos desmoralizar, entrou agora em serviço, enquanto a companheira descansa, afiando o gume da foice, à espera do verão. Dizia, há poucas horas, um jornal da arde que só em 24 horas a portaria do hospital da Misericórdia foi procurada por mais de vinte variolosos, logo remetidos para os hospitais de isolamento. E, como sempre, as crianças fornecem um grande contingente de vítimas à rasoeira desse morbo cruel.

A vacinação gratuita aí está, ao alcance de todos, pobres e ricos. Mas o que não está infelizmente, ao alcance da inteligência de todos, é a compreensão de que comete um verdadeiro crime os pais que, por desídia ou pirraça, deixa de submeter os filhos a esse processo de imunização.

Ninguém pode imaginar o que era, a princípio, a chegada de um médico vacinador às escolas públicas. Dir-se-ia a entrada de um milhafre num aviário! Os pobres pequenos, aterrados, tremiam, encolhiam-se, choraram. No dia seguinte, vazante geral... Hoje, graças à persuasão, aos bons modos, à brandura, as coisas mudaram: as crianças sujeitam-se sorrindo à operação salvadora. Mas ainda há pais (em geral, a gente grande tem mais birra e mais emperramento do que a gente miúda!) que se revoltam contra o cumprimento dessa lei municipal. Quem escreve isto já viu um sujeito, descabelado e sinistro, com a voz trovejante e os olhos injetados de sangue, entrar numa escola pública, e injuriar aos berros a professora, por ter consentido que o médico vacinasse um certo aluno. E não houve razões bastantes para convencer o furioso cavaleiro, - que entrou berrando e berrando saiu, protestando contra a vacinação em nome dos sagrados princípios de Oitenta e Nove, em nome da liberdade dos cidadãos, e não sei em nome de que outras coisas bombásticas e formidáveis. Esse homem esquentado esquecia apenas que, nas escolas públicas, as leis municipais têm de ser cumpridas, e que quem não as quer cumprir deve começar por não confiar os seus filhos a essas escolas...

E não pensei que esse seja um caso isolado. Neste país, o desrespeitador das leis e o contrariador sistemático das medidas sanitárias são uma legião.

E a varíola é uma moléstia tão séria! E os seus estragos afeiam tanto aqueles que dela escapam com vida. Cristo pedia ao seu divino Pai que perdoasse aos que não sabem o que fazem: mas não lhe pedia que perdoasse aos que fazem o mal, não por ignorância, mas por teima... – X.

20 de setembro de 1903

Creio firmemente que o rato transmite a peste bubônica, e creio firmemente que o mosquito transmite a febre amarela. Vou desde já declarando que essas duas afirmações são para mim dois artigos de fé, afim de que as gentes perversas não vejam no que vou escrever uma oposição encapotada a Diretoria de saúde....Acredito nisso, como acredito e confio na

salvação de minha alma pecadora. Mas também não posso deixar de crer que não há poderes humanos capazes de extinguir a peste bubônica e a febre amarela só com a extinção de alguns ratos e de alguns mosquitos, sem a extinção dos porões infectos das bibocas sujas, dos monturos imundos das eiscarias medonhas, em que com tanta comodidade e luxúria a vivem e se reproduzem ratos e mosquitos. Rato e mosquito são filhos legítimos da imundice: e, como essa mãe é infatigável nas suas funções criadoras, suponho que mais vale fulminar de uma vez um útero tão fecundo que estar fulminando parcialmente as criaturas que dele saem.

Quem, por dever de ofício, anda pelas bestesgas da Saúde (que nome bem aplicado!) e da Gamboa, cheias de baiucas de alfarjas, facilmente se convence de que não há em todo o Brasil e em todo o mundo dinheiro que baste para o pagamento da vida de todos os ratos que há por ali, ainda que somente se pagasse um réis por uma grossa de roedores...

Ah! Meus amigos! Não estamos com partes de quem quer e não quer ao mesmo tempo! Deixemo-nos de panos quentes e de circunlóquios! O Rio de Janeiro há de ser um ninho de febres e de pestes, enquanto não o virarmos pelo avesso enquanto não o submetermos a uma derrocada e a uma barrela completas! O Homem, que há de salvar esta cidade, não há de vir armado de uma seringa de formol, nem de uma lata de enxofre, nem de uma pasta de mata-ratos há de vir armado de uma picareta, bem grande e bem sólida! Perdoai-me se vos ofendo, ó matadores de ratos e de mosquitos! Mas tenho para mim que, para sanear o Rio de Janeiro, as poucas demolições feitas pela Prefeitura Municipal têm concorrido mais, muito mais, incomparavelmente mais, inconcebivelmente mais do que todas as desinfecções feitas por todas as Diretorias de saúde que têm florescido e brilhado até hoje. X.

23 de setembro de 1903

Ainda não se pode dizer o que será, com solidez, o novo calçamento da velha rua Direita, em frente ao Correio e ao Supremo Tribunal. Mas desde já se pode dizer que, como beleza e decência, será magnífico. É liso, é unido, é de cor uniforme, é “silencioso”, é bem feito. E, daqui a pouco tempo, quem passar por ali, já terá forçosamente idéias mais claras e mais calmas do que as que tinha antigamente, quando passava por uma rua esburacada e suja – que, como o inferno, só era calçada ...de boas intenções.

Isto não é um paradoxo: é verdade segura e irrecusável. O homem, que vai aos seus negócios ou aos seus prazeres com o espírito amarrado a uma meditação, vai habitualmente com a cabeça baixa, olhando o solo, Quando o solo está bem limpo, bem calçado, bem varrido, bem plano, os olhos desse homem vão recebendo sensações alegres as suas idéias.

Quando, pelo contrário, o chão está cheio de buracos, de poças de lama, de fendas atulhadas de cisco, os nervos óticos do mísero transeunte vão transmitindo ao seu cérebro desgosto, mau humor, aborrecimento e asco: e esse desgraçado, quando chega ao lugar em que estão os seus negócios ou os seus prazeres, já tem, seu saber por que, a alma revoltada, as idéias baralhadas, a alegria morta, a inteligência enevoada...

Aquele trecho da velha rua Direita é talvez, de toda a cidade, o trecho mais percorrido diariamente pelos nossos “busy-mens” pelos magnatas da Bolsa, pelos corretores, pelos homens em cujas mãos anda girando a fortuna pública... e também particular.

Sobre essa gente, a influência do belo aspecto do novo calçamento ficar pronto, há de haver mais clareza nos negócios, mais prontidão nas decisões, mais arrojo nos cometimentos, mais sinceridade nas ofertas, mais liberdade nas aquisições...e mais: Não esqueçamos, meus amigos que “o homem é um produto do meio”. O país faz o cidadão, e o calçamento faz o transeunte. – X.

3 de outubro de 1903

Graças a Deus! Assinado o contrato para as obras do porto, diz-se que o governo vai cuidar do abastecimento de água... Já chega a parecer uma espécie intolerável, uma desmarcada apepinção, este assunto de falta d'água. Mas água é como dinheiro: quem não tem dinheiro há de por força queixar-se dele, e quem não tem água há de por força esgoelasse a pedi-la.

Toda gente fala da sujeira das nossas ruas, mas como de a prefeitura limpá-las, se não tem água? O que pode limpar as ruas não é a varredela, é a lavagem. As vassouras na rua fazem o mesmo que os espanadores nas casas: não suprem o pó, destacam-no, mudam-no daqui para lá. O único meio de ter as ruas limpas é lavá-las todas as noites, com jorros abundantes de água. E onde há de a prefeitura invergar água pra isso, numa cidade onde os bombeiros não têm água para apagar os incêndios, onde a gente não têm água para lavar o corpo, e onde quem tem sede é obrigado, por falta d'água, a beber cerveja, a beber vinho, a beber ... os ares pelas mulheres bonitas?

Se é verdade que o governo vai agora dedicar toda sua inteligência e toda sua atividade a solução deste problema pavoroso... e seco, é preciso que levantemos as mãos para o céu, rendendo graças ao Senhor Misericordioso. Já é tempo de dar de beber a quem tem sede, uma vez que nem sempre se pode dar de comer quem tem fome.

Diz uma certa anedota que um professor de química, na universidade de um país muito amigo de Gambrinus, definia assim o precioso líquido, que hoje fornece assunto à "Cidade", água, substância incolor, insípida, composta de dois volumes de hidrogênio para um de oxigênio, e que, segundo já ouvi dizer, serve em alguns países para ser bebida...

Nós cariocas também podemos dar a água definição nova: "Água, H₂O, líquido de luxo, que forma os oceanos, os rios, os lagos, e que se encontra em todos os pontos da Terra...exceto nos encanamentos do Rio de Janeiro. A primeira definição é mais engraçada, mas a segunda é mais verdadeira. X

5 de outubro de 1903

Diálogo no bonde:

- Hein? Perseguição do jogo? Cerco às batotas? Tagantadas de código penal nas costas do Vício? Pois meu amigo, agora é que o jogo vai tomar conta de toda a cidade, se é que já não tinha tomado!

- Como assim?

- É o que eu lhe digo! Muita gente, que não jogava por não gostar de jogar, vai agora entregar-se de corpo e alma a batota. O fruto proibido é o mais gostoso de todos. A nossa mãe Eva, em todo o pomar do Éden, só achou verdadeiro sabor naquele pomo dourado e aveludado, que o dedo feroz do Senhor lhe apontara como o fruto do Crime. Lembre-se das origens do cristianismo. Apedrejados nas praças públicas, os primeiros cristãos refugiaram-se nas catacumbas: e a esses antros apartados e escuros começaram logo a afluir, pela calada da noite, os noviços, ansiosos por praticar a religião condenada. A perseguição só serve para criar novos vícios e novos virtuosos. Isto já tem sido dito e repetido milhões de vezes, porque é a mais soberana das verdades. Só tem encanto o que é proibido. Max Nordau, no seu livro sobre "Literaturas maisanas" cita o caso de uma linda senhora que, tomando certa vez um sorvete em Nápole, exclamou: "Que bom! É pena que o sorvete não seja um pecado!..."

- Isso é paradoxo! O que é verdade é que o dever da polícia é perseguidor o jogo. E quando os viciosos virem que o seu vício pode levá-los ao xadrez, a cidade há de ficar livre dessa praga!

- Pode ser. Nada é impossível no mundo. Mas, até lá, deixe-me duvidar. Olhe meu caro amigo! A Jogatina era até agora uma mulher legítima, que o jogador amava aos olhos de Deus e dos homens: por isso mesmo, já ele começava a aborrecê-la. Mas, agora, a senhora Jogatina

vai ser uma pecadora perigosa, que se esconde, que se encobre, que vive cercada de mistério e que adquire uma sedução inteiramente nova. Fique sabendo que, nesta civilização corrompida, as mulheres que mais estragos fazem e mais desorganizam a vida humana, são justamente aquelas a quem a gente não se atreve a dar o braço na rua. As outras salvam; estas matam. E até logo! Vou descer aqui...

O bonde parou, e o filósofo foi trabalhar; o seu interlocutor, o que defendia a ação policial, foi comprar cinco mil réis no jacaré. X.

7 de outubro de 1903

Cinco horas da tarde. No bonde, ao entrar na rua Treze de Maio:

- Que poeira! E não querem que haja moléstias! Veja o senhor se isto tem jeito! Numa época de epidemias, começar a deitar casas abaixo levantando toda esta poeirada!

- Acha, então, que isto devia ficar como estava? Acha que é um crime alargar a rua, e demolir estes pardieiros imundos?

- Não digo isso. O que digo é que não se pode com esta poeira!

- Mas, com todos os diabos! Ainda não se descobriu o meio de pôr casas abaixo sem levantar poeira. Que é que o senhor quer que se lhe faça?

- Bem! Se ao menos isto ficasse logo pronto e bonito! Mas vai ficar uma rua esburacada, sem prédios de cinco andares, sem belas calçadas, sem árvores.

- Mas o senhor queria que os prédios de cinco andares, as belas calçadas e as árvores nascessem espontaneamente, antes das demolições, antes do alargamento das ruas?

- Não! Mas queria que isto andasse mais depressa!

- Mas depressa como, senhor? Ninguém é capaz de acabar uma cousa sem ter começado. Se o senhor já está bradando contra a poeira logo no começo das demolições, como é que quer que tudo vá depressa? Tape o nariz, e deixe a cousa andar!

- Qual, meu amigo! Esta cidade nunca há de ficar direita!

- Por que?

- Não sei, tenho um pressentimento...

- Ah! Sim? Pois também tenho um pressentimento: é que a salvação do Rio de Janeiro há de ser devida ao senhor.

- A mim?

- Ao senhor mesmo. Para isso, é somente necessário que o senhor se decida a ...

- A que?

- A morrer, levando consigo, para o outro mundo, todos os que vivem a fazer o que o senhor faz, falando mal de tudo e de todos, opondo-se a tudo e exigindo tudo, queixando-se de que ninguém trabalha e descompondo os que querem trabalhar! Vamos, meu caro senhor! Um bom movimento! Desocupe o beco! X.

10 de outubro de 1903

Para alguma coisa boa há de servir a peste bubônica. O terror da peste está obrigando a cidade a lavar-se. Pintam-se as fachadas das casas, esfregam-se os assoalhos e as paredes, e sente-se por toda parte o cheiro acre dos desinfetantes. Ainda bem!

Em 1624, um cirurgião famoso, Guilherme Potel, dando conselhos sobre o meio de evitar a peste, escrevia: "Nada de orgias, e nada de banhos!". Para esse grande homem, o banho era um auxiliar das epidemias! Mas, no tempo em que Potel escrevia, era essa opinião corrente. Então, o banho, além de ser um perigo, era um pecado, e um pecado quase tão grande como a simonia, como o adultério ou como o parricídio. As mulheres, que queriam ficar santas, juravam, antes de tudo, nunca tomar banho. Isabel, a Católica, querendo obter do céu a

realização de um certo desejo, comprometeu-se “a não mudar de camisa enquanto Deus não atende-se aos seus rogos!”. E Michelet, tratando da imundice na idade média, diz, em nota de “La Sorcière”: “Soyes surs que ces chevalliers et ces belles, les Parcifal, les Tristan, les Inseult ne se levalent jamais!”. Felizmente esse amor a sujeira passou... E se os médicos de hoje estão de acordo na proibição das orgias, nenhum deles se animara a aconselhar à gente que, por medo da peste, odeie a água e abomine o sabão.

Bem, hajas tu, minha boa cidade, que estás gastando em tintas, lixívias e desinfetantes os teus últimos vinténs, pintando as casas, varrendo os teus quintais e barrelando as tuas roupas! Quanto à abstenção das orgias, não é preciso que te a recomendem: como te meterias nelas: pobre rapariga, se até o café com pão do teu almoço e a carne seca do teu jantar estão ficando difíceis? X.

13 de outubro de 1903

Ontem, à noite, passada por certa rua central, ouvi, saindo do fundo de uma cervejaria, uma voz que cantava: “A brisa do mar corre manso...”

Daí mais alguns passos e ouvi, à porta de outra cervejaria, uma outra voz “Eu adoro uma yayá...”

E, em cada cervejaria, (são tantas que há nesta rua!) fui ouvindo uma voz acompanhada por um piano, suspirando uma modinha brasileira! Em algumas “brasseries” a voz era de homem em outras era de mulher, mas em todas o gênero era o mesmo. Ora aqui está onde se vieram meter os nossos clássicos trovadores de esquina, esses cantores tão genuinamente cariocas, que corriam antigamente as ruas, alta noite arranhando com as unhas longas as cordas gemedoras das violas e perturbando o sono dos casais burgueses com a melodia, nem sempre pura, das suas trovas...

O trovador carioca modificou-se no vestuário e nas maneiras e, em vez de cantar na rua, canta agora nos pequenos “cafés-concertos” da rua do Lavradio (lá me escapou o nome da rua!) dando com as suas modinhas um sabor novo à cerveja, que escorre pela guela dos fregueses. O nosso bom trovador já não traz o antigo violão tradicional, companheiros das noitadas em claro pelas ruas adormecidas: agora, o cantor popular, elegante e bem vestido, tem acompanhamento de piano ou de orquestra, e canta o “Bem sei que tu me desprezas” de cima de um estrado.

Foi uma metamorfose digna de ser cantada por Ovídio. Daquela lagarta saiu esta borboleta.

Antes isso! E, se há quem não goste da transformação, é porque sempre há de existir gente de mau gosto. Passando da rua para o “café-cantante”, o trovador passou de vagabundo a artista. E confessemos que sempre é mais original e mais divertido o repertório desses românticos amantes da “pálida Elvira” e da “traidora Marcia”, desses apaixonados cantores do “Nas horas mansas do cair da noite”, do “Quisera amar-te”, do que o estafado repertório das velhas cançonetas francesas, já conhecido e gasto há mais de dez anos em todos os “boulings” de Marseille e Bordeaux. X.

14 de outubro de 1903

Não falta quem desde já se ponha a protestar contra o rigor das penas que devem ser impostas aos que não cumprirem o dever da notificação dos casos de peste. Nós somos assim: estamos tão habituados a não ter leis, ou a não cumprir as que temos, já que a palavra “lei”, é para todos nós um sinônimo de violência e de brutalidade.

Ninguém se atreve a negar a existência da peste: todos sabem e confessam que ela está instalada aqui, não como hóspede de poucos dias, mas como inquilina definitiva, ou melhor, como agregada e comensal. Já não é possível disfarçar essa aborrecida desgraça: já não há

amor próprio, ou cautela que possam justificar o disfarce. Se assim é, pouco importa que desde já se proteste previamente contra o rigor das penas. Urge estabelecer estas penas, e aplicá-las com todo o rigor. O sentimento que obriga uma família a esconder um caso de peste em pessoa sua é compreensível, mas não é tolerável. Não haverá mãe que não se revolte contra a idéia de ver um filho doente arrancado ao seu carinho e aos seus cuidados. Mas, em primeiro lugar, ninguém privará o doente dos cuidados e do carinho da família: a família poderá ser isolada com o pestoso, e, na aplicação da medida sanitária, haverá apenas mais um incômodo a acrescentar aos incômodos que já causa a moléstia. E, em segundo lugar, o interesse individual deve ceder diante do interesse geral: não é com sentimentos (ou, mais justamente com sentimentalismos) que se governa o mundo...

Se, amanhã, um indivíduo esconder em casa grande carga de dinamite, a polícia terá o direito de prender e punir quem assim arrisca todo o quarteirão da cidade a um desastre terrível. Por que não há de ser punido com multa e cadeia quem, conscientemente, embora por motivos compreensíveis, mantém e propaga uma epidemia, que já nos está roubando tantas vidas, e cujo desenvolvimento pode causar desgraças incalculáveis e horrorosas?

Há penas contra inimigos do Tesouro, que falsificam dinheiro e vendem estampilhas roubadas; há penas contra os inimigos da tranquilidade pública, que esfaqueiam a barriga de gente pacífica; há penas contra os inimigos da propriedade particular, que arrombam e esvaziam os cofres; por que não há de ter pena contra os inimigos da saúde e da vida de toda a população? X.

16 de outubro de 1903

No bonde do Flamengo:

- Viu que desaforo, o Antoine? Assim que chegou de Lisboa, foi dizendo que Buenos Aires é um encanto, e que o Rio de Janeiro é um charco! Um charco, ouviu bem? Um charco! Que desaforo!

- Meu amigo, se eu não tivesse medo de irritar o seu *chatinismo*, dir-lhe-ia que o Antoine, nesse ponto, não andou muito longe da verdade. Que ele fale mal da nossa moralidade, é um desaforo; que diga que andamos nus e empunhando *tomawaks*, é também desaforo; que nos dê como inimigos do alfabeto e da civilização, é ainda desaforo! Mas que fale da pouca limpeza da nossa capital, isso meu caro amigo, não é um desaforo! Isso (desculpe) é coisa que revela um certo talento de observação...

- Aí está! É por isso que o Brasil há de ser sempre choldra! Pois se nós somos os primeiros a desmoralizá-lo! O senhor não sabe o que está dizendo! O senhor é um brasileiro degenerado!

- Basta, meu amigo, basta! Já não está aqui quem falou!

- Nesse momento, o bonde passava pelo começo do Russel. Todos os passageiros tapam o nariz com o lenço. E o “brasileiro degenerado” perguntou timidamente ao *chauvin*:

- Que me diz deste aroma? É cheiro de charco ou é cheiro de jardim?

- Isto é cheiro de desinfetante, senhor! Isto é cheiro de ácido fênico, de formol, de água de Labarraque!

- Não meu caro senhor! Tenha paciência! Eu não sou formado em cheiros...mas o meu olfato percebe muito bem que isto não é cheiro de desinfetante...Isto é cheiro de outra cousa!

- De maresia? O senhor está caluniando o mar, que não lhe fez mal nenhum. O mar não cheira a isto: o mar cheira a saúde, a força, a alegria, a sal, a iodo! Não, meu caro amigo, eu não lhe posso dizer que cheiro é este, porque não quero escandalizar os seus ouvidos...

- Pois, seja lá o que for, o que lhe digo é que Antoine é um grande atrevido, e que o Rio de Janeiro é a cidade mais limpa do mundo!

- Não há dúvida! É a mais limpa, e a mais...aromática! X.

21 de outubro de 1903

Um jornal de ontem, em leve crítica maliciosa, estranhou que o simples calçamento de um pequeno trecho de rua sirva de ensejo a festa solene de inauguração....

Realmente, se estivéssemos em uma cidade digna do nome de cidade, essa manifestação de júbilo seria ridícula. Mas ver uma rua bem calçada, no rio de Janeiro, é coisa que não deixa de parecer maravilha. O calçamento desta malfadada urbe tem sido até agora uma cópia fiel do calçamento do Inferno, se é verdade que, como diz o rifão, de boas intenções está o Inferno calçado... Basta cotejar o novo calçamento da rua do Ouvidor, da rua Direita e da rua da Quitanda com o de todas as outras ruas da cidade, para ver que, se não há no caso motivo para foguetório e música, há, pelo menos, motivo para algum espanto e alguma alegria.

Antes da prefeitura – Xavier da Silveira, ninguém cuidava de limpar e aformosear a cidade servia apenas para dar dinheiro à Prefeitura, e para sustentar deputados e vereadores.

O Rio de Janeiro era, mal comparando, com um daqueles escravos de fazenda que, bem ou mal alimentados, davam sempre conta da tarefa diária: o senhor tratava apenas de obter deles o máximo de trabalho em troca do mínimo de despesa.

Como não há de causar estranheza e provocar aplauso qualquer dos melhoramentos que hoje se tenham e se realizam? Se em Paris, em Berlim, em Nova York, em Buenos Aires, e até (Oh! Vergonha!) em S. Paulo, fosse festejar com entusiasmo a reforma do calçamento de uma rua – esse entusiasmo seria cômico, ninguém festeja o que é habitual, o que é corriqueiro.

Mas, no Rio de Janeiro, o caso é novo, é estupendo, é raro: e a sua raridade justifica a festa.

Em casa de rico, já ninguém saboreia com regalo, com prazer, os perus recheados, os peixes de forno, os acepipes caros, habituados a paparocas de luxo, já não fazem distinção entre o que é bom e o que é mau. Mas, em casa de pobre, onde habitualmente só se come pão seco e feijão bichado, um naco de carne fresca é um banquete! X.

26 de outubro de 1903

Todos os dicionários estão errados, ou pelo menos, incompletos. Veja-se, por exemplo, o que diz o venerável! Fr. Domingos Vieira sobre a palavra lei: Lei ou Ley prescrição emanada da autoridade superior. Não é verdade que falta aí alguma coisa essencial e indispensável? Para que essa definição seja perfeita, é preciso aumentá-la deste modo para uso no Brasil: prescrição emanada da autoridade superior, e destinada a não ser cumprida.

Há alguns dias, no Flamengo, à hora matinal do banho de mar, um amigo fez-me uma revelação interessante:

- Diga-me cá! Onde e quando já viu você, nesta casa de banhos do Flamengo, ou qualquer das outras, uma sala especial para receber os afogados, um bote salva-vidas, e um arsenal completo de aparelhos de natação?

- Nunca vi isso...

- Pois fique sabendo que todas as casas de banho de mar são obrigadas a ter tudo isso!

- Obrigadas?!

- Obrigadas sim! Isso é lei! É lei municipal de 17 de novembro de 1896... Por sinal, que o último artigo da lei diz textualmente isto: Este regulamento deve entrar em vigor dentro de dois meses, a contar da data de sua publicação. E, como estamos em outubro de 1903, e como ainda o regulamento não entrou em vigor, é preciso confessar que nunca se viram dois meses tão compridos...

- Foi isso o que me revelou o meu amigo, no Flamengo, à hora matinal do banho de mar. Fui averiguar o caso, e verifiquei se alguma lei posterior veio a revogar aquela. Mas, das duas uma ou a lei ainda está em vigor, e é necessário cumpri-la, ou foi revogada, e é necessário restabelecê-la, porque durante o verão, mais de três mil pessoas tomam banho de mar no Rio

de Janeiro, e a experiência tem mostrado que muitos desastres teriam sido até hoje evitados, se aquelas medidas, decretadas pelo Conselho Municipal em 1896, fossem postas em prática. - Não estou longe de crer que a lei ainda esteja em vigor, e que não seja cumprida. É esse o destino das nossas leis. Também há lei proibindo a venda de bilhetes de loterias nas ruas e tornando obrigatório em todas as casas frequentadas pelo público o uso de escarradeiras, e todos nós estamos vendo como se cumprem essas leis...-X

14 de novembro de 1903

É opinião geral que não há no Rio de Janeiro o hábito de usar carruagens unicamente por causa da barateza do bonde e da péssima qualidade do calçamento. Essas duas razões serão as principais, mas há ainda uma razão de grande monta, que concorre com as outras: é a quase impossibilidade, em que a gente se vê, de se servir de um carro ou de um *tilbury*, porque esse serviço é espantosamente caro.

Creio que há, em vigor, uma tabela de preços para as viagens de carros e *tilburys*. Mas essa expressão – *em vigor* – é uma escandalosa mentira. A tabela não é cumprida, porque não há autoridades que obriguem os cocheiros a cumpri-la. Uma viagem de carro custa dez, quinze, vinte mil réis, quando não custa trinta ou quarenta. Qualquer cocheiro de *tilbury* exige aqui do passageiro cinco ou dez mil réis para transportá-lo do centro da cidade a um bairro próximo, com a mesma serena e impassível tranquilidade com que, em qualquer outra cidade, exigiria *meio peso*, ou vinte soldos pelo mesmo serviço. Se o passageiro protesta contra a enormidade do preço, o cocheiro levanta os ombros e manda-o bugiar.

Ainda ontem, encaminhei detidamente a tabela que está *em vigor*. É uma tabela salgadíssima! E, ainda assim, não é cumprida!

Dir-se-á que cada viajante tem o direito de somente pagar o que está marcado na tabela. Mas em primeiro lugar, onde se encontram as tabelas? E, em segundo lugar, se o cocheiro injuriar ou esbordoar o freguês recalcitrante (já se tem dado isso muitas vezes!) a quem há de o prejudicado dirigir a sua queixa, nesta maravilhosa cidade em que o policiamento das ruas é um mito?

Esta seção da *Gazeta* já recebeu algumas cartas, lembrando a conveniência de ser dado a tal serviço uma regulamentação vigorosa e eficaz. Seria bom que a Prefeitura Municipal examinasse o caso, e procurasse um meio de diminuir razoavelmente a ação nefasta da tirania dos Senhores automedontes de praça.

Não venham dizer que o carro é luxo, e que quem quer luxos, paga-os. Carro nem sempre é luxo: é, muitas vezes, necessidade, e necessidade urgente. Mas, ainda que fosse apenas luxo, não seria justo que, havendo leis para todos os cidadãos, só ficassem a coberto delas os cidadãos cocheiros. X.

19 de novembro de 1903

A cidade está sob a impressão de uma “série vermelha”, chama-se “série vermelha”. Chama-se “série vermelha”, em estilo de jornalista, a uma sucessão de casos trágicos, suicídios, assassinatos e desastres, coincidindo todos, com a desusada repetição, em limitado trecho de tempo. Não vale a pena contar os casos dessa ordem, que se acumularam em poucos dias: houve quem se matasse por amor e por atrapalhões de vida, houve quem matasse e quem deixasse matar por ciúme, por vingança, por perversidade, por loucuras, e... por não ter mais que fazer. Tudo isso pouco importa: nas grandes capitais, e o Rio de Janeiro, apesar de todas as suas qualidades de aldeia, é uma grande capital, essas “séries vermelhas” já não comovem...

O que merece comentário é o espanto com que toda a imprensa comentou o modo de viver de todos os protagonistas desse último drama do mal falado bairro da Saúde, dois vagabundos da mais triste espécie, morando numa furna em que decentemente só poderiam morar cachorros ou bácoros, e alimentando-se com coisas inomináveis, como verdadeiros animais inferiores.

Sempre que se descobre uma existência miserável como essa, os noticiaristas põem no estilo das suas notícias um espanto extraordinário, como se fosse uma inesperada surpresa a revelação dessa miséria. A coisa explica-se facilmente. Tantas vezes ouvimos dizer que “o Brasil é a terra em que ninguém morre de fome”, que ficamos convencidos da verdade dessa afirmação e alimentamos o engano de estar vivendo numa terra da Promissão, cheia de felicidades, mais rica do que o Pactólo, mais farta do que o Éden primeiro.

Mas essa só pode ser ilusão de quem nunca saiu da rua do Ouvidor... Quem anda pelos morros que cercam a cidade, quem perluastra essa misteriosa lôbrega zona de casebres e de estalagens em que vive a gente miserável, é que pode saber o que é a crise terrível de higiene e de moral, que a cidade está atravessando. Ah! Se a miséria dos fracos, contrastando com a fortuna dos fortes é uma prova de civilização, podemos dizer com um orgulho para louvável, que estamos civilizados...

E é interessante (para não dizer revoltante) que só nos mostremos impressionados pelos aspectos da nossa vida essencialmente urbana, e preocupados com o saneamento do centro da cidade, quando o grande mal, o mal terrível, o mal hediondo está nessas furnas, nessas bibocas, nessas bestesgas imundas da nossa *white-chapel* – onde ninguém sabe ler, e onde ninguém toma banho... X.

21 de novembro de 1903

O prefeito sancionou ontem uma lei do conselho, que o autoriza a determinar qual o perímetro da cidade em que são proibidas as hortas e as plantações de capim, fixando, em regulamento, o prazo dentro do qual devem cessar os capinzais e as hortas existentes. O assunto é prosaico, mas é interessante. O cronista de *A Cidade* não pode inventar assuntos poéticos e perfumados, quando justamente os temas que a vida urbana lhe ofereceu primam sempre mais pela vulgaridade e pelo mau, do que poesia e pelo perfume.

Este caso das hortas e dos capinzais é velho bolorento já há cinqüenta anos os médicos protestam contra esses focos de miasma, situados no centro da cidade espalhando em torno germes de moléstias. E é preciso notar que, há cinqüenta anos, ninguém suspeitava que os mosquitos, hóspedes tão constantes e tão amigos das valas de agrião e dos capinzais empoçados de lama, fossem os únicos transmissores desta maligna febre amarela, que é a arma predileta dos Antoinés contra a nossa reputação...

Mas sempre que se tem querido afastar do centro da cidade estes viveiros de miasmas, de micróbios e de mosquitos, os donos dos capinzais e das hortas têm achado amparo e defesa na advocacia e no sentimentalismo: a advocacia apela para a confusão e obscuridade das posturas municipais, e o sentimentalismo põe-se a lamentar a triste sorte da pequena lavoura que dá o pão de cada dia a uma porção de gente pobre e humilde...

Eu, por mim, posso dizer que poucas coisas serão tão difíceis, no Rio de Janeiro, como dar cabo de uma horta. Há, em certo bairro da cidade, uma casa de ensino, em que se reúnem diariamente cem crianças: perto dessa casa, há um terreno vastíssimo, em que se cultivam couves, agriões, repolhos e cenouras. Sai dali um mau cheiro entontecedor: as moléstias, geradas naquele lodaçal, devastam o bairro. Pois bem! Há dois anos, por dever profissional, e para acautelar a saúde das crianças que passam o dia junto de tal viveiro de febres, vive quem escreve estas linhas a pedir providências contra o abuso: e as providências não aparecem porque a atrapalhação das posturas e o sentimentalismo estendem sobre o caso a sua bandeira de misericórdia.

Agora que vai haver um regulamento sobre isso, só ficará em campo o sentimentalismo. Porém, pelo amor de Deus! A gente pobre e humilde, que vive de plantar e vender couves, agriões e capim, bem pode mudar, sem grande prejuízo, as suas hortas e os seus capinzais para longe das casas em que moramos e das em que se educam as crianças... X.

26 de novembro de 1903

O Brasil lê

Essa afirmação solene será para muita gente inacreditável.

O Brasil lendo! Isso é lá possível quando os seus escritores ainda o pintam de tacape e (**ilegível**) e o Antoine carapeteia a nossa desmoralização para meia dúzia de meninos interessantes? Pois, senhores, não há dúvida. Os livreiros o dizem. O Brasil lê. Há alguns dias, sabendo como se sabe, a crise do livro não só na França, como na Itália, na Espanha e em outros países, tivemos uma feliz ideia – uma ideia patriótica por estes tempos que correm! – de interrogar os nossos livreiros, os nossos alfarrabistas, de abrir uma devassa em regra pelas casas de livros, a saber se lemos mais ou se lemos menos. Lemos muito mais, apenas, depois da República e principalmente depois do ministério Murinho, do *fundings-loan* e da melhora do câmbio! Nunca o Dr. Joaquim Murinho pensou que protegia a nossa educação no ministério da Fazenda. É, entretanto, um fato hoje provado pela estatística e pela burra dos livreiros...

Começamos o nosso inquérito pelos alfarrabistas, as casas da rua de S. José, General Câmara e outras. Cada proprietário recebeu-nos a princípio vincando a face feliz de uma ruga convencional.

- Qual! As coisas vão mal!
- Mas o valor do livro aumentou.
- Muito.
- Que vendem mais?
- Livros escolares, manuais adotados nas escolas superiores.
- Mais do que no tempo da monarquia?
- Muito mais: aumenta de ano para ano.
- E os livros científicos?

Esses livros, como as brochuras francesas, estudos sociais, artigos de combate, volumes de crítica, têm grande procura. O romance e o verso não se vendem tanto. Depois do naturalismo, isto é depois que Zola entrou a fazer os massudos volumes dos *Quatro Evangelhos* e das *Três Cidades*, e que a poesia começou a delirar com o esquisito Mallarmé, o povo teme os romancistas e poetas, deixa as pilhas de livros de Zola, outrora colossalmente vendáveis, e só lê gente de nome reconhecido e firmado.

Em cada brochura os alfarrabistas ganham o duplo do que pagaram, às vezes mais, e como a base do seu negócio é o livro didático, esse comércio é um simples acréscimo. Um deles nos dá curiosos dados das nossas correntes espirituais. Na rua de S. José, o Brasil é mais francês de ano para ano nas classes cultas, ama muito mais os romancistas antigos, o Camillo, o Alencar, o Macedo, ainda perde a cabeça com Castro Alves e Fagundes Varela e é cada vez mais católico e mais comteano. Os livros espiritualistas modernos são procuradíssimos, a obra de Augusto Comte é das mais citadas, e a procura de livros que perfazem a biblioteca positivista torna-se uma verdadeira (**ilegível**). Alguns já têm uma lista e a sabem de cor.

Vamos dos alfarrabistas aos livreiros de primeira ordem. Todos hoje têm instalações magníficas, vastos edifícios modernos e pomposos. A última casa a reforma-se foi a dos Srs. Brigneit & C.

Entrar num desses vastos *halls*, cheios de movimento, com caixeiros a correr apressados, caixões de livros a abrirem-se, e uma pletera de vida evidente, para perguntar se o negócio rende – é quase ousadia. Perguntamos entretanto. A casa Alves, num prédio magnífico fornece livros didáticos em porções para os Estados, para as escolas oficiais. A venda é magnífica, acrescida pela venda diária das obras adotadas pelas academias, e de livros portugueses editados por Lello & Irmão, cujo direito de propriedade é seu. À nossa pergunta respondem:

- O Brasil estuda cada vez mais?

Estuda! Apesar dos exames escandalosos, da ignorância proclamada!...

É crível? Os livreiros, porém, examinam as contas e vêem que as suas edições são muito maiores e muito mais contínuas que há 10 anos.

A casa Briguiet é da mesma opinião. O seu comércio todo de livros estrangeiros aumentou este ano não só em literatura, como em obras científicas, estudos de engenharia, de direito, de filosofia.

- Não há público que mais acompanhe o movimento intelectual francês, e que assimile com tanta facilidade. Depois do sucesso de Annunzio estabeleceu-se sua uma corrente pela literatura italiana. Hoje, a *elite* está o par do movimento literário italiano, lê os seus romances, os seus poetas e as suas revistas e a conhece melhor que Paris.

No Laemmert, que tem duas filiais em S. Paulo e Pernambuco repete-se a agradável resposta. A procura pelo livro científico em francês, em alemão, em italiano é grande. Trata-se mesmo de literatura brasileira.

- Quando a imprensa fala, o livro vende-se; esgota-se uma edição de mil exemplares... A cada tem editado romances, contos, aceita-os mesmo, sem grande trabalho...

- Ainda emocionados com a revelação, paramos no Garnier. Eram 4 horas da tarde e a essa hora, na livraria, há sempre a roda seleta dos espirituais já proclamados ou ainda por isso. Apesar do movimento, o amável Jacinto presta-nos atenção, e é por ele que obtemos informações completas.

O Brasil lê como nunca leu. O interesse é antes de tudo geral pelas coisas atuais, políticas e palpitantes. A venda dos jornais e revistas nunca foi feita como de há dois anos pra cá. É um paroxismo. As livrarias já não chegam. Há agências especiais. Se for a qualquer delas verá o lucro bárbaro. As revistas italianas, francesas, espanholas, tem uma extração formidável. Isso bastaria para atestar que o interesse pela leitura, centuplicou. A base porém é a venda do livro didático. Esta casa tem como lucro das edições de livros nacionais e livro didático.

Vende-se cada vez mais.

- E o livro estrangeiro?

- A tendência é para os estudos sociais, para os estudos filosóficos, para as monografias rápidas que instruem. Livros de idealização, romance (**ilegível**) só com a *réclame* estrangeira. O Brasil recebe a maioria desses romances, (**ilegível**) deles aparecerem em Paris, mas naturalmente acompanha o gosto da *Cidade Luz*. É enorme a voracidade dos brasileiros para os livros que cheiram a carne (**ilegível**), que contam nudezes de perversidade sexuais. O Willy, e (**ilegível**) Lorcaín são dos mais lidos hoje. Para satisfazer a fome insaciável mandamos buscar o livro com fotografias, os *álbuns*, as literaturas mórbidas... Os escritores conhecidos continuam porém tendo grande venda e manda-se buscar teatro, peças, críticas...

A impressão é de um povo que quer aprender e saber logo o que se passa hoje.

- E quanto aos nossos livros?

- Só duas edições esgotaram-se este ano. As *Poesias*, de Olavo Bilac e a *Canãa*, de Graça Aranha. Tudo o mais é uma dificuldade. Os escritores já vão se compenetrando que só mesmo uma livraria pode difundir a sua obra e vende-la nem que seja aos poucos. Um dele zangou-se há tempos, editou por conta própria. Três meses depois, dizia-me que não pudera vender nem um exemplar. Nós mandamos para os Estados...

O público prefere a literatura estrangeira, desconfia dos novos, só quer aceitar traduções. Os velhos, como os novos dizem, Aluizio e outros estão nas reedições. Em resumo: o Rio civiliza-se, é internacional, poliglota. O Brasil lê vinte vezes mais do que á dez anos.

Podemos ficar tranquilos pois! As livrarias levantam palácios cheios de papel, Garnier tem quarenta milhões e edita os nossos livros grátis, o público lê mais vinte vezes e interessa-se pelo que se passa neste mundo de Deus. Só os poetas podem dizer hoje, com verdade, e mágoa no Brasil.

- Para que escrever? Ninguém lê...

- O resto lê tanto que não tem tempo para mais nada.

João do Rio

11 de dezembro de 1903

A *Gazeta* transcreveu do *Panorama*, de 1844, um interessante artigo sobre a necessidade de ser aberto no Rio de Janeiro “a avenida da Prainha ao Passeio...”.

Façam a conta, e verão que, entre 1844 e 1903, há 59 anos! Já morreu o autor do artigo, já morreram quase todos os que naquele ano liam o *Panorama*, e ainda há quem julgue uma loucura, uma despesa arriscada, uma manifestação de megalomania a abertura da avenida.

Mas, se Deus e os Santos permitirem que vivamos até lá, havemos de ver que esses censores, no dia da inauguração, serão os primeiros a dizer: “nós sempre dissemos que o Rio de Janeiro não podia passar sem uma avenida!”.

E não é preciso esperar tanto! Já há por ai muita gente que se gaba de ter sido a primeira a pensar nas obras do porto, na avenida, no prolongamento do Mangue, no embelezamento geral da cidade.

Ontem, no bonde, encontrei um ancião que foi Vereador da Câmara Municipal em 1860. Perguntei-lhe o que pensava sobre as obras do porto, e ele, abriu um sorriso de desdém, disse-me que isso era coisa tão velha, que já não o despertava interesse...

- Velha? Velha como?

- Meu caro senhor, em 1860, eu apresentei à Câmara Municipal um projeto sobre as obras do porto. A idéia é minha!

- E a idéia da avenida também é sua?

- Não é minha, mas é de um outro vereador daquele tempo. Ah! Nós naqueles tempos tínhamos idéias! Tudo quanto se tem feito, tudo quanto se está fazendo, tudo quanto se vai fazer é velho! Nós, em 1860 já pensávamos nisso!

Calei-me; não quis dar trela ao bom velho, porque temi que ele me afirmasse ter inventado em 1860 aquilo que se vai fazer daqui a quatro ou cinco séculos... Mas fui, por todo o resto da viagem, pensando na sofreguidão e no orgulho, com que, depois de saneado reabilitado o Rio de Janeiro, toda a gente há de chamar a si a glória de ter realizado esse prodígio...

Quando chegar a essa era de ventura, de saúde, de beleza e de conforto, pouca gente pensará nos homens, ou antes, *no homem* a quem a cidade terá devido a sua fortuna. Haverá por ai um milhão de “pais da avenida” e de “pais das obras do porto”; porque não falta nunca quem queira ser pai de filhos sadios, formosos, poderosos e ricos: o difícil é difícil achar quem queira tomar sob os seus cuidados a sorte de um pobre enjeitado, doente e miserável, para, à custa de carinhos e de sacrifícios, transformá-lo em um homem forte e belo...- X.

3 de janeiro de 1904

Aqui te venho trazer, querida cidade minha, uma braçada de rosas frescas, ainda úmidas da chuva que, durante os últimos dias de 1903, encharcou os teus jardins.

Todos os teus filhos devem, dar-te agora parabéns, pela animação, pela saúde, pelo brilho desusado com que entraste em um novo ano de vida: a sorte, de ordinário tão dura e cruel, abrandou dessa vez o seu vigor, e deu-te um ano de renascimento, de trabalho e de progresso... Foram doze meses cheios: tiveste novos jardins, novos calçamentos, mais vassouras nas ruas, mais desinfecções nas casas; e o ano que começa vai dar-te coisas ainda mais belas e preciosas, porque vai dar-te o início das obras do teu grande cais e da tua grande avenida. Não te podes queixar de 1904. Recebe esta braçada de rosas frescas, e toda a alma apaixonada e carinhosa deste filho humilde, que, se é dos que menos te podem servir, é, em compensação, dos que mais, te sabem amar...

O que é preciso, amada cidade, é que confies em quem te quer salvar, e desconfies dos amigos ursos, desses defensores pérfidos, cada um dos quais, para matar a mosca que supõem avistar pousada em tua testa, é capaz de te esmigalhar às pedradas na cabeça, com coroa mural e tudo... Esses advogados do Diabo não deixarão de te soprar ao ouvido que os trabalhos de saneamento são um atentado à tua autonomia e à tua dignidade... Deixa-os falar, e tapa os ouvidos. Autonomia e dignidade não são sujeiras, nem relaxamento, nem desídia! Só um problema, – um só! – tem de ser resolvido, para tua glória e prosperidade: o de teu saneamento. Pouco importa que sofra um pouco a tua indústria, e que cada um dos teus filhos, ricos ou pobres, tenha também um pouco de sofrimento passageiro: no dia em que não tiveres peste nem febre amarela, tendo, ao contrário, ar puro, ruas largadas, belas construções, porto decente, nesse dia a tua riqueza será tão grande, que pagará com juros tresdobrados sacrifícios feitos!

Lança um olhar para trás, pesa o que lucrastes em um só ano, faz o balanço do que conquistastes nesses doze meses, e reconhecerás que destes um passo largo e nobre para o progresso. Vê lá agora, boa cidade, se queres voltar à ignomínia antiga, voltando à porcaria e à preguiça... Todos os médicos dizem que, nas moléstias graves, o maior perigo é o das recaídas: tem cuidado, e cerca de todas as cautelas a tua convalescença!

Começo de ano... É agora que cada um de nós costuma desejar felicidades: desejo-te também, principalmente, juízo, muito juízo, porque é de juízo que careces, para continuar a prosperar com a coragem e para não dar ouvidos ao que te dizemos amigos ursos!

Toma estas flores, e deixe-me beijar, com afeto essa mão leviana, mas honrada, ó querida cidade! X.

15 de janeiro de 1904

Certa vez, meti-me a taralhão e empreendi limpar um grande óculo de alcance: separei as várias peças do aparelho, esfreguei conscienciosamente todas as lentes, - e, quando reconstruí o óculo, verifiquei com espanto que... sobrava uma lente! Desmanchei todo o trabalho feito, recompus com paciência todo o instrumento e... continuava a sobrar uma lente! Trabalhei quatro horas a fio, pensei, suei, desesperei-me, praguejei, e... sobrava sempre uma lente! Quem salvou a situação foi um profissional, a quem levei o malfadado instrumento, e que o concertou em um abrir e fechar de olhos, depois de me dizer sentenciosamente: “a gente, neste mundo, *seu* doutor, não deve meter o nariz nas coisas que não conhece...”

Há uma coisa que sob, este ponto de vista, tem muita semelhança com os óculos: é o calçamento das ruas... sempre que se desmancha um trecho do calçamento, para qualquer concerto de encanamentos ou de trilhos, pode-se jurar de antemão que, depois de tudo restaurado, hão de por força sobrar paralelepípedos! Agora mesmo, na rua Dois de Dezembro, do Flamengo, a Companhia Jardim Botânico teve necessidade de consertar um trilho, e mandou levantar uma pequena quantidade de pedras; pois bem: depois de acabado o trabalho, daquelas poucas pedras levantadas... sobraram oito! E nem ao menos os operários procuraram esconder as provas de sua imperícia: os oito paralelepípedos ficaram ali, empilhados,

atestando a evidência do descaso daquela gente, que entende tanto de calcamentos quanto eu entendo... de óculos de alcance!

É por isso que todas as ruas estão cheias de buracos: as companhias de bonds, a companhia de Gás, a City Improvements, e a Inspetoria de Obras Públicas vivem a revolver constantemente o solo; a cada conserto feito, o calçamento perde um certo número de paralelepípedos, e, se a coisa continuar assim, ainda havemos de ver algumas ruas calçadas com um só paralelepípedo de vinte em vinte metros!

Ah! É bem verdade que a gente neste mundo não deve meter o nariz nas coisas que não conhece! – X.

16 de fevereiro de 1904

- Não pode ser! Isto não é, nem nunca foi república! Eu acabo mandando esta pátria ao diabo, e naturalizando me chinês ou hottentote! Não posso mais com esta terra!

- Que foi? Que houve? Que sucedeu?

- Proibiram o entrudo, senhor! E eu, que sou um cidadão livre, não tenho o direito de me divertir!

- Mas, entenda, meu caro amigo! Ninguém lhe nega o direito de se divertir...Se o senhor gosta de se molhar, fique em casa, ponha-se debaixo do chuveiro, puxe a corda, e molha-se à vontade, mas não venha molhar os outros, que não têm o mesmo gosto!

- Perdão! Eu não me divirto molhando-me sozinho, quero molhar-me e molhar os outros: é o meu direito! O entrudo é uma brincadeira tradicional! Meu pai, meu avô, meu bisavô, meu tetravô tinham o direito de jogar o entrudo, e não abro mão de um direito que herdei dos meus antepassados!

- Aí é que está o seu engano. Também os seus antepassados, os Tamoios, viviam nus, e comiam carne humana. E nem por isso o senhor pode ter o direito de andar por aí despido, brandindo um tacape, almoçando mocotós de homens, jantando os miolos de mulheres e ceifando fígados de crianças!

- Não estou falando desses antepassados! Falo dos mais próximos dos civilizados.

- Meu caro amigo! As fronteiras entre a civilização e a selvageria são muito vagas. Os seus antepassados amigos do entrudo era quase tão selvagens como os seus antepassados antropófagos. Os Tamoios matavam por ódio, e o seu avô e o seu bisavô matavam por divertimento...É a única diferença!

- Hein! Meu avô e meu bisavô nunca mataram ninguém!

- É o que o senhor não sabe. Só Deus pode saber quanta gente seu avô e seu bisavô mataram, com essa brincadeira do entrudo. O entrudo é pai da pneumonia e a pneumonia é mãe da tuberculose...

- Ora, histórias! Isso não vem ao caso! O que lhe digo é que hei de jogar o entrudo, haja o que houver! Se não for aqui, há de ser em qualquer outro lugar!

- Olhe...há um lugar em que o entrudo é permitido, porque é de muita utilidade...

- Onde é?

- É no Hospício...No Hospício, as duchas frias são muito úteis...

- Por que é que o senhor não vai passar lá estes três dias? X.

29 de fevereiro de 1904

- Veja o senhor! Nota isto! Diz a *Gazeta* que já estão organizados os projetos de doze prédios monumentais na Avenida, os arquitetos não têm mãos a medir, todos eles têm encomendas! Leia isto!

- Já li, já li!

- E sabe que as demolições vão começar desde já?
- Sei, sei...
- Como o senhor diz isso friamente! Então, estes melhoramentos não o entusiasmam?
- Meu caro amigo, eu estou positivamente entusiasmado. Mas estava agora a lembrar-me de uma coisa...
- ?
- Estava a lembrar-me de que, há cerca de quatro ou cinco meses, o senhor, que tão entusiasmado hoje se mostra, vivia por aí a dizer que esta história da Avenida era uma patifaria...
- Eu dizia isso?
- Dizia, sim senhor! E dizia mais que as obras do porto eram uma manifestação de megalomania, e que o Passos era um déspota...
- Não é possível! Eu nunca disse isso!
- Oh! Se o disse! E disse ainda outras muitas coisas, muitos outros impropérios, muitas outras barbaridades. Mas, venha cá...não se envergonhe com isso...nós, homens, não estamos no mundo, senão para mudar de opinião todos os dias. E não pense que somente os brasileiros se revoltam contra todo o progresso. O grande Haussmann, em Paris, quando projetou a grande reforma da cidade, quase foi apedrejado nas ruas...O homem é sempre o mesmo, aqui como em Paris, na Rússia como na China, nos trópicos como nos pólos...
- Bem! Pode ser que eu tenha falado mal da Avenida, das obras do porto, do Lauro, do Passos, de tudo e de todos. Mas o que passou, passou. Hoje, estou convencido...o Rio de Janeiro está salvo! E, se alguém me vier falar mal dessas coisas arrisca-se a brigar comigo!
- Creio, creio...Olhe: quer saber o que eu ainda espero ver e ouvir, se Deus nos der vida e saúde, ao senhor e a mim?
- Que é?
- Ainda espero vê-lo e ouvi-lo, por essas ruas, a dizer e a jurar que foi o senhor quem projetou as obras do porto, que foi o senhor quem construiu a Avenida e que foi o senhor quem salvou o Rio de Janeiro! X.